



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade UNB Planaltina – FUP

Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

PPG-Mader

Sarah Luiza de Souza Moreira

**A CONTRIBUIÇÃO DA MARCHA DAS MARGARIDAS NA CONSTRUÇÃO
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGROECOLOGIA NO BRASIL**

Mai de 2019

Brasília – DF

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Moreira, Sarah Luiza de Souza

MM838c A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil / Sarah Luiza de Souza Moreira; orientador Suzi Huff Theodoro. -- Brasília, 2019.

193 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2019.

1. Marcha das Margaridas. 2. Agroecologia. 3. Políticas Públicas. 4. Feminismo. I. Theodoro, Suzi Huff, orient. II. Título.



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade UNB Planaltina – FUP
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural
PPG-Mader

Dissertação De Mestrado

**A CONTRIBUIÇÃO DA MARCHA DAS MARGARIDAS NA CONSTRUÇÃO
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGROECOLOGIA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB de Planaltina – Universidade de Brasília – como requisito para aprovação no mestrado.

Mestranda: Sarah Luiza de Souza Moreira

Orientadora: Profa. Dra. Suzi Huff Theodoro

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo.

Brasília, maio de 2019

SARAH LUIZA DE SOUZA MOREIRA

A Contribuição da Marcha das Margaridas na Construção das Políticas Públicas de Agroecologia no Brasil

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (MADER), como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da **Faculdade UNB Planaltina – FUP - Universidade de Brasília – UnB**

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Suzi Theodoro Huff, Doutora (Orientadora)

Laura Maria Goulart Duarte, Doutor (Examinadora Interno)

Laeticia Medeiros Jalil, Doutora (Examinadora Externa)

Brasília – DF, 24 de maio de 2019.

AGRADECIMENTOS

A ideia desse trabalho foi resultado de muitas conversas sobre que estudo seria importante para a luta feminista e agroecológica no Brasil; foi na fila do almoço, no intervalo de uma de nossas reuniões, que Liliam Telles sugeriu esse tema. Agradeço a ela e espero que esteja contribuindo de alguma forma para que as mulheres que fazem parte da memória e da história da agroecologia e do feminismo se vejam aqui.

Nessa caminhada nunca estive só e sigo aprendendo com tanta gente, com muitas mulheres maravilhosas que me cercam. Essa é só mais uma etapa desse percurso que é viver, lutar, transformar.

Agradeço imensa e eternamente à minha mãe, Cleide Maria, a quem devo tudo o que sou; meu primeiro e maior exemplo de força, de amor pelos estudos e do desejo de viver em um mundo mais justo. À minha irmã Priscilla Guedes, agradeço por entender os desafios de ser do mundo e por segurar as pontas por aí.

Agradeço a todas/os do Esplar que me apresentaram a lindeza do mundo rural e do semiárido e me mostraram que é possível construir a agroecologia e o feminismo a partir do afeto, da garra e do companheirismo, especialmente ao Marcus Vinícius, Magnólia Said, Rosa Nobre, Pedro Jorge, Elzira Saraiva, Malvinier, Paulo Vitor, Ana Cristina, Andrea Lima, Adriana Gondim, Adriana Pereira, Saskia, Deninha.

Agradeço às mulheres da Marcha Mundial das Mulheres que fizeram com que eu me descobrisse feminista e passasse a enxergar o mundo buscando identificar as injustiças e lutar cotidianamente contra elas, a trabalhar para mudar o mundo e mudar a vida das mulheres, e em especial à Nalu Faria, Miriam Nobre, Conceição Dantas, Tica Moreno, Maria Fernanda, Mariana Lacerda.

Agradeço a todas as mulheres agroecológicas e feministas do GT Mulheres da ANA que fazem com que eu me sinta parte desse processo de luta e transformação, repleta de abraços, de cuidados e de batalha cotidiana. Obrigada por tudo Beth Cardoso, Liliam Telles, Miriam Nobre, Verônica Santana, Vanessinha, Laetícia Jalil, Rodica Weitzman, Emma Siliprandi, Ana Paula Ferreira (tenho a sorte de ser amiga de muitas das minhas referências bibliográficas).

Agradeço à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) com quem tanto tenho aprendido. Valeu, Maria Emília, Denis Monteiro, Paulo Petersen, Flávia Londres.

Agradeço à Alessandra Lunas que me deu a oportunidade de viver e construir uma Marcha das Margaridas e me aproximou ainda mais dessa luta tão forte das mulheres do campo, das águas e das florestas. A todas as mulheres da Contag que fizeram e fazem parte dessa história e me inspiram a seguir lutando por um mundo mais justo (Raimundinha, Carmen Foro, Sara Pimenta, Ana Carolina, Marleide, Vilênia, Nicinha, Mundinha...). Ao Ronaldo, pela defesa cotidiana da agroecologia, e ao amigo Arnaldo, por todo o carinho e apoio, sempre.

Agradeço à Ericka Leão que me apresentou o Mader/FUP e me animou a tentar a seleção, e à Professora Janaína Diniz, com que me encontrei no dia anterior da abertura do edital e que me instigou a retornar ao mundo acadêmico.

Agradeço à Viviane Rodrigues que, desde o início, me deu todo apoio do mundo para fazer a loucura de estudar para a seleção em um mês, com uma viagem de férias no meio (que acabou sendo permeada de leituras nos voos e nos quartos de hotel). Muito obrigada por acreditar que seria possível e me dar forças para essa nova empreitada.

Agradeço de todo coração à Caroline Molina e Analine Specht, amigas inseparáveis, parceiras de todas as horas, que estiveram ao meu lado (mesmo que a quilômetros de distância física) em todos os momentos do mestrado e da vida nesses últimos anos, me ouvindo nos momentos de angústia e dificuldades, lendo e contribuindo nas escritas, compartilhando as dúvidas e aprendizados (além de viagens, artigos e congressos), acolhendo e dividindo também as alegrias, as festas e as belezas da vida, além da diária militância feminista. Amo vocês!

Agradeço às também mestrandas de luta Mundinha e Bruninha, que caminharam junto conosco e compartilharam tantos momentos de dúvidas e dificuldades no percurso, mas também de troca e abraços de acolhida quando necessário, por vezes regado a vinho e comidinhas Pancs.

Agradeço à turma do mestrado que se desafiou a desbravar novos caminhos de reflexão e ação crítica em meio a um contexto de tanta ameaça à Universidade e à produção livre de conhecimento. Parabéns, novas/os mestras/os!

Agradeço às professoras e professores do mestrado que nos mostraram que é possível fazer ciência e contribuir para um mundo melhor: Janaína Diniz, Laura Duarte, Newtão, Mônica Molina, Sérgio Sauer, Caroline Gomide, Flávio Costa.

Agradeço ao pessoal do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA), da UnB, que me acolheu e fez com que eu me fortalecesse com a vontade coletiva de fazer diferente em um meio por vezes tão duro como o acadêmico, em especial à Flaviana Canavesi, Caro Alz, Mireya Valencia, Thomaz Ludewigs, Thabata Lohane, Maisa Vanderley, Lauana, Ícaro Sousa, Gabriel.

Agradeço às amigas e amigos de Fortaleza que entenderam minhas ausências e sempre estiveram lá nos meus retornos – muito obrigada por estarem tão presentes, sempre - amo vocês. Em especial à Érica Alencar, Israel Joca, Luiza Helena, Suely Batista, Monalisa Tavares, Elaine Nascimento, Li Mendes, Kátia Savioli, Ana Quitéria, Raquel Chaves, Andrea Almeida, Carlinha. Às amigas queridas que me aliviavam o coração ao compartilharem comigo as pequenas alegrias e desafios da vida e que me inspiraram com suas lutas diárias: Monique Linhares, Ivna Girão, Eli, Naty, Camila Garcia, Camila Lima, Raquel Dantas, Larissa, Renata e Lorena Nunes. E às minhas irmãs de coração, Carolina Carvalho e Carine Carvalho, que mesmo morando do outro lado do oceano, sempre acompanharam meus passos, torceram por mim e alimentaram nossa amizade, afinidades e carinho por tantos anos.

Agradeço às amigas de Brasília que fizeram com que esse lugar também fosse de afeto, de cuidado, de risadas, de nós, juntas: Mundinha, Vivi, Juliana, Camila, Larissa, Iara. Vocês fazem falta! E ao povo cearense em Brasília também, que se unia para cantar Belchior e lembrar do nosso Ceará: Lalá, Val Peixoto, Cris Sampaio, Cleyciane, Gabriela Meneses, Camila Torres, em especial à Valdênia Souza, que foi amiga de todas as horas e que se fez minha família nessa cidade: saudades, amiga!

Agradeço ao povo acolhedor do Piauí que me recebeu, me desafiou e entendeu a necessidade do meu distanciamento para que esse trabalho fosse concluído: Júlia Aires, Chicão, Evandro, Salete, Jeo, Andrea, Glauber, Janaína e Ianara (obrigada pelas dicas e pelos colos, amiga!). E um abraço especial à amiga Joina Freitas, essa irmã gêmea que me acolheu desde sempre nessas terras e compartilha comigo sonhos e desejos de um mundo mais justo.

Agradeço à Solange, amiga pernambucana em Teresina, que me acolheu em sua casa e fez desse lar o meu lar. Muito obrigada por ter estado ao meu lado nos momentos mais tensos e fazer com que esses últimos dias fossem mais leves. O que seria de mim sem aquelas paradas para a nossa caminhada diária? Nunca esquecerei cada puxão de orelha para que eu retomasse a dissertação, para que eu me concentrasse, nem as comidas compartilhadas quando eu conseguia sair do quarto. Tenho aprendido muito com sua força (força sim), sua sabedoria, sua amizade.

Agradeço, mais uma vez, à Carol, Analine e Liliam que mesmo no meio do turbilhão de coisas da vida pararam para ler um pouco desse trabalho e fazer sugestões super importantes, com seus olhares de quem fez e faz parte dessa história.

Agradeço às professoras Laetícia Jail e Laura Duarte por acompanharem desde a qualificação desse processo de pesquisa até a banca de defesa e toparem fazer parte dessa caminhada.

Agradeço, então, à minha orientadora, professora Suzi Huff que sempre via em mim minhas fortalezas e potencialidades, que comemorava comigo os passos dados e sofria frente aos desafios da conjuntura; que me puxava para o olhar e a escrita acadêmica quando meu fazer (e minha escrita) militante queria gritar; que me deixou livre para que esse trabalho tivesse mesmo a minha cara (com as vantagens e desvantagens disso, risos). Muito obrigada por tudo! Seguimos juntas nas lutas!

Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!

Sem feminismo não há agroecologia!

“Olha Brasília está florida
Estão chegando as decididas
Olha Brasília está florida,
É o querer, é o querer das Margaridas.

Somos de todos os cabelos
De todos tipos de cabelo
Grandes, miúdas, bem erguidas, somos nós as Margaridas.

Nós que viemos sempre lutando
Este país alimentando
Estamos aqui para lembrar: Este país tem que mudar!

Água limpa pra beber
Saúde antes de adoecer
Terra limpa pra plantar
Fome de todos acalmar...

E pra quem abusa do bastão
Por ser patrão, por ser mandão, por ser machão
Não pode não, não pode não....

Olha Brasília está florida
Estão chegando as decididas
Olha Brasília está florida,
É o querer, é o querer das Margaridas”

Composição: Loucas de Pedra Lilás,
Grupo Teatral de Mulheres de Recife/PE.

A todas as mulheres do campo, das águas, das florestas e das cidades que acreditam e lutam para construir um mundo com liberdade, justiça, paz, igualdade e solidariedade

RESUMO

Essa dissertação buscou analisar a influência da Marcha das Margaridas para o fortalecimento da agroecologia no Brasil e, em que medida, este movimento foi estratégico para a conformação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e de seu Plano Nacional (PLANAPO I). Compreendendo a Marcha como um processo de ação-articulação que foi, ao longo dos anos, ampliando sua capacidade de mobilização e seu poder de diálogo, pressão e proposição de políticas públicas para o rural brasileiro é relevante considerar quais impactos e conquistas ela tem trazido. Protagonizada pelas mulheres do campo, da floresta e das águas (como elas se identificam, em suas últimas edições), a Marcha tem tido como foco a demanda por melhorias na qualidade de vida das mulheres, tanto no que refere à produção quanto à reprodução da vida no meio rural. Desde 2003, ela incorporou, entre suas pautas, o tema da agroecologia como ação estruturante. Entendendo a agroecologia como um modo de produzir, relacionar-se e viver na agricultura, que implica em relações respeitadas e igualitárias entre homens e mulheres, e dessas/es com a natureza, ela passou a ser considerada um fundamento necessário para a construção de políticas públicas para um desenvolvimento rural sustentável e solidário no Brasil. Buscando compreender o processo de incorporação da agroecologia na pauta da Marcha das Margaridas e como ela contribuiu para as políticas públicas de agroecologia no Brasil, ao longo da pesquisa procuramos avaliar como o seu conceito foi entrando, e sendo alterado, nos documentos e posicionamentos ao longo dos anos. Examinamos ainda como se deu seu processo de incidência sobre as políticas públicas relativas ao tema no Brasil, considerando a perspectiva feminista. Também analisamos como a proposta de política pública de agroecologia, defendida pela Marcha das Margaridas, se expressou na institucionalidade das políticas que contemplam esse tema, bem como os seus desdobramentos. Tendo a epistemologia e a metodologia feminista como referência, realizamos uma pesquisa qualitativa, com análise de dados secundários e de entrevistas semiestruturadas, seguindo métodos da pesquisa narrativa. Tais análises possibilitaram perceber que a força da Marcha das Margaridas se deu tanto por meio da sua pressão política quanto por sua capacidade de proposição e de monitoramento da execução. Vimos que a Marcha foi fundamental para que o processo de institucionalização das políticas públicas para a agroecologia acontecesse, assim como de outras políticas específicas para

as mulheres rurais. Para além disso, constatamos que a Marcha das Margaridas tem contribuído para o fortalecimento dos movimentos de mulheres e feministas, agroecológicos e sindical, o que contribuiu com processos de mudanças de paradigmas, em especial da lógica do Estado e das políticas. A Marcha das Margaridas tem sido um movimento que se move e se nutre de conquistas e de aspirações por um mundo mais justo e igualitário.

Palavras-chave: Marcha das Margaridas; Agroecologia; Políticas públicas; Mulheres do campo, das águas e das florestas.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the influence of the Marcha das Margaridas (Brazilian March of the Daisies) over the strengthening of agroecology in Brazil and, to what extent this movement has been strategic for the creation of a National Policy on Agroecology and Organic Production (PNAPO) and its National Plan (PLANAPO I). Viewing the March as an action/articulation that has been, over the years, expanding its mobilization capacity and its power of dialogue, pressure and public policy propositions for the Brazilian rural countryside, it is relevant to consider what kind of impacts and achievements it has brought. Having as protagonists the women from the countryside, forests and waters (as they identify themselves) the March, in its last editions, has focused on the demand for improvement to the quality of life of women, both in terms of production and reproduction of life in rural areas. Since 2003, it has incorporated, among its guidelines, the theme of agroecology as a structural action. Understanding agroecology as a way of producing, relating and living through agriculture, which implies respectful and egalitarian relations between men and women, young people, the elderly – as well as their relation with nature – the March has come to be considered a necessary foundation for the generation of public policies for the sustainable and solidary rural development in Brazil. Seeking to understand the process of incorporation of agroecology in the Marcha das Margaridas guidelines and to what extent it contributed to the public policies of agroecology in Brazil, throughout the research we tried to evaluate how its concept was being included, and being altered, in the documents and positions over the years. In order to do so, we examined how its advocacy process on public policies related to the subject in Brazil was considered, under the feminist perspective. We also analyzed how the proposal of public policy of agroecology, defended by the Marcha das Margaridas, was expressed in the institutionality of the policies that contemplate this theme, as well as its developments. Having the feminist epistemology and methodology as a reference, we performed a qualitative research, with analysis of secondary data and individual semi-structured interviews, following the method of narrative research. This analysis made it possible to perceive that the strength of the Marcha das Margaridas occurred both through its political pressure and ability to propose and monitor its execution. We saw that the Marcha was fundamental for the process of institutionalization of public policies for agroecology to take place, as well as other specific policies for rural women. Furthermore, we noticed that the Marcha das Margaridas - which has contributed to the strengthening of women's feminist, agroecological and union

movements - is likely to contribute to paradigm-shifting processes, especially with regard to State logic and policies. The Marcha das Margaridas has been a movement that develops and nourishes itself with achievements and aspirations for a more just and egalitarian world.

Keywords: Marcha das Margaridas; March of the Daisies; Agroecology; Public policies; Women of the countryside, waters and forests.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Vinculação institucional das/os entrevistadas/os da pesquisa.....	32
Quadro 2 – Organizações promotoras e parceiras da Marcha das Margaridas por edição 44	
Quadro 3 – Resumo dos eixos temáticos e aspectos marcantes em cada das edições das Marchas das Margaridas	61
Quadro 4 – Relação entre a Pauta da Marcha das Margaridas 2011 e as Ações Previstas na Planapo 1 – Pautas específicas	105
Quadro 5 – Relação entre a Pauta da Marcha das Margaridas 2011 e as Ações Previstas na Planapo 1 – Pautas gerais	107
Quadro 6 - A contribuição da Marcha das Margaridas para as Políticas Públicas em Agroecologia no Brasil (síntese)	155

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Marcha das Margaridas de 2000 em frente ao Congresso Nacional.....	36
Figura 2 - Marcha das Margaridas de 2000 nas ruas de Brasília.....	39
Figura 3 – Margarida Maria Alves	40
Figura 4 – Vanete Almeida.....	46
Figura 5 – Quebradeira de coco babaçu na Marcha das Margaridas de 2015	57
Figura 6 – Cartaz da Marcha das Margaridas de 2000.....	73
Figura 7 – Cartaz da Marcha das Margaridas de 2003	74
Figura 8 – Cartaz da Marcha das Margaridas de 2007	77
Figura 9 – Cartaz da Marcha das Margaridas de 2011	81
Figura 10 – Cartaz da Marcha das Margaridas de 2015	83
Figura 11 – Presidenta Dilma Rousseff na Marcha das Margaridas de 2011	99
Figura 12 – Processo síntese de elaboração do Pnaoi	100
Figura 13 – Logomarca do Planapo I	101
Figura 14 – Oficina sobre Agroecologia na Marcha das Margaridas de 2015.....	118
Figura 15 – Marcha das Margaridas de 2011 nas ruas de Brasília.....	129
Figura 16 – Ala “Terra, Água e Agroecologia” na Marcha das Margaridas de 2011 .	134
Figura 17 – Mulheres da Marcha das Margaridas de 2015 na luta contra a violência	143
Figura 18 – Marcha das Margaridas de 2015 em frente ao Congresso Nacional.....	164

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEGRE – Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnias

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

ANMTR – Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais

AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CEB – Comunidades Eclesiásticas de Base

CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

CNS - Conselho Nacional dos Extrativistas (Antes Conselho Nacional dos Seringueiros)

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares (Antes Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)

COOPROFAM - Coordenadora das Organizações e Produtores da Agricultura Familiar

CNMTR – Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

DPMRQ – Diretoria de Política para Mulheres Rurais e Quilombolas

EBAA – Encontro Brasileiros de Agricultura Alternativa

ENA – Encontro Nacional de Agroecologia

ENFOC – Escola Nacional de Formação da CONTAG

ENGA – Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia

ESPLAR – Centro de Pesquisa e Assessoria

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FETAGs – Federações Estaduais dos Trabalhadores na Agricultura

FNUAP – Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais

GT – Grupo de Trabalho

GTA - Grupo de Trabalho da Amazônia

GTB – Gritos da Terra Brasil

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAMA - Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MIQCB - Movimento das Quebradeiras de Coco

MLT - Movimento de Luta pela Terra

MMA – Movimento das Mulheres Agricultoras

MMM - Marcha Mundial das Mulheres

MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

NEA – Núcleo de Agroecologia da Universidade de Brasília - UnB

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PDA – Subprograma de Projetos Alternativos

PADRS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável

PGPM-Bio – Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PANCs – Plantas Alimentícias Não Convencionais

PLANAPO I – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAPO – Política Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNDTR – Plano Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNATER – Política de Assistência Técnica e Extensão Rural

POPMR – Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais

PPA – Plano Plurianual

PPIGRE – Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

PTA – Rede Projeto Tecnologias Alternativas

REDE LAC - Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe

REF – Rede Economia e Feminismo

REGA – Rede de Grupos de Agroecologia

SAAP - Serviço de Análise e Assessoria a Projetos

SOF - Sempre Viva Organização Feminista

SPG – Sistemas Participativos de Garantia

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

STTRs – Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UBM - União Brasileira de Mulheres

UNICAFES - União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1. METODOLOGIA FEMINISTA COMO CAMINHO	25
1.1 ABORDAGEM TEÓRICA	27
2. A MARCHA DAS MARGARIDAS, O FEMINISMO E A LUTA DAS MULHERES RURAIS	36
2.1. E o que a Marcha das Margaridas é, mesmo?	48
2.3. Feminismo no campo e a luta das mulheres rurais	50
2.3.2 Marcha das Margaridas – Feminista ou não?	59
3. A AGROECOLOGIA E A MARCHA DAS MARGARIDAS	64
3.1. A contribuição histórica das mulheres para a agroecologia	69
3.2. A Agroecologia na Marcha das Margaridas – olhando para o percurso e as mudanças conceituais	72
4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGROECOLOGIA COM INCLUSÃO DAS PERSPECTIVAS DAS MULHERES	85
4.1. Políticas públicas para agroecologia no Brasil	93
4.2. As mulheres na PNAPO e na PLANAPO I	103
5. A FORÇA POLÍTICA DA MARCHA DAS MARGARIDAS NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGROECOLOGIA NO BRASIL	114
5.1. Contribuição para mudança de paradigmas	119
5.2. Contribuições para as políticas públicas de agroecologia	126
5.3. Contribuições em termos de políticas públicas para mulheres e agroecologia	133
5.4. Contribuições para os movimentos sociais: mulheres/feminista, agroecológico e sindical	145
5.5. Tensões entre as visões de paradigmas dos governos e movimentos (e internamente).	148
5.5.1. Machismo Institucional	149
5.5.2. Luta pelo reconhecimento das mulheres como sujeito	150
5.5.3. Divergentes concepções de agricultura familiar	153
6. Síntese.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169
Anexo II – Entrevistadas/os	187
Anexo III - Quadro: Relação Geral entre a Pauta da Marcha das Margaridas 2011 e as Ações Previstas na Planapo 1	189

INTRODUÇÃO

Enquanto uma mulher estiver em uma situação de submissão, exploração e violência, todas as mulheres estão (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

A presente dissertação buscou analisar a contribuição da Marcha das Margaridas para a construção de políticas públicas de agroecologia no Brasil. A análise considerou o período entre os anos 2000 e 2015, por ter sido esse um momento em que se pode perceber a aproximação da pauta da agroecologia com as ações dos movimentos feministas e das mulheres do campo, das águas e das florestas, assim como da ação do Estado. Destaca-se a construção e a implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o seu Plano (PLANAPO I). Buscamos averiguar qual foi a influência das partes, das pautas e das demandas dessas mulheres para a concretização das políticas públicas e das ações governamentais que efetivaram a agroecologia.

Considerando tais fatores, ao longo da pesquisa procuramos investigar como ocorreu o processo de fortalecimento da pauta da agroecologia no âmbito da luta das mulheres, especialmente daquelas organizadas em torno da Marcha das Margaridas. Esse tema é relevante, porque aborda aspectos relativos à sinergia entre os movimentos sociais, em especial o movimento de mulheres, e as demandas por políticas públicas construídas e apoiadas a partir das ações, de mobilizações e de pressões populares para a sua construção, de forma direcionada ao público formado pela população rural brasileira. Tal conjunto de fatos pode ser visto sob a perspectiva de um desenvolvimento de cunho mais sustentável, que considere a democracia, a igualdade, a liberdade e a justiça como parâmetros de construção da sociedade.

Para que isso seja possível, apresentamos a história da Marcha das Margaridas, seu processo de constituição, organização e mobilização, a partir do movimento sindical rural, estruturado pela Contag, em um contexto de fortalecimento da luta das mulheres rurais no Brasil. Nos debruçamos ainda sobre os diálogos dessa mobilização com o movimento feminista, que nos dão ferramentas fundamentais para análise e construção da pesquisa.

Pensando a agroecologia como um eixo estruturante, a pesquisa visa contribuir para o entendimento de como as lutas políticas têm um papel preponderante na construção das políticas direcionadas às populações do campo, da floresta e das águas, com vistas à construção de um modo de vida com mais dignidade, com garantias de produção e acesso a alimentos saudáveis, bem como de um meio ambiente conservado para as presentes e futuras gerações. É

relevante destacar que essa pesquisa pretendeu dar luz ao debate sobre a visão que os movimentos de mulheres e feministas, especialmente o grupo que compõe a Marcha das Margaridas, têm sobre o desenvolvimento rural sustentável e em que medida o tema da agroecologia constituiu-se em uma estratégia e uma proposta política que afirmasse a necessidade de autonomia e revelasse os processos de desigualdades entre homens e mulheres, nos âmbitos produtivos e reprodutivos. Nesse percurso foi possível perceber as tensões, disputas, enfrentamentos entre os movimentos sociais e o Estado, em temas relativos ao lugar das mulheres na agricultura familiar, ao modelo de desenvolvimento e à formulação de políticas públicas a serem priorizadas.

Ter uma atenção direcionada à contribuição da Marcha das Margaridas para a implementação das políticas públicas de agroecologia no Brasil resultou do anúncio feito pela, então, presidenta Dilma Rousseff, em 2011, da criação do grupo de trabalho que construiria a política como uma resposta à pauta das Margaridas, e que foi fundamental para a construção do Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo)¹ (BRASIL, 2012) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)² (BRASIL, 2013).

Para o universo acadêmico, esse tema se apresenta como uma pesquisa diferenciada, frente às teorias e reflexões que ainda são pautadas por um caráter eminentemente “universalista”³ e androcêntrico⁴, que invisibilizam os mecanismos do patriarcado que impõem às mulheres o lugar do privado, do doméstico e do cuidado, diminuindo sua contribuição política e seus aportes para o mundo público. Ao mesmo tempo, ampliar a conformação da visão do Estado e como suas políticas públicas são construídas, considerando (ou não) as

¹ A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) foi lançada pelo governo brasileiro a partir da edição do decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012 com o objetivo de “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando melhoria de qualidade de vida à população por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais” (Decreto 7.794/2012). O Brasil foi o primeiro país a criar uma política de estado específica para incentivar a produção agroecológica e orgânica.

² O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) foi um instrumento construído com a participação do governo e da sociedade civil para a implementação da PNAPO. O primeiro plano apresenta objetivos, metas, estratégias e iniciativas, na busca por dar respostas às diretrizes instituídas pela Política, resultando em um conjunto de ações definidas como metas e iniciativas entre os anos de 2013 e 2015, envolvendo 10 ministérios e 2,9 milhões de reais.

³ Diz respeito ao discurso de um sujeito cognoscente universal, único, geralmente masculino, branco, heterossexual, da classe média, encobrindo a existência daqueles que não se encaixam nessas categorias (GALVÃO, 2002).

⁴ A teoria feminista define uma representação como androcêntrica quando esta descreve o mundo de acordo com os interesses, valores, emoções somente do gênero masculino (GALVÃO, 2002).

propostas dos movimentos sociais, em especial o de mulheres (na perspectiva feminista) e o agroecológico (no limiar entre a produção, a reprodução, a sustentabilidade da vida e a conservação ambiental), pode colaborar para que estratégias de diálogo e atuação sejam repensadas, ampliando possibilidades de novos estudos. Analisar o mundo pelo olhar das mulheres, observando suas experiências de vida e de luta, tende a descortinar outras perspectivas, pautadas, em muitos casos, na resistência, força, aprendizado e na sustentabilidade da vida.

Paralelamente, quando aqui tratamos de agroecologia, estamos pressupondo que ela é uma ciência, um movimento e uma prática (Wezel et al, 2009), construída a partir de um processo de reflexão e de debate, ao mesmo tempo em que vem se firmando como um modo de vida, de produzir, de relacionar-se e viver no mundo. Isto implica na construção de relações respeitadas e igualitárias entre mulheres e homens e dessas/es com a natureza. Esses princípios estão na base da contribuição conceitual e política do movimento feminista e de mulheres para a agroecologia.

Como forma de ampliar o debate, esta dissertação discute as diferentes concepções da agroecologia, tanto no próprio movimento, quanto no âmbito da Marcha das Margaridas, bem como nas políticas públicas para o desenvolvimento rural, buscando observar os encontros e desencontros entre as diferentes percepções. Compreender em que medida as concepções sobre a agroecologia construídas pelas mulheres na Marcha das Margaridas se viram expressas nas políticas públicas que tratam desse tema, e que foram resultantes de diálogos e mesmo de disputas e conflitos, contribui para o entendimento do importante papel da organização e da participação social nos espaços de concertação e controle social.

Considerando esse contexto, nos orientamos pela seguinte pergunta de pesquisa: A Marcha das Margaridas conseguiu influenciar na construção de políticas públicas de agroecologia? Frente a tal pergunta, a principal hipótese da pesquisa é que a Marcha das Margaridas teve uma contribuição importante na construção de políticas públicas de agroecologia, especialmente, porque a participação das mulheres e das organizações feministas estão assentadas em processos de diálogos e concertação, os quais incluem o desenvolvimento de consensos e dissensos. Essa hipótese baseia-se no fato de que o lançamento da PNAPO, feito durante a 4ª Marcha das Margaridas, trouxe outros desdobramentos da Política, que resultaram na elaboração e aprovação da PLANAPO I, na qual foram incluídas metas e ações específicas para as mulheres rurais. Porém, há que se considerar que esta atuação, mesmo importante, foi

permeada por conflitos e tensões das mulheres com as organizações sociais mistas em que estão inseridas e no âmbito da própria relação com o Governo.

O objetivo geral da pesquisa foi efetuar uma análise da influência da Marcha das Margaridas para o fortalecimento da agroecologia no Brasil e, em que medida, este movimento foi estratégico para a conformação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e de seu Plano Nacional (PLANAPO I). A pesquisa teve como objetivos específicos: (i) avaliar como o conceito de agroecologia foi se alterando nos discursos das mulheres e dos movimentos de mulheres e feministas que constroem a Marcha das Margaridas ao longo de suas 5 edições; (ii) examinar as estratégias políticas utilizadas pelo coletivo de movimentos e organizações que constroem a Marcha das Margaridas para incidir sobre as políticas públicas para a agroecologia no Brasil, considerando a perspectiva feminista; (iii) analisar como a proposta de política pública de agroecologia defendida pela Marcha das Margaridas se expressa no âmbito da institucionalidade das políticas que contemplam o tema da agroecologia, bem como os seus desdobramentos.

Para responder a estes objetivos, a presente dissertação se estrutura da seguinte maneira: introdução, que aborda a relevância do tema, hipóteses, objetivos e a estruturação da dissertação; o capítulo 1 explica a metodologia utilizada; a seguir, no capítulo 2, é apresentada a Marcha das Margaridas, o feminismo e a luta das mulheres do campo, das águas e das florestas, seus antecedentes, seu histórico de organização, suas principais pautas e estratégias.

O capítulo 3 debruça-se sobre a agroecologia, considerando as reflexões teóricas, a ação dos movimentos sociais e as ações práticas em diferentes momentos e concepções, pautando a contribuição que as mulheres têm trazido para complexificar as percepções político-conceituais. Tratamos ainda os diferentes olhares ao longo das várias edições da Marcha das Margaridas sobre a agroecologia, expressos em seus cadernos de textos/plataforma política e as pautas entregues aos governos, buscando perceber se houve mudanças, quem contribuiu com esse processo, de que maneira se deu o diálogo com o movimento agroecológico e o movimento feminista e de mulheres. Já nesse capítulo, trazemos elementos citados nas entrevistas, compreendendo como relevantes as diversas percepções sobre esse percurso e o diálogo que fez com que a agroecologia se tornasse estratégica para a Marcha.

O capítulo 4 analisa o processo de construção de políticas públicas de agroecologia com inclusão das perspectivas das mulheres, observando os diálogos, convergências e divergências do governo com o movimento de mulheres, o agroecológico, o sindical. Debate ainda sobre a compreensão do Estado, sua estrutura e ações, além das políticas públicas como instrumentos

que possibilitam mudanças sociais, especialmente quando em diálogo com a sociedade civil e os movimentos sociais. Traz o histórico das políticas públicas de agroecologia e produção orgânica e seu diálogo com o processo de construção de políticas públicas específicas para mulheres rurais no Brasil. Considera também as tensões e conflitos ocorridos e de que maneira eles atrapalharam ou contribuíram para fortalecer a proposta feminista e agroecológica. Aqui, as falas das pessoas entrevistadas também são consideradas, pois trazem elementos da história oral que mostram as teias desse processo.

O capítulo 5 se propôs a mostrar a contribuição da Marcha das Margaridas para as políticas públicas em agroecologia no Brasil e visa responder ao objetivo geral da pesquisa, a partir das análises resultantes das entrevistas realizadas. Como capítulo que dá título à dissertação, ele traz as justificativas pelas quais se considera que a Marcha foi de fundamental importância para que, nesse contexto e a partir de uma confluência de fatos, fossem possíveis o lançamento e a implementação de uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil. Segue mostrando uma série de outras contribuições da Marcha para mudanças de paradigmas, para políticas públicas de mulheres rurais e agroecologia e para os movimentos agroecológico, de mulheres e feminista, e sindical, demonstrando as principais tensões e conflitos desse percurso.

Na síntese, elencamos os elementos centrais que identificamos ao longo da pesquisa e reflexões que podem contribuir para análises futuras. Por fim, em nossas considerações finais, trazemos um relato sensível sobre o que foi o processo de luta das mulheres pelas políticas públicas de agroecologia no Brasil.

1. METODOLOGIA FEMINISTA COMO CAMINHO

Outras mulheres vieram antes, se não tivessem vindo a gente não teria essa história para contar (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

Este trabalho foi desenvolvido com base na epistemologia feminista que considera que toda/o conhecedor/a, assim como o conhecimento produzido por essas/es, é localizado, negando assim a apreendida noção de objetividade, conforme reflexões de Donna Haraway (1995). Esta perspectiva nega a dicotomia sujeito-objeto, instituída pela ciência moderna, e afirma que não há neutralidade axiológica e que a ideia de controle da ciência, através de experimentos e manipulações (do que vai ser conhecido), é limitada, pode ser tendenciosa e manipulável.

Teóricas feministas, como Clarisse Galvão (2002), têm afirmado que os conhecimentos não são únicos nem universais, mas partem de cada vivência, considerando que cada olhar gera uma percepção diferenciada sobre o mundo, especialmente entre mulheres e homens, negras/os e brancas/os, pobres e ricos/os. A mesma autora tem feito uma dura crítica às visões dicotômicas em que se baseiam tanto a ciência moderna quanto alguns paradigmas emergentes. A epistemologia feminista tem por principal objetivo analisar a influência das relações desiguais de gênero nas concepções da construção do conhecimento, nos modos de produção e justificativas da ciência, assim como sobre a visão que se tem da/o sujeito cognoscente. Clarisse Galvão (op. cit.) questiona ainda a desvalorização ou o pouco apoio para as mulheres na atividade de pesquisa, a desvalorização da forma de ver e conhecer o mundo (mesmo que resultante do lugar historicamente imposto a elas), além da negação de autoridade epistêmica a elas, mantendo-as em um lugar de desvantagem ou invisibilidade na produção do conhecimento científico.

Em um diálogo constante entre o movimento feminista e estudiosas acadêmicas, a epistemologia feminista defende que todo conhecimento é parcial, localizado e produzido a partir de um contexto, representando uma determinada perspectiva. Reafirmam, assim como Hugh Lacey (2008) e Boaventura Santos (2000), que o conhecimento produzido pela ciência moderna iluminista e pós-iluminista é androcêntrico, com pretensões universalizantes que excluem e oprimem outras formas de fazer ciência que fogem da lógica da razão instrumental e masculina historicamente estabelecidas, como afirma Clarisse Galvão (2002).

Nesse sentido, a epistemologia feminista se propõe a modificar regras e paradigmas até então hegemônicos, buscando construir uma autoridade cognitiva que repouse sobre bases democráticas e igualitárias na construção de conhecimentos situados que não acreditam na separação total entre fato e valor em qualquer tipo de pesquisa científica.

Quando falamos em metodologia feminista, consideramos que para além do uso específico de determinadas técnicas de coleta de dados, estamos tratando da inclusão de questões referentes às mulheres ou às relações desiguais de gênero na construção do conhecimento, como nos fala Cristina Bruschini (1992). Nesse sentido, diferentes abordagens podem utilizar-se de metodologias feministas, desde que construída em uma perspectiva não-sexista. No entanto, as abordagens qualitativas são as mais utilizadas nas pesquisas feministas, conforme afirmam Marian McHugh e Cosgrove (2004), como as narrativas, a pesquisa-ação, a abordagem fenomenológica, os grupos focais, os estudos de caso, as histórias de vida, o método autobiográfico e os grupos de conceptualização (LINTON, 1997).

Dessa forma, as metodologias feministas são consideradas como instrumentos ou estratégias de mudança social, em especial das situações de opressão e violência vividas pelas mulheres, e devem orientar todo o processo de construção das investigações (BRUSCHINI, 1992; CHRISLER & SMITH, 2004; DIAS, 1992; McHUGH & COSGROVE, 2004; NEVES & NOGUEIRA, 2003). A partir de abordagens críticas, as pesquisas feministas têm buscado visibilizar e valorizar as experiências das mulheres, com o uso de análises e linguagens não-sexistas (EICHLER, 1988) para o fortalecimento desse grupo social.

Como parte desse processo, consideramos fundamental demarcar nosso lugar de fala, como problematiza Djamila Ribeiro (2017). A autora, em seu livro “O que é o lugar de fala?”, baseada na teoria do ponto de vista feminista de Patrícia Hill Collins (1990), destaca a importância de considerar o lugar social de fala de sujeitos marcados pelo lugar de opressão e submissão, como as mulheres e as/os negras/os. Ela mostra como a sociedade patriarcal e racista invisibiliza a voz das mulheres negras, em especial, e afirma a importância de contribuir para tirá-las de um lugar estruturalmente silenciado, dando voz e visibilidade às suas reflexões, realidades, demandas e vidas. Sendo assim, não há lugar neutro de análise: é honesto, então, explicitar as nossas experiências e os percursos que nos fizeram escolher o tema desta pesquisa, de onde o observamos e que relações temos com o estudo e as pessoas entrevistadas.

Escolhi este tema pela minha afinidade com o tema e o lugar da pesquisa, porque sou militante feminista e agroecológica e tive a oportunidade de trabalhar dois anos como assessora da Secretaria de Mulheres, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agricultores e

Agricultoras Familiares (Contag). Também tenho relação com o tema por integrar o Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA) há cerca de dez anos, o que me possibilitou participar de instâncias como a CNAPO e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Nesse sentido, importa esclarecer que havia uma relação próxima com todas as pessoas entrevistadas que, ou já me conheciam, ou haviam trabalhado/participado comigo em espaços de representação e/ou militância. Essa aproximação tanto facilitou o contato e a realização das entrevistas, quanto, por vezes, pode tê-las comprometido, por se considerar que eu tinha conhecimento de determinada informação ou de que algo não poderia ser dito, em virtude do que eu poderia representar para aquela pessoa. Compreendo, assim, a necessidade do constante exercício de um distanciamento crítico, que foi sendo realizado nesse trabalho a partir do subsídio das teorias e das falas das/os entrevistadas/os como referências para as análises, mesmo não negando a contribuição que minha história e vivência pessoais possibilitaram para essa pesquisa.

1.1 ABORDAGEM TEÓRICA

A partir desta posição e do referencial teórico e metodológico escolhidos para essa pesquisa, os conceitos centrais do feminismo permearam as discussões realizadas ao longo de todo o trabalho, dialogando com conceitos teóricos como patriarcado e machismo (DELPHY, 2009; WALBY, 1990; PATEMAN, 1998; AMORÓS, 1994; SAFFIOTI, 2004; MATOS e PARADIS, 2014); divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2003; ENGELS, 1977); relações sociais de sexo (KERGOAT, 2003); feminismo (AMORÓS, 2000; ALVES e PITANGUY, 1981); economia feminista (MORENO, 2014; CARRASCO, 2006). Consideramos nesse trabalho o patriarcado conforme Christine Delphy (2009):

O patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 1970, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina” (p. 173)

Silvia Walby (1990) definiu o patriarcado como “um sistema de estruturas no qual o homem domina, oprime e explora a mulher” (p. 20), e Carole Pateman (1998) o considera como um sistema de poder análogo ao escravismo ou um conceito articulador central para o entendimento das relações políticas e sociais do mundo contemporâneo. Vale ainda citar a

concepção de Celia Amorós (1994), que o vê “como uma espécie de pacto interclassista metaestável, pelo qual se constitui o patrimônio de gênero dos homens, na medida em que eles se auto instituem sujeitos do contrato social diante das mulheres que são, em princípio, as contratadas” (p.32). Saffioti (2004) destaca a relação do patriarcado com o capitalismo, como um binômio da dominação-exploração das mulheres pelos homens, na medida em que o sistema capitalista se beneficia da lógica patriarcal para lucrar com o menor pagamento à mão-de-obra feminina.

Olhando para a realidade do Brasil e para sua expressão no Estado, Marlise Matos e Clarisse Paradis (2014) reafirmam o patriarcado como estruturante, todavia, conseguem enxergar processos de desestabilização dessa ordem a partir das ações políticas feministas.

O patriarcado, entendido aqui como um sistema contínuo de dominação masculina, ainda predomina nas estruturas estatais, mantendo por vezes intactas as formas de divisão sexual do trabalho e perpetuando, por exemplo também, a violência cotidiana que as mulheres sofrem. Insisto em afirmar que tal traço patriarcal do Estado atravessou os tempos e as transformações sociais, políticas e demográficas, mas hoje estamos assistindo a iniciativas de sua desestabilização especialmente através da ação política feminista, que tem pressionado a instituição estatal, para obter ganhos tanto no reconhecimento quanto no esforço de extinguir as históricas desigualdades ainda existentes entre homens e mulheres (p. 68)

Elas afirmam que é necessária uma “despatriarcalização do Estado”, que seria a realização de ações que busquem abalar essa estrutura patriarcal. Nesse trabalho procuramos identificar em que medida a ação da Marcha das Margaridas contribuiu nesse processo.

Despatriarcalizar aqui significa conduzir e produzir orquestradamente estratégias e mecanismos de descolonização patriarcal e racial do Estado brasileiro e da sua forma de gestão pública, com vistas a reforçar uma nova etapa que tenha foco na conquista de resultados cívicos de políticas públicas. Trata-se de pensar um formato de Estado, finalmente, voltado para a promoção da justiça social e da cidadania inclusiva de todas e todos em nosso país (MATOS e PARADIS, 2004, p. 71)

Engels (1977), em sua obra clássica “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, já falava sobre o patriarcado, constituído a partir da instituição das mulheres como propriedade privada dos pais/maridos, e pelas formas como ele se expressava.

(...) a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”, evidenciando, dessa forma, a opressão de classes e de sexos (...) o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a

primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (Engels, 1977, p. 70-71).

Outro conceito central para nosso estudo, que permeia toda a nossa análise, é o da divisão sexual do trabalho, como definido por Danièle Kergoat (2003).

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher) (p.55-56)

Essa leitura se baseia na forma como se dão as relações sociais de sexo que são as relações entre grupos sociais definidos como antagônicos (grupo social homem X grupo social mulheres, que não deve ser confundido com a categorização biologizante macho-fêmea), percebendo que as práticas masculinas e femininas são construções sociais, não sendo causadas pela questão biológica, mas com base material e não apenas ideológica (demandando uma mudança na divisão de trabalho concreta). Como Kergoat (2003), as entendemos como constructos sociais, que precisam ser contextualizados e historicizados, e como relações de poder e dominação, que, então, podem ser modificadas.

Outro conceito a explicar é o “machismo”, aqui analisado, que é apresentado por Christine Delphy (2009) como parte dos termos utilizados pelas acadêmicas e militantes feministas para se referirem ao nível das atitudes e/ou das relações interindividuais, ou mesmo institucionais, que expressam a lógica patriarcal nas práticas cotidianas.

Frente a essa realidade de desigualdade, violência e opressão estrutural contra as mulheres, temos o feminismo como um processo de organização, reflexão e ação política, como um movimento social, que ao mesmo tempo que se constitui como uma teoria crítica da sociedade, se posiciona no questionamento ao patriarcado, à divisão sexual do trabalho (por alguns grupos também do capitalismo e do racismo), na construção de uma sociedade justa, igualitária, como nos mostra Celia Amorós (2000).

(...) feminismo es en su entraña político, es una irracionalización de las relaciones de poder identificadas en ámbitos en los que pasaban desapercibidas como tales bajo otros ropajes ideológicos: el amor y los afectos en el "natural" e íntimo ámbito de lo privado cuya lógica sería inconmensurable e irreductible a la que rige el mundo público, el espacio que, desde Grecia, se vino a conceptualizar como espacio de los

varones iguales, el ámbito de la isonomía. El feminismo es político ya sólo por el hecho de impugnar lo definido como política por quienes reparten y nombran los espacios, es decir, por quienes ejercen el poder (p.12)

(...) el feminismo venía a decir que las relaciones llamadas "personales" no sólo son políticas en el sentido de que son relaciones donde el poder se ejerce de hecho, sino que deben ser politizadas porque, partiendo de la innegabilidad de que son políticas, no se puede dar por bueno sin más su modus operandi. Por ello, hay que hacer objeto de reflexión la demanda de convalidación normativa que en este ámbito procede, así como cuál debe ser la naturaleza específica de esa normatividad (p. 12)

Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (1981) ao buscarem definir o que é o feminismo destacam como a tarefa é desafiadora já que o termo expressa um processo de transformação com raízes passadas, construída no presente, que não se sabe exatamente onde chegará, com avanços, retrocessos, contradições e tensões. Mas destacam que:

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades "femininas" e "masculinas" sejam atributos do ser humano em sua globalidade. Que a afetividade, a emoção e a ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciadas, nas mulheres, como atributos não desvalorizados. Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder..." (p. 74)

Nesse contexto a economia feminista surge como uma corrente do pensamento econômico que se tornou uma ferramenta para análises e elaborações do feminismo, que tem como base o questionamento à exclusão da reprodução como parte da economia e busca dar visibilidade à interdependência entre produção e reprodução, considerando como parte da economia não apenas o que está na esfera mercantil, com expressões monetárias e financeiras, como o faz a economia neoclássica, seguindo reflexão realizada por Renata Moreno (2014). Como afirma Cristina Carrasco (2006):

La economía feminista no es un intento de ampliar los métodos y teorías existentes para incluir a las mujeres, no consiste como ha afirmado Sandra Harding en la idea de "agregue mujeres y mezcle". Se trata de algo mucho más profundo: se pretende un cambio radical en el análisis económico que pueda transformar la propia disciplina y permita construir una economía que integre y analice la realidad de mujeres y hombres, teniendo como principio básico la satisfacción de las necesidades humanas (p. 2-3)

Consideramos ainda em nossa pesquisa o gênero como categoria de análise pela sua contribuição fundamental na desconstrução das bases biológicas que sustentavam a inferiorização da mulher e na explicitação do papel imprescindível das relações de poder nas relações sociais desiguais entre homens e mulheres (SCOTT, 1995; PAULILO, 2016). Seguindo a compreensão de Joan Scott (1995), que discute gênero como elemento constitutivo de relações

sociais e com base nas diferenças percebidas entre os sexos como sendo a forma primeira de significar as relações de poder, afirmamos a necessidade de rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária mulher-homem, a partir da historicização e da desconstrução dos termos da diferença sexual. Em nosso estudo, usamos como referência os seguintes elementos relacionados pela autora como partes fundamentais das relações de gênero: a) símbolos culturais que evocam representações múltiplas dos sexos (ex. Eva e Maria); b) conceitos normativos que apresentam interpretações do sentido dos símbolos que buscam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas; c) inclusão da noção do político, com referência às instituições e organizações sociais, considerando o mercado de trabalho, a educação e o sistema político e, d) a identidade subjetiva.

Joan Scott (1995) também contribui com importantes reflexões acerca do papel da linguagem na reprodução (ou transformação) das desigualdades de gênero, que geralmente reproduz a ideia do masculino como universal, o que gera a invisibilidade das mulheres na história, na memória e nos documentos. Atualmente, a epistemologia feminista tem proposto a linguagem inclusiva ou não generificada como forma de questionar o pensamento androcêntrico. Para isso, várias têm sido as propostas de escrita, na busca inclusive de não reforçar a ideia binária do gênero, limitada frente às diversas identidades de gênero já identificadas, como analisa Judith Butler (2003). Mesmo compreendo essa limitação escolhemos usar a/o como forma de explicitar as mulheres como parte do mundo (falado, escrito, vivido), dentro de uma lógica socialmente construída que ainda reconhece, define, separa e hierarquiza homens e mulheres. Uma outra opção que fizemos ao longo deste trabalho foi, sempre que possível, explicitar no corpo do texto e nas referências os nomes, e não apenas os sobrenomes, pois isso contribui para entender melhor como discursos e posicionamentos estão marcados pelas relações sociais de sexo.

1.2 MÉTODO DE PESQUISA

Os procedimentos metodológicos utilizados se referenciam na pesquisa qualitativa para a busca de elementos conceituais e políticos em documentos produzidos pelos movimentos que têm participado do processo de construção da Marcha das Margaridas e, em especial, na percepção de mulheres que participaram dessa ação e contribuíram com os debates e definições sobre a agroecologia e a vida das mulheres do campo, da floresta e das águas. Nas estratégias de investigação foram utilizados dados secundários e entrevistas semiestruturadas. Com relação aos dados secundários, as bases para análise foram os documentos elaborados pela Marcha das

Margaridas desde a sua primeira edição (2000) até a 5ª realização, em 2015, quais sejam: cadernos de textos; pautas de reivindicações entregues para o Governo Federal; caderno de respostas do Governo Federal às demandas das pautas; cartazes e notas públicas. Foram analisados, ainda, os documentos produzidos pelo Governo Federal referentes à Política e ao Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais e em duplas com pessoas que acompanharam, a partir de diferentes lugares e movimentos, esse processo de mobilização, a construção da proposta de temas para os debates e das pautas da Marcha das Margaridas, a negociação das demandas, a elaboração, execução e monitoramento das políticas públicas de agroecologia. Nesse aspecto, o Quadro 01 mostra a vinculação das participantes/respondentes das entrevistas.

Quadro 1 – Vinculação institucional das/os entrevistadas/os da pesquisa

CONTAG	ORG. PARCEIRAS	GOVERNO
Ex-Secretária de Mulheres da Contag (1998-2005)	Uma Representante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE)	Uma Representante da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2003-2012)
Ex-Secretária de Mulheres da Contag (2005-2013)	Duas Representantes da Marcha Mundial das Mulheres (MMM)	Uma Representante da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2012-2015)
Ex-Secretária de Mulheres da Contag (2013-2017)	Uma Representante do Movimento Interestadual de Quebradoras de Coco Babaçu (MIQCB)	Uma Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Assessora da Secretaria de Mulheres (2006-2015)	Uma representante do Grupo de Trabalho (GT) Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)	Um Representante da Secretaria Geral da Presidência da República
	Uma Representante da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)	
	Dois representantes do Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)	

Fonte: A autora

Foram feitas 14 entrevistas (roteiro disponível no Anexo I), envolvendo 16 pessoas (13 mulheres e 3 homens), entre os meses de abril de 2018 a janeiro de 2019, em espaços de encontros dessas organizações, como o IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), reuniões da Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag e da Articulação Nacional de Agroecologia. Dessas, quatro foram realizadas por *Skype* e 10 presenciais, em Brasília, Rio

de Janeiro e Belo Horizonte. As transcrições foram realizadas pela própria pesquisadora, entre os meses de maio e fevereiro de 2019. Todas as pessoas contatadas se dispuseram a participar, não tendo ninguém se negado. Algumas tiveram de ser remar cadas em virtude das agendas, mas acabaram por ser realizadas. Outras/os foram citadas/os para serem entrevistadas/os, todavia consideramos que as respostas já estavam se repetindo e que essas conversas poderiam não trazer elementos novos, sendo a quantidade de informações para a análise já era bem representativa. Contamos com dois modelos de roteiros: um direcionado para as/os representantes da Contag e das organizações parceiras da Marcha das Margaridas e outro para representantes do Governo Federal.

As perguntas para os movimentos e organizações da sociedade civil (representantes da coordenação e das parceiras da Marcha das Margaridas) tinham por objetivo buscar conhecer qual a relação a pessoa tinha com a Marcha das Margaridas; de qual lugar observou ou contribuiu para a Marcha; como ela percebeu a entrada da agroecologia na pauta e as mudanças conceituais pelas quais a concepção de agroecologia passou ao longo das edições; de que forma a Marcha contribuiu para a construção das políticas públicas para a agroecologia, considerando ações e proposições; além da observação sobre como se deu o processo de negociação, conflitos e acordos na construção da Pnapo e do Planapo I, considerando as pautas e pressão da Marcha das Margaridas.

Sob um olhar mais atento para a ação do poder público e representantes dos governos no diálogo e negociação com a Marcha das Margaridas, e da pauta dessas com os diferentes Ministérios e secretarias do Governo Federal, as perguntas foram mais direcionadas à percepção dessas/es, a partir da posição que ocupavam, sobre as estratégias políticas da Marcha, suas pautas, as ações, espaços de diálogo e negociação, buscando avaliar em que medida a Marcha influenciou na construção e na elaboração das políticas públicas para agroecologia no Brasil.

Consideramos que as perguntas lograram trazer elementos que possibilitassem dar resposta aos objetivos gerais e específicos do trabalho, dialogando com as hipóteses previamente estabelecidas. Para a análise dos dados, a conceituação e a categorização, tanto do estudo dos documentos quanto dos resultados das entrevistas, usamos como referências gerais Strauss e Corbin (2008) e sua proposta de construção de conceitos e categorias a partir de situações e fenômenos específicos. Usamos a descrição atenciosa de processos, considerando-a um passo relevante para o processo de explicação e interpretação, como lembra Flick (2009) e Gerring (2012), buscando ser flexíveis, sensíveis e ajustáveis, abertas às novas visões trazidas pelos dados e informantes, como sugere Flick (2009).

Somando-se e dando substância a tais referências, decidimos, para a análise os dados, utilizar o método de construção das linhas narrativas, proposto por Mary Jane P. Spink e Helena Lima (2013). Seguimos uma interessante reflexão realizada por elas sobre o olhar e sobre o rigor científico, a partir da revisão do construcionismo, quando afirmam que

Na perspectiva construcionista, o rigor passa a ser concebido como a possibilidade de explicitar os passos da análise e da interpretação de modo a propiciar o diálogo. Esse diálogo, desenvolvido no âmbito da pesquisa que se quer científica, não é um processo livre, encontrando-se preso aos processos históricos e sociais e ainda às vicissitudes dos relacionamentos humanos. O conceito de objetividade precisa, assim, ser revisto e re-situado como processo intersubjetivo (SPINK, 2013, p. 79-80).

Considerando a ciência como uma prática social que está diretamente relacionada à comunicação de resultados, apresentamos as informações disponíveis, os passos que foram dados para a análise e a interpretação resultante desse trabalho. O rigor, geralmente considerado como parte da triangulação entre replicabilidade, generabilidade e fidedignidade, é visto por elas como a “objetividade possível no âmbito da intersubjetividade” (SPINK e LIMA, p. 83). As autoras propõem que se abandone a ideia da objetividade, resignificando-a como visibilidade, com a apresentação do processo pelo qual a interpretação, ou seja, a produção de sentido, foi sendo construída.

Em nosso trabalho seguimos os passos que elas sugerem como atividade-meio, na busca do sentido como fim, que foi inicialmente o diálogo entre as informações, matérias primas da pesquisa: as conversas, os posicionamentos, as informações apresentadas; o passo seguinte foi a priorização, para entender tais dados à luz de categorias, hipóteses e informações contextuais diversas, que já são parte do processo de interpretação. Posteriormente, mergulhadas nas informações coletadas, adicionados o confronto do processo de pesquisa e o estudo de campo (no caso, a realização das entrevistas), construímos (ou reafirmamos) nossas categorias gerais de análise, na busca tanto dos seus conteúdos quanto das interpretações feitas de cada uma delas. As categorias gerais (e subcategorias) definidas foram: Marcha das Margaridas; feminismo; agroecologia; políticas públicas; Pnapo/Planapo.

A opção de método dialoga ainda com a pesquisa narrativa e a história oral, que buscam reconstituir, a partir das falas, um percurso e um processo, a partir da conjunção de diferentes falas e distintos lugares. Como afirmam D. Jean Clandinin e F. Michael Connelly (2011), a pesquisa narrativa é mais do que ouvir histórias: é uma maneira de viver, é uma forma de reconstruir vidas. Sobre as fontes orais, adquiridas a partir das entrevistas, acreditamos que

estamos aqui reconstruindo, com a junção dos olhares de diferentes sujeitos, de lugares diversos, uma nova história oral, criando significações. Buscamos ser tão fiéis quanto possível à forma da fala de cada pessoa, tentando respeitar seus modos, medos, expectativas e desejos expressos nas falas. Alessandro Portelli (1997) ressalta que as fontes orais nos contam não apenas do que se fez, mas também do que se queria fazer, do que se acreditava estar fazendo e o que agora pensa que foi feito.

Quanto ao uso da técnica da linha narrativa, a tratamos como recurso analítico que contribuiu para “(...) esquematizar os conteúdos das histórias utilizadas como ilustrações e/ou posicionamentos identitários no decorrer da entrevista” (SPINK e LIMA, p. 93-94), localizando a fala de cada entrevistada/o. Mesmo considerando que a imposição da linearidade, que localiza cronologicamente os fatos, é limitadora, esse foi um exercício realizado de organização e compreensão em uma perspectiva temporal de fatos, eventos e sujeitos que contribuíram e foram importantes para a história que aqui (re)contamos. Nesse sentido, escolhemos renomear a técnica para “rios narrativos”, pois o “rio que nasce de um fio de água e, em seu percurso, vai se adensando, crescendo, recebendo folhas, pedras e outras águas, indo em direção ao mar” (MOREIRA, SILIPRANDI e FERREIRA, 2018, p. 63), com base no termo que as mulheres do movimento agroecológico têm utilizado ao reconstituir suas histórias e memórias sobre a agroecologia, a partir de suas lugares e vivências.

2. A MARCHA DAS MARGARIDAS, O FEMINISMO E A LUTA DAS MULHERES RURAIS

A Marcha nasce da luta pelo reconhecimento do papel das mulheres no meio rural, na propriedade, na vida e é exatamente desse lugar que a agroecologia aparece, exatamente da vivência das mulheres, do que elas fazem efetivamente e do diferencial que elas têm significado na propriedade também de manter um processo de maior sustentabilidade (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

A Marcha das Margaridas é uma mobilização estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas que se tornou parte da agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). É organizada e realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), em parceria com diversas organizações e movimentos feministas e de mulheres do Brasil (CONTAG, 2015).

Figura 1 – Marcha das Margaridas de 2000 em frente ao Congresso Nacional



Foto: Acervo Transformatório das Margaridas. Acesso em 02/09/19, http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=139

Antes de entramos na análise da Marcha das Margaridas é importante, mesmo que brevemente, compreender um pouco dos seus antecedentes, do processo de organização e luta das mulheres trabalhadoras rurais dentro do movimento sindical rural reunido pela Contag, que conseguiu acumular forças para chegar à construção desta Marcha, que se tornou uma referência de ação de massa.

A Contag foi criada em 22 de dezembro de 1963 como a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional, reconhecida legalmente, como resultado de décadas de lutas da/os denominadas/os lavradoras/es e camponesas/es em todo o Brasil. Desde a sua criação, até os dias de hoje, tem uma composição ampla com diversas concepções e correntes de pensamento, desde os setores mais à direita, aos ligados à igreja e aos comunistas. Seu surgimento se deu em uma conjuntura tensa, que precedeu a ditadura militar no Brasil e a dura repressão aos movimentos sociais no Brasil. Com a prisão de várias lideranças, viveu um processo de intervenção, passando a ser coordenada por uma junta governativa em 1964, mas em 1965 foi realizada eleição de uma nova diretoria que, a partir de 1968, passou a atuar sem a presença de interventores.

Ao longo dos últimos 40 anos, a Contag teve um processo de organização e de desenvolvimento crescentes, contando atualmente com mais de quatro mil Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e 27 Federações (FETAGs) filiadas em todos os estados do Brasil (CONTAG, 2013).

Essa história foi permeada pela luta das mulheres contra a invisibilidade; pelo reconhecimento como trabalhadoras rurais; para poderem se sindicalizar e ser dirigentes; para compor as direções com as mesmas condições de trabalho e contra o assédio sexual e moral e todas as formas de violência. Sara Pimenta (2013) faz um importante registro de como as mulheres foram, ao longo dos anos, disputando e conquistando espaços e reconhecimento. Em seu estudo, ela mostra, a partir da análise dos anais dos Congressos da Contag, um pouco dessa caminhada. Durante o 2º (1973) e 3º (1979) Congressos, as mulheres eram citadas como “esposa do trabalhador” e representaram apenas 1% dos “trabalhadores rurais” ou “homens do campo” presentes; b) no 3º Congresso, no entanto, já se defendeu a aposentadoria da mulher como um direito, mas era necessário comprovar sua atividade rural junto à família. No 4º Congresso (1985), que contou com pouco mais de 2% de mulheres, as presentes incluíram nos debates a reivindicação de igualdade salarial e a denúncia do não-reconhecimento da trabalhadora rural na legislação previdenciária. Nesse evento, apresentaram uma moção cobrando o reconhecimento da mulher trabalhadora rural agricultora em regime de economia familiar. Esse foi um momento de grande questionamento das formas tradicionais da organização sindical, trazida pelo “novo sindicalismo”, em especial pela CUT (criada em 1983) (JALIL, 2013).

Em 1989, as mulheres conquistam a criação da Comissão Nacional Provisória da Trabalhadora Rural, vinculada à vice-presidência da CONTAG. No 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1991, que contou com 8% de delegadas, a luta foi por maior

participação das mulheres nos cargos de direção e nos diferentes espaços de deliberação, ao mesmo tempo que demandavam pela estruturação das comissões de mulheres e por mais formação política.

A adoção de um plano de lutas para a garantia de direitos (terra, igualdade salarial, aposentadoria, salário maternidade, creches, saúde, educação) e o enfrentamento de todas as formas de violência e discriminação, inclusive aquelas praticadas no interior do movimento sindical, integraram as deliberações do 5º congresso (PIMENTA, 2003)

Como resultado da pressão, o 5º congresso deliberou pelo reconhecimento da importância e da necessidade do respeito aos movimentos autônomos de mulheres para a construção de “uma política de alianças, a fim de fortalecer a luta de classe e gênero” (CONTAG, 1991). No começo da década de 1990, iniciaram-se os debates sobre as cotas de participação de mulheres nos partidos e movimentos sociais, sendo marcante a aprovação do mínimo de 30% de mulheres nos cargos de direção na Central Única dos Trabalhadores (CUT), medida já adotada desde 1991 pelo Partido dos Trabalhadores (DELGADO, 1996). Em 1995, as mulheres foram cerca de 13% das/os delegadas/os do 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores, que deliberou sobre o fortalecimento da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que passaria a ter regulamentação estatutária, recursos próprios e representação no Conselho Deliberativo da CONTAG, apenas nesse momento contando com a liberação da uma Coordenadora Nacional. Mesmo com este avanço, esse Congresso foi marcado pela exclusão das mulheres das negociações e da composição da chapa para a nova diretoria.

O 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (1998), finalmente reconhece em seu nome as mulheres, o que foi uma das expressões do processo de organização fortalecido pela Comissão Nacional de Mulheres. A quantidade de participantes mulheres no Congresso, 42%, mostrou a importância e o reflexo dos espaços de auto-organização para uma inclusão efetiva. Com a força feminina presente no Congresso, elas conseguiram aprovar a cota de no mínimo 30% de mulheres na direção da CONTAG, fazendo com que a nova diretoria executiva passasse a contar com 3 representantes. Foi aprovado ainda, nesse Congresso, o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – (PADRS). Enfim, nos anos de 1999, no 2º Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, delibera-se pela ampliação da política de cotas para todas as instâncias da Contag (federações, sindicatos, conselhos), além da participação de 50% de mulheres em todos espaços de formação.

Esse histórico, ainda que resumido, mostra que em 25 anos houve muita luta, mas também, conquistas importantes, que levaram inclusive, em 2017, à instituição da paridade nos cargos de direção da Contag. Estes feitos se tornam ainda mais importantes tendo em vista que, em parte desse período, o Brasil vivia sob um regime de exceção, no qual a luta por direitos de qualquer natureza era considerada subversiva. As conquistas inspiraram e resultaram em novos e inquestionáveis avanços, entre eles, a Marcha das Margaridas.

Em 2000, as mulheres trabalhadoras rurais realizam a primeira Marcha das Margaridas. Sua primeira edição ocorreu naquele ano sob o lema: “2000 Razões para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”. Após esta ação, que trouxe para Brasília 20 mil mulheres de todo o país, definiu-se que ela passaria a ser realizada de quatro em quatro anos e que teria um caráter formativo, de denúncia e de pressão social, assim como de proposição, diálogo e negociação com o Estado por políticas públicas. Ao longo das cinco edições (2000, 2003, 2007, 2011 e 2015) a capacidade de organização e mobilização foi sendo ampliada, chegando a alcançar o quantitativo de 100 mil mulheres reunidas em Brasília, em 2015. Tornou-se referência de ação de massa, sendo reconhecida como a maior manifestação de mulheres rurais do mundo (CONTAG, 2015).

Figura 2 - Marcha das Margaridas de 2000 nas ruas de Brasília



Foto: Marcha das Margaridas 2000/Acesso em 02/09/19,
<http://memorialdademocracia.com.br/card/margaridas-saem-em-marcha-por-justica>

A Marcha tem como principais objetivos, segundo o Caderno de Textos para Estudos e Debates de 2015, o fortalecimento e a ampliação da organização, da mobilização e da formação

sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais, reafirmando sua contribuição econômica, política e social para um desenvolvimento rural, que seja voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente, além da busca pelo diálogo e pressão por políticas públicas para o campo brasileiro (CONTAG, 2015). Sua principal luta tem sido por melhoria na qualidade de vida, especialmente para as mulheres, pautando questões referentes tanto à produção quanto à reprodução da vida no meio rural e, desde 2003, passou a incorporar em suas pautas o tema da agroecologia como um de seus eixos estruturantes.

A Marcha recebeu esse nome em homenagem a Margarida Maria Alves, que foi uma sindicalista de Alagoa Grande, na Paraíba, assassinada por latifundiários no dia 12 de agosto de 1983. A data se tornou referência para a realização das mobilizações e para as Jornadas das Margaridas, que se converteram em atividades anuais de monitoramento e negociação da pauta.

Figura 3 – Margarida Maria Alves



Foto: Margarida Maria Alves/ Acesso em 02/09/19
<https://jornalggn.com.br/memoria/margarida-alves-a-inspiradora-da-marcha-das-margaridas/>

Ao longo desses 15 anos, a pauta da Marcha das Margaridas foi acompanhando as mudanças políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais do País e do mundo, bem como aprofundando o diálogo com os avanços conceituais acadêmicos e os debates dos movimentos sociais. Dessa forma, seus lemas e eixos de debate foram incorporando novos temas e, a partir de sua terceira edição, a centralidade das demandas tornou-se a busca por um desenvolvimento rural sustentável, em consonância com as propostas de políticas públicas implementadas no Brasil a partir de 2003, quando a proposta de um governo democrático popular, personalizado

na figura do presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva, ascendeu ao poder. Foi a partir deste momento que o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS)⁵ encampado pelo movimento sindical rural, tornou-se uma meta de Governo.

O termo agroecologia surgiu explicitamente nos documentos da Marcha das Margaridas em 2003, mas passou a fazer parte de um dos seus eixos estruturadores apenas em 2007, junto ao debate de acesso à terra e à água. Ao longo desta pesquisa percebemos que esse movimento de incorporação da agroecologia como estratégica foi ocorrendo a partir dos debates e aproximações das mulheres rurais com o movimento agroecológico, bem como por meio da participação desse grupo em espaços de articulação e diálogo sobre a formulação das políticas públicas para o meio rural como, por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo).

Observando os lemas das cinco edições da Marcha das Margaridas, percebemos que desde sua primeira edição esteve no centro dos debates o questionamento ao modelo de desenvolvimento capitalista, neoliberal, expresso no meio rural pela implementação da revolução verde e sua modernização conservadora, que fortaleceu o setor do agronegócio e o latifúndio no Brasil. Em 2000, as mulheres trabalhadoras rurais, organizadas no movimento sindical rural, apresentaram essa bandeira de luta partindo da defesa do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Mas foi na terceira edição (2007) que o tema do desenvolvimento rural sustentável foi estabelecido como central no lema da Marcha, dando maior destaque a esse caminho como perspectiva política e caminho estratégico. Ao longo das edições, o debate sobre qual modelo de desenvolvimento as mulheres trabalhadoras rurais desejavam foi se adensando e complexificando. Nesse percurso, a agroecologia passa a ser apresentada como perspectiva possível e necessária para a construção desse desenvolvimento de cunho mais sustentável, solidário e inclusivo (BUTTO, 2017).

⁵. O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) foi resultado de um processo de mobilização da luta sindical na busca por apresentar alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento que vinha sendo implementado no Brasil na década de 1990. A partir dos debates em torno do 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais (1995) uma série de atividades de âmbito nacional, estadual, regional e municipal foram desencadeadas, a exemplo dos seminários regionais de desenvolvimento alternativo realizados pela Contag em 1996, que tiveram o intuito de construir propostas concretas. Os Gritos da Terra Brasil (GTB) foram fundamentais como processo de formulação e articulação de demandas por políticas públicas para o desenvolvimento do campo brasileiro. O projeto de pesquisa e formação CUT/Contag contribuiu para a elaboração e sistematização de propostas apresentadas, que organizaram os pontos centrais do Projeto, aprovados no 7º Congresso, em 1998. Um dos pontos aprovados foi o que tratava das relações de gênero e geração no meio rural, resultante de um intenso debate puxado pelas mulheres trabalhadoras rurais em busca do reconhecimento do seu trabalho.

Para entender o contexto desses debates é importante observar os movimentos e as organizações que contribuíram com as reflexões em cada período. Em 2000, a Marcha é apresentada como uma ação da Contag que envolve outros movimentos e organizações para compor sua coordenação ampliada, tratadas como colaboradoras ou parceiras, conforme é apresentado nos documentos e nas entrevistas. Essas entidades participaram de diferentes formas (em distintos níveis) e foram envolvidas nos diferentes processos como a definição dos eixos estruturantes, passando pela construção da pauta e pelo processo posterior de monitoramento das negociações com as várias instituições do Governo Federal.

Renata Moreno (2013) mostra como a cada edição as parcerias foram sendo ampliadas, agregando novos olhares, outras experiências e acúmulos políticos. De forma geral, o grupo central de coordenação tem sido composto por movimentos sociais sindicais, feministas e ambientais/regionais, assim como algumas Organizações Não-Governamentais, cooperativas e outras redes. Desde a primeira edição, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Miqcb), o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o Movimento Interestadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), assim como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) compunham essa articulação. Essas organizações e movimentos originam-se de realidades e formas de organizações diferenciadas (rurais, nordestinas, quebradeiras de coco, extrativistas, urbanas) e trouxeram temas, problematizações e reflexões que contribuíram para adensar o conteúdo político da Marcha das Margaridas.

Adicionalmente, a participação de entidades que vinham trabalhando com a perspectiva agroecológica, como Rede Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), a Associação Agroecológica Tijupá, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional Nacional (FASE), o Esplar - Centro de Pesquisa e Assessoria, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) contribuíram para trazer questões e problemáticas que o movimento agroecológico estava pautando em seu processo de organização e luta no Brasil (MORENO, 2013; AGUIAR, 2015; BUTTO, 2017). Essa aproximação foi fundamental para que a Marcha fosse se compreendendo, refletindo e questionando a construção do conhecimento agroecológico, em constante diálogo com o feminismo.

Como parte desse processo é interessante perceber que essa ação estratégica das mulheres trabalhadoras rurais foi se construindo e reconstruindo a partir da ampliação (a cada edição) de sua composição, com novas e diversas identidades de mulheres que foram se somando e compondo a Marcha das Margaridas, e que resultou na denominação coletiva de

“mulheres do campo, da floresta e das águas”, expressão da complexificação das concepções de desenvolvimento rural, de agroecologia, de luta das mulheres e do feminismo.

É interessante analisar como a Marcha contribuiu para a aproximação de movimentos que antes pouco dialogavam, por vezes tendo até tensões e divergências conceituais fundantes. Possibilitou a associação do debate de classe com os debates feministas e ambientais/ecológicos, colocando todas as lutas como importantes para a construção de uma sociedade justa e igualitária, economicamente viável e ambientalmente harmônica (BUTTO, 2017). Medeiros (2012) destaca que a contribuição do movimento feminista, que pôde ser visto nos diálogos entre os movimentos no processo de construção da Marcha das Margaridas, foi de

(...) descobrir pontos comuns à situação das mulheres, conferir à disputas privadas um alcance público e converter mal-estares pessoais em causas coletivas. As ativistas que vêm em seguida não inventam abruptamente os papéis que desempenham, mas habitam universos de sentidos que lhes são legados, reorganizando-os em favor dos novos desafios que se apresentam (MEDEIROS, 2012, p.19).

Nesse sentido, dialogamos nesse estudo com os conceitos de ‘mulheres rurais’ (SALES, 1999; PAULILO, 2016), utilizado por boa parte da produção do Governo Federal, na elaboração das políticas públicas e que considera toda a diversidade de experiências, identidades e trajetórias femininas no campo. Ao utilizarmos o termo nos referiremos a como as políticas públicas se referem ao conjunto das mulheres. Também utilizamos o conceito de ‘mulheres trabalhadoras rurais’ (PIMENTA, 2013; AGUIAR, 2017; BUTTO, 2017), construído pelas sindicalistas com o intuito de demarcar a necessidade do reconhecimento do trabalho realizado por elas no meio rural; e com o conceito de ‘mulheres do campo, da floresta e das águas’ (AGUIAR, 2016; BUTTO, 2017), construída através da incorporação de diversas identidades dentro dos debates entre os movimentos e destes com os governos, identidade explicitada em 2015 nos documentos da Marcha das Margaridas. Ao citarmos o termo, a referência se dá às mulheres que de seus diferentes lugares de vida e atuação são parte de um processo de organização e luta puxado pelas mulheres do movimento sindical rural.

Sobre seu processo de articulação é interessante perceber como a Marcha agregou, desde o início, movimentos sindicais, organizações feministas e de mulheres, assim como entidades ambientais e agroecológicas. Essa composição demonstra a diversidade de concepções políticas que se somaram a essa ação, cada uma delas trazendo suas visões de mundo, pautas prioritárias, estratégias e táticas utilizadas em suas mobilizações. O quadro 2 contribui para visualizarmos

o amplo arco de alianças (re) construído a cada edição, agregando os mais diversos movimentos, de todas as regiões, territórios, identidades, países.

Quadro 2 – Organizações promotoras e parceiras da Marcha das Margaridas por edição

	Organizações promotoras/Promoção	Organizações apoiadoras/Parceiras
2000	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetags); Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE); Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); União Brasileira de Mulheres (UBM); Movimento de Luta pela Terra (MLT); Movimento das Quebradeiras de Coco (MNQC)	Sempre Viva Organização Feminista (SOF); Associação Agroecológica Tijupá; Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE Nacional); GTA da Amazônia; OXFAM Internacional; Cáritas Brasileiras; Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE); Fundo SAAP (Serviço de Análise e Assessoria a Projetos); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP)
2003	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) / Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetags)/ Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Secretaria de Mulheres do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE); Movimento de Luta pela Terra (MLT); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Miqcb).	Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); Sempre Viva Organização Feminista (SOF); Marcha Mundial das Mulheres/ Brasil; Fórum Carajás; Loucas de Pedra Lilás; ONG Casa Lilás, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (REDE LAC); Fundação Heinrich Boll Oxfam Internacional; Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM); Cáritas Brasileiras; Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE); Fundo SAAP (Serviço de Análise e Assessoria a Projetos); Crithian Aid; Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD/MDA); Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM); Ministério do Desenvolvimento Rural (MDA)
2007	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetags); Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs); Central Única dos Trabalhadores (CUT);	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE); Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); Marcha Mundial das Mulheres (MMM); Rede de Mulheres Rurais da Americana Latina e Caribe (Rede LAC);

		Confederação de Produtores Familiares Camponeses e Indígenas do Mercosul Ampliado (Coprofam)
2011	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetags); Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs);	Central Única dos Trabalhadores (CUT); Central das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do Brasil (CTB); Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE); Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); Marcha Mundial das Mulheres (MMM); União Brasileira de Mulheres (UBM); Rede de Mulheres Rurais da Americana Latina e Caribe (Rede LAC); Confederação de Produtores Familiares Camponeses e Indígenas do Mercosul Ampliado (Coprofam); Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).
2015	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetags); Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Central das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do Brasil (CTB);	Marcha Mundial das Mulheres (MMM); Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); União Brasileira de Mulheres (UBM); Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE); Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); Grupo de Trabalho (GT) Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).

Fonte: A autora.

Também podemos ver como a Marcha ampliou suas articulações para além das fronteiras dos países, transnacionalizando suas lutas. Sonia Alvarez (2000) lembra que o final da década de 1990 foi marcado pelo contexto de globalização dos feminismos, quando esses ampliaram suas arenas políticas de atuação ao mesmo tempo em que sua contestação discursiva ganhou maior legitimidade, constituindo o que Nancy Fraser (2004) define como “*contra-públicos subalternos*”.

Sobre a transnacionalização das lutas e a perspectiva feminista, Leonilde Medeiros (2012) cita Tarrow (2005) que considera que o internacionalismo é uma ampla rede de instituições, regimes, práticas e processos que incluem/dialogam com atores estatais e adentram pela e na política doméstica de diferentes países. Esse aspecto é trazido com grande força pelo movimento feminista, na medida em que esse tem como uma de suas principais questões tornar político o espaço privado. O autor nega o discurso de que há dicotomia entre o local e o global, acreditando que esses espaços dialogam e aproximam Estados e a política internacional,

trocando experiências, formas de ação e interpretação de mundo e até mesmo novas identidades. Um exemplo interessante foi a experiência pioneira da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe, a REDE LAC, que teve suas ações iniciadas em 1990 e se constituiu a partir de um encontro que reuniu 230 mulheres líderes rurais, de 100 organizações de 21 países, em Fortaleza, no ano de 1996. Vanete Almeida, fundadora e coordenadora da Rede, foi fundamental para sua organização, que chegou a representar 25 mil trabalhadoras rurais de 23 países do mundo (JALIL, Laeticia, 2013).

Figura 4 – Vanete Almeida



Foto: Vanete Almeida/ Acesso em 02/09/19, <https://revistatrip.uol.com.br/trip-transformadores/vanete-de-almeida-morre-aos-69-anos>

A Marcha das Margaridas mostra esse esforço de construção de uma agenda comum entre diferentes organizações, com culturas e histórias distintas, envolvendo, como menciona Cohen (2003), uma série de dificuldades na tradução de laços e demandas locais para uma pauta mais genérica, na qual questões particulares podem ser ressignificadas em outros termos ao ultrapassar fronteiras locais e, assim, se ampliar e, possivelmente, produzir novas tensões.

Um exemplo significativo que mostra como a Marcha tem buscado ampliação e transnacionalização de suas lutas foi a participação de uma delegação internacional na 5ª Marcha das Margaridas com 40 mulheres, representantes de organizações de 16 países. Essas mulheres participaram, em Brasília, de um seminário internacional que culminou na formação de uma rede de articulação internacional de mulheres rurais denominada “Rede Margaridas do Mundo” e na elaboração de uma carta em que estão pautadas as demandas das mulheres do campo, da floresta, das águas do mundo. Nesse sentido, Boaventura Santos (2008) afirma que

(...) o potencial antissistêmico ou contra-hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas formas de organização e os seus objetivos. Portanto, para que essa articulação seja possível, é necessário que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis (SANTOS, 2008, p. 35).

Sherer-Warren (2008) destaca desafios que também estiveram presentes em alguns momentos no processo de construção da Marcha das Margaridas, como, por exemplo, a complexidade de temáticas e demandas, expressa nas amplas pautas apresentadas ao Governo; a dificuldade de conciliação de temáticas prioritárias, em especial no que se refere às principais cobranças, nos aspectos dos quais não é possível abrir mão; o encontro e desencontro de agendas e de interesses; o diálogo (ou falta de diálogo) intercultural, intergeracional, interétnico, inter-regional, entre outros.

Esse rico processo da Marcha das Margaridas se deu em um contexto de ampliação da participação social e política e de fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil, após o período de redemocratização do país, resultante das lutas dos movimentos sociais desde a década de 1970 pela democratização do regime, assim como pela melhoria da qualidade de vida e do acesso aos serviços públicos. Vale destacar que, ao longo de todo esse tempo, as mulheres estiveram presentes, mesmo que historicamente invisibilizadas, tanto por intermédio de sua presença expressiva dentro dos movimentos mistos, quanto em movimentos feministas autônomos que buscavam constituir as mulheres - que ainda eram ligadas apenas aos espaços privados - como sujeitos coletivos, como sujeitos políticos (FARAH, 2004).

As duas últimas décadas do século XX, foi um período efervescente de processos organizativos de mulheres rurais, que gerou em todo o país a criação de movimentos específicos que deram força para os movimentos de mulheres e feministas que vieram depois. No Nordeste, vimos a criação do Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC), em Pernambuco, no ano de 1982. Em 1986, a partir da necessidade de mulheres sindicalistas rurais, foi criado o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), ainda hoje atuante e parte da coordenação ampliada da Marcha das Margaridas.

Na região Sul do Brasil, surge, em 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), que passa a compor o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em 2004; e os grupos “Margaridas” e as “Mulheres da Roça” (1986), que, posteriormente, deram origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), movimento

estadual autônomo criado em 1989. Em 1988, a Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul se constitui, reunindo as mulheres de toda região.

De caráter nacional, foi formado em 1995 a Articulação Nacional dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) que conseguiu reunir todos os movimentos organizados de mulheres naquele período no Brasil, tanto os articulados com os sindicatos do sistema Contag quanto as organizações vinculadas ao MST e à Via Campesina. Em 2004, ela se filiou à Via e passou a se denominar MMC, o que não foi consenso, fazendo com que em Pernambuco se mantivesse o MMTR-PE (PAULILO e BONI, 2016).

Ao mesmo tempo em que houve o fortalecimento dos partidos e dos movimentos sindicais e ambientais, deu-se uma forte convergência entre as mulheres nos/dos movimentos mistos e o movimento feminista, que tinha como objetivo central a superação da desigualdade estrutural entre homens e mulheres na sociedade capitalista e patriarcal. Juntas, as mulheres denunciavam tanto as desigualdades de classe quanto de gênero⁶, pautando tanto temas específicos às suas vidas, como saúde, sexualidade, violência sexista, direito à creche, quanto críticas à ação do Estado (FARAH, 2004).

Leonilde Medeiros (2012) lembra que, na década de 1980, o processo de redemocratização do país culminou com o aparecimento do que ficou conhecido como o “novo sindicalismo” e com a constituição de experiências políticas inovadoras que se definiram como classistas, como é o caso da formação do Partido dos Trabalhadores, no início dos anos 1980. “Não é difícil perceber o quanto segmentos que até há pouco pareciam secundários ou inexpressivos ganharam força política no cruzamento de identidades étnicas e classistas” (MEDEIROS, 2012, p.12). Tal abertura política ao debate e o fortalecimento dos espaços de organização e luta sindical foram vistos pelas mulheres como uma oportunidade de trazer à tona suas vivências cotidianas de opressão, de violência, de invisibilidade e de isolamento ao espaço privado, possibilitando que elas passassem a se organizar a partir da identidade de mulheres trabalhadoras rurais dentro dos movimentos sindicais (MEDEIROS, op. cit.).

2.1. E o que a Marcha das Margaridas é, mesmo?

⁶ Consideramos gênero, a partir da definição de Scott, como categoria de análise que retrata a construção social e histórica do feminino e do masculino e as relações desiguais entre os sexos (SCOTT, 1995).

Essa pergunta foi uma constante durante a pesquisa, pois a cada leitura, a cada conversa, várias foram as formas como a Marcha das Margaridas foi sendo identificada: às vezes como mobilização ou ação (e como um evento); outras como articulação; muitas como movimento, por vezes como rede. Nos documentos da Contag, geralmente a referência é a uma mobilização ou ação das mulheres do campo, das águas e das florestas (antes das trabalhadoras rurais ou do campo e das florestas).

Eu vejo mais como uma ação em que há por parte das companheiras da Contag a intenção de transformar essa ação em um processo mais permanente. Mas eu acho que enquanto processo permanente tem uma coisa mais vinculada às mulheres da Contag, internamente na Contag (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

Para mim não é um evento, é uma ação onde a cada quatro anos as mulheres debatem... A cada 3 anos, por que elas fazem no quarto ano, mas a Marcha começa a preparar um ano antes, um ano e alguma coisa antes (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

Muitas pessoas consideraram a Marcha como uma grande articulação, como um espaço de diálogo e troca que, mesmo proporcionando uma identidade comum, não consegue ter um processo orgânico de atuação continuada. Algumas entrevistadas destacaram esforços em manter a unidade na ação entre os anos de Marcha, mas afirmaram que os debates acabam se concentrando no processo de sua organização. O fato de a Contag, como coordenadora, como responsável por sua realização, ter um papel maior de tomada de decisões faz com que a Marcha ainda tenha uma relação mais profunda com o movimento sindical rural. A percepção da Marcha como Rede veio de algumas pessoas, mas sem muita clareza do que diferenciaria uma articulação de uma rede.

(...) na prática a Marcha das Margaridas é muito mais uma grande rede essa é a minha leitura, não é só uma mobilização. Eu acho que ela é um espaço onde a gente consegue dialogar com todo mundo. Na Marcha... eu acho que ela é uma grande Rede, com os vários movimentos (...) organicamente eu não diria que é um movimento (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas).

Quem negou sua identidade como rede afirma que há diferenças entre suas diversas fases, entre uma Marcha e outra, e que ela acaba não sendo contínua, não tendo uma ação permanente como algumas gostariam que fosse.

Há quem afirme que a Marcha das Margaridas pode ser considerada como um movimento, mesmo que um movimento dentro da Contag. De maneira geral, a concepção de movimento é colocada mais como uma perspectiva, como um vir a ser, algo que pode se

constituir a partir de uma relação construída na construção dessa ação que toma corpo a cada 4 anos. No entanto, afirma-se que ela ainda não é organicamente um movimento, estando mais próxima das ideias de articulação ou de uma grande rede, com vários movimentos, onde todo mundo consegue dialogar.

Eu vejo a Marcha das Margaridas como um movimento que caminha (...) por dentro da Contag. (...) ainda são as mulheres trabalhadoras rurais da CONTAG com a capacidade maior da Marcha em mobilização (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

Agora eu acho que é um movimento em análise. (...) Eu até acho que é um novo feminismo, um feminismo rural, sabe? Não é a mesma coisa do feminismo urbano, não é. É um novo feminismo que nós estamos construindo. Nós estamos construindo teoria política, sabe? Eu não sei analisar essa teoria, mas sei que o que nós estamos fazendo na Marcha das Margaridas é construindo teoria, prática política para ser analisada (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

2.3. Feminismo no campo e a luta das mulheres rurais

Como Ana de Miguel (1995, p.217), pensamos que o feminismo esteve presente “sempre que as mulheres, individual ou coletivamente, se queixaram de seu injusto e amargo destino sob o patriarcado e reivindicaram uma situação diferente, uma vida melhor⁷”. Tendo o feminismo como categoria de análise, refletimos sobre as mudanças conceituais, teóricas e práticas que vem acontecendo nas últimas décadas e de que maneira elas se expressam no processo de articulação e luta da Marcha das Margaridas no Brasil.

Ao longo da História, diferentes foram as formas como as mulheres se articularam, tanto na teoria quanto na prática, para apresentar suas reivindicações e construir suas estratégias de ação, sempre marcadas pelos debates da igualdade e da diferença. As referências históricas e as vertentes mais conhecidas são marcadas pela forte influência europeia (anglo-saxã e francesa) e norte-americana, que dividem o feminismo em pré-moderno, no período da antiguidade; moderno, século VII até o século XX; e contemporâneo ou pós-moderno, do final da década de 1980 até os dias de hoje (DE MIGUEL, 1995).

Algumas autoras dividem a história do feminismo em ondas. A primeira onda, do fim do século XIX até meados do século XX, foi marcada pelas reivindicações por igualdade de direitos, em especial os direitos civis e políticos, sendo a luta sufragista um de seus marcos. A segunda onda, dos anos 1960 até final dos anos 1980, demarca a existência de uma dominação dos homens sobre as mulheres e das relações desiguais de gênero, para além questão de classe;

⁷ Livre tradução da autora.

buscava entender as causas das injustiças e desigualdades, a construção das subjetividades e da sexualidade feminina, marcadas pelas visões do feminismo da igualdade e da diferença. A terceira onda, do final dos anos 1980 até os dias atuais, vem sendo marcada tanto pelos estudos de gênero, com as teorias do patriarcado, as marxistas e as pós-estruturalistas, quanto pelos estudos pós-feministas ou pós-modernas e sua perspectiva culturalista.

As diferentes abordagens teóricas, no entanto, não estão limitadas a um período histórico e passam por diferentes formulações a partir do lugar de análise. O feminismo liberal, no período moderno, por exemplo, foi marcado pela firme defesa, a partir da Revolução Francesa e do Iluminismo, dos direitos civis e políticos como igualdade e liberdade; pela desnaturalização das diferentes capacidades dos sexos; e pela crença de que a educação era responsável pelo tratamento desigual dado a homens e mulheres. No período contemporâneo tem sua expressão mais próxima à lógica neoliberal, marcado pela perspectiva individualista, empreendedora e de ajuste no/ao capitalismo.

Mesmo com uma aproximação ao feminismo liberal, no que se refere ao ideal igualitário, o feminismo marxista marca sua crítica socialista ao capitalismo, considerando não ser possível um mundo igualitário e justo ansiado pela luta feminista nos marcos do capital, que tem interesse em manter e aprofundar as desigualdades. Marcado pela análise econômica e pela valorização dos direitos relacionados ao trabalho, o feminismo marxista vê como causa da subordinação feminina a própria organização da economia e do mundo do trabalho, pautando o acesso aos meios de produção e o fim da divisão sexual do trabalho (SAFFIOTI, 2004).

Já o feminismo radical é marcado por considerar que a raiz da dominação masculina está no patriarcado, que separa e hierarquiza princípios e valores com base em dualismos como razão/emoção, objetivo/subjetivo, público/privado, homem/mulher. Essa ideologia estruturante parte da ideia da natureza inferior e imutável das mulheres, o que justificaria a opressão e sujeição impostas a elas, expressa no controle dos seus corpos e vidas: a dominação se dá, então, segundo essa corrente, a partir do sistema de dominação social do sexo (SAFFIOTI, 2004).

O feminismo pós-moderno é marcado pelo debate sobre as diversidades das mulheres, pelo questionamento à visão da mulher como um ser homogêneo que desconsidera as suas várias vivências e performances. Essa perspectiva tem contribuído para trazer à tona debates sobre as realidades das mulheres negras, das lésbicas, das indígenas e camponesas, e os feminismos (que passaria a ser tratado no plural), trazendo reflexões sobre a necessidade da interseccionalidade ou da consubstancialidade. Há ainda fortes embates, expressos pela teoria

queer, na qual o feminismo é acusado de manter e reforçar a visão dicotômica do mundo entre homens e mulheres, como afirma Françoise Collin (2009).

Nessa perspectiva, a referida construção histórica do feminismo – tratada por algumas como hegemônica e dominada por uma visão do “norte global” - tem sido questionada por diversos grupos e organizações feministas por ser considerada uma visão unilateral, eurocêntrica, branca e elitista. Vale destacar que essa concepção também acaba por generalizar a ideia do feminismo que foi construído entre as décadas de 1960 e 2000, no âmbito acadêmico europeu e estadunidense, como nos conta Rocío Medina Martín (2013). A crítica se apresenta a partir de um movimento de busca por visibilizar processos de vida, de organização e de luta das mulheres inseridas nos países que compõe o “sul global”, apresentado como feminismos outros ou feminismos periféricos, por Rocío Medina Martín (2013). De forma geral, sua ideia é recuperar e dar centralidade à luta das mulheres negras, indígenas, populares, lésbicas, a partir da construção do que seriam os feminismos decoloniais, pós-coloniais, negros, comunitários, lésbicos, questionando um processo histórico de invisibilidade. Esse processo tem buscado destacar os distintos lugares e opressões específicas vividas pelas mulheres, decorrentes de sua raça, classe, orientação sexual: “Demorou algum tempo para percebermos que o nosso lugar era precisamente a casa da diferença e não a segurança de uma diferença particular” (LORDE, 1982).

Não nos aprofundaremos aqui, mas é interessante conhecer um pouco dos principais feminismos que vêm se fortalecendo, tais como o feminismo negro, o lésbico, o chicano, o comunitário e o camponês.

O feminismo negro, a partir de autoras como Bell Hooks (1984; 1994; 2000), Angela Davis (1998; 1999; 2016), Patricia Hill Collins (1996; 2000; 2015), Sueli Carneiro (2001; 2011), Lélia Gonzalez (1982; 1983); Luiza Bairros (1995; 2006), demarca fortemente a realidade vivida pelas mulheres negras, oprimidas pelos/as brancos/as (homens e mulheres) e pelos homens negros. Elas afirmam que as lutas feministas por direitos civis, sociais e políticos só contribuíram para mudar a vida das mulheres brancas, mantendo as negras em um lugar de submissão. Consideram ser fundamental o olhar interseccional entre gênero, raça e classe (MEDINA, Rocío, 2013).

O feminismo lésbico se fortalece trazendo para o centro das discussões a necessidade de questionamento e enfrentamento ao heteropatriarcado, à heteronormatividade e à heterossexualidade obrigatória. Monique Wittig (2001), Adrienne Rich (1981) e Ochy Curiel (2007) são algumas das autoras que tratam dessa temática. Elas consideram que o amor entre

as mulheres é uma forma de resistência e de descolonização de seus corpos (MEDINA, Rocio, 2013).

O feminismo “*chicano*” faz duras críticas aos essencialismos e à ideia criada de um humanismo fictício e tem Gloria Anzaldúa (2000) como referência. Nesse percurso tem-se constituído ainda um feminismo comunitário que centra sua reflexão na conexão entre as mulheres, seus corpos, seus territórios, sendo a comunidade o lugar de identidade, de vida e de resistência, que engloba um feminismo indígena, que busca construir-se a partir de um processo de luta das mulheres desde a sua cosmovisão e da percepção de sua relação com *la madre tierra* para a construção do *buen vivir*. Autoras como Julieta Paredes e Adriana Guzmán (2014), Lorena Cabnal (2010) e Maria Galindo (2013) têm sido fundamentais no processo de construção de concepções teóricas e práticas desse novo feminismo (GARGALLO, 2014).

Tem sido construído ainda o conceito do feminismo camponês e popular, a partir das mulheres organizadas em torno da Via Campesina, especialmente na América Latina, que se coloca como uma tentativa de aproximar o feminismo e a luta pela emancipação humana a partir da perspectiva das mulheres camponesas, desde a sua realidade de vida, trabalho e relações, na luta contra o patriarcado e o capitalismo. Buscam resignificar os conceitos de família, de trabalho, de cozinha (aproximando produção e reprodução), de natureza, a partir da valorização do que as mulheres têm construído para a soberania alimentar. Pretendem ainda, a partir do debate das classes, aproximar-se das trabalhadoras das classes mais desfavorecidas do campo e das cidades, fortalecendo a luta das classes populares. Esse debate integra um projeto político emancipatório no qual as mulheres camponesas possam se ver e se reconhecer como sujeitos da transformação (BUTTO, 2017). Nesse sentido, Ísis Menezes Táboas (2018) define o Feminismo Camponês Popular:

Feminismo Camponês Popular é o nome atribuído à construção de um projeto político essencialmente vinculado à realidade concreta e cotidiana das mulheres camponesas latino-americanas, uma prática política em constante construção que se apoia em um tripé – organização popular, formação política e luta de massas – e tem como horizonte a libertação das mulheres e do povo latino-americano, entendendo que esta é uma realização coletiva, não uma tarefa para ser cumprida individualmente (...) Reflete fundamentalmente as práticas diárias de resistência à dominação-exploração patriarcal-racista-capitalista protagonizada por mulheres camponesas latino-americanas (p. 124)

Nesse processo alguns debates são inovadores, outros seguem e aprofundam as questões trazidas pela epistemologia feminista e pelas teorias críticas à ciência androcêntrica,

eurocêntrica e etnocêntrica, abrindo um amplo leque de elementos a serem estudados, tais como a imposição da heteronormatividade pelo patriarcado; o mito da autossuficiência masculina; a necessidade de refletir sobre a conexão entre corpo e território. A relação entre individualidade e coletividade, por exemplo, volta ao centro dos debates (MARTIN, 2013; GARGALLO, 2014)

No bojo dessas discussões, o conceito de interseccionalidade, conforme trata Kimberlé Crenshaw (2002), tem sido intensamente debatido ao trazer a necessidade de reflexão sobre como se dá a articulação entre diferentes opressões, por exemplo de gênero, raça, religião, região, pensando-as não apenas como uma soma de sujeições, mas como sobreposições que pesam sobre a realidade das mulheres. Já o conceito de consubstancialidade (KERGOAT, 2010) problematiza a interseccionalidade por considerar que essa não parte das relações sociais fundamentais (sexo, classe, raça) em toda sua complexidade e dinâmica e que, ao colocar na centralidade o par gênero-raça, deixa a dimensão da classe social em um plano menos visível. Essa autora considera que o conceito de consubstancialidade possibilita uma compreensão não-mecânica das relações de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em uma tripla dimensão: de classe, de gênero e de origem (Norte/Sul). Ela afirma que essa perspectiva de análise não pode se constituir a partir de noções geométricas como imbricação, adição, intersecção e multiposicionalidade, pois elas se dão de formas móveis, ambíguas e ambivalentes - sendo necessário, portanto, analisá-las de acordo com uma configuração dada às relações sociais em que o gênero (ou a classe, ou a raça) será ou não unificador. O que há são antagonismos ou solidariedade. Sua tese afirma que:

(...) as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se coproduzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 94)

Em tal contexto, mostra-se de grande relevância a reflexão de Sandra Harding (1993) ao refletirmos sobre como se dão esses percursos epistemológicos e políticos do feminismo, quando ela se refere à instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista e à falta de um esquema permanente de construção das explicações como princípio válido para a análise e como recurso de pensamento e prática. “As categorias analíticas feministas devem ser instáveis - teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais” (HARDING, 1993, p. 11).

2.3.1 O feminismo no Brasil e a Marcha das Margaridas

Considerando tais aspectos históricos e analíticos, é importante conhecer como este movimento tem se organizado o feminismo e a luta das mulheres rurais no Brasil. Céli Regina Jardim Pinto (2003), ao olhar para a história do feminismo no País, também a apresenta como fases: uma, primeira, marcada pela luta por direitos políticos de participação e voto e pela ação das mulheres anarquistas, do final do século XIX a meados do século XX; uma segunda fase, em que a luta contra a ditadura e pela redemocratização do país foi o contexto de reação e da rearticulação dos partidos e dos movimentos sociais, em especial pelos movimentos de mulheres e feministas e pelas organizações do campo, entre os anos 1960 e 1980; e uma terceira fase, na qual o neoliberalismo impõe sua agenda e os movimentos feministas passam por um processo de institucionalização e fragmentação e por uma grande ebulição e ampliação das lutas no meio rural.

Desde uma perspectiva feminista, olhar para as lutas das mulheres rurais entre as décadas de 1970 e 1990 no Brasil nos remete a um processo de intensa busca por sair da invisibilidade e do isolamento do mundo privado para o reconhecimento de seu trabalho produtivo, por intermédio da afirmação nos espaços públicos e, especificamente no movimento sindical, da identidade de mulheres trabalhadoras rurais. Serem consideradas como trabalhadoras era parte de uma longa caminhada de afirmação de sua contribuição social, econômica e política, que deveria se expressar nas leis, nas políticas públicas, nos movimentos e na sociedade (HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

Entre os anos de 2000 e 2010, o movimento de mulheres rurais no Brasil viveu um intenso processo de organização, articulação e mobilização, que tem na Marcha das Margaridas uma importante referência. Quanto à perspectiva feminista, percebe-se que esta vai amadurecendo na Marcha das Margaridas à medida em que as reivindicações das mulheres por reforma agrária, acesso à água, por saúde integral e contra a violência passam a ser compreendidas como parte de uma luta contra o patriarcado. A Marcha vai se constituindo, assim, como um espaço de construção de sujeitos feministas, como afirma Andrea Butto (2017).

Refletindo sobre a questão da afirmação das diferentes identidades no processo de luta e transformação do mundo, em especial no movimento feminista, percebemos que as mulheres organizadas em torno da Marcha das Margaridas também passaram a explicitar suas diferenças e buscar o reconhecimento de suas especificidades. As identidades das mulheres vão se somando e complexificando, passando da afirmação das ‘mulheres trabalhadoras rurais’

(marcada pelas sindicalistas vinculadas à Contag), para ‘mulheres do campo e da floresta’, posteriormente acrescida da identidade das mulheres das águas e, em 2015, às ‘Margaridas’. Essa nova forma de identificação mostra-se como expressão da visibilidade e da força que esse processo de mobilização e articulação das mulheres ganha tanto dentro no movimento sindical quanto no diálogo sobre as políticas públicas e nas negociações com os governos (AGUIAR, 2015).

Sobre esse movimento de (re) construção de identidades, Maria da Glória Gohn (2013, p.31-32) destaca que “um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos [...] o reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política”.

Essa reflexão é relevante para a pesquisa na medida em que se considera que as identidades que vão se somando às mulheres que constroem a Marcha das Margaridas têm relação direta com as novas pautas que foram se somando no processo de debate, o que fez com que novas concepções sobre os caminhos para o desenvolvimento rural entrassem nas reflexões, assim como novos repertórios de ação coletiva (TILLY, 2006 *apud* MEDEIROS, 2012), gerando momentos de tensão e de mudanças políticas.

Nesse sentido, Medeiros (2012), considera que o sujeito coletivo se forma no próprio processo do conflito, constituindo identidades essencialmente provisórias e relacionais e mostra como há um processo de revalorização das dimensões culturais, ampliando a percepção sobre o que é considerado político. Tais olhares ajudam a entender os processos vividos pelas mulheres que construíram a Marcha das Margaridas em um movimento de se repensar e ampliar suas alianças, buscando acolher e representar cada vez mais outras experiências e realidades.

Esse movimento de afirmação e acolhimento das diferentes identidades e realidades das mulheres no processo de ampliação das articulações da Marcha das Margaridas pode ter contribuído para que tal mobilização e suas reivindicações fossem tornando-se mais complexas e completas, dando mais força social e política à luta por uma causa que somou bandeiras de luta do movimento sindical rural, do movimento feminista, do movimento socioambiental, incluindo até mesmo temas referentes ao movimento urbano (BUTTO, 2017; AGUIAR, 2017). A Contag, a CUT e a CTB explicitam suas formas de atuação e demandas sindicais e do mundo do trabalho, tanto rural quanto urbano. Ao mesmo tempo, organizações como o Movimento Interstadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (Miqcb) e Conselho Nacional de Extrativistas (CNS) foram fundamentais para qualificar os debates em torno dos temas ambientais, territoriais e da sociobiodiversidade. A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e,

posteriormente, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a União Brasileira de Mulheres (UBM), assim como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) trouxeram experiências e pautas próprias dos movimentos feministas (BUTTO, 2017; AGUIAR, 2017). Toda essa diversa composição e a intensa capacidade de construção de alianças e parcerias se tornaram uma importante fortaleza da Marcha das Margaridas em seu processo de constituição e ampliação, para além de uma simples mobilização ou evento.

Na edição da Marcha das Margaridas de 2015, as diversas identidades e as lutas específicas das mulheres negras, quilombolas, indígenas, jovens, da terceira idade são explicitadas no Caderno de Textos e nas Pautas entregues ao Governo Federal e ao Legislativo (Figura 5), nos quais afirmaram os lugares de vida e resistência dessas mulheres desde seus territórios, seus biomas, suas regiões, seus corpos, suas idades (CONTAG, 2015).

Figura 5 – Quebradeira de coco babaçu na Marcha das Margaridas de 2015



Foto: Quebradeira de Coco Babaçu na Marcha das Margaridas de 2015/ Acervo Contag

Mesmo compreendendo a importância da dimensão cultural do reconhecimento das diferentes identidades, consideramos tal qual Nancy Fraser (2001) em sua teoria da justiça social, que outros elementos também são centrais nas lutas sociais, feministas, e da Marcha das Margaridas ao longo de sua história: a dimensão política da representação e a dimensão econômica da distribuição. Olhando para a Marcha das Margaridas por essa perspectiva, conseguimos identificar que todas essas dimensões estão presentes em seu processo de organização e luta.

A dimensão cultural do reconhecimento está marcada especialmente em seu processo de organização inicial, quando elas afirmam a identidade de mulheres trabalhadoras rurais, demarcando seu lugar como agentes de transformação do campo a partir do seu trabalho e da vivência de opressão e violência que vivem pelo fato de serem mulheres. Essa dimensão, todavia, passa por momentos de reflexões constantes, que resultam na ampliação de suas identidades, à medida em que passam a abrir o olhar para as diversas condições que as oprimem de maneira diferenciada: a partir da geração, da sexualidade, da classe e das realidades regionais/por biomas que elas vivenciam. Essas reflexões resultam na expressão da identidade das mulheres do campo, da floresta (e posteriormente também das águas) e, finalmente, como Margaridas.

A dimensão política da representação perpassa todas as suas edições, desde seus objetivos fundantes, passando por suas pautas, demandas e concepções, visto que esse é um processo de articulação e mobilização, antes de mais nada, para o fortalecimento da participação política das mulheres rurais, no qual sua força coletiva se dá a partir do reconhecimento, da valorização e da visibilização de sua contribuição política para as lutas sindicais e feministas. Essa dimensão se expressa na luta contra um processo histórico de exclusão, tanto nas suas demandas frente ao poder público, para os governos, pelo reconhecimento de seu papel político e público, quanto para o próprio movimento sindical, na pauta interna apresentada que pressiona por avanços na igualdade de condições de atuação e participação, a exemplo da luta por cotas e/ou paridade.

Por fim, a dimensão econômica da distribuição vai se fortalecendo ao longo do acúmulo de debates e reflexões, emergindo a partir das necessidades concretas das mulheres em seu cotidiano de busca pela sustentabilidade da vida, muito marcada pelos debates em torno da organização produtiva, e sendo fortalecida pelos diálogos em torno das políticas públicas que foram sendo construídas em respostas às suas demandas.

Ao mesmo tempo, nesse exercício de reflexão sobre o movimento, a elaboração e a ação do feminismo, podemos identificar na articulação e organização da Marcha das Margaridas a busca por construir um processo que considere as diversas identidades das mulheres rurais brasileiras, brancas, negras, jovens, da terceira idade, quilombolas, indígenas, na tentativa de se constituir como um espaço de unidade, de encontro, de construção de um feminismo comum a partir do respeito e das contribuições dos diferentes olhares das culturas e identidades múltiplas.

Considerando este referencial teórico e histórico, é interessante refletir sobre a forma pela qual esse processo de construção de novos feminismos (periférico, popular, camponês) poderia convergir na ideia do feminismo como um espaço de encontro das lutas antipatriarcais, antiracistas, anticapitalistas, anti-etnocêntricas, em uma perspectiva consubstancial. Tendo a acreditar que é possível sim, e que o exemplo da Marcha das Margaridas possa ser visto como um lugar de construção de um feminismo consubstancial, do encontro e reconhecimento das diversas identidades somando causas e construindo caminhos comuns.

2.3.2 Marcha das Margaridas – Feminista ou não?

Ao longo das entrevistas, o debate em torno do feminismo mostrou os desafios relativos a uma ação específica, protagonizada pelas mulheres, dentro de um movimento sindical rural misto.

Algumas falas reforçam o fato de a Contag ser um movimento classista, misto, com mulheres, e não um movimento feminista, mas com militantes e ações feministas dentro de organização, inclusive para além da Marcha das Margaridas. Também chamou atenção para o fato de a Marcha das Margaridas não poder ser vista apenas como um gueto de mulheres dentro da Contag: ela precisa envolver o coletivo da organização, assim como as outras mulheres e/ou feministas da direção ou da equipe de assessoras que atua no movimento. Nesse processo, algumas falas reforçam que a Marcha - como espaço de luta das mulheres rurais - também possibilitou a construção de sujeitos feministas dentro e fora do movimento sindical rural, como analisa Andrea Butto (2017).

Na primeira Marcha a gente não conseguia falar do feminismo como uma coisa geral, mas eu me lembro que nos estados já traziam a coisa mais elaborada. Foi o Ceará que fez a camiseta lilás (símbolo do feminismo), enquanto todas as outras fez verde. Depois eu me lembro que na Marcha de 2003 toda a estratégia para colocar o lilás e a gente fez essa atividade de formação na preparação. Então eu acho que teve um crescente. Tinha na coordenação da Marcha das Margaridas essa visão do feminismo, mas como ir colocando de forma geral pro conjunto das mulheres foi um processo. E foi um processo que foi crescendo, foi crescendo tanto em torno dos símbolos feministas... que passa pela cor, que passa por outras questões, mas também de como o conteúdo aparece (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag).

Como trazem algumas entrevistadas, o feminismo sempre foi uma palavra meio “maldita”, principalmente nos movimentos mistos. Até mesmo alguns movimentos de mulheres, e mulheres de movimentos autônomos, não se assumiam como feministas. No entanto, as coisas estão mudando: é difícil uma mulher dizer que não é feminista, mesmo sem saber o que isso realmente significa. Não há só um feminismo, existem vários.

Ao mesmo tempo, as mulheres do movimento sindical (lembram algumas) não eram bem vistas pelo movimento feminista: eram consideradas como “atrasadas”. No entanto, a Marcha das Margaridas passou a colocá-las em outro lugar, em outro patamar, de mais respeito, de maior reconhecimento quanto à sua contribuição para a luta feminista.

Um momento de avanço nesse processo deu-se a partir do I Curso Nacional de Formação Político Sindical para Mulheres, organizado pela Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc) e pela Secretaria de Mulheres da Contag, somado à participação de muitas representantes das Comissões Estaduais de Mulheres das Federações do sistema Contag na 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (2010), a partir do qual muitas mulheres que não falavam em feminismo passaram a se identificar como tal.

Sobre a Marcha das Margaridas e o feminismo, há uma compreensão geral, em especial pelas mulheres da própria Contag, de que as ações da Marcha das Margaridas sempre tiveram uma perspectiva feminista, mesmo que individualmente algumas lideranças ainda não tivessem assim se identificado.

Muita gente questiona se nós somos feministas ou não somos feministas (...) pra mim a Marcha das Margaridas tem, enquanto base estrutural, na sua plataforma, o ideal feminista. Eu sei que o conjunto das mulheres que participam da Marcha não tem isso aprofundado. Acho que é um bom desafio (...) Havia uma negação política disso. E nós hoje andamos bastante! Eu sei que na maioria da leitura mais geral isso se dá a partir das principais lideranças. As principais lideranças articulam, formulam, percebem, articulam com toda uma agenda feminista as questões, mesmo que a maioria da base não se reconheça, não entenda como (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

Mas tendo ou não tendo a palavra feminista nos textos da Marcha, os seus conteúdos, desde o início, encontram um lugar na plataforma feminista. Inclusive a Marcha de 2000 ela tem um lema que é o mesmo lema da Marcha Mundial das Mulheres (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

Sempre foi um lugar de conflito e de tensão dentro das organizações mistas (...) E essa tensão produz novos processos. Então foi o que nós vivemos. Em alguns momentos sendo muito questionada, noutros momentos até recuando, noutros momentos fazendo muita tensão, mas não perdendo de vista que a Marcha das Margaridas tem uma agenda e tem por trás todo um ideal feminista de mudança, de questionamento do atual sistema, do sistema patriarcal (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

Quadro 3 – Resumo dos eixos temáticos e aspectos marcantes em cada das edições das Marchas das Margaridas

ANO	PAUTA – EIXOS TEMÁTICOS	• ASPECTOS MARCANTES
<p>2000 –</p> <p>Lema: 2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista – Fortalecendo o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável</p> <p>20 mil mulheres em Brasília</p>	<p>Eixos temáticos</p> <p>1 - Valorização da participação da mulher na Reforma Agrária e na Agricultura Familiar;</p> <p>2 - Garantia e ampliação dos direitos trabalhistas e sociais;</p> <p>3 - Combate à violência e impunidade no campo e a todas as formas de discriminação social e de gênero.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto - governo neoliberal de FHC; • Primeira Marcha foi resultado de muita tensão interna dentro do MSTTR – mulheres foram muito questionadas, desacreditadas, consideradas como loucas, sem discernimento político para propor uma ação daquele tamanho, naquele momento; • Crítica dura ao sistema capitalista, neoliberal e ao modelo de desenvolvimento rural e seus impactos na vida das mulheres; • Agroecologia ainda não é citada diretamente; • Temas relacionados à agroecologia: reforma agrária, água, agrotóxicos, transgênicos; • Identidade: mulheres trabalhadoras rurais.
<p>2003 –</p> <p>Lema: 2003 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista</p> <p>40 mil mulheres em Brasília</p>	<p>1 - A Reforma Agrária como instrumento para o desenvolvimento rural sustentável;</p> <p>2 - Organização da Produção das Mulheres Trabalhadoras Rurais;</p> <p>3 - Meio Ambiente – Promover a sustentabilidade com agroecologia e um novo padrão energético;</p> <p>4) Por uma Política de Valorização do Salário Mínimo;</p> <p>5) Saúde Pública com Assistência Integral à Mulher;</p> <p>6) Contra a Violência Sexista e todas as formas de discriminação e violência no campo;</p> <p>7) Ações Afirmativas de Valorização das Mulheres Rurais;</p> <p>8) Garantia e ampliação dos direitos previdenciários;</p> <p>9) Por uma Educação do Campo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto – início do primeiro mandato do presidente Lula; • Agroecologia aparece relacionado à pauta do meio ambiente como resposta, junto a um novo padrão energético, para a sustentabilidade; • Demandas por reparação de danos ambientais pelas grandes empresas por contaminação por agrotóxicos, pelo cultivo extensivo (ex. eucalipto, cana) e pelo cultivo de OGM's; • Em caso de construção de barragens, cobrança de elaboração de planos participativos regionais de desenvolvimento; • Cobrança por campanha de divulgação de procedimentos necessários para o diagnóstico de intoxicação pelo manuseio dos agrotóxicos; • Estímulo às Escolas Agrícolas e CEFET's a adotarem a pedagogia de alternância, com base em técnicas agrícolas agroecológicas e sua aplicação; • Política de valorização do salário mínimo aumenta sua força na pauta • Identidade: mulheres trabalhadoras rurais

<p>2007</p> <p>Lema: 2007 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista</p> <p>70 mil mulheres em Brasília</p>	<p>1) Terra, Água e Agroecologia;</p> <p>2) Segurança Alimentar e Nutricional e a Construção da Soberania Alimentar;</p> <p>3) Trabalho, Renda e Economia Solidária;</p> <p>4) Garantia de Emprego e Melhores Condições de Vida e Trabalho das Assalariadas;</p> <p>5) Política de Valorização do Salário Mínimo;</p> <p>6) Previdência Social Pública, Universal e Solidária;</p> <p>7) Em Defesa da Saúde Pública e do SUS;</p> <p>8) Educação do Campo não Sexista;</p> <p>9) Combate à Violência Contra as Mulheres</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto: Segundo mandato do governo Lula; • Agroecologia aparece de forma mais explícita, no eixo Terra, Água e Agroecologia, mas também relacionado ao tema da soberania e segurança alimentar; • Marcha Mundial das Mulheres e Centro Feminista 8 de março contribuíram com a escrita do texto Terra, Água e Agroecologia pelo acúmulo que tinham com o tema; • Marcha das Margaridas introduz a identidade das “mulheres do campo e da floresta”, com maior visibilidade das mulheres extrativistas, das florestas; • Além da pauta ampla, foi entregue uma pauta síntese ao Governo Federal, com 13 pontos; • Foi entregue também uma pauta para o Poder Legislativo
<p>2011</p> <p>Lema: 2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade</p> <p>70 mil mulheres em Brasília</p>	<p>Eixo I: Biodiversidade e Democratização dos Recursos Naturais</p> <p>Eixo II: Terra, Água e Agroecologia</p> <p>Eixo III: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional</p> <p>Eixo IV: Autonomia Econômica, Trabalho e Renda</p> <p>Eixo V: Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência</p> <p>Eixo VI: Saúde e Direitos Reprodutivos</p> <p>Eixo VII: Democracia, Poder e Participação Política</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto: eleição da primeira Presidenta mulher da história do Brasil; • É considerado o ápice das Marchas das Margaridas; • Pauta proporcionou diálogo do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário com a agenda feminista; • Pauta continha 158 itens; • Cobrança de criação de um programa que promovesse a massificação da transição agroecológica nas unidades familiares de produção; • Demanda de ampliação, qualificação e instituição como Política Pública do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais; • Solicitação de criação de um Programa Interministerial para a Promoção da Alimentação Saudável, de base agroecológica; • Identidade: mulheres do campo, da floresta e das águas
<p>2015</p> <p>Lema: Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade</p>	<p>Eixo 1 – As Margaridas na Luta por Terra, Água e Agroecologia: Pilares de Sustentação da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional;</p> <p>Eixo 2 – Margaridas em defesa da Sociobiodiversidade e dos Bens Comuns;</p> <p>Eixo 3 – Margaridas em defesa da Autonomia Econômica, do Trabalho e da Renda para as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto - crise política e econômica no Brasil, com ameaça de golpe à presidenta Dilma; • Forte luta em defesa da democracia; • Foi considerada a Marcha da Resistência (ao golpe, à crise, às tensões, às dificuldades econômicas); • Pauta apresentou proposições específicas das Margaridas de cada região no país e pelos biomas

100 mil mulheres em Brasília	<p>Eixo 4 – Margaridas em defesa da Educação Não-Sexista, da Educação Sexual e da Sexualidade vivida com Liberdade;</p> <p>Eixo 5 – As Margaridas no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres;</p> <p>Eixo 6 – Margaridas em defesa do Direito à Saúde e aos Direitos Reprodutivos;</p> <p>Eixo 7 – Margaridas em defesa da Democracia, do Poder e da Participação das Mulheres.</p>	<p>(Margaridas da Amazônia; das Margaridas do Cerrado e do Pantanal; a voz das Margaridas do Nordeste, do Sudeste e do Sul);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pauta contou ainda com demandas específicas das mulheres jovens, da terceira idade, das assalariadas rurais, assim como das Margaridas das Águas, Quilombolas e Indígenas; • Foi entregue pauta para o Legislativo; • Identidade: Margaridas e mulheres do campo, das águas e das florestas.
------------------------------	--	---

Elaboração: A autora, a partir dos Documentos da Marcha das Margaridas e do Transformatório das Margaridas.
Ver <http://transformatoriomargaridas.org.br/>

3. A AGROECOLOGIA E A MARCHA DAS MARGARIDAS

Não interessa às mulheres só um modo de produzir, mas interessa o reconhecimento das mulheres, o respeito, uma vida sem violência, o respeito ao seu trabalho, o reconhecimento do seu trabalho, do seu protagonismo, a sua autonomia, a sua liberdade. E isso vai se qualificando. E o mais importante nesta qualificação são as articulações que vão se estabelecendo (mulher da assessoria da Secretaria de Mulheres da Contag)

A Agroecologia foi um conceito construído como resposta e contraposição à Revolução Verde e todo um sistema produtivo baseado na monocultura, na exportação e no uso de insumos químicos e tecnológicos, que têm trazido alto impacto social e ambiental para o Brasil e o mundo, parte da chamada modernização conservadora da agricultura (Moore Junior, 1975; Guimarães, 1977; Azevêdo, 1982; Bendix, 1996). Ao longo das últimas décadas, ela tem passado por diversas redefinições, ampliando sua perspectiva desde um olhar estritamente agrônomo, passando para uma percepção mais preocupada com a questão ambiental, até migrar para uma visão ampliada voltada às problemáticas sociais.

Ainda que a agroecologia tenha passado por redefinições e que muitos dos seus proponentes tenham sido considerados visionários ou retrógrados por não aceitar os benefícios da produção intensiva, ela retrata a somatória de diversas propostas alternativas que sugeriam que o acúmulo de problemas ambientais, sociais e de produção precisavam ser enfrentados a partir de princípios que considerassem a qualidade de vida, a segurança alimentar e a sustentabilidade dos ecossistemas. Sem consenso, e ainda com diferentes terminologias (agricultura biodinâmica, orgânica, biológica, natural e permacultura, entre outras) este campo ainda apresenta disputas conceituais, uma vez que pode ser entendido como um simples ajuste tecnológico no padrão de produção, de um lado, até uma transformação radical, que incluiria transformações estruturais e civilizacionais, sob outro ponto de vista. (Theodoro, *et. al*, 2009)

Para que possamos entender um pouco sobre o conceito da agroecologia, faremos uma breve retrospectiva conceitual do movimento agroecológico no Brasil, para posteriormente compreender de que forma ela foi reapropriada e redesenhada pelo movimento de mulheres e pela Marcha das Margaridas.

O termo agroecologia ou agroecológico foi usado pela primeira vez por Bensin (1928, 1930), na Rússia, ao realizar pesquisas sobre métodos ecológicos em plantas de culturas comerciais. Essa noção de agroecologia trazia a ideia da aplicação da ecologia na agricultura, concepção ainda hoje considerada (WEZEL et al., 2009, p. 2). Nos anos 1950, Tischler (1950, 1953), zoólogo e ecologista alemão, também usou o termo ao escrever sobre gestão de pragas

em relação à biologia do solo em áreas agrícolas, considerando também terras não cultivadas. Há quem considere que foi ele o primeiro a lançar um livro com o nome "agroecologia" (Tischler, 1965). A compreensão de Tischler considerava as integrações entre solo, clima, plantas, animais dentro dos agroecossistemas, percebendo o impacto do manejo agropecuário sobre estes componentes, o que considera - além da ecologia, elementos da agronomia (WEZEL et al., 2009, p. 2). Nas décadas de 1960 e 1970, aos poucos o conceito da agroecologia passa a ser utilizado com mais frequência como uma aplicação da ecologia à agricultura em resposta aos impactos da Revolução Verde, nesse momento com foco maior no meio ambiente e na produção agrícola.

Um importante marco na década de 1960, foi a publicação do livro “Primavera silenciosa”, de Rachel Carson (1964), que, a partir de reflexões sobre a poluição industrial, a conservação da natureza e a justa distribuição de benefícios, analisava as relações entre tecnologia agrícola, ciência e natureza.

Agroecossistema é outro conceito central que tem sido utilizado até os dias de hoje e que surgiu na década de 1970 pelo ecologista Odum (1969), que os considerava como espaços intermediários entre os ecossistemas naturais e aqueles “domesticados” pelos seres humanos. No Brasil, inicia-se o movimento da agricultura alternativa como crítica à modernização conservadora da agricultura e os impactos ambientais e sociais do uso de tecnologias imposto pela Revolução Verde.

Nos anos de 1980, observamos a agroecologia passando a ser vista a partir de um olhar mais holístico para o estudo dos agroecossistemas, quando passa a ser considerada como um meio para se desenhar agroecossistemas sustentáveis, com a proteção dos (então) considerados recursos naturais; passa-se a levar em conta a importância de outras áreas de estudo, tais como a economia e a sociologia, para a compreensão e construção do conhecimento agroecológico; os conhecimentos tradicionais passam a ser reconhecidos também, com a contribuição de alguns teóricos reconhecidos.

Para Gliessmann (2001), é a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Para Altieri (1989), a agroecologia é uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia. Para outros, trata-se apenas de uma nova disciplina científica. Para Guzmán (2002), a agroecologia não pode ser uma ciência, pois incorpora o conhecimento tradicional que, por definição, não é científico. No entanto, consideramos que a agroecologia é uma ciência em construção, com características transdisciplinares integrando conhecimentos de diversas outras ciências e incorporando inclusive, o conhecimento tradicional, porém este é validado por meio de metodologias científicas (mesmo que, às vezes, sejam métodos não-convencionais) (FEIDEN, 2005, p. 53 – 54)

Nos anos 1980, alguns estudos tentam olhar para a agroecologia para além do campo científico, mas como espaço de produção do conhecimento, passando a valorizar e reconhecê-la como prática, em especial de indígenas e camponesas/es, frente ao pacote tecnológico da agricultura intensiva, imposta pelas corporações internacionais (Arrignon, 1987; 1995; Gliessman, 2007). A recuperação de práticas tradicionais de manejo agrícola e de conservação da agrobiodiversidade seriam parte das práticas estudadas. Também se desenvolve o conceito de transição agroecológica, considerado como um processo de mudança e adequação gradual das práticas agrícolas (Costabeber e Moyano, 2000). Outros estudos vão buscando complexificar as análises, a exemplo de Conway (1987) que considera como propriedades principais dos agroecossistemas quatro elementos: produtividade, estabilidade, sustentabilidade e equidade. (WEZEL et al., 2009, p. 3).

No Brasil, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) passam a debater sobre um modelo de agricultura que fosse mais adequado social e ambientalmente, tornando-se, desde as comunidades rurais, o embrião do movimento agroecológico no Brasil. Ao mesmo tempo, esse foi um período de retorno de exilados políticos de países como a França, que vinham no processo de crítica à Revolução Verde e construção da agricultura alternativa ou orgânica na Europa. Experiências como essa também contribuíram para o processo de organização do movimento da agricultura alternativa no Brasil, através, por exemplo, da criação, desde a FASE, do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) (1983) que realizou o mapeamento das organizações que vinham trabalhando as tecnologias alternativas no Brasil e gerou a criação da Rede PTA (1990), com debates sobre as Redes de Intercâmbios e os Centros de Tecnologias Alternativas. Desse processo uma série de Organização Não-Governamentais são criadas, como o CAATINGA – PE (1988), SASOP – BA (1989), REDE MG (1989) e a AS-PTA (1990), além da constituição da Rede PTA (LUZZI, 2007).

Nessa mesma década são realizados quatro Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs), em 1981/Curitiba, 1984/Petrópolis, 1987/Cuiabá e 1989/Porto Alegre, tendo tido como principais debates nas duas primeiras edições a degradação ambiental e questões tecnológicas e, nos dois últimos, questões sociais, políticas, ecológicas e técnicas da produção. Como resultado dos debates sobre os impactos ambientais e à saúde humana do uso dos agrotóxicos, foi aprovada, em 1989, a Lei dos Agrotóxicos nº 7802, que determinava os registros dos produtos definidos como tais (MONTEIRO e LONDRES, 2017).

Na década de 1990, algumas ações governamentais começam a dar atenção à questão ambiental e tornaram-se referência para programas futuros, a exemplo do Subprograma de

Projetos Demonstrativos (PDA), que entre os anos de 1995 e 2003 apoiou 194 projetos com a participação das populações locais para preservação e conservação da Mata Atlântica e da Amazônia, sendo uma parte das ações relacionada a sistemas agroflorestais. Em 1999 é instituída a Instrução Normativa 07, do MAPA, com as diretrizes para a produção orgânica.

Com esse olhar mais sistêmico, o lugar de análise também se amplia, passando a estudar não apenas os agroecossistemas, mas todo o sistema agroalimentar, que envolve a rede global de produção, distribuição e consumo humano (Gliessman, 2007). A partir dessa perspectiva, quem produz e quem consome também passa a estar conectado à rede que constrói a agroecologia.

Algumas definições como as de Francis e al. (2003), sugerem que a agroecologia é o estudo integrado da ecologia de todo o sistema alimentar, englobando dimensões ecológicas, econômicas e sociais (ou) a ecologia dos sistemas alimentares e de Gliessman (2007), no qual a agroecologia seria “a ciência de aplicar conceitos e princípios ecológicos para o desenho e gestão de sistemas alimentares sustentáveis” se tornaram referência. Casado, González e Guzmán (2001) reforçam a visão mais sociológica da agroecologia na medida em que explicitam a interação de três dimensões fundamentais: i) a ecológica e técnico-agronômica; ii) a socioeconômica e cultural; e iii) a sociopolítica.

No Brasil, a Articulação Nacional de Agroecologia e a Associação Brasileira de Agroecologia tem utilizado tal concepção como referência, orientando suas reflexões, ações e articulações, assim como as propostas de construção de políticas públicas.

Em 2000 inicia-se a construção de 500 cisternas de placas como uma ação do Ministério do Meio Ambiente em parceria com a ONG Diaconia: nasce o Programa Um Milhão de Cisternas como uma iniciativa da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil). Nesse mesmo ano é iniciado um processo de articulação das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais de setores ligados à agroecologia e à agricultura familiar, a partir da mobilização da Rede PTA, para realizar um encontro das diversas de expressões da agroecologia no Brasil e construir propostas de políticas públicas a serem apresentadas às candidaturas à presidência em 2002. Liderada pelas mulheres trabalhadoras rurais da Contag, como parte da Campanha da Marcha Mundial das Mulheres, é realizada a primeira Marcha das Margaridas.

Em 2002 é criada, após o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A ANA continua realizando os ENAs como espaço de articulação coletiva para construção e divulgação da agroecologia no Brasil: o II ENA

aconteceu em Recife, o III ENA (2014) em Petrolina/Juazeiro e IV em Belo Horizonte (2018). A ANA organizou ainda, em Salvador (2011), o Encontro de Diálogos e Convergências - Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo, para aproximação e diálogo com movimentos e lutas sociais estratégicas para a construção da agroecologia. No âmbito acadêmico, foi realizado em 2003, em Porto Alegre, o I Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) que decidiu pela criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), em 2004. Os últimos CBAs aconteceram em 2009/Curitiba, 2011/Fortaleza, 2013/Porto Alegre, 2015/Belém, 2017/Brasília. Em 2009, foi realizado o I Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia (ENGA) em Curitiba e em 2010 foi constituída a Rede de Grupos de Agroecologia (REGA) (MONTEIRO e LONDRES, 2017).

Reflexões mais recentes acrescentam à ciência e às práticas o elemento do movimento, da ação dos movimentos sociais, como parte intrínseca da agroecologia, que seria então conceituada como ciência, prática e movimento, conforme artigo publicado por Wezel et al (2009). Em sua pesquisa Andrea Alice Faria (2017) contraria Sevilla Guzmán (2002) e reafirma a perspectiva de que agroecologia é ciência, não apenas por produzir conhecimento científico (reconhecido no âmbito acadêmico), mas por se colocar como um novo paradigma; como prática, por levar em consideração os conhecimentos tradicionais e das/os agricultoras/es familiares nas inovações tecnológicas; e como movimento social por reunir diferentes sujeitos sociais em torno de pautas comuns e promovê-la para toda a sociedade e incluí-la nas políticas públicas. Este conceito passou a ser considerado um fundamento necessário para a construção de políticas públicas para um desenvolvimento rural sustentável e solidário. Importante dizer que esse processo, que tem se construído com essas multifacetadas, também se organiza na relação com o Estado, na medida em que tem pautado os governos pela inserção da agroecologia nas políticas públicas para o desenvolvimento rural.

Nesse processo de mudanças conceituais, somadas e em paralelo à organização e luta feminista, as mulheres vão compreendendo a agroecologia como um modo de produzir, relacionar-se com o trabalho da agricultura, a vida e as pessoas no campo. Para elas, essa perspectiva precisaria ter como base a sustentabilidade humana, social e ambiental, ao considerar e pautar a necessidade da construção de relações respeitadas e igualitárias entre homens, mulheres, jovens, idosas e destas/es com a natureza. Conforme propõe Emma Siliprandi (2015), isso significa, entre outros elementos, o respeito à diversidade de tradições, culturas e saberes, bem como a proteção à sociobiodiversidade, ao patrimônio genético e aos

bens comuns. A essa ideia, Vandana Shiva acrescenta a necessidade de que o patriarcado também seja questionado e enfrentado pela agroecologia.

É fundamental ter em conta [...] a existência de uma base patriarcal de paradigmas, modelos, processos, políticas e projetos, que precisam ser entendidos e desmontados em seus argumentos e lógicas. Deve ter-se em conta de que modo se excluem as preocupações, as prioridades e as percepções femininas, na hora de definir a economia, os problemas econômicos, e de propor soluções e colocá-las em prática (SHIVA, 2006, p. 159).

O conceito de agroecologia toma forma na luta, na resistência e nas alternativas das pessoas que a constroem e que a consideram como um modo de vida. Os movimentos, sendo parte deste processo, trouxeram seus aportes - assim como as mulheres, desde sua perspectiva, que tem sido pautar a necessidade de que a agroecologia incorporasse a busca por uma sociedade sem violência, opressão e desigualdade de gênero. A partir dessa percepção, diversas militantes e autoras como Emma Siliprandi (2015) e Miriam Nobre (2015) têm afirmado que enfrentar a desigualdade de gênero não é sair do foco da agroecologia: afirmar que não há feminismo sem agroecologia é negar a visão restrita da agroecologia a um conjunto de técnicas agronômicas fechadas e com necessidade de uma autoridade acadêmica, de conhecimento formal que a defina e a delimite. Isso cai por terra quando se afirma que a Agroecologia deve considerar todo conhecimento como legítimo.

3.1. A contribuição histórica das mulheres para a agroecologia

As mulheres têm tido uma contribuição fundamental para a agroecologia, uma vez que são protagonistas das práticas agroecológicas e guardiãs da biodiversidade, das sementes e dos saberes. Nesse aspecto, a relação das mulheres com as sementes é histórica, desde os primórdios da agricultura, no ato da seleção, domesticação e cultivo. Mesmo com o processo da homogeneização e padronização do processo produtivo pela agricultura industrial e, no período mais recente, pela biotecnologia, as mulheres camponesas vêm contribuindo para a preservação das variedades, no incentivo à guarda e troca de sementes, como reflete Ana Paula Ferreira (2015).

Nos territórios é notória a contribuição das mulheres ao observarmos o ambiente trabalhado por elas, onde se encontra uma diversidade enorme de plantas - resultado das sementes e mudas coletadas por elas em diversos lugares. Esse trabalho geralmente não se dá sem conflitos na família, no momento, por exemplo, da escolha da variedade que vai ser

guardada, pois na maioria dos casos as mulheres buscam a qualidade das sementes para garantir maior diversidade, melhor alimentação e fácil preparo do alimento, sem necessariamente buscar a maior produtividade. O olhar das mulheres sobre as sementes está muito vinculado à soberania e à segurança alimentar (PACHECO, 2009; SILIPRANDI, 2015), ou seja, à busca por uma alimentação saudável para sua família.

A partir desse entendimento as mulheres vêm, historicamente, construindo a agroecologia, assim como faziam suas mães e avós que a praticavam mesmo sem utilizar o termo e o conceito como referência. Mas foi a resistência delas o que garantiu a existência da diversidade de sementes e de práticas que hoje permitem que estejamos aqui e que, de outra forma, teriam se perdido pela difusão da Revolução Verde. Elas usam critérios não monetários, valorizam o autoconsumo e o fato de suas famílias comerem bem, com qualidade, sem veneno, um alimento saudável. Junto com o conhecimento e o cultivo de plantas medicinais, as mulheres valorizam o fato de elas e seus filhos não precisarem ir ao médico. Têm, portanto, uma contribuição fundamental para a economia local, a partir de uma percepção não apenas de uma lógica mercadológica, mas voltada para o cuidado como forma de contribuir com a melhoria de vida das pessoas (PACHECO, 2009; CALAÇA, 2012; JALIL, 2013). Esse olhar sobre a importância de enxergar as mulheres como parte da agroecologia também é destacado pelas próprias agricultoras, tão invisíveis em seu cotidiano.

Na compreensão que nós temos da agroecologia, as mulheres fazem parte desse ambiente. Sem a participação efetiva delas, não tem agroecologia. Pode até ser uma produção orgânica, mas a agroecologia é a integração de todos os seres vivos. As mulheres precisam ter o seu espaço de decisão, poder dizer o que plantar, como, onde, para quê (agricultora participantes do IV ENA, 2018) (ANJOS, 2014)

Como podemos ver, as mulheres que constroem a agroecologia desde os seus quintais, suas hortas, seus roçados, seus movimentos gritam por seu direito de ter poder de decisão sobre sua vida e sua produção: assim, afirmam que sem autonomia das mulheres não há agroecologia.

A história do movimento agroecológico no Brasil também é permeada por debates em torno do conceito de gênero, assim como pela organização e luta pela construção de uma agroecologia que valorizasse e visibilizasse o trabalho das mulheres, incorporando a luta feminista como parte indissociável. Nos anos 1990, a SOF organizou oficinas regionais e nacionais sobre Gênero e Agricultura Familiar, gerando a publicação “Gênero e Agricultura Familiar” (NOBRE *et al.* 1998) que se tornou referência para os trabalhos na área. Esse

processo também teve como resultado a criação do GT de Gênero da Rede Projeto Tecnologias Alternativas (PTA).

No marco do I ENA (2002), com uma participação pequena de mulheres, são iniciadas as conversas sobre a criação de espaços específicos para debater sobre as relações desiguais de gênero no movimento agroecológico. Em 2004 é realizado o Seminário sobre Gênero e Agroecologia, em Mário Campos/MG, e criado do GT de Gênero da ANA (que pouco depois se tornaria GT Mulheres da ANA) o qual reuniu organizações e redes como o Grupo de Trabalho de Gênero da Região Sudeste; a ONG Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); o Grupo de Trabalho em Agroecologia na Amazônia (GTNA) e a Rede Economia e Feminismo (REF). O processo de organização das mulheres pressionou, e teve êxito, para que a participação no II ENA (2006) tivesse paridade de gênero. Isso contribuiu ativamente com a organização das mulheres, refletida na Carta Política, ao incluir a questão da violência contra as mulheres nos debates gerais (MOREIRA *et al*, 2018).

Outro processo significativo foi denominado “Encontros Possíveis: Feminismo e Agroecologia” (2006), preparatório para o II ENA, organizado pelo SOS Corpo e outras ONGs feministas e de mulheres de Pernambuco para aportar reflexões sobre a realidade das mulheres trabalhadoras rurais e fortalecer a agroecologia. Uma importante ação do GT Mulheres da ANA, em parceria com a *Action Aid*, foi a construção da pesquisa-ação de sistematização de experiências agroecológicas das mulheres no Nordeste e Minas Gerais, entre os anos de 2007 e 2010. No Encontro de Diálogo e Convergências (2011), que contou com uma participação de quase 60% de mulheres, o GT organizou uma oficina sobre a participação e auto-organização das mulheres destacando o protagonismo das mulheres na construção da agroecologia desde os seus territórios (MOREIRA *et al*, 2018).

No VI CBA (2009), de Curitiba, as mulheres realizaram um painel sobre Gênero e Agroecologia e uma oficina intitulada “Por uma Agenda que Valorize o Papel das Mulheres na Agroecologia”, com destaque para a carta política que afirmou a importância da pauta das relações de gênero e da visibilização das mulheres como sujeitos construtores da agroecologia. No VIII CBA (2013), de Porto Alegre, o lema “Sem Feminismo não Há Agroecologia” ganha força em reação a posturas conservadoras de alguns autores que buscavam reforçar uma concepção tecnicista da agroecologia no Brasil. No III ENA, o lema se consolida, especialmente a partir dos debates da Plenária das Mulheres realizada pelo GT, que contou com mais de mil mulheres e um ato político de inauguração simbólica da Embrapa Agroecologia, na sede da Embrapa Semiárido (MOREIRA *et al*, 2018).

Ao longo de todo esse processo as mulheres e as organizações feministas que constroem a Marcha das Margaridas (MMM, SOF, MMTR-NE, FASE etc.) também compõem o GT de Mulheres da ANA que passa, em 2011, a se aproximar do processo de organização da Marcha, compondo como tal, em 2015, sua coordenação ampliada.

3.2. A Agroecologia na Marcha das Margaridas – olhando para o percurso e as mudanças conceituais

Em nossas entrevistas, ao perguntar às mulheres sobre como a agroecologia entrou na pauta da Marcha das Margaridas elas ressaltaram que isso se deu porque esse tipo de prática já fazia parte das suas vidas, dos seus trabalhos e do seu cotidiano. Não foi um tema que surgiu do nada: quando as agricultoras, as mulheres do campo, conheceram e entenderem o que era a agroecologia elas logo afirmavam que já faziam isso, só não conheciam esse termo.

As mulheres sempre fizeram agroecologia, sempre trabalharam com esse princípio que era de cuidar, que era usar o estrume dos quintais, dos currais, nas suas hortas, nos arredores de casa, sempre plantaram o girassol, amendoim, gergelim, essas coisas que na maioria das vezes os homens não levavam em conta que era importante. Na minha maneira de olhar o mundo, eu penso que as mulheres e a agroecologia, as mulheres e a preservação da terra, as mulheres e a preservação das águas vêm de muitos anos. Muitos anos, muitos e muitos anos (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

Da parte das mulheres isso (a agroecologia) sempre foi colocado a partir de um lugar... porque a Marcha nasce da luta pelo reconhecimento do papel das mulheres no meio rural, na propriedade, na vida e é exatamente desse lugar que a agroecologia aparece, exatamente da vivência das mulheres, do que elas fazem efetivamente e do diferencial que elas têm significado na propriedade também de manter um processo de maior sustentabilidade (mulher representante da Secretaria de Mulheres)

Nesse trabalho, fizemos o exercício de olhar para como a agroecologia foi sendo colocada nas pautas das Marchas das Margaridas, como as mulheres se viam nesse percurso e que mudanças conceituais puderam ser percebidas ao longo dos anos.

Observando os lemas das cinco edições da Marcha das Margaridas (conforme apresentado no quadro 2), percebemos que o questionamento ao modelo de desenvolvimento capitalista, neoliberal, expresso no meio rural pela crítica à Revolução Verde, ao agronegócio e ao latifúndio, se deu desde a sua primeira edição, apresentando em 2000 o modelo de desenvolvimento pelo qual as mulheres trabalhadoras rurais ansiavam, baseado no Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário construído pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Uma das nossas entrevistadas, que fez parte da Secretaria de Mulheres da Contag, destaca que “Desde 2000 as mulheres já pautavam a

questão do meio ambiente de forma forte: seca, Amazônia, tratamento de água, produção saudável. De forma tímida, mas já havia articulação entre os temas – terra, água, meio ambiente”. Sobre como assuntos relacionados à agroecologia apareceram nos documentos da primeira Marcha, as entrevistadas comentam:

Quando as mulheres se juntam para fazer uma ação conjunta e a essa ação elas dão o nome de Marcha das Margaridas então elas trazem junto um conjunto de temas que viviam na invisibilidade, um deles a pobreza, por isso que as mulheres queriam terra, por isso que as mulheres querem água, para produzir, por isso que as mulheres querem terra e titulação conjunta, que as mulheres até então não tinham (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

Ainda naquela época poderia não se alcançar a sociobiodiversidade (ou a agroecologia), mas as mulheres diziam: nós precisamos de preservar o meio ambiente; nós somos contra a ALCA; nós somos contra o agrobusiness, na época era mais utilizada essa palavra, mais do que agronegócio; nós somos contra esse modelo, por que nós queremos uma outra forma de produzir; nós precisamos respeitar o espaço que as mulheres têm de produção (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

Em 2000, os temas que compõem a agenda da Agroecologia encaixam-se no eixo “Valorização da participação da mulher na preservação do meio ambiente”, tais como: moratória dos produtos transgênicos; criação de linhas de crédito para fomentar a produção agroambiental, a exemplo do processamento do babaçu; campanha de combate ao uso de agrotóxicos; garantia às agricultoras, pescadoras e extrativistas, de acesso aos serviços de comercialização e tecnologias ecologicamente sustentáveis, entre outros (Figura 06).

Figura 6 – Cartaz da Marcha das Margaridas de 2000



Foto: Cartaz da Marcha das Margaridas de 2000

Como já citamos, a entrada da Agroecologia na pauta da Marcha das Margaridas se deu a partir da contribuição de entidades que vinham trabalhando com a perspectiva agroecológica. Elas foram fundamentais por trazerem, desde aquele período, questões e problemáticas que o

movimento agroecológico estava pautando em seu processo de organização e luta no Brasil. É interessante perceber que a construção dessa rede de alianças agregou, desde o início, órgãos sindicais, movimentos e organizações feministas e de mulheres, assim como movimentos e organizações ambientais e agroecológicas. Essa composição demonstra a diversidade de concepções políticas que vieram se somar a essa ação, cada uma trazendo suas pautas prioritárias, estratégias e táticas utilizadas em suas mobilizações, além de suas visões de mundo.

Em 2003, a Agroecologia aparece na pauta da Marcha das Margaridas através do eixo “Meio Ambiente – Promover a sustentabilidade com agroecologia e um novo padrão energético” (Figura 07).

Figura 7 – Cartaz da Marcha das Margaridas de 2003



Foto: Cartaz da Marcha das Margaridas de 2003

Nesse momento, é destacada a importância de se construir alternativas ao modelo de desenvolvimento que vinha sendo implementado, pensando em uma relação de maior respeito com o meio ambiente, na qual a produção pudesse suprir as necessidades da agricultura familiar sem poluir o ambiente, sendo esse caminho o da transição agroecológica (CONTAG, 2003).

O debate feito no Texto Base desse ano foi trazido a partir da contribuição de Maria Emília Pacheco, com um resgate histórico da agricultura, da Revolução Verde e seus impactos, abordando as questões da degradação e da poluição dos solos e das águas, da privatização da água e do modelo energético insustentável como problemáticas que exigiam respostas dos governos. Na abordagem, ela cita as contribuições do Fórum Carajás, do Esplar e da Contag para a elaboração das reflexões e afirma ter se baseado em artigos sobre a crítica ao modelo

atual e à proposta de transição para a agroecologia, presentes em textos que integraram os Anais do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado em 2002 (CONTAG, 2003). Vale destacar que o I ENA foi o momento de criação da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia⁸, que se tornou o

(...) espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural (ANA, 2017).

Nesse momento, o conceito de agroecologia é colocado como um modelo de promoção da sustentabilidade ambiental, um novo caminho para o desenvolvimento agrícola, de relação harmoniosa entre produção, geração de renda e manejo dos recursos naturais - mas já trazendo o indicativo da importância da equidade social. Aparece como perspectiva para o momento seguinte o elemento da consciência social e da força política.

Uma alternativa sustentável de desenvolvimento que poupe os recursos naturais, não polua o meio ambiente e ao mesmo tempo responda às necessidades de produção e geração de renda para o(a) agricultor(a) familiar é o caminho ou a transição para a agroecologia. Temos hoje o grande desafio de fazer crescer a consciência social agroecológica numa força política capaz de transformar as milhares de experiências espalhadas pelas várias regiões do país em políticas públicas para a agricultura familiar (texto-base da Marcha das Margaridas de 2003)

Esse modelo de promoção da sustentabilidade, de uma nova estratégia de desenvolvimento agrícola, baseia-se em princípios da sustentabilidade ambiental e de equidade social. Os processos de gestão e manejo dos recursos naturais é realizado de forma harmoniosa com as características específicas dos vários ecossistemas (Texto-base da Marcha das Margaridas de 2003)

Ao mesmo passo em que as organizações parceiras contribuíram com o aprofundamento das reflexões sobre a Agroecologia nas pautas da Marcha, a partir dos debates internos do movimento agroecológico, a própria Marcha das Margaridas também se fortalecia na apropriação do tema. Neste processo, a Marcha passou a pautar o movimento sindical, demandando a adoção da perspectiva agroecológica como referência para a construção de seu Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e para as negociações com o governo. Nesse período isso se expressou por meio das demandas das mulheres por incentivo às iniciativas de práticas agroecológicas impulsionadas por elas, cobrando por acesso a créditos,

⁸ Site <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acessado em 05/05/19.

capacitação, tecnologias e assessoria técnica. Sua busca também era pelo reconhecimento do trabalho que já vinha sendo realizado por elas na perspectiva agroecológica:

As mulheres sempre tiveram um outro jeito de lidar que hoje em dia também é chamado de tecnologias sociais, que muitas vezes as mulheres ficaram e a tecnologia seguiu (...) as mulheres sempre estiveram juntas na agroecologia, com essa produção, respeitando o meio ambiente, respeitando a terra... E além de respeitar poupando o pequeno, porque nós sempre tivemos pouca terra (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

As mulheres com pouca terra e pouca água sempre produziram as coisas juntas, misturadas, tinha pouco e precisavam de tudo um pouco... ai os homens vão dar o nome de plantio consorciado, de consórcio. “Mas essas descobertas, essas invenções geralmente são das danadas das mulheres (...) Que são mais curiosas, mais teimosas, por isso que elas descobrem algumas coisas que os homens só não dizem que se surpreendem para não darem o braço a torcer (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag).

O ano de 2003 foi marcado pelo início do mandato de um governo progressista, alinhado com o campo da esquerda, que possibilitava um diálogo mais próximo, com maior abertura para as demandas apresentadas pelos movimentos sociais. Foi um momento de criação e ampliação de espaços de concertação social, como conselhos e mesas de diálogo, afirmando conceitos coletivamente construídos - como o de desenvolvimento rural, posteriormente, também sustentável. Para as mulheres rurais, esse governo respondeu à demanda de uma instância específica para diálogo com elas dentro do MDA a partir da criação da Diretoria de Política para Mulheres Rurais e Quilombolas⁹ (DPMRQ), dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), compreendendo a importância de dar visibilidade à contribuição produtiva e reprodutiva das mulheres para o desenvolvimento rural. Ao mesmo tempo os movimentos sociais vinham fortalecendo alianças e aproximando suas pautas, por exemplo, entre os movimentos do campo, ambiental e das mulheres e/ou feministas, articulando suas ações reivindicativas e propositivas (HEREDIA e CINTRÃO, 2006). No movimento de debater políticas públicas específicas para as mulheres o tema da agroecologia vai entrando aos poucos e ganhando corpo.

A agroecologia ganha corpo no conjunto dos outros temas que foi possibilitando, primeiro documento, para as mulheres serem cidadãs; terra, para as mulheres poderem ter título. Eu tenho documento, eu tenho terra, então eu tenho posse. Depois iniciativas de pautar dentro dessas Marchas a política de crédito. Aí é que vem Pronaf mulher, Pronaf Agroecologia, Pronaf... ATER para as mulheres (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

⁹ Quando foi criada essa instância recebeu o nome de Ações Afirmativas, logo depois renomeada como Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) e depois Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE). Apenas em 2012 se constituiu como Diretoria de Política para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ).

Em 2007, a Agroecologia aparece nos documentos diretamente relacionada aos temas Terra e Água (Eixo 2 – Terra, Água e Agroecologia), mas também articulada ao eixo da Segurança Alimentar e Nutricional e à construção da Soberania Alimentar, o que faz parte das estratégias de luta que vinham sendo construídas nos movimentos do campo (Figura 08)

Figura 8 – Cartaz da Marcha das Margaridas de 2007



Foto: Cartaz da Marcha das Margaridas de 2007

No caderno de texto da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2007) fica explícita de que forma essa relação se constituiu, pela compreensão de que o acesso à terra e à água são essenciais para a vida das mulheres trabalhadoras rurais e para a produção de alimentos saudáveis, possibilitando segurança alimentar e nutricional, com respeito ao meio ambiente e às pessoas que vivem no campo. Para elas, a agroecologia - tanto com a adoção de práticas que respeitam a diversidade dos ecossistemas, preservam os mananciais, o patrimônio genético, quanto com sua contribuição para a sustentabilidade da vida humana - poderia representar um apoio, de fato, para a superação das desigualdades de gênero no campo (CONTAG, 2007; BUTTO, 2017). Ela deveria, então, passar a ser uma pauta central em suas lutas e demandas para o Estado:

Esse tema tem que aparecer como um carro chefe, que é exatamente a importância da agroecologia para a vida das mulheres. Para a vida das mulheres no sentido mais amplo, no sentido de comer bem, no sentido de produzir bem, no sentido de ter comida boa, de verdade, no sentido da preservação da água, dos solos, da preservação da vida. (...) esse tema é fundamental (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

(...) a gente precisava ter a agroecologia no centro da discussão, sobre a produção de alimentos, sobre o empoderamento das mulheres... olhando que as mulheres estão

muito empoderadas nesse espaço da Agroecologia, que é algo do protagonismo das mulheres (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

(...) a gente começa a achar que não é uma coisa só do nosso fundo de quintal, é uma coisa que era preciso empurrar a porta do Estado Brasileiro e dizer que é preciso ter uma política, pra enfrentar a quantidade de venenos que são colocados nos alimentos (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

Na pauta da Marcha das Margaridas de 2007 vemos, então, um maior aprofundamento sobre as reflexões conceituais sobre a agroecologia, que mesmo relacionadas diretamente com o tema da terra e da água, o que indica um olhar sobre os aspectos produtivos para a produção de alimentos saudáveis e geração de renda, passa a ser parte de um projeto de desenvolvimento. Vemos nesse momento o fortalecimento do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, da Contag, na busca pela preservação e conservação dos ecossistemas, e entram novos elementos referentes à sustentabilidade da vida, da reprodução, da luta contra as desigualdades de gênero, da necessidade que a agroecologia lute de romper com a lógica patriarcal que oprime e violenta as mulheres:

A agroecologia é uma alternativa sustentável de desenvolvimento que busca o manejo ecológico dos recursos naturais, estabelecendo formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social, com baixo impacto ambiental. Ao mesmo tempo responde às necessidades de produção e geração de renda para o agricultor e agricultora (Caderno de Textos da Marcha das Margaridas 2007)

A MARCHA DAS MARGARIDAS 2007 trata o tema da Agroecologia juntamente com terra e água porque interessa às mulheres trabalhadoras rurais o modo de produzir e trabalhar na terra, as relações sociais estabelecidas no processo produtivo, o respeito à natureza e ao meio ambiente e a produção de alimentos saudáveis e de qualidade. A agroecologia implica na adoção de práticas que respeitem a diversidade dos ecossistemas, preservem os mananciais, o patrimônio genético, produzam alimentos de qualidade, concorram para a sustentabilidade da vida humana e contribuam efetivamente para a superação das desigualdades de gênero no campo.

Um grande desafio colocado para a agroecologia é produzir o rompimento com a lógica patriarcal que define uma hierarquia na família, para uma relação de partilha entre as pessoas que participam da unidade familiar de produção. A agroecologia encara este desafio, buscando desconstruir a visão que se naturalizou na sociedade de que lugar de mulher é no espaço doméstico e lugar do homem é no espaço produtivo. Ao contrário, o planejamento e a gestão da produção devem envolver todos os membros da família, pois integra igualmente os trabalhos reprodutivo, doméstico e produtivo (Caderno de Textos da Marcha das Margaridas 2007)

A MARCHA DAS MARGARIDAS 2007 acredita que as práticas agroecológicas que fazem parte do dia-a-dia de milhares de mulheres trabalhadoras rurais e do saber acumulado ao longo do tempo por trabalhadores e trabalhadoras rurais podem responder a muitos desafios colocados para a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Nesse sentido o compromisso das mulheres trabalhadoras rurais se fortalece na defesa da agricultura familiar de base agroecológica e no combate ao latifúndio e ao agronegócio.

A compreensão trazida pelas mulheres no documento sobre o conceito da Agroecologia indica uma releitura crítica dos conceitos clássicos de Gliessman (2000) e Altieri (1989), trazendo elementos que coadunam com as percepções de Sevilla Guzmán (1993; 2001), na medida em que partem da ideia da inseparabilidade dos sistemas sociais e ecológicos, dos agentes sociais e dos ecossistemas na Agroecologia. Somam-se ainda à visão de Vandana Shiva (2006), que traz a necessidade de que as preocupações, as prioridades e as percepções das mulheres sejam consideradas, frente a um sistema patriarcal que precisa ser desmontado. E aprofundam as reflexões de Pacheco (2002) sobre a contribuição das mulheres na conservação e uso da biodiversidade, na sustentabilidade da vida e do meio ambiente e, portanto, na construção do conhecimento agroecológico.

Agroecologia é bastante ampla, porque ela questiona o modelo, ela é muito mais abrangente do que uma técnica ou um modo de produzir, ela questiona as relações. E as mulheres (quando) trazem agroecologia elas trazem com força isso e colam nas questões de gênero que já vinham sendo elaboradas (mulheres assessora da Secretaria de Mulheres da Contag)

Essas reflexões expressam a contribuição de mulheres e organizações que compunham o Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), e que participavam da Marcha das Margaridas a partir de suas organizações e movimentos em 2007, como a Marcha Mundial das Mulheres, o MMTR-NE, MIQCB, CNS, assim como das diretoras e assessoras da Contag e da CUT.

(...) GT Mulheres da ANA que tem sido a ponte entre esses espaços organizativos, é a ponte inclusive com a participação de muitas lideranças, muitas pessoas nos dois espaços (...) continuam com a sua identidade, continuam com a sua estratégia própria, mas eles se interfecundam. Então tem muitas ideias que elas vão transitando e vai formando uma grande rede de ideias e métodos de ação (homem representante da ANA)

O GT Mulheres cumpre muito esse papel de forma muito qualificada, de interação entre esses dois espaços organizativos, vamos chamar assim, amplos que são a Marcha e a ANA (homem representante da ANA)

Vale lembrar desde 2001, as participantes do seminário de mulheres da Rede PTA Sudeste, realizado em 2001, já questionavam o conceito de agroecologia, pautando o lema: *Agroecologistas - Não matem as formigas, não oprimam as mulheres*. Essa foi uma estratégia para demarcar internamente o movimento agroecológico, com um alerta da insuficiência do debate sobre o meio ambiente, a terra, sobre as formigas¹⁰ se a vida das mulheres e as diferentes

¹⁰ Uma referência ao debate sobre a importância das formigas para o equilíbrio dos sistemas agrícolas nas práticas da agrofloresta e da agroecologia de forma geral e a falta de questionamento sobre as situações de opressão e violência vivida pelas mulheres.

formas de violência sofridas por elas sem seu cotidiano fossem desconsideradas. Essa reflexão sobre a necessidade de se pensar a relação das mulheres com a natureza, mas também sobre como o olhar dessas sobre a economia e a produção precisava ser considerada, foi fortemente trazida por Vandana Shiva (1991; 2003; 2006).

Na pauta da Marcha das Margaridas de 2007 essa preocupação aparece de forma expressa quando apresenta como um desafio para o desenvolvimento rural sustentável incorporar aos debates sobre o trabalho produtivo as questões referentes ao trabalho reprodutivo, domésticos e de cuidados. Esse desafio dialoga com as discussões de economistas feministas como Carrasco (2005) e Nalu Faria e Miriam Nobre (2002), ao buscarem dar visibilidade e mostrar a importância econômica do trabalho reprodutivo.

Um grande desafio colocado para a agroecologia é produzir o rompimento com a lógica patriarcal que define uma hierarquia na família, para uma relação de partilha entre as pessoas que participam da unidade familiar de produção. A agroecologia encara este desafio buscando desconstruir a visão que se naturalizou na sociedade de que lugar de mulher é no espaço doméstico e lugar do homem é no espaço produtivo. Ao contrário, o planejamento e a gestão da produção devem envolver todos os membros da família, pois integra igualmente os trabalhos reprodutivo, doméstico e produtivo (CONTAG, 2007, p. 15)

A Marcha das Margaridas tem essa coisa: você debate a concepção e você precisa ter pautas concretas – o debate da agroecologia relacionado à economia feminista resultou em pautas concretas como a ideia de transformar os quintais produtivos em políticas públicas, como forma de os estruturar para que as mulheres pudessem ter autonomia econômica (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

(...) uma demonstração de que vai construindo conceito, a concepção de agroecologia, depois junta isso com a concepção de Economia feminista, e aí começa a valorizar o espaço (...) reconheceu o trabalho que as mulheres faziam (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

Na Marcha das Margaridas de 2011, as mulheres seguem com o tema “Terra, Água e Agroecologia” e mantem forte a relação com os debates da defesa da biodiversidade e da democratização dos recursos naturais, assim como da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Figura 9). Segue o destaque para a necessidade de combate ao latifúndio, ao agronegócio e ao sistema capitalista que trata a natureza e as pessoas como mercadoria. É reforçada a importância de pensar a agroecologia e o manejo dos recursos naturais em seus aspectos produtivo, ambiental e social, ou seja, considerando as dimensões ecológica-produtiva, socioeconômica e sociopolítica, seguindo a concepção de Sevilla Guzmán (2001, pg.3).

Figura 9 – Cartaz da Marcha das Margaridas de 2011



Foto: Cartaz da Marcha das Margaridas de 2011

Vemos que essa pauta segue reafirmando a perspectiva da Economia Feminista, aprofundando reflexões e trazendo mais elementos para o debate: fica explícito no debate da divisão sexual do trabalho a necessidade da valorização e divisão justa do trabalho doméstico e de cuidados, a importância da sistematização de experiências das mulheres, como destacam Cristina Carrasco (2005), Nalu Faria e Miriam Nobre (2002), além da valorização dos saberes tradicionais, dialogando assim com a concepção de Guzmán.

A agroecologia consiste num conjunto de conhecimentos e práticas referentes ao modo de produzir e se relacionar na agricultura, fundamentais para assegurar o desenvolvimento sustentável com produção, renda e vida saudável para homens e mulheres do campo e da cidade. Enquanto tal é uma alternativa ao modelo de desenvolvimento implantado no Brasil a partir da modernização da agricultura orientada pelos fundamentos da chamada Revolução Verde (CONTAG, Caderno de Texto da Marcha das Margaridas, 2011, p. 21)

As práticas agroecológicas, bem como a sistematização dos conhecimentos em agroecologia, já integram uma trajetória significativa no país, embora ainda em estado incipiente de visibilidade e consolidação econômica, técnica e cultural para se afirmarem como base orientadora de um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o país. Trata-se de um processo que implica na construção de novas relações no meio rural, inclusivas e igualitárias, entre homens, mulheres, jovens e da terceira idade, na produção de alimentos saudáveis, respeito à biodiversidade e na valorização da produção local com alternativas de comercialização.

A Marcha das Margaridas, ao dar visibilidade ao trabalho das mulheres do campo e da floresta em sua importância econômica e social, destaca a atuação das trabalhadoras na agroecologia. Tradicionalmente as mulheres desenvolvem experiências de produção nos quintais e arredores da casa, para compatibilizar com os trabalhos domésticos e de cuidados, que ficam sob sua inteira responsabilidade. Tais experiências estão voltadas predominantemente para a produção de subsistência e reproduzem saberes tradicionais que se fundamentam no respeito à biodiversidade e na produção de alimentos saudáveis (CONTAG, Caderno de Texto da Marcha das Margaridas, 2011, p. 22)

Para se desenvolver e consolidar, a agroecologia depende da construção de sistemas de saberes que incluam os saberes locais e tradicionais, com o reconhecimento e valorização dos saberes e práticas na produção de alimentos pelas mulheres. Depende, portanto, do rompimento com a lógica patriarcal, responsável pela divisão sexual do trabalho e pela hierarquia nas relações familiares, para dar lugar a relações entre homens, mulheres e jovens e à gestão compartilhada da unidade de produção (CONTAG, Caderno de Texto da Marcha das Margaridas, 2011, p. 23)

Por serem práticas realizadas pelas mulheres, no espaço doméstico e distantes da lógica de mercado, não têm sido valorizadas e nem consideradas como parte da economia. Entretanto, são de grande importância e contêm saberes fundamentais para o desenvolvimento e ampliação da agroecologia. Com estas experiências produtivas e o intercâmbio entre várias organizações produtivas, as mulheres vêm garantindo a qualidade e diversificação das sementes nativas/crioulas, por meio da sua seleção, armazenamento e reprodução. Por outro lado, empresas transnacionais agroalimentares atuam de forma a comprometer este patrimônio genético, ao se apropriar das sementes, modificá-las geneticamente, controlar e dominar a sua produção e comercialização, apoiadas por legislações de patentes. (CONTAG, Caderno de Texto da Marcha das Margaridas, 2011, p. 23)

Como vimos nas citações acima, nesse ano as mulheres destacam os espaços dos quintais produtivos e dos arredores de casa como lugares onde, historicamente, elas vêm desenvolvendo a agroecologia, produzindo de forma diversificada, desde o cultivo de plantas medicinais, passando pela criação de pequenos animais, pela produção de hortaliças e de frutíferas. Elas refletem que este passou a ser considerado como um *lugar de mulher* por ser próximo de casa, onde as atividades se desenvolvem como uma extensão do trabalho doméstico, tornando possível a compatibilização do trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidados. No entanto, esse espaço, ainda tão marcado pela divisão sexual do trabalho, foi problematizado e ressignificado pelas mulheres do campo a partir da percepção da importância de se reconhecer e valorizar a produção das mulheres nos quintais, sua grande contribuição econômica e de preservação da sociobiodiversidade, além do trabalho reprodutivo como essencial para a sustentabilidade da vida. Essa perspectiva foi incorporada nas demandas por políticas públicas que pudessem reconhecer e valorizar a contribuição desse trabalho para a economia e a renda, além da produção para o autoconsumo e, assim, apoiar as atividades produtivas que elas veem desenvolvendo (PACHECO, 2002; FERREIRA, 2015; SILIPRANDI, 2015). É fato que havia, e ainda há, uma tensão sobre em que medida a valorização do trabalho das mulheres nos quintais pode acabar por “aprissonar as mulheres nesse lugar”, como podemos ver nos depoimentos abaixo:

Então, eu acho que realmente a dimensão dos quintais a gente tem que valorizar mais do que é valorizado, é um processo histórico garantido pelas mulheres que ganha uma importância muito forte. Mas eu acho que o problema maior é esse. Quando uma mulher quer fazer uma outra coisa que não o quintal ela não tem as mesmas condições (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

O problema não é nem a produção nos quintais, eu não sei se fora dos quintais era possível reproduzir, o que eu acho é que o problema são as mulheres não poderem decidir se ficam no quintal ou se vão para outro lugar. Mas eu acho que muito provavelmente no roçado elas não conseguiriam reproduzir o que elas fazem no quintal (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

Por fim, nos documentos da Marcha das Margaridas de 2015, o eixo estruturador relacionado à agroecologia “As Margaridas na Luta por Terra, Água e Agroecologia: Pilares de Sustentação da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional” foi uma recomposição dos formatos anteriores, retomando de forma articulada as questões e explicitando o acesso à terra, à água e a produção agroecológica como fundamentais para a produção de alimentos saudáveis e a Soberania e Segurança Alimentar (Figura 10).

Figura 10 – Cartaz da Marcha das Margaridas de 2015



Foto: Cartaz da Marcha das Margaridas de 2015

Nesse ano, a demanda por fomentos para os quintais produtivos e agroecológicos ganham grande destaque, articulada às realidades das regiões e biomas e às diferentes formas como esses se organizam. As mulheres do GT Mulheres da ANA tiveram importante contribuição nesses debates passando, a partir deste ano, a fazer parte oficialmente como parceiras da Marcha das Margaridas. Analisando o lema do ano de 2015, verifica-se um diferencial em relação às pautas anteriores, em que todos os eixos temáticos demarcavam explicitamente o sujeito da ação, definidos a partir desse momento como As Margaridas (CONTAG, 2015; BUTTO, 2017).

(...) agroecologia (é) mais do que uma forma de produção, é um modelo de sociedade que nós defendemos. Então, vai ser amadurecendo as diversas dimensões de

correlação que existe entre o produzir, entre o modo de vida, entre a defesa política do que significa o território da vida, da água, da terra, de tantas coisas envolvidas por trás do debate da agroecologia (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

A agroecologia como um modo de produzir, relacionar e viver na agricultura implica em relações respeitadas e igualitárias entre homens, mulheres, jovens, idosas e destas/es com a natureza. Isso significa respeito à diversidade de tradições, culturas, saberes, bem como a proteção à sociobiodiversidade, ao patrimônio genético e aos bens comuns (CONTAG, Cadernos de Textos, 2015, p. 24)

Sem terra e sem água não há agroecologia, mas não há agroecologia se as mulheres vivem relações de subordinação e violência, se as mulheres não têm autonomia sobre seus corpos, se não têm seus direitos sexuais e reprodutivos assegurados e se continuam excluídas dos espaços de poder e representação política. Portanto, a agroecologia se articula com toda a agenda política das mulheres do campo, da floresta e das águas (CONTAG, Cadernos de Textos, 2015, p. 24)

O conceito de agroecologia toma forma na luta, na resistência e nas alternativas das pessoas que a constrói e que consideram a agroecologia como um modo de vida. Assim, os movimentos, ao ser parte deste processo, trazem seus aportes, como nós mulheres. Por isto não faz sentido o discurso de que enfrentar a desigualdade de gênero é sair do foco da agroecologia, isto é restringir agroecologia a um conjunto de técnicas fechadas e com necessidade de uma autoridade que a delimite (CONTAG, Cadernos de Textos, 2015, p. 25)

O feminismo tem as mulheres como sujeito organizado e o princípio de igualdade para todas e todos. O feminismo é a ideia radical de que as mulheres são gente! O feminismo dialoga com a agroecologia, porque ambos os movimentos lutam por uma sociedade mais justa. Não é possível construir agroecologia com desigualdade de gênero. Infelizmente, muitas vezes, nossos próprios companheiros de luta pela agroecologia não entendem a importância do feminismo para que haja igualdade (CONTAG, Cadernos de Textos, 2015, p. 25)

Ao analisar as falas e parte dos trechos do Caderno de Textos da Marcha das Margaridas 2015 podemos identificar, com relação ao conceito da Agroecologia, que aparece mais forte o aspecto do movimento, da organização coletiva em torno da mudança de sociedade, em especial na afirmação do lema “Sem feminismo não há agroecologia”, trazendo o elemento da luta pela igualdade entre homens e mulheres como algo indissociável da perspectiva agroecológica (BUTTO, 2017).

Por fim, é importante lembrar que o contexto da última Marcha foi marcado pela pauta das mulheres em defesa da democracia, pois, para elas a primeira presidenta mulher eleita, e reeleita, no Brasil estava ameaçada por um golpe parlamentar, conforme suas palavras de

¹¹ ordem nas ruas de Brasília. Um ano depois o país vê o *impeachment* de Dilma Rousseff.

¹¹ “Não vai ter Golpe”, “Golpistas não passarão” e “Fica Dilma!”, “Fora Cunha”.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGROECOLOGIA COM INCLUSÃO DAS PERSPECTIVAS DAS MULHERES

Uma das grandes questões da política pública é o Estado reconhecer práticas sociais, atores, sujeitos que têm direitos, direitos que são negados (...) A Marcha é um exemplo de canalização das lutas, das forças dispersas, transformando as pautas em questão pública, em agenda política, trazendo pautas e refletindo sobre as experiências não apenas com o governo, mas com a sociedade e dentro dos próprios movimentos sociais (homem representante da Articulação Nacional de Agroecologia)

Para refletir a respeito de como as mulheres e a perspectiva feminista contribuíram para a elaboração e formulação das políticas públicas para a agroecologia no Brasil, faz-se necessário pensar sobre o papel do Estado, como o vemos, e que contribuição esse precisa dar à sociedade e às pessoas, a partir dos seus diferentes lugares.

Nossa referência para a leitura do Estado segue as análises das Ciências Políticas, da Sociologia e da Economia, que reunimos aqui na conceituação construída por Poulantzas (1978), para quem o “Estado é uma relação social que se expressa como uma forma específica das relações entre as forças classes e frações de classe, entre as classes dominadas e as dominantes” (POULANTZAS, 1978, parte II, p. 1). Através de uma abordagem estratégico-relacional para o poder do Estado, o autor vê o Estado não como uma coisa, mas como uma forma resultante da relação social entre as pessoas, mediada por sua relação com as coisas (cf. MARX, 1967, cap. 23) e com capacidade de estrutura própria. A partir dessa percepção, o poder do Estado é resultante de uma variável de equilíbrio de forças. Ele considera que, mesmo que o Estado sirva para organizar as classes dominantes e para desorganizar as classes dominadas, sua estrutura fraturada e desunificada dificulta a imposição de poder de apenas uma linha estratégica global - o que abre possibilidade para que as classes dominadas e suas lutas se coloquem no próprio sistema estatal.

Somada a esse olhar, vemos que a concepção ampla da política de Gramsci (1987), e sua Teoria do Estado ampliado - que mostra a intrínseca relação entre a sociedade política (Governo) e a sociedade civil (composta por instituições como os partidos, mídias, religiões, sindicatos, etc.) - pode contribuir para que possamos observar as relações de poder e as correlações de forças que ocorrem dentro da estrutura institucional do Estado, possibilitando que seja feita uma leitura sobre os novos sujeitos sociais e as relações de disputas de ideias e construção de ações “contra hegemônicas”, dentro das instituições, tanto no que se refere à classe social quanto às relações sociais de sexo, como destaca Kergoat (2003).

De forma geral, as interpretações do Estado não têm um olhar sobre a forma que a estrutura institucional, orientada pelo capitalismo e pela disputa de classes, também é marcada e composta pela lógica do sistema patriarcal e pelo racismo, que se expressam nas injustiças materiais e simbólicas, ou na dominação-exploração imposta às mulheres, segundo Heleieth Saffioti (2004) e pela discriminação e violência contra a população considerada não-branca, como estuda Sueli Carneiro (2003). Por isso, Saffioti (2004) propõe que para a análise das relações sociais, e, acrescentamos aqui, do Estado, seja feita uma leitura dialética entre classe, raça e gênero.

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó (...) a dinâmica de cada uma condiciona-se à realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta mobilidade é importante reter, a fim de não se tornar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio na nova realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída (SAFFIOTI, 2004, p. 125)

Marlise Matos e Clarisse Paradis (2014) nos lembram ainda como a essência do contratualismo liberal moderno que, a partir das teorias de Rousseau (1973), Locke (1983) e Hobbes (1988), relatam a constituição de um contrato social para a manutenção da ordem e a formação dos Estados Modernos - sobre o qual se baseiam as democracias representativas estatais e reforçam essa lógica patriarcal na medida em que separam e distinguem:

(a) as esferas pública e privada; (b) quem poderia (e quem não poderia) ser incluído/a politicamente pelo Estado como cidadão/ã (tendo por base um binarismo sexual hierarquicamente assinalado: cidadãos homens, provedores, associados ao mundo público e as mulheres mães e cuidadores associadas ao mundo privado); (c) a associação do binarismo e da divisão sexual entre homem e mulher com esta última sendo associada a “natureza/emoção/sensibilidade” e os homens a “cultura/razão/racionalidade”, e; (d) sobre quais tipos de questões e de demandas poderiam vir (ou não) fazer parte legítima das principais preocupações dos governos (p.61)

12

Sobre a presença do patriarcado nas estruturas políticas do Estado, Carole Pateman (1993) enfatiza que para além do contrato social liberal, feito entre homens brancos e livres, outros dois tipos de contratos podem ser identificados ao longo da história: (1) o contrato sexual (e de casamento), que legitima o domínio dos homens sobre as mulheres; e (2) o contrato de escravidão “(...) que legitima o domínio dos brancos sobre os negros” (p.324). A partir dessa afirmação, podemos concluir que o patriarcado e o racismo são parte estruturante do Estado e do capitalismo na medida em que a exploração do trabalho invisível das mulheres e da mão de

¹² O patriarcado é considerado por Silvia Walby (1990) como “um sistema de estruturas no qual o homem domina, oprime e explora a mulher” e por Christine Delphy (2009) como uma “formação social em que os homens detêm o poder (ou seja) o poder é dos homens”.

obra “mais barata do mercado” (o trabalho negro) os alimentam. Outras leituras também nos chamam atenção para a forma com que esse sistema de controle e opressão também é reforçada pela colonialidade do poder, que impõe saberes, práticas, formas de organização (de dominação e de resistência) a partir de um padrão capitalista eurocentrado e global, como afirma Aníbal Quijano (2005). A partir desse padrão, o poder estaria estruturado em relações de dominação, de exploração e de conflito na disputa por âmbitos básicos da existência humana, quais sejam: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos, reforçando assim as desigualdades de gênero, de raça, de classe e dos países do Norte sobre o Sul global. Maria Lugones (2014) trata esse sistema, tão marcado pelas violências de gênero e raça, como um sistema moderno-colonial de gênero.

Para pensar sobre o funcionamento do Estado brasileiro, é necessário considerar que este se desenvolveu, em especial nos últimos 30 anos, por meio do sistema político democrático, sendo essa uma forma de organização política do conflito social, que responde com uma estrutura jurídico-política própria, mas que segue manifestando relações desiguais de poder, assim como relações de produção e reprodução de uma sociedade de classes sociais capitalista, colonial, patriarcal e racista. Analisar as políticas públicas, mesmo as mais envolvidas na reprodução econômica, mas, também, de caráter essencialmente político, como nos lembra Poulantzas (1978), nos remete a analisar de maneira mais ampla como se dá a manutenção da coesão social em uma sociedade dividida por classes e tão marcada por opressões e desigualdades.

Olhando para esse Estado brasileiro, Marlise Matos e Clarisse Paradis (2014) observam como suas características históricas são forjadas com base em opressão, violência e discriminação, mas que, todavia, tem vivenciado iniciativas de desestabilização do patriarcado na medida em que questiona a lógica excludente e busca, através da estrutura estatal, realizar ações para ouvir, considerar e incluir grupos historicamente segregados, a exemplo das mulheres. O processo tem-se dado por dentro das estruturas governamentais como forma de combater a lógica patriarcal e racista, por meio de políticas inclusivas que promovam liberdade, autonomia e igualdade para as mulheres - processo que é chamado pelas autoras de “despatriarcalização do Estado”.

O Estado é, fundamentalmente, um recurso de poder em si mesmo, na medida em que é capaz de mobilizar outros recursos (sejam materiais, sejam simbólico-culturais e, claro, políticos) de poder. Em sociedades democráticas complexas – multiculturais e multiétnicas como a nossa sociedade brasileira – já é claramente possível identificar determinadas inclinações e tendências de gênero e étnico-culturais institucionalizadas no âmbito do Estado brasileiro, seja através de políticas públicas especificamente

direcionadas a esses grupos, entrelaçadas, contudo com as inclinações de classe (um ótimo exemplo é o do Programa Bolsa Família), seja pelos mecanismos que vêm sendo criados para empoderar esses diferentes grupos. E isso tem se dado porque parte-se do pressuposto de que o Estado foi constituído historicamente segregando e distanciando a população feminina e negra do país. E ambas, segregação e exclusão, estão diretamente articuladas a nossos processos de colonização (MATOS e PARADIS, 2014)

Nesse sentido é necessário lembrar que o Estado Moderno, principal forma de organização política contemporânea, estrutura-se como uma unidade básica social que tem território delimitado, com uma nação constituída pela coletividade, ou povo, e vive nesse lugar. A partir da ideia do Contrato Social (Rousseau, 1973; Locke, 1983; Hobbes, 1988) a sociedade civil dá a esse Estado o poder de uso legítimo da força, como afirma Max Weber (2015), com o compromisso de que este administre questões de convívio e da ordem social. Segundo essa perspectiva, o Estado tem o papel de manter a coesão social, garantir e proteger a propriedade privada e outros direitos coletivos, promovendo a harmonia da população em seu território.

No entanto, como vimos anteriormente, existem estruturas e interesses que envolvem a ação do Estado, tais como as diferenças entre as classes sociais, como afirma Karl Marx (2006); o patriarcado ou contrato sexual, como afirma Carole Pateman (1998), e o racismo, como reflete Sueli Carneiro (2003), que considera que um grupo é superior ou melhor que outro (negros historicamente inferiorizados). Ao mesmo tempo, a forma pela qual o Estado Nação se relaciona com os outros países também é determinante, podendo este ter um papel de colonizador ou colonizado. O que nos interessa nesse momento é entender que a atuação do Estado é determinada por quem está em sua gestão: o Governo ou a sociedade política que, segundo Gramsci, é um conjunto de indivíduos que ocupam posições de poder e decisão sobre a administração e a política do Estado, orientando suas ações e os rumos da sociedade (RODRIGUES, 2010).

Nesse contexto, as políticas públicas são a maneira pela qual o Governo atua para administrar o Estado, amenizar conflitos e garantir qualidade de vida para a população ou a sociedade civil. Secchi (2013) conceitua que: “Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões” (p.1). Em um Estado considerado democrático, os indivíduos ou grupos podem contribuir na gestão do Governo, por exemplo, participando de diferentes momentos do chamado ciclo de políticas públicas: definição da agenda política, elaboração ou formulação, implementação e avaliação, que consideramos em nossa análise como não necessariamente sequencial ou linear (LASSWELL, 1971; SECCHI, 2013).

Vale destacar que os estudos das políticas públicas vêm apresentando a diferença entre política e políticas públicas, explicitada nos termos em inglês, *politics* e *policies*. A segunda seria o “como fazer”, a busca por caminhos, instrumentos, regras que concretizem certa concepção política (*politics*) em ações que possam mudar a vida das pessoas, que viabilizem as visões políticas de mundo e do papel do Estado (SARAVIA, 2006). Para analisar as políticas públicas para a agroecologia, nos propusemos analisar os conteúdos dos documentos das políticas de agroecologia, em especial a Pnapo e a Planapo, buscando relacionar com as pautas de reivindicações das mulheres rurais, em especial da Marcha das Margaridas, correlacionando-as. Vale destacar que não consideramos apenas essa como a política de agroecologia, mas, nesse capítulo, sua análise será o foco.

Outros elementos básicos da política foram considerados em nosso estudos, tais como: a) o institucional, pois a elaboração das políticas se dá a partir de uma autoridade formal legalmente constituída e coletivamente legitimada; b) o decisório, visto que as políticas são o resultado de um conjunto sequencial de decisões, que expressam escolhas de fins e/ou meios, com curto ou longo alcance, direcionadas a situação ou tema específico, em resposta a problemas e/ou necessidades prioritizadas; c) o comportamental, que pode ser o fazer ou o não-fazer e d) o causal, produtos de ações com efeitos no sistema político e social (JESSOP, 2009).

Em diálogo com a teoria do ciclo de políticas públicas, alguns estudos das políticas públicas na América Latina têm apresentado apenas três etapas principais como caminhos pelas quais estas costumam passar: a formulação, a implementação e a avaliação. Faz-se necessário diferenciar a elaboração da formulação. A primeira é apresentada como a preparação da decisão política e a segunda como a própria decisão política e sua formalização por meio de uma norma jurídica. Sobre o processo de elaboração (que inclui tanto a identificação quanto a delimitação de determinado problema atual ou potencial da sociedade), e a formulação (com a definição de alternativas para a solução desses problemas), vale observar os custos e efeitos de cada ação, além do estabelecimento de prioridades, com objetivos, marco jurídico, administrativo e financeiro (SARAVIA, 2006). Nossa perspectiva é que a elaboração de políticas é uma atividade política incontornável (THOENIG, 1985), na qual as percepções e interesses dos atores individuais (e coletivos) interferem em todos os seus estágios.

Esse processo dialoga com o que Benson (1983) chama de relações interorganizacionais, que passam por três níveis na estrutura dos setores de política: a *estrutura administrativa*, de vinculações e redes entre agências relacionadas pela dependência de recursos e a *estrutura de interesses*, expressa pelos interesses em torno do assunto, não apenas positiva,

mas, também, negativamente, subsidiando o contexto para a estrutura administrativa, localizada no terceiro nível, que são as *normas da formação de estruturas* relacionadas à acumulação de capital (BENSON, 1983).

Para nossa pesquisa, a estrutura de interesses e a decisão são elementos centrais: o que faz com que o Governo decida priorizar uma pauta? Como a agroecologia entra na agenda política? Como as mulheres, especialmente através da Marcha das Margaridas contribuíram para a decisão pela construção de políticas públicas de agroecologia?

Para fazer essa análise consideramos, conforma a análise de Secchi (2013): i) a conformação de um problema público, que conta com a percepção do problema como relevante (de caráter intersubjetivo e influenciado pela percepção de atores mais afetados) e com a delimitação do problema a ser solucionado; e ii) e a formação da agenda decisória, que é um conjunto de problemas definidos como relevantes pelos atores envolvidos com a política. Segundo Secchi (2013):

(...) a agenda pode ser concretizada em um programa de governo, um planejamento orçamentário ou mesmo um estatuto partidário (...) Atores visíveis e invisíveis operam na formação da agenda decisória, constituída pelos problemas prioritários que exigem políticas como soluções. São considerados atores visíveis: a mídia, os partidos políticos, os grupos de pressão e outros. Esses atores têm o poder de definir as alocações prioritárias da agenda decisória (...) Por outro lado, os atores invisíveis, tais como acadêmicos e burocratas, são mais presentes na constituição das alternativas técnicas para as questões escolhidas pelo grupo anterior. Enquanto os atores visíveis influenciariam mais os atores invisíveis, os atores invisíveis trabalhariam mais na especificação de alternativas (p. 46)

Nessa pesquisa percebemos, ao olhar para a decisão política do Governo Federal de colocar a agroecologia na agenda política a partir da definição de que havia uma série de problemas sociais, ambientais, econômicos decorrentes da Revolução Verde a serem solucionados, tivemos uma série de políticas públicas que foram dialogando com a perspectiva agroecológica, a maioria delas dentro do MDA, a exemplo das políticas de Ater, de segurança alimentar, de organização produtiva, comercialização e crédito. No entanto, um marco para as políticas públicas de agroecologia foi a construção/formulação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, expressa no Decreto nº 7.794, de agosto de 2012. Essa decisão política gerou um processo de elaboração dos procedimentos necessários para sua implementação, que foi o trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), somado à organização social que deu subsídio para essa proposta, e que resultou no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, no qual estão estabelecidas as metas, os objetivos e os recursos para essas ações, tornando-a uma atividade política incontornável, como

diria Thoenig (1985). Nesse capítulo focaremos nossa análise na construção das mulheres e da Marcha das Margaridas para a Pnapo e a Planapo; todavia, traremos no capítulo 5 a contribuição de outras políticas públicas para a agroecologia e as mulheres rurais.

Ao longo dessa pesquisa, percebemos como se deu o processo de inclusão da agroecologia na agenda política, ou seja, na lista de prioridades ou como parte de uma necessidade social destacada pelo poder público. Identificamos que esse processo fez com que a agroecologia adquirisse um status de “problema público”, passando a estar no centro dos debates e gerando respostas e encaminhamentos governamentais (estabelecido a partir da decisão política de uma intervenção pública planejada, organizada, articulada). Tal decisão foi consequência do acúmulo de ações coletivas da sociedade civil organizadas em torno do movimento agroecológico e somadas à força e pressão política da luta das mulheres rurais, em especial da Marcha das Margaridas, que teve um papel determinante para o processo decisório. Outro elemento relevante foi a conjuntura e orientação política favoráveis, pois apesar de o governo ter a maior parte de seus recursos direcionados ao agronegócio, era importante a existência da institucionalidade de um ministério específico para o desenvolvimento agrário, com uma secretaria para a agricultura familiar e uma diretoria de política para mulheres rurais e quilombolas, que dialogavam com os movimentos sociais e tinham abertura para acolher as contribuições e pressões sociais, tanto com relação à pauta da agroecologia quanto com as mulheres rurais.

Escolhemos analisar que o processo de inclusão da agroecologia na agenda, a elaboração e a formulação das políticas públicas no Brasil se deram por considerarmos, como Enrique Saravia (2006), pois “(...) o poder político de diferentes setores ou segmentos da vida social e sua capacidade de articulação dentro do sistema político são o que realmente determinam as prioridades” (p. 35) e não apenas a racionalidade técnica. Tal afirmação foi confirmada na medida em que o lançamento da Pnapo e do Planapo foi resultante da combinação de dois fatores principais: a conjuntura política, que possibilitou estruturas institucionais com abertura para o diálogo e a possibilidade de efetivação da política, além da pressão política sobre o Governo Federal por parte dos movimentos sociais do campo, pelo movimento agroecológico, pelos movimentos feministas e de mulheres organizados que, com base em elementos científicos, econômicos, ambientais e sociais, conseguiram apresentar a agroecologia como solução concreta para problemas como a poluição ambiental, a contaminação de terras, águas e pessoas pelos agrotóxicos, os riscos à saúde decorrentes da má alimentação da população brasileira, a invisibilidade do trabalho das mulheres rurais, entre outros.

Sobre o papel da/s política/s para a resolução de problemas, entrevistadas/os nessa pesquisa comentam que a política não é neutra: ela pode transformar ou reforçar uma realidade, como por exemplo, a desigualdade de gênero e a produção de alimentos com venenos. Ao mesmo tempo, as políticas públicas podem fazer a diferença e mudar a vida das pessoas para melhor, com mais igualdade e respeito, e estimular a produção de alimentos saudáveis: foi para isso que a política de agroecologia foi pensada.

(...) a política não tem neutralidade. Essa é uma questão. Então, porque (se diz que) a política não tem nada a ver? Tem (sim), porque historicamente foram as políticas públicas que reforçaram tudo isso que a gente vive. Então a situação de desigualdade em todos os níveis foi reforçada pela política. Então, por que que essa política não pode ser diferente? Por que (...) ela não pode ser usada para desconstruir tudo isso? Essa é a diferença da política (mulher representante das organizações parceiras da Marcha das Margaridas)

A política tem essa função de contribuir na transformação, seja uma transformação de uma produção que leve veneno ou para uma transformação de uma produção que não leve veneno, ou seja de uma transformação de uma mulher que está numa situação de violência para uma situação de não violência (homem representante do governo) só para não perder a deixa. Aqui há um paradigma interessante, que traz a relação da agroecologia com a violência. Isso já existia na esfera governamental? Ou foi trazido pelos aportes da Marcha?

Para que isso seja possível, todavia, é importante haver um contexto de democracia e decisões políticas abertas para novos ciclos de institucionalização de políticas públicas e ideias, tanto entre Estado e sociedade civil quanto dentro dos movimentos sociais. De forma geral, o ciclo de elaboração de políticas públicas se dá na esfera tecnocrática, entre academia e gestores públicos, ambiente em geral androcêntrico. No entanto um contexto democrático possibilita espaços de diálogo entre o Estado e a sociedade civil, com propostas construídas coletivamente e nas quais novos sujeitos podem ser ouvidos, trazendo suas experiências para o âmbito da construção de políticas públicas.

Nesse processo identificamos que tanto existiram espaços como o Consea e o Condraf e seus comitês temáticas, como espaços de diálogo político entre sociedade civil e poder público, quanto houve espaços mais técnicos de construção e diálogo entre gestores, acadêmicos e técnicos/as, a exemplo do Grupo de Trabalho Operacional (GTO) onde eram discutidos a execução e os detalhes para a implementação da política. Para as mulheres rurais, esse diálogo se dava especialmente nos comitês temáticos de gênero e de mulheres do Condraf, e no Comitê do Programa de Organização Produtiva, com apoio constante da equipe de gestoras da DPMRQ.

As/os entrevistadas/os destacaram que, para que haja a institucionalização das ideias, ou seja, para que determinada ideia torne-se questão pública, é preciso a incidência de sujeitos

políticos/as coletivos que a pautem a fim de que ela se torne parte da agenda política. Conforme Poulantzas (1978) essa é uma característica central do Estado: ser resultado da relação de forças entre classes e suas frações, entre os dominados e dominantes, ao mesmo tempo que sua estrutura fraturada possibilite que essas divergências sejam colocadas na estrutura estatal. No contexto da nossa pesquisa, podemos dizer que foi fundamental que a Contag assumisse a agenda da agroecologia para que ela, de fato, se tornasse um assunto considerado relevante. Ressalta-se que isso se deu a partir da atuação das mulheres por dentro da entidade sindical (não sem tensões e debates internos com a direção e com os homens), mas também pela força que as organizações parceiras davam, em especial da Marcha das Margaridas, de fora para dentro.

Nessa busca, a agroecologia também se coloca como um movimento pela democratização, não apenas por desejar contribuir nos debates em torno de práticas agrícolas e do desenvolvimento agrário, mas por compreender que um ambiente não-democrático não possibilita o acesso igualitário a alimentos saudáveis por toda a população, especialmente dos mais necessitados, nem aos processos de reconhecimento e justiça social que são intrínsecos à perspectiva agroecológica (ANA, 2018). Ao mesmo tempo, conforme foi mencionado por um dos entrevistados, a “Marcha das Margaridas é um movimento democratizante que organiza a demanda das bases, faz a síntese e a traduz em propostas de políticas públicas, em propostas com força política” (homem representante da ANA), tendo o processo da educação popular e da organização social como partes fundantes dessa proposta.

4.1. Políticas públicas para agroecologia no Brasil

Quando olhamos para esse Estado capitalista, colonialista, patriarcal e racista, o percebemos como um lugar de disputas políticas que se expressam na definição de quais políticas públicas serão priorizadas ou receberão recursos e apoio. Sabemos que a disputa política a respeito de qual modelo de agricultura deve ser priorizado no País tem-se dado, ao longo dos últimos anos, em dois grandes polos da organização e produção agrícola: o agronegócio e a agricultura familiar e camponesa. Nos governos democráticos, entre os anos de 2003 e 2016, isso se expressou no Brasil na existência de dois ministérios: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (que, mesmo tendo sido criado no governo Fernando Henrique Cardoso, passou por mudanças de orientação política em 2003); o primeiro com ações voltadas ao fortalecimento do agronegócio e o segundo com o objetivo de melhorar a qualidade de vida a partir do investimento da agricultura familiar.

Compreender que as políticas públicas “(...) refletem [...] o entendimento dos grupos sociais sobre sua própria condição e sobre a sociedade em geral, bem como, sobre os instrumentos necessários para aperfeiçoar esta condição” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 21) nos ajuda a perceber a importância de identificar como se deu o embate entre as diferentes visões nos espaços e processos de construção das políticas, sob os olhares das diversas classes.

Nesse caminho é central ver como a agroecologia entra na agenda política do Governo, o que, segundo Kingdon (2003), significa colocá-la no “[...] conjunto de assuntos sobre os quais o Governo e os tomadores de decisão concentram sua atenção num determinado período” (p. 225). A teoria do modelo de fluxos de Kingdon (2003) considera que um tema somente consegue entrar na agenda quando há uma convergência entre três fluxos decisórios (problemas, soluções ou alternativas e político), que são relativamente independentes entre si, e que contribuem para que determinado tema se torne prioridade para um governo.

A pesquisa nos mostrou que os movimentos agroecológico, do campo, de mulheres e feminista conseguiram, entre outras conquistas (que trataremos no Capítulo 5), a conquista da Pnapo/Planapo, garantindo a convergência dos três fluxos decisórios de Kingdon (2002): i) identificaram, como vimos acima, problemas sociais, ambientais e econômicos, que precisavam de respostas do governo; ii) conseguiram apresentar soluções concretas a partir da perspectiva agroecológica e da elaboração de uma proposta coletivamente construída por diversos movimentos da sociedade civil, reunidos em torno da ANA, e iii) somaram força política, especialmente com a pressão da Marcha das Margaridas de 2011, para que a agroecologia entrasse de fato na agenda política do governo.

Considerando a agroecologia, como dito no capítulo anterior, como ciência, movimento e prática (WEZEL et al, 2009) e como um modo de vida, de produzir, de relacionar-se e viver na agricultura com relações respeitadas e igualitárias entre homens e mulheres e dessas/es com a natureza, buscamos entender por que caminhos a agroecologia entrou no debate governamental, em especial a partir das contribuições da Marcha das Margaridas. Identificamos que a incorporação da agroecologia se deu através de diferentes campos de organização, atuação e elaboração de políticas públicas, que passaram a pautar, especialmente a partir de 2004, ações e proposições nas seguintes áreas: i) a ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, envolvendo a rede pública das Emater e as organizações executoras de Ater da sociedade civil e as redes de Ater, refletida na Política Nacional de ATER (Pnater); ii) o ensino e a pesquisa, desde as universidades, a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, a exemplo dos debates e proposições

construídas pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA); iii) o reconhecimento da especificidade da agricultura familiar e a implementação de crédito para esse público, com especial atenção para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); iv) o desenvolvimento territorial e as políticas que envolveram os Territórios Rurais ou da Cidadania; e v) o direito à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional, em diálogo com políticas como o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e a valorização das sementes crioulas, o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e o PGPM-Bio – Programa de Garantia de Preços Mínimos para produtos da sociobiodiversidade. Vale destacar que a questão da reforma agrária, do acesso à terra e ao território, assim como do acesso à água, tem sido historicamente pautas tanto no movimento agroecológico como nas lutas históricas das mulheres rurais.

Esse processo se deu a partir do desenrolar das reflexões e propostas, com questionamentos a paradigmas políticos instituídos, construídas pelos movimentos sociais do campo, sindicais rurais e de mulheres e feministas sobre a agricultura familiar e o desenvolvimento rural, no diálogo com um governo democrático progressista, que se abriu para a construção coletiva das políticas públicas. Grisa e Schneider (2014) em suas análises sobre a forma pela qual as políticas públicas para a agricultura familiar foram se desenvolvendo no Brasil, observam a existência de três gerações de políticas públicas, mostrando as formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil: a primeira esteve centrada em um viés agrícola e agrário para as/os pequenos/as agricultores/as familiares (nesse período as mulheres ainda lutavam para serem reconhecidas como trabalhadoras rurais); a segunda geração teve foco em políticas sociais e assistenciais, enquanto a terceira foi pautada pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, quando foi possível a inserção do debate agroecológico no bojo da discussão. Como o próprio estudo afirma, esses ciclos não são lineares nem se encerram em si mesmos, coexistindo em muitos momentos e em diferentes contextos. Todavia, a historicização das três gerações de políticas públicas acaba por invisibilizar os sujeitos que fazem parte dessa construção e que tiveram um processo determinante, em cada período, ao questionar os paradigmas políticos e a estrutura do Estado, e propor, formular e implementar políticas públicas específicas - a exemplo das mulheres rurais e das juventudes. Como nos mostra esse trabalho, todo o arcabouço de políticas públicas para as mulheres rurais, construídas e relacionadas à cidadania, ao acesso à terra, à inclusão e organização produtiva, ao crédito e à comercialização, pode ser considerado, inclusive, uma nova geração de políticas públicas.

Como parte desse caminho de construção de políticas públicas para a agricultura familiar e para a agroecologia no Brasil, Grisa (2010) identifica e conceitua cinco fóruns de produção de ideias no âmbito da elaboração dessas políticas: a) fórum científico; b) fórum de comunicação política; c) fórum da agricultura familiar; d) fórum de segurança alimentar e nutricional e e) fórum agroecológico. É interessante perceber como estes espaços têm uma forte relação entre si, tendo por vezes os/as mesmos/as integrantes, dos movimentos sociais e do Governo Federal. Estes fóruns de produção de ideias foram marcados politicamente pelo processo de organização dos movimentos sociais em torno dessas pautas, pois foram eles que trouxeram propostas mais concretas e com maior legitimidade: quanto mais forte o movimento, maior o poder de incidir sobre as decisões nesses espaços, o que se torna um elemento importante para a reflexão da presente pesquisa. É interessante perceber que, mesmo a agroecologia sendo considerada pela autora como um fórum específico, ele se desenvolveu em diálogo constante com os outros fóruns, estando os temas, sujeitos e paradigmas interligados (especialmente o da agricultura familiar e o da segurança alimentar e nutricional). Esse processo de troca entre os fóruns foi possível graças ao contexto político dialógico entre governos e movimentos sociais que permeava a construção das políticas públicas entre os anos de 2003 e 2015.

O fórum agroecológico foi o que, desde os anos 1980, se reuniu em torno da agricultura alternativa/agroecológica, trazendo debates sobre a necessidade de que o Estado, através da elaboração e execução de políticas públicas, investisse em experiências de produção que fossem pautadas na conservação ambiental, na justiça social e na produção de alimentos saudáveis, diálogo esse que se deu por meio da sistematização de experiências em todo o Brasil. Esse espaço foi composto historicamente por agricultoras/es, organizações não-governamentais, movimentos sociais, profissionais, acadêmicas/os e pesquisadoras/es que passaram a se reunir, a partir de 2002, em torno Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) (GRISA, 2010).

Vários passos foram dados a respeito do debate ambiental, da segurança alimentar, da assistência técnica, para que se chegasse à construção de uma política pública específica para a agroecologia. A análise dos documentos governamentais mostra que o termo agroecologia aparece pela primeira vez no cerne de uma política pública no documento da Política Nacional de Assistência Técnica (PNATER), de 2004, ao sugerir que essa seria a perspectiva de ação das/os profissionais da extensão rural no Brasil. Nesse período, a Marcha das Margaridas já pautava a necessidade de que a assistência técnica e extensão rural no Brasil considerasse a

realidade e as necessidades específicas das mulheres rurais, tratando-as como trabalhadoras e não apenas como esposas do agricultor.

Vimos ainda que, ao longo dos anos, as metas para um desenvolvimento rural sustentável e solidário foram aos poucos dialogando com a proposta da agroecologia, que se expressava nos instrumentos de políticas públicas que estavam sendo criados, ampliados e readequados, no sentido de responder às questões levantadas nas Conferências Nacionais de ATER, Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Rural Sustentável. Os movimentos sociais e sindicais do campo foram fundamentais em todo esse processo, pois vinham enfrentando acúmulos e travando debates tanto internos quanto nos espaços de participação e concertação social. Com a organização da ANA, assim como da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), esse processo foi se adensando e as teorias e práticas de agroecologia desenvolvidas por agricultoras/es familiares, povos e comunidades tradicionais passaram a fazer parte de um amplo processo de luta por demandas de uma legislação específica para a agroecologia.

Nesse percurso, muita pressão foi feita para possibilitar que o governo incorporasse a pauta da agroecologia e da produção orgânica, especialmente depois de 2003. Para fortalecer a agricultura familiar e as políticas de segurança alimentar e nutricional - que tiveram como maior referência o Programa Fome Zero - vimos a retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a criação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). A Marcha das Margaridas também teve sua contribuição, visto que desde 2000 seu lema trazia o combate à fome como central. Esse debate estratégico para o governo Lula fortaleceu processos de participação social e estruturação de políticas de apoio à produção e garantia do direito humano à alimentação para o combate à fome. A criação dos programas de compras governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram centrais para contribuir para o debate sobre a produção de alimentos saudáveis (MOURA, 2017).

As Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e as de Desenvolvimento Rural Sustentável, outra promoção no contexto do referido governo, também pautaram a agroecologia e a produção orgânica. Várias ações de políticas públicas nacionais passaram a incorporar, ao menos em parte, proposições elaboradas por organizações promotoras da agroecologia. Também o enfoque agroecológico foi fortalecido na formulação e na implementação das políticas (Weid, 2006a) ((MOURA, Iracema, 2017, p. 35).

Quanto à produção orgânica, os primeiros passos dados pelo governo brasileiro foram institucionalizar o processo de produção e comercialização dos orgânicos, através da Lei nº

10.831/2003. Esta lei começou a tramitar desde os anos de 1996 no Congresso Nacional, contando a partir de 2002 com a participação de organizações públicas e privadas, tendo sido regulamentada em dezembro de 2007 através do Decreto nº 6.323, estabelecendo mecanismos de controle de garantia da qualidade da produção. Essa institucionalização foi inovadora, à medida que estabeleceu mecanismos diferenciados de controle, como os Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) e os mecanismo de controle social de venda direta, além da tradicional certificação por auditoria externa (MOURA, 2017).

Outra ação foi realizada no PPA 2004-2007, com a criação do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (Pró-Orgânico), pela Portaria nº 158/2004, que tinha por objetivo capacitar as organizações quantos aos marcos regulatórios e tecnologias para fomentar o processo produtivo e de comercialização. No PPA de 2008-2011, políticas ligadas à agricultura orgânica passaram a fazer parte do Programa de Agrobiodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), com atividades também no MAPA e no MDA (Sambuichi *et al.*, 2012). Esse projeto foi identificado em nossas entrevistas como a raiz da Pnapo/Planapo.

As/os entrevistadas/os destacaram que o debate da agroecologia vinha se dando ainda a partir da atuação de consultores e gestoras/es do Ministério do Meio Ambiente, a partir do debate do desenvolvimento sustentável e da agrobiodiversidade. A equipe do MMA (2010-2016), presente no período, foi identificada como fundamental para a priorização da pauta dentro do Governo Federal. Nesse percurso, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) propôs um Programa de Agroecologia ao MMA e foi iniciado um levantamento de ações realizadas pelos ministérios que tinham relação com a agroecologia, dando subsídios ao que seria a proposta para o PPA 2012/2015. Esse trabalho foi de grande relevância, por ter sido base para identificar ações que constariam posteriormente no Planapo.

Esse processo de acúmulo de debates e proposições em torno da agroecologia culminou na 4ª Marcha das Margaridas, de 2011, quando ela apresentou sua pauta ao Governo Federal, dando força ao tema através de suas demandas reunidas em torno do eixo “Terra, Água e Agroecologia”. Em seu caderno de pautas, a mobilização trouxe a proposta da criação de um Programa de Agroecologia: as mulheres do campo, da floresta e das águas trazem para o centro do debate político o tema, fortalecendo o processo que vinham se constituindo junto aos movimentos do campo e o movimento agroecológico. Vale dizer que boa parte das organizações de mulheres, ou do campo, que compunham e compõem a Marcha das Margaridas, também faziam (e fazem) parte da Articulação Nacional de Agroecologia.

Como resultado da força e da pressão política da Marcha das Margaridas, a presidenta Dilma Rousseff anunciou no ato de encerramento da 4ª edição, em 2011, em resposta à pauta debatida e negociada com o governo, a criação de um grupo de trabalho que deveria elaborar uma proposta para o que viria a ser a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO, Brasil, 2012), posteriormente detalhado no plano de ação nomeado Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO, Brasil, 2013). Vale destacar que o lançamento da PNAPO se deu na II Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, com a presença de uma representante da Marcha das Margaridas.

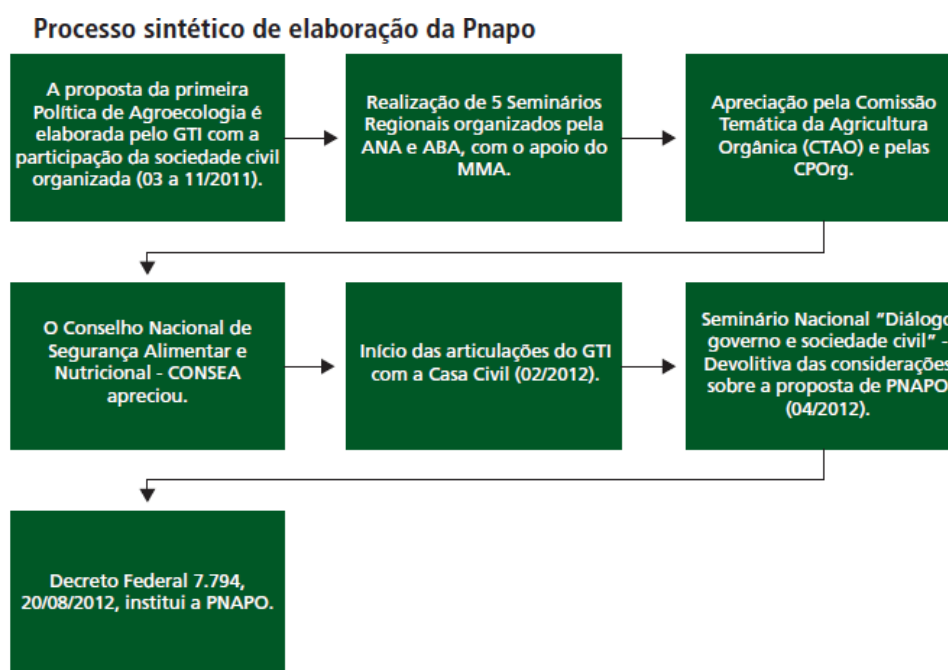
Figura 11 – Presidenta Dilma Rousseff na Marcha das Margaridas de 2011



Foto: Dilma Rousseff na Marcha das Margaridas de 2011/ Acervo Contag

Como nos lembram Flaviane Canavesi, Iracema Moura e Cláudia Souza (2016), após o anúncio na Marcha das Margaridas, a demanda foi encaminhada ao Ministério do Meio Ambiente, que ficou responsável pela criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) dedicado à elaboração e implementação do Plano, com uma composição de representantes do governo e sociedade civil.

Esse processo de regulamentação da Pnapo se deu em um contexto de intensa participação da sociedade civil, que institucionalmente consolidou-se na instalação paritária da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República. No âmbito governamental, foi criada como instância para acompanhar a construção, elaboração e implementação do Planapo a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), composta por dez ministérios e seis órgãos públicos federais (Figura 12).

Figura 12 – Processo síntese de elaboração do Pnapo

Fonte: Souza (2015a).

Fonte: SAMBUICHI *et al*, 2017, p. 95.

Vale lembrar que a estratégia de parceria e diálogo do MMA com os movimentos, em especial a ANA, como rede de organizações do campo da agroecologia, possibilitou que, após o anúncio da presidenta Dilma Rousseff da criação do GT que construiria a Pnapo, fossem realizados cinco seminários regionais e dois seminários nacionais (inicial e final), em 2012, que subsidiaram o processo de articulação e de construção da proposição da sociedade para a Pnapo apresentada ao Governo Federal. Durante todo esse processo, as mulheres tiveram participação ativa e articulada, inclusive da Secretaria de Mulheres da Contag e dos movimentos que compõem a Marcha das Margaridas. As mulheres contavam, nas diferentes regiões do Brasil, com um roteiro para atuação nas plenárias a partir da orientação do GT Mulheres da ANA. Também houve uma oficina específica das mulheres para a construção do Planapo, apoiada pela DPMRQ, como parte de uma reunião do Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva, em Brasília (Figura 13). No Seminário Nacional (final), elas conseguiram garantir que suas propostas fossem incluídas no documento que seria enviado para o Governo Federal.

Figura 13 – Logomarca do Planapo I



Foto: Logomarca do Planapo I

Em nossas entrevistas foram apresentadas algumas das tensões enfrentadas nessa caminhada. Entre os debates e a apresentação da proposta dos movimentos e o lançamento da Pnapo houve um período longo para a publicação do Decreto. Entre o decreto e a elaboração do documento também foi demorada a espera pelo lançamento da Planapo, com muitas conversas, pressões e expectativas, tanto por parte do Governo quanto dos movimentos. Um dos momentos em que se esperava que o Plano fosse lançado ocorreu durante a Rio+20, porque acreditava-se que essa poderia ser uma resposta do Governo brasileiro para o mundo quanto aos problemas ambientais e às mudanças climáticas. Todavia o lançamento não aconteceu, porque a proposta apresentada pelos movimentos mostrou-se muito distante do que o Governo estaria disposto a assumir. Entre os movimentos sociais, havia uma tensão constante sobre continuar ou não o processo de diálogo e negociação com um Governo que seguia priorizando o agronegócio, e que havia feito cortes de metas, proposições e dimensões consideradas centrais - a exemplo da questão da terra e da água, que não entraram no decreto da Pnapo com o argumento de não apresentar relação com a agroecologia. A defesa pela continuidade dos diálogos e negociações veio com o argumento de que a busca era por pequenas vitórias para acumular forças, e porque havia a percepção de que as mudanças ainda não eram estruturantes como o que se desejava, mas que, passo a passo, as conquistas viriam. E assim seguiram as negociações do movimento agroecológico apresentando sua proposta ideal, já contando com os cortes do Governo Federal.

Ao mesmo tempo, a proposta da política de agroecologia era diferenciada: demandava um redesenho e uma reorientação da política pública desafiadora. Isso significou a criação de uma lógica de institucionalização que convivía com a lógica hegemônica conservadora da agricultura, do agronegócio, constituindo-se como um “nicho de institucionalização”, à medida que possibilitava que políticas sociais e da agricultura familiar ganhassem espaço, conectando-as. Essa leitura compreende “nicho” como um espaço protegido em que os comuns se

encontram e onde se faz interlocução com o Estado (homem representante da ANA). Outros desafios na implementação do Planapo diziam respeito à necessidade de dar institucionalidade à agroecologia, de buscar uma solidez na estrutura do governo que contasse com recursos e atribuições bem definidas - não apenas a formalização, mas com capacidade real de execução e monitoramento das ações. O Planapo I teve a peculiaridade de ter suas ações vinculadas a atividades previamente definidas no PPA 2012-2015, já fechado quando o Plano foi concluído. Também era desafiadora a lógica interministerial do Plano, que envolvia diferentes órgãos, com culturas institucionais e investimentos distintos. A tentativa de ação integral e efetiva do Plano, advinda de demandas sociais e prioridades, também tornava o processo mais complexo (Sambuichi *et al*, 2017)

A política de agroecologia tinha que construir as interfaces com as diferentes políticas de Governo, mas ali era efetivamente o primeiro momento em que o Governo estava se desafiando a fazer isso. Então tinha um mix de convencimento, de fazer um plano que fosse de peso e um plano que (...) tivesse capacidade real de desdobrar-se na vida concreta (mulher representante do governo)

Após a instituição da Cnapo, seu trabalho foi inicialmente de contribuir na construção da proposta da Planapo I e, posteriormente, de monitorar sua implementação. Apesar de algumas tensões iniciais a respeito de como seria a composição da Comissão (Quem comporia? Quem seria considerada como sociedade civil?), o balanço geral feito por nossas/os entrevistadas/os, foi positivo: avaliaram que a sociedade civil conseguira estabelecer um entendimento comum e uma estratégia política coesa frente aos desafios do diálogo com um Governo de coalização com maior força do capital. Afirmaram que esse processo foi resultado de muita confiança política e “(...) sintonia que a gente conseguiu construir naquele campo de tensões para fazer a política, com tato e atenção com as/os diferentes” (mulher assessora da Secretaria de Mulheres da Contag).

Nesse processo, vimos a força e a capacidade de mobilização e reflexão dos movimentos sociais e sindicais do campo, que passaram a contar com a ANA como mais um importante sujeito político coletivo de interlocução com o Governo, acúmulo do processo de articulação e elaboração técnica para a construção da proposta dos movimentos e organizações para a Pnapo/Planapo. Ainda assim é a Marcha das Margaridas (a Contag e todas as organizações parceiras com uma só identidade) que se destaca, a partir das negociações em torno da demanda da pauta de 2011, da criação de um Programa de Agroecologia como referência na luta em defesa das políticas públicas de agroecologia no Brasil. Da mesma forma, nossas/os entrevistadas/os consideram que, após o lançamento da Política de Agroecologia, inaugurou-se

um novo momento para que fosse possível avançar da concepção de um Programa a uma Política, quando a atuação passa a ser, então, como movimento agroecológico aliado aos movimentos sindical e do campo, e não mais como Marcha das Margaridas.

4.2. As mulheres na PNAPO e na PLANAPO I

Como citamos, o principal instrumento de implementação da Pnapo, estabelecida pelo Decreto nº 7.794/2012 é o Planapo. Definidas as instâncias da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo) e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) como gestoras da Política, coube a elas, como primeira tarefa, a consolidação do Plano – a partir da proposta inicialmente elaborada pela Ciapo, composta por 10 ministérios do Governo Federal e coordenada pela Secretaria Geral da Presidência da República. A Cnapo, composta por quatorze representantes da sociedade civil e quatorze de órgãos do Governo Federal, com seus respectivas/os suplentes, e coordenada pela Secretaria da Agricultura Familiar/MDA, trabalhou para construir coletivamente as diretrizes, os objetivos e as ações prioritárias a serem desenvolvidas entre os anos de 2013-2016 (TROVATTO, Cássio *et al*, 2017).

Nesse caminho, uma das formas que nos permite observar em que medida as mulheres conseguiram que suas demandas se traduzissem em propostas de políticas públicas para a agroecologia é analisar o decreto da Pnapo e o documento final da I Planapo. O Decreto da Pnapo diz em seu Art. 1 que

Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

O documento explicita como compreender produtos da sociobiodiversidade, sistema orgânico de produção, produção de base agroecológica e transição agroecológica, trazendo muitos elementos produtivos/econômicos, ambientais e alguns referentes à justiça social e de valorização de saberes e práticas para melhoria da qualidade de vida. Quanto às diretrizes, destaca a soberania e segurança alimentar e nutricional, o uso sustentável dos recursos naturais, a conservação e recomposição dos ecossistemas, a promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, a distribuição e consumo de alimentos, a valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, a ampliação da participação da juventude rural e, por fim, no

item VII – a contribuição para a redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres. Mesmo considerando que todas as diretrizes dialogam com a pauta da Marcha das Margaridas, apenas esse item faz referência direta às mulheres.

Após citar os instrumentos da Pnapo, contando com o Planapo mas envolvendo uma série de outras políticas estratégicas para potencializar a ação da agroecologia, o documento da Política traz elementos sobre como deveria se dar a estruturação do Planapo. Traz ainda os instrumentos de gestão (Ciapo e Cnapo), suas competências e composição, destacando a composição paritária entre governo e sociedade civil na Cnapo, com titulares e suplentes, e mandato de 2 anos. Destaque para o fato de a SPM não fazer parte da composição. Apresenta ainda aspectos referentes à organização e estruturação da Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg) e das Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação (CPOrg).

Quanto ao I Planapo, este foi resultado de um amplo acúmulo de debates, ações e mobilizações dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil em torno da proposta da Agroecologia como perspectiva para o desenvolvimento rural. O documento lançado, todavia, acabou por ser um conglomerado de ações governamentais já previstas no Plano Plurianual (PPA) e que, conforme a leitura dos ministérios envolvidos, tinham relação com a proposta agroecológica e/ou orgânica, com uma maior quantidade de ações do MDA e do MAPA. Ainda assim, foram de grande relevância a contribuição e as propostas apresentadas pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) para o Plano, resultado de seminários regionais e nacional (SABOURIN, 2017).

O Plano está estruturado em seis objetivos, divididos em quatro eixos – produção; uso e conservação dos recursos naturais; conhecimento e comercialização, e consumo. Cada um dos objetivos conta com estratégias, metas e iniciativas. No total, foram 79 estratégias, 14 metas e 125 iniciativas (SAMBUICHI *et al*, 2017).

Em relação às mulheres, o documento do I Planapo apresenta como um de seus macro-desafios o reconhecimento e fortalecimento do protagonismo das mulheres rurais na agroecologia e na produção orgânica. A diretriz IV destaca que cabe às políticas públicas para a agroecologia no Brasil contribuir com a redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres (PLANAPO, 2012).

Nesse sentido, a perspectiva orientadora dos objetivos, metas e iniciativas para as mulheres na I Planapo teve como foco combater as desigualdades de gênero, reconhecer a sua

contribuição na produção e na construção da agroecologia, assim como o fortalecimento da autonomia econômica e da organização produtiva feminina. Como identificou Siliprandi (2017) há, no I Planapo, um objetivo específico para as mulheres na construção da Agroecologia, o nº2: Reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres na produção orgânica e de base agroecológica. As estratégias para dar resposta a esse objetivo foram: assegurar que em todas as atividades de capacitação previstas no Plano estivesse garantida a abordagem dos direitos e políticas referentes ao tema para as mulheres; garantir participação paritária entre agricultores e agricultoras participantes das ações de formação, capacitação e qualificação; assegurar a participação de no mínimo 30% de mulheres nas equipes técnicas das ações de formação e capacitação a serem realizadas; potencializar a transição e a produção de base agroecológica das mulheres através das ações do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, atualizando diretrizes, formas e instrumentos de organização, espaços das instâncias de gestão e participação social (PLANAPO, 2013).

Ao analisar o documento, percebemos que mesmo a reflexão sobre as políticas para as mulheres rurais integrando o eixo conhecimento e tendo um objetivo específico, há um olhar estratégico transversal para a realidade das mulheres rurais, que procurou estimular que todas as problemáticas buscassem pensar nas necessidades delas para a construção de iniciativas específicas de ação em todos os eixos. (SILIPRANDI, 2017). Identificamos ações que dialogam com a pauta da Marcha das Margaridas (que continha 158 pontos), direta ou indiretamente, em 11 das 14 metas, totalizando cerca de 40 iniciativas correlacionadas (quadro completo disponível nos Anexos).

Comparando atentamente o I Planapo (2013) e a pauta da Marcha das Margaridas de 2011, podemos identificar que várias das questões e propostas apresentadas pelas mulheres em seu documento de reivindicações foi contemplada do Plano que apoiaria a ampliação do processo de implementação da agroecologia no Brasil (Quadro 4).

Quadro 4 – Relação entre a Pauta da Marcha das Margaridas 2011 e as Ações Previstas na Planapo 1 – Pautas específicas

PAUTA DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2011	AÇÃO PREVISTA NA PLANAPO I
83. Priorizar nas chamadas públicas de ATER ações específicas para as mulheres trabalhadoras do campo e da floresta	META 7 – Iniciativa 1 - Promover Ater específica para 4 mil mulheres com foco na sociobiodiversidade, agroecologia e produção orgânica.
51. b) Mecanismos de incentivo e apoio à produção agroecológica, com a garantia de ATER pública e de qualidade, executada com as condições necessárias, inclusive por associações e cooperativas	META 7 – Iniciativa 2 - Apoiar 100 grupos produtivos de mulheres com enfoque na produção orgânica e de base agroecológica.

42. Garantir capacitação aos técnicos e técnicas, integrantes da rede de apoio e assessoria técnica, com enfoque nas relações de gênero e nas políticas para as mulheres.	META 7 – Iniciativa 3 - Realizar 40 atividades formativas para agricultoras e gestores sobre gênero e as políticas públicas estratégicas que integram o PLANAPO.
Capacitação de técnicos e técnicas da Rede de ATER e da Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), com um olhar para o trabalho agroecológico produtivo e reprodutivo das mulheres e sua contribuição para a economia feminista	META 7 – Iniciativa 4 - Promover 4 formações internas para servidores da EMBRAPA sobre gênero e as políticas públicas estratégicas que integram o PLANAPO.
77. Ampliar, qualificar e instituir como política pública o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, de modo a atender à diversidade organizativa (grupos formais, informais, redes) e produtiva (agrícola, não-agrícola e extrativista)	META 8 – Iniciativa 10 - Apoiar ações de fortalecimento da produção, seleção, uso, conservação e troca de recursos genéticos de interesse para produção orgânica/agroecológica entre grupos de mulheres nos editais do Programa de Organização Produtiva e ATER para Mulheres.
48. Fortalecimento dos programas de acesso a água para produção e consumo da família, a exemplo do Programa 1 Milhão de Cisternas - P1MC e “Uma Terra e Duas Águas” - P1+2, com a participação das mulheres em todo o processo de implementação, desde a capacitação para a aquisição de novas tecnologias à elaboração e avaliação das ações.	META 9 – Iniciativa 1 - Identificar e incentivar a participação das mulheres na construção e gestão de tecnologias de acesso à água, no âmbito dos programas de Acesso a Água do MDS (água para consumo e água para produção), por meio de ajustes ao SIG Cisterna.
83. Priorizar nas chamadas públicas de ATER ações específicas para as mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.	META 10 – Iniciativa 6 -Garantir que 30% dos recursos nas Chamadas Públicas de ATER com enfoque Agroecológico do MDA e INCRA sejam aplicados em atividades específicas para mulheres em atividades extrativistas e na produção orgânica e agroecológica.
	META 10 – Iniciativa 7 - Garantir que as Chamadas Públicas da SAF e INCRA busquem em seus editais o atendimento prioritário de no mínimo 50% de mulheres, para o conjunto das ações a serem realizadas.
84. Implementar ações de formação e capacitação para técnicas e técnicos da ATER voltadas para a realidade das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta e com enfoque nas relações de gênero.	META 10 – Iniciativa 8 - Garantir a participação de no mínimo 30% de mulheres entre os técnicos/as participantes das ações de formação, capacitação e qualificação nas Chamadas de ATER com enfoque agroecológico.
75. Criar uma Campanha Interministerial – SPM, MDA, MDS, MPA e SEPIR – com o objetivo de dar visibilidade e reconhecer o trabalho realizado pelas mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, de povos e comunidades tradicionais	META 12 – Iniciativa 8 - Incluir como linha de pesquisa o tema da Agroecologia para Mulheres no edital do Prêmio Margarida Alves.
56. Fortalecer os instrumentos de comercialização dos produtos agroecológicos, por meio de isenção fiscal e estímulo à participação das mulheres nestes processos, priorizando a qualificação do PAA e PNAE e a criação de novos canais de acesso ao mercado e as feiras agroecológicas	7 META 14 – Iniciativa 7 - Garantir que as chamadas de ATER-mulheres e de Organização Produtiva contemplem atividades de capacitação, elaboração de projetos e assessoria aos grupos de mulheres ao acessarem o PAA, PNAE e PGPM.

Fonte: A autora

No quadro acima, destacamos as principais ações relacionadas diretamente às pautas de inclusão das mulheres nas políticas públicas de agroecologia, tanto sob a perspectiva de dar visibilidade quanto a de fortalecer sua organização produtiva agroecológica. As iniciativas dialogam com a assistência técnica específica ou com maior participação nas Ater mistas; fortalecimento da comercialização e acesso ao PAA e PNAE; e com formação das agricultoras e gestores nos temas relacionados a gênero e políticas públicas para as mulheres rurais. Mesmo que o Programa de Organização Produtiva tenha sido citado diretamente apenas na execução da Meta 7, identificou-se que ele tem relação com grande parte das ações que dialogam com a pauta das mulheres. O quadro nos mostra, ainda, os desafios de ajustar as demandas, algumas vezes muito amplas, outras direcionadas a outro foco, dentro das possibilidades e limites da estrutura do Estado. No entanto, vale lembrar que esse Plano representa a reunião de ações que já estavam previstas, o que faz com que se expressem aqui as negociações com a Marcha das Margaridas feitas em outros âmbitos e em momentos anteriores (2011), o que nos indica que a perspectiva agroecológica já era a orientação dada pelas políticas públicas para as mulheres rurais.

Ressaltamos ainda que essa análise chama atenção para a amplitude das propostas da Marcha das Margaridas que de fato dialogava com diversos temas, eixos, como podemos ver no Quadro 5:

Quadro 5 – Relação entre a Pauta da Marcha das Margaridas 2011 e as Ações Previstas na Planapo 1 – Pautas gerais

<p>86. Facilitar e ampliar o acesso ao crédito para projetos de base agroecológica, principalmente para mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.</p>	<p>META 1 – Iniciativa 6 - Desenvolver normas e instrumentos de crédito específico para sistemas produção orgânico e de base agroecológica, facilitando o acesso das mulheres e jovens.</p> <p>META 1 – Iniciativa 7 - Incluir módulos específicos sobre igualdade de gênero e de juventude e as linhas de financiamento para estes públicos, com foco na produção orgânica e de base agroecológica, nas capacitações dos técnicos ou funcionários dos agentes financeiros.</p>
<p>96. Criar a Política de Garantia de Preço Mínimo para a Agricultura Familiar, com foco na garantia de renda às agricultoras e agricultores familiares.</p> <p>95. Reajustar os preços dos produtos da Agricultura Familiar praticados pela CONAB (...).</p>	<p>META 1 – Iniciativa 13 - Implementar tabelas de referências de preços diferenciados e adequados aos produtos orgânicos e de base agroecológica para incorporação na PGPM.</p>

56. Fortalecer os instrumentos de comercialização dos produtos agroecológicos, por meio de isenção fiscal e estímulo à participação das mulheres nestes processos, priorizando a qualificação do PAA e PNAE e a criação de novos canais de acesso ao mercado e as feiras agroecológicas.	META 2 – Iniciativa 4 - Financiar 350 projetos para fomento à agroindustrialização, à comercialização e atividades pluriativas solidárias para organizações que acessaram PNAE, PAA e PGPMbio, pelo Programa ECOFORTE.
77. Ampliar, qualificar e instituir como política pública o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, de modo a atender à diversidade organizativa (...) b) Investimentos necessários à gestão, agregação de valor e inserção nos circuitos de comercialização	META 2 – Iniciativa 6 - Garantir que pelo menos 30% dos projetos para fomento à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas solidárias sejam para mulheres.
57. Criar e garantir o funcionamento de instância interministerial permanente de controle sobre o uso de agrotóxicos	META 5 – Iniciativa 1 - Criar Grupo de Trabalho na CNAPO para o desenvolvimento de Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos.
57. d) Fim da pulverização aérea de agrotóxicos e a proibição imediata dos ingredientes ativos glifosato, cihexatina, endosulfan, abamectin, fosmete, parathion, metamidofós, forate, triclorfom, thiram, carbofuram, paraquate e latofem	META 5 – Iniciativa 3 - Revisar a legislação da aviação agrícola e de agrotóxicos ampliando os mecanismos de controle considerando o grau de risco dos produtos utilizados e da situação da ocupação territorial e ambiental da área de uso.
13. Criar no Ministério do Meio Ambiente um programa para apoiar projetos de enfrentamento à desertificação e de convivência com o semi-árido, contemplando, (...) : casas de sementes crioulas (...)	META 8 – Iniciativa 7 - Apoiar organizações produtivas para a implementação e qualificação das casas, bancos e dos guardiões de sementes e mudas.
22. Debater com as organizações da sociedade civil a implementação do Bolsa Verde, previsto no Programa Brasil sem Miséria, na perspectiva de rever seus critérios e ampliar o acesso.	META 11 – Iniciativa 5 - Promover a formação de 300 educadores e 10.000 extrativistas beneficiários do Programa Bolsa Verde, em agricultura de base agroecológica, manejo sustentável de recursos naturais e gestão de suas organizações.
27. Instituir programa interministerial (MDA, MMA, MEC) de educação ambiental que: a) Promova uma reflexão ampliada do modelo de exploração agrícola e de ocupação agrária reafirmando as dimensões do desenvolvimento rural sustentável e da biodiversidade.	META 11 – Iniciativa 12 - Promover a formação presencial e à distância de 1000 educadores ambientais e agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar com enfoque agroecológico.
51. f) Valorização de práticas em agroecologia protagonizadas pela juventude do campo e da floresta, articulando as dimensões da formação e assessoria técnica, contemplando a sistematização, intercâmbio de experiências e construção de redes de referência em práticas agroecológicas	META 12 – Iniciativa 4 - Apoiar a sistematização e disponibilização de conhecimentos de ensino e inovações agroecológicas via plataforma "Agroecologia em Rede", com destaque para experiências protagonizadas por jovens e mulheres.
	META 13 – Iniciativa 1 - Promover Assistência Técnica e Extensão Rural agroecológica com base na inclusão e fortalecimento produtivo para 4.800 jovens rurais.

51. d) Visibilidade e valorização da produção agroecológica com destaque para essa produção nas feiras da agricultura familiar	META 14 – Iniciativa 4 - Disponibilizar recursos para promover a participação de agricultores/as familiares, assentados/as e comunidades e povos tradicionais em feiras para promoção de produtos da sociobiodiversidade, orgânicos e de base agroecológica.
	META 14 – Iniciativa 8 - Incluir nas chamadas públicas para Organizações Produtivas de Mulheres Rurais, o apoio à realização de feiras de produtos/ sementes agroecológicos e orgânicos.

Fonte: A autora

No quadro acima podemos ver temas que podem ser considerados gerais, não apenas vistos como tema das mulheres, mas que demonstram o exercício que as mulheres têm feito nos debates em torno da pauta da Marcha das Margaridas, sobre a agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável e solidário. As pautas dizem respeito a temas tais como a redução do uso agrotóxicos; educação ambiental; inclusão e valorização das juventudes rurais; comercialização e incentivo às feiras agroecológicas; ações para visibilização das práticas agroecológicas; acesso a crédito e apoio à agroindustrialização. Vale ressaltar que a plataforma política e a pauta da Marcha dialogam com todos os eixos. No entanto, não foi em todos os eixos que vimos respostas, no Plano, diretamente relacionadas às propostas apresentadas pelos documentos.

Podemos afirmar que a inclusão da perspectiva feminista na pauta da Agroecologia foi, e continua sendo, resultado de muita tensão e pressão para enfrentar a ideologia patriarcal em todas as instâncias da sociedade: as mulheres precisam brigar triplamente para que sua realidade e necessidades próprias sejam consideradas – inicialmente dentro de seus movimentos, depois nos espaços de diálogo e construção das políticas públicas, além de ser necessário um constante monitoramento posterior para que as propostas sejam de fato implementadas (SILIPRANDI, 2017).

Siliprandi (2017) faz um interessante balanço sobre as estratégias de atuação das mulheres organizadas nos espaços institucionais de debate sobre as políticas públicas para a agroecologia no Brasil, especialmente a Cnapo e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo)¹³, considerando tanto a atuação das representantes dos movimentos

¹³ “[...] nueva estructura de gobernanza, compuesta por dos espacios: ‘(a) la Cámara Interministerial de Agroecología y Producción Orgánica (Ciapo), abarcando una decena de órganos gubernamentales y coordinada por el MDA (véase figura 04); y (b) la Comisión Nacional de Agroecología y Producción Orgánica (Cnapo), órgano de composición paritaria entre gobierno y sociedad civil, donde están los principales movimientos sociales rurales y agroecológicos, representantes de la agricultura orgánica, así como las asociaciones de investigadores

de mulheres e/ou feministas como das gestoras públicas do governo identificadas com a pauta. Nesse sentido, Rebecca Abers e Marisa Bullock (2011) destacam que

[...] os atores estatais são grandes aliados quando se analisa as pautas a partir da perspectiva da construção de uma rede que cruza a fronteira entre Estado e sociedade civil, com isso a unidade de análise que passa ser as redes de ação coletiva que existem na prática (p. 54).

Ainda tratando dos desafios das mulheres para conseguir que suas perspectivas de agroecologia, assim como suas propostas, fossem consideradas e incluídas nos debates, foi necessário que as mulheres estivessem sempre presentes e atentas para saber o momento certo de se colocarem e irem para a disputa, pois seus possíveis aliados, dos movimentos ou até mesmo dos Governos, ainda não conseguiam ver a centralidade e a transversalidade da luta feminista. Sendo assim, as mulheres precisaram lutar pela garantia: a) da presença de representantes em espaços de decisão, como na comissão gestora do Plano e nas plenárias da Cnapo (com a garantia da participação de titulares e suplentes, sendo estas geralmente mulheres), assim como nos espaços de visibilidade, incluindo sempre mulheres nas mesas coordenadoras; b) dos espaços específicos de reunião para que pudessem ter acesso antecipado às informações, construindo conhecimentos e estratégias coletivas, tendo como exemplo a criação da subcomissão temática (ST) de mulheres, e a realização desta antes das reuniões das outras subcomissões, além da participação organizada em todas as outras subcomissões; c) da visibilidade às propostas específicas para as mulheres rurais nos Planos, tratando a questão de gênero como algo transversal. Essas lutas, no entanto, não foram tranquilas e passaram por diferentes momentos de tensão, tentativa de inviabilização e invisibilização das mulheres, expressões do machismo institucional, o que costumeiramente não passava sem que essas se colocassem, denunciassessem ou lançassem notas de repúdio.

(...) na política de agroecologia sempre houve muito consenso com as mulheres do movimento social e com as mulheres que estavam no Governo. Eu acho que sempre houve. Agora sempre houve conflitos das mulheres dos movimentos sociais com os homens do movimento social e das mulheres do Governo com os homens do Governo (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

O espaço da Subcomissão Temática de Mulheres, da Cnapo, foi um exemplo das estratégias das mulheres a fim de ter espaços de auto-organização para se fortalecerem para a

y extensionistas rurales, con la notable ausencia de los sectores de la agricultura empresarial” (SABOURIN, 2017, p. 108-109).

atuação nos debates coletivos, nas outras STs e nas plenárias. O acordo coletivo, a partir da sua institucionalização, era que as mulheres se reuniram antes, recebendo subsídios para dar suporte às suas discussões, para haver uma compreensão coletiva das questões e para a construção de táticas a respeito de como contribuir para que a realidade das mulheres fosse considerada em todos os temas. Nos momentos seguintes, a partir dos acordos construídos, as mulheres participavam ativamente de todos os outros espaços. É interessante lembrar que a DPMRQ teve um papel central para dinamizar a atuação nesse espaço, pois eram elas que traziam elementos concretos para a conversa, propondo caminhos dentro da institucionalidade. As reações à sua existência demonstraram não apenas o incômodo que os espaços específicos proporcionavam, mas reforçaram a sua necessidade. As entrevistadas que compunham a Cnapo e a ST de Mulheres relatam um pouco de como se deu esse processo e alguns momentos de tensão:

Quando a gente decidiu de ter uma subcomissão temática, ter um espaço de mulheres algumas mulheres e homens não entenderam isso, inicialmente disseram que a gente iria se isolar. Mas o espaço auto-organizativo dentro da CNAPO nunca foi um espaço para isolamento muito, pelo contrário, é um espaço para a gente se fortalecer para participar dos outros espaços, tanto é que sempre foi assim que a gente se reunia antes (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

Na primeira reunião da Subcomissão Temática das mulheres da Cnapo que a gente fez, a gente decidiu onde cada uma, a partir das suas expertises, dos seus interesses... qual subcomissão que a gente ia ocupar, de forma que não ficasse nenhuma subcomissão temática sem mulheres (...) Primeiro passava pelas mulheres e a gente então já se organizava como é que a gente ia levar os debates pras outras submissões (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

Muitas vezes a gente vinha para reunião sem receber a pauta, sem receber os documentos, sem receber os elementos, de forma que a gente não podia se preparar para as discussões. Aí tinha briga no sentido de não deixar que marcassem outra atividade ao mesmo tempo da das mulheres... Mas (...) se não temos os elementos pra gente poder discutir como é que a reunião vai acontecer? (...) como a Subcomissão Temática de mulheres era marcada antes (muitas) mulheres que chegavam com a passagem (comprada pelo governo, acabavam chegando) depois que a reunião já tava acontecendo... Então isso por algum tempo criou muito fragilidade desse espaço da subcomissão de mulheres (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

(...)nunca foi uma coisa de equilíbrio (conseguimos dizer que) se tem um homem tem que ter uma mulher, se tem que coordenar a mesa tem que ser um homem e uma mulher, como demarcação de espaço mesmo. Mas isso não quer dizer que a correlação de forças fosse igual. Os homens sempre tiveram mais força no processo de condução de decisão do que as mulheres (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

Vale destacar a contribuição fundamental das mulheres que trabalhavam na DPMRQ, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), especialmente as que acompanhavam a Ciapo e a Cnapo, que se identificavam com o feminismo e a luta das mulheres rurais, e acabaram

se tornando porta-vozes das mulheres junto ao Governo (SILIPRANDI, 2017). Para Alvarez (1998) para muitas feministas que passam a atuar por dentro do Estado isso não necessariamente diminui seu *status* de ‘militantes’, e afirma que:

(...) feministas que atuam dentro do Estado ou de instituições tradicionalmente dominadas pelos homens da sociedade civil e política estão também engajadas em lutas pelo 'poder interpretativo' na definição do domínio discursivo em que são tomadas as decisões concretas sobre o desenvolvimento (p. 299).

Chegar nesse processo de conquistas de espaços e de forte de articulação foi resultado de décadas de lutas dos movimentos de mulheres que vinham pautando a agroecologia como estratégica com centralidade em suas demandas. Elas vinham levantando essas discussões em todos os fóruns de produção de ideias (GRISA, 2010) em que estavam presentes, levando a proposta agroecológica para os conselhos nacionais, estaduais e municipais, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap), o Conselho Nacional de Saúde (CNS), entre outros. Tiveram atuações articuladas, ainda, em espaços como as Conferências Nacionais de ATER (2012, 2016), a Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável (2013) e de Segurança Alimentar (2015), além das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. Ao mesmo tempo o Conselho Gestor do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, instituído pelo MDA em 2008, o Comitê de Promoção de Políticas para as Mulheres do Condrap e a Rede Temática de ATER para Mulheres, vinculado à Dpmrq/MDA foram espaços estratégicos para que elas pudessem se reunir, ter acesso a informações sobre os programas e políticas públicas, construir estratégias conjuntas e fortalecer sua capacidade de incidência (FILIPAK, 2017; SILIPRANDI, 2017).

Nesse processo de articulação, construção e luta pelas políticas públicas de agroecologia, as mulheres da luta feminista e agroecológica debateram com o Governo sobre assuntos antes pouco discutidos, como a divisão sexual do trabalho, trabalho produtivo e reprodutivo, economia feminista, e invisibilização do trabalho das mulheres, levando novas questões para dentro da construção das políticas públicas - e isso não é pouca coisa, como afirma uma de nossas entrevistadas. Mesmo com avanços apenas iniciais nas políticas, houve muito elevação: as mulheres aproveitaram bastante os momentos de participação, os espaços institucionais para discutir e amadurecer o que pensavam ser relevante na construção de agendas unitárias, considerando as diferenças e as diversidades, que nunca foram motivo de divisão entre as mulheres.

A atuação articulada entre os vários movimentos feministas e de mulheres em torno da Marcha das Margaridas também foi uma forma de aproximar olhares diferenciados sobre as realidades de vida, trabalho, atuação e produção das mulheres do campo, das florestas e das águas em seus biomas, territórios, regiões. Esse diálogo e a troca de experiências possibilitou que elas pudessem complexificar suas concepções de agroecologia (como veremos no Capítulo 5) e qualificar suas demandas e propostas, além de fortalecer suas lutas conjuntas por políticas públicas para um desenvolvimento rural socialmente justo e igualitário, ambientalmente correto e economicamente viável.

5. A FORÇA POLÍTICA DA MARCHA DAS MARGARIDAS NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGROECOLOGIA NO BRASIL

A Marcha fez essas três coisas ao mesmo tempo com a agroecologia: contribuiu com concepção sobre projeto de agricultura, modelos de agricultura; uma forma de construir movimento social; e essa outra dimensão que é a sua “vozeria” perante o Estado (mulher representante do governo)

Para dar respostas ao objetivo geral definido por essa pesquisa - compreender de que forma a Marcha das Margaridas contribuiu para que a agroecologia entrasse ou se consolidasse na agenda política governamental, expressa mediante a construção de políticas públicas - é necessário destacar que isso se deu com a atuação, reflexão, pressão e luta dos movimentos de mulheres do campo (organizadas em espaços mistos e específicos) e feministas, na medida em que elas incidiram na defesa da Agroecologia tanto dentro de seus espaços de militância quanto nas instâncias de participação social em que estavam presentes. Ao mesmo tempo, a contribuição das mulheres que ocupavam cargos no serviço público também foi central, não apenas para a elaboração, formulação e implementação das políticas de agroecologia como, também, para que a concepção feminista e/ou de inclusão das mulheres fossem consideradas como parte dessa construção (SILIPRANDI, 2017).

Nesse caminho, as políticas públicas para a agroecologia foram construídas a partir de outras temáticas como segurança alimentar, meio ambiente e assistência técnica, em diversos espaços institucionais, tais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) (MOURA, 2016). Já as políticas públicas para as mulheres rurais foram executadas desde a criação em 2001 (passando por mudanças para foco na autonomia econômica em 2003) do Programa de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) – que se tornou, em 2009 Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) e, posteriormente, em 2010, Diretoria de Política para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ) no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ao mesmo tempo, foi fundamental a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2002, ligada ao Ministério da Justiça e, em 2003, assumindo *status* de Ministério, vinculada à presidência da República, para dar força à pauta e às políticas públicas para as mulheres, resultado da pressão e luta dos movimentos de mulheres e feministas para que espaços específicos fossem constituídos e fortalecidos no âmbito do governo (BUTTO e

LEITE, 2010). Na SPM, a criação de uma assessoria especial para questões do campo e da floresta, deu maior visibilidade ao tema e às demandas das mulheres rurais.

Mesmo com a existência de um órgão específico para formular, implementar e articular políticas públicas para as mulheres (SPM), foi a institucionalidade criada no âmbito do MDA o responsável pela elaboração, diálogo, concertação e implementação de políticas e estratégias para as mulheres rurais. A atuação da DPMRQ foi central tanto para que as mulheres rurais fossem incluídas como público específico da ação do Estado quanto para trazer a perspectiva agroecológica para as políticas públicas. Essas ações se deram por meio de políticas como o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR); políticas de acesso à terra; o Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais; a ATER para Mulheres; as políticas de acesso ao crédito; as políticas de comercialização das mulheres rurais; a Participação Social no Desenvolvimento Territorial (FILIPAK, 2017). Ao mesmo tempo, a SPM contribuía no diálogo com a DPMRQ e com a realização de ações como as unidades móveis de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e das florestas.

É preciso contextualizar que foram os governos Lula (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016) que tiveram maior abertura para o diálogo com os movimentos sociais, assim como para a pauta específica das mulheres rurais e a inserção da concepção feminista da construção, formulação, elaboração e implementação de políticas públicas para o rural brasileiro, como lembram Andrea Butto e Renata Leite (2010). Ao longo dos anos, suas demandas pela reforma agrária, o acesso à terra e ao território, assim como o acesso à água, foram se somando à proposta agroecológica como um caminho necessário para a produção de alimentos saudáveis, com igualdade, justiça e garantia de soberania e segurança alimentar e nutricional.

Conforme nos mostra Alexandra Filipak (2017), as principais políticas executadas pela DPMRQ foram construídas como resultado das demandas e lutas das mulheres rurais, tendo cada vez mais a perspectiva agroecológica como orientadora das ações. Inserem-se nesse contexto as políticas de acesso à terra, com a conquista da Titularidade Conjunta e o Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, com ATER específica para as Mulheres e apoio às suas atividades de produção, beneficiamento e comercialização.

Ao mesmo tempo, deve-se considerar que o início dos anos 2000 também foi um período de fortalecimento do movimento agroecológico no Brasil. Esse processo trouxe para o diálogo, com os governos e com a sociedade, a importância de que a agroecologia deixasse de ser identificada como agente de ações pontuais, isoladas, de nichos, para ser vista sob a perspectiva de que deveria ser orientadora das políticas do Estado. A criação da Articulação Nacional de

Agroecologia (ANA), em 2002, junto à organização do I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) foi central nesse processo de visibilização e articulação das ações que vários movimentos sociais, organizações não-governamentais e grupos universitários já vinham desenvolvendo em todo o Brasil (MONTEIRO e LONDRES, 2017).

Outro elemento significativo foi identificar de que forma a perspectiva feminista teve um papel estratégico no questionamento do papel normativo do Estado, no sentido de reivindicar a sua responsabilização frente ao combate das diferentes formas de opressão e exploração sofridas pelas mulheres. Nesse sentido, as mulheres e suas organizações passaram, ao longo desse período (2002 - 2015), a questionar as estruturas patriarcais, capitalistas e racistas do Estado, ao mesmo tempo em que propunham políticas públicas que possibilitassem melhores condições de vida, não apenas para elas, mas para toda a população, além de também sugerir novos olhares e ações para fortalecer a sua liberdade e autonomia (MATOS e PARADIS, 2014; CISNE e GURGEL, 2008). Essa compreensão vai, ao longo dos debates, se aproximando da filosofia, das ações e das práticas agroecológicas.

Mesmo entendendo a natureza contraditória, limitada e transitória do Estado, conforme dissemos anteriormente, permeada de interesses e lutas de classes, as mulheres buscaram ao longo da história canais de interlocução com os governos para a reivindicação por políticas e programas inclusivos. Compreenderam as políticas públicas como conquista legítima das lutas sociais, como resultado de lutas concretas e como instrumento de superação e redução das tensões sociais para a justiça social, como afirma Nancy Fraser (2002). O movimento feminista e de mulheres refletiu que, mesmo em uma dinâmica que pudesse parecer contraditória, a afirmação de políticas públicas poderia se dar de forma articulada com a luta pela emancipação humana, as estratégias de transformação do Estado e de reconstrução dos serviços públicos acontecendo *pari passu* (CISNE e GURGEL, 2008).

Alvarez (2000) mostra o Estado como sujeito político com intensa capacidade de tradução político cultural de ressignificação de discursos e bandeiras de luta, o que o coloca de fato como um espaço de disputa conceitual, ideológica. O feminismo traz ainda, no seu exercício político teórico-prático, a busca pelo reconhecimento da diversidade das identidades na construção de unidade diversa identitária, no diálogo entre a identidade particular e a identidade coletiva, em um movimento de caráter emancipatório do sujeito coletivo total (CISNE e GURGEL, T, 2008).

Em um esforço teórico-político organizativo, esse caminho pode ser composto, como refletem Mirla Cisne e Telma Gurgel (2008), por meio de ações de pressão sobre o Estado,

visando a implementação de políticas que enfrentem a desigualdade estruturante, bem como com ações e reivindicações por mudança da lógica do Estado para construir igualdade geral e incidência sobre a democratização do Estado, forçando mudanças nos discursos e nas práticas.

As ações feministas, entre tensionamento e complementariedade, se dão a partir de processos de auto-organização, mobilização, interlocução com outros movimentos e construção de redes e, nas últimas décadas, também na execução de políticas públicas em parceria com o Estado e como assessoria técnica ou parceria institucional e financeira.

Considerando que “o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou mesmo mudanças desejadas no mundo real” (SOUZA, 2006, p. 13), as mulheres e a perspectiva feminista têm buscado influenciar através do embate em torno de ideias e interesses, também no *locus* do governo, percebendo-o como lugar tanto de domínio político quanto de domínio econômico. Para isso, alguns espaços foram considerados estratégicos para debate e concertação de políticas públicas entre indivíduos, instituições, interações, ideologias e interesses que contam e refletem concepções diversas de mundo.

Na busca por defender questões estratégicas para o feminismo, tais como a igualdade, a autonomia, a justiça, a solidariedade e a paz (princípios buscados, por exemplo, pela Marcha Mundial das Mulheres em sua Carta das Mulheres para a Humanidade/2005), as mulheres rurais incidiram em diversos conselhos e instâncias de participação social no diálogo com o governo, refletindo e pressionando para que isso se expressasse na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento rural e a construção da agroecologia.

As mulheres do campo, das águas e das florestas que constroem a Marcha das Margaridas, também, estavam simultaneamente em diferentes espaços de participação social, contribuindo para que em todos eles as perspectivas feminista e agroecológica fossem consideradas, como no Consea, no Condraf e, posteriormente, na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo). As Conferências de Desenvolvimento Rural Sustentável e as de Ater, também, tiveram atuações estratégicas das mulheres, no sentido de comprometer o Estado com as suas pautas. Não podemos deixar de citar espaços criados para que as políticas públicas específicas para as mulheres, em especial as rurais, fossem debatidas, construídas ou reformuladas, como o Comitê do PNDTR (MDA); o Comitê do POPMR (MDA); os Comitês de Políticas para Mulheres Rurais e o de Ater do Condraf, o Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas (SPM); o Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM).

Para essa incidência, as mulheres rurais precisaram se organizar para apresentar e defender suas concepções e propostas e o fizeram, principalmente, a partir da participação ativa de movimentos de mulheres e feministas como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (Miqcb), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA, assim como das representantes de movimentos mistos como a Contag e a Contraf. Sobre essa questão, Sabourin (2017) afirma que *“Se observa [...] en ambas organizaciones, un fuerte compromiso de las mujeres en el debate relacionado con la agroecología, en estrecha conexión con una agenda más amplia desde una perspectiva feminista”* (p.93).

Nesse caminho, a Marcha das Margaridas teve um papel relevante por reunir os diferentes movimentos de mulheres e feministas para a construção de reflexões e pautas conjuntas para o diálogo ou demanda com o Estado. A atuação articulada entre os vários movimentos feministas e de mulheres em torno da Marcha das Margaridas foi uma forma de aproximar olhares diferenciados sobre as realidades de vida, trabalho, atuação e produção das mulheres do campo, das florestas e das águas em seus biomas, territórios e regiões (Figura 14). Esse diálogo e a troca de experiências possibilitou que elas pudessem complexificar suas concepções de agroecologia e qualificar suas demandas e propostas, além de fortalecer suas lutas conjuntas por políticas públicas visando um desenvolvimento rural socialmente justo e igualitário, ambientalmente correto e economicamente viável (BUTTO, 2017).

Figura 14 – Oficina sobre Agroecologia na Marcha das Margaridas de 2015



Foto: Espaço “Mulheres na luta por Soberania Alimentar, construindo Agroecologia” na Marcha das Margaridas 2015/ Acesso em 02/09/19, <http://www.fetagrmt.org.br/site/noticias/203-margaridas-debatem-agroecologia-e-soberania-alimentar>

Considerando os elementos acima citados e dialogando com as questões trazidas pelas entrevistadas, conseguimos identificar os seguintes âmbitos de contribuição da Marcha das Margaridas para o avanço das políticas públicas para agroecologia e para a construção de uma vida com qualidade no campo, nas águas e nas florestas para mulheres e homens.

5.1. Contribuição para mudança de paradigmas

Consideramos aqui paradigma político, conforme proposto por Daigneault (2014), como um conjunto de ideias políticas coerentes entre si e bem estabelecidas, que sugere o conteúdo das políticas públicas. Vale ressaltar que as ideias políticas compõem “blocos de construção de paradigmas” que buscam simplificar a realidade em torno de ideias “coerentes e poderosas”, a partir do acúmulo de análises que se alcançou em determinado contexto político. Para isso, se propõe que ideias referentes a valores e princípios, a problemas políticos, fins e instrumentos, seja um caminho para definir determinado paradigma político. Seguindo a análise de Marlise Matos (2014), usaremos como referência dois grandes blocos de paradigmas (mesmo sabendo dos limites, seguiremos definições dicotômicas para facilitar a análise). Um bloco que se constitui a partir da lógica patriarcal e colonialista do Estado brasileiro e um segundo bloco, que é pautado em uma lógica democratizante e despatriarcalizadora. Quanto à perspectiva agroecológica em nossas referências de paradigmas, de um lado está o bloco da agricultura convencional e/ou do agronegócio e, de outro lado, a concepção agroecológica. E no que se refere às políticas públicas, veremos de um lado o paradigma liberal e do outro o paradigma marxista.

(...) o governo é isso, existe uma cultura de fazer política pública normativa e aquela norma tem que respeitar outra norma e tem que respeitar outra norma... e às vezes as pessoas também não conhecem o que tá ali e quem conhece nem sempre é alguém que está muito interessado em mudar os paradigmas. Afinal a gente herdou um estado neoliberal e essas amarras desse estado neoliberal ainda tem amarras em um estado escravocrata com alguns privilégios que se mantém de alguma forma. Então você tem que mudar leis e normas, o que não é fácil (mulher representante do governo).

E a gente ainda tem uma cultura tanto nas organizações sociais quanto no Estado, de um Estado machista, que não é considerado lugar da mulher (mulher representante do governo).

Nesse sentido, traremos alguns elementos obtidos a partir da análise das entrevistas que nos dão indícios de contribuições da Marcha das Margaridas para a mudança de paradigmas políticos.

Um primeiro elemento diz respeito ao olhar do Estado sobre a população que precisa da ação através das políticas públicas. Mostrar que a institucionalidade precisa considerar que a sociedade não é monolítica, mas que é composta por uma diversidade de sujeitos, que têm gênero, raça, etnia, classe, orientação sexual, identidades, lugar de vida e trabalho específicos, foi uma das contribuições da Marcha das Margaridas. No momento em que a Marcha demonstra ao Governo, por meio de seus documentos e nos espaços de diálogo, de que forma as políticas que vinham sendo desenvolvidas impactavam (positiva ou negativamente) a vida das mulheres do campo, das águas e das florestas, ocorre um movimento que busca rever a forma tradicional de formulação e execução de políticas públicas. Ao afirmar uma identidade ampliada, ou sua multidimensionalidade (MATOS, 2014), a Marcha faz com que o Estado procure entender quem são esses novos sujeitos, as mulheres, onde elas estão e do que elas necessitam. Entender a complexibilidade dessa situação possibilita ao Governo a previsão de novas ações, como forma de responder às suas pautas, demandas e concepções de desenvolvimento. Essa busca por um novo entendimento altera a lógica estatal que historicamente não enxergava nada além de homens, brancos e da elite. O reflexo desse processo tende a pressionar para que as amarras institucionais sejam (re)vistas para incluir grupos invisibilizados.

Acho que foi uma experiência muito importante essa coisa de botar Governo e sociedade pra falar de questões profundas, porque a elaboração requer uma mudança de paradigma. Essa construção que eu acho que produz riqueza, riqueza na elaboração (representante da coordenação da Marcha das Margaridas).

Ao mesmo tempo, a pressão era para que as problemáticas apresentadas pelas mulheres da Marcha se tornassem de fato parte da agenda política, sendo consideradas não apenas como legítimas, mas como prioridade por parte do Governo. É importante lembrar que muitas das pautas apresentadas nesse processo de discussão e negociação não haviam sido levantadas pela primeira vez. No entanto, a força política e de mobilização da Marcha contribuiu para que elas fossem analisadas com maior atenção, ou sob uma nova perspectiva. Por vezes, as propostas apresentadas dialogavam com o que alguns grupos em especial, aqueles que trabalhavam com mulheres da agricultura familiar, desejavam implementar, dando legitimidade à sua reivindicação.

O percurso do processo de negociação da Marcha das Margaridas com o Governo Federal se dava da seguinte forma: o Governo recebia a pauta; o MDA/DPMRQ esmiuçava e

traduzia a pauta, buscando as possibilidades de respostas dentro da estrutura das políticas públicas (já existentes ou possíveis de serem criadas); ao mesmo tempo, eram travados diálogos com os diversos ministérios na tentativa de sensibilizar para a importância da pauta e para a tentativa de apresentação de propostas efetivas. Para as negociações havia um “triunvirato”: Secretaria-Geral/PR, MDA/DPMR e SPM, mas a maior parte das pautas era direcionada ao MDA, e acabava passando pela DPMRQ. A Secretaria Geral foi fundamental para que as negociações caminhassem, para encontrar respostas, para pressionar pela agilidade nos diálogos e resultados, com muitos desafios: “se não fosse o trabalho da equipe da Secretaria Geral (de toda a equipe) as coisas não teriam andado” (homem representante do governo).

Já a DPMRQ participava tanto do processo de construção da pauta, contribuindo com debates que ajudariam como subsídio para o acúmulo da discussão e a elaboração da pauta quanto no processo de negociação.

O que acontecia na Marcha das Margaridas era o seguinte: havia uma preparação da Marcha onde se apresentava uma pauta. O governo, nós da Secretaria Geral quando recebíamos, quando era entregue à presidenta Dilma ou Lula a pauta nós distribuimos a pauta pelos diversos Ministérios ou secretarias ou áreas para estudarem aquilo e tentar dar respostas na cerimônia digamos, no dia da Marcha das Margaridas, quando a presidente ou Lula iam para o local onde estava a Marcha, seja no Parque da Cidade, seja onde fosse para fazer a tal da entrega. Mas muitas coisas não ficavam prontas, então seguia-se discutindo aquela pauta por um bom tempo depois. E ela se juntava naturalmente às outras reivindicações que a gente tinha nessa perspectiva (homem representante do governo)

Pior do que as tensões eram as omissões, era aquela história que você sentia que nos ministérios aquilo não era considerado como uma coisa para valer, como uma coisa séria, (era) deixado meio que para segundo plano, o próprio Ministro pouco se envolvia (...) o risco não era tanto a oposição, era a omissão, era deixar passar, era deixar a burocracia ir tocando (homem representante do governo)

A Marcha tinha como diferencial apresentar um amplo processo de discussão e construção coletiva das demandas, tendo contribuições inclusive de diversos movimentos, ao mesmo tempo em que tinha uma assessoria política que contribuía para que as propostas viessem mais bem elaboradas, segundo as/os entrevistadas/os. Ao longo das várias edições da Marcha, tanto a organização quanto o governo aprenderam. Um dos elementos diz respeito ao tamanho da pauta e a definição das prioridades. No início era preciso haver uma leitura política, por parte do governo, de quais eram os itens prioritários - mas nas últimas edições, além da pauta ampliada, a Marcha também passou a apresentar sua lista de prioridades.

Um outro embate que tradicionalmente era subliminar, mas que acabou por ficar explicitado, durante a luta da Marcha pela política para a agroecologia, refere-se à tensão de dois projetos políticos diversos e antagônicos. De um lado o MDA, ancorando politicamente as políticas públicas para a agricultura familiar e, de outro, o MAPA defendendo a política hegemônica do agronegócio.

[A Marcha das Margaridas] funcionava como uma espécie de pressão sobre nós, e dava para força e energia, e também clareza para nós de a gente ir para cima dos Ministérios e secretarias para tentar vencer as resistências que haviam (...) se não fosse atrás da gente a Marcha pressionando, essa pressão não se transmitiria nesses outros espaços. Eu me lembro que no começo eu via todo mundo torcendo o nariz. Havia muita resistência, sobretudo em órgãos como o Ministério da Agricultura, onde você tinha uma posição muito difícil, muito rígida, muito objetiva, muito ligada à tradição dos ruralistas. Então no começo foi dureza, mas com o passar dos anos e graças a essa pressão que nós sofremos e repassamos pros caras (...) e não fosse atrás da gente a Marcha pressionando, essa pressão não se transmitiria nesses outros espaços (homem representante do governo)

[A Marcha das Margaridas] acabou conseguindo ter uma sabedoria muito grande que foi fazer essa relação ser complexa: O movimento tem a sua autonomia, tem a sua presença, mas dialogando de uma forma extremamente propositiva. Realmente o pessoal do governo ficava feliz: Que bom a Marcha das Margaridas. É uma pauta positiva que vem de um jeito que a gente pode avançar, claro dentro dos limites que a gente tinha dentro do governo, (mulher representante de movimento parceiro da Marcha das Margaridas)

Isso tem a ver com esse acerto de como visibilizar a pauta, do próprio jeito de dialogar com o governo que dá muita visibilidade para negociação com governo. Então isso foi fazendo com que a Marcha das Margaridas se tornasse uma referência no governo de quem é que trazia essas pautas (mulher representante dos movimentos parceiros da Marcha das Margaridas)

Outra questão trazida pela Marcha diz respeito à forma como o Estado se organizava e de como a Marcha propunha e pressionava pelo diálogo e pela construção de políticas públicas de forma articulada. Os cadernos de textos explicitavam a apresentação de plataformas políticas, expressavam as compreensões de desenvolvimento rural, de sociedade, de relações entre mulheres e homens e com a natureza e pautavam a importância da agricultura familiar na produção de alimentos saudáveis, bem como mostravam que essa visão de mundo precisava ser considerada. A agroecologia precisava ser tratada de forma mais ampla, pois chamava a atenção para um novo modo de relação com a natureza e entre as pessoas.

Além das plataformas políticas, as demandas apresentadas nas pautas para o Poder Executivo pressionavam para que o Governo saísse do lugar cômodo de atribuir cada tema a um determinado ministério ou secretaria, e que percebesse a necessidade de um olhar mais sistêmico e transversal sobre as ações governamentais. Para dar resposta à Marcha das

Margaridas, foi preciso estabelecer o diálogo entre os vários ministérios, uma vez que as questões apresentadas não diziam respeito apenas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas se destinavam ao Ministério da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Social e da Justiça, entre outros. Nesse sentido, buscava-se não apenas negociar com o conjunto do Governo, mas demandava-se a construção de políticas públicas articuladas, que aproximassem e colocassem os diversos ministérios em sinergia, ao invés da lógica das “caixinhas” onde cada Ministério se colocava de maneira isolada.

(...) é uma coisa fantástica de integração de política pública que a Marcha vem trazendo para nós, porque ela vem pressionando o Governo e mostrando... olha existem três Ministérios que fazem isso e a gente pode coadunar com uma ação própria. Porque nem sempre a gente também consegue ter uma ação articulada com muita intensidade em ministérios que não tem o tema da Agricultura Familiar na sua essência (...) (mulher representante do governo)

Esse movimento da Marcha acabou por explicitar o paradigma de formulação de políticas públicas, quanto aos seus processos de formulação e elaboração: questionou-se o fato de quem e que grupos faziam parte do processo e como isso se dava, uma vez que, em geral, essa construção era conduzida e centralizada na participação de representantes (homens) da academia e do Governo, sem que a sociedade civil e, em especial as mulheres, fossem protagonistas dessas ações. As mulheres passaram a dizer que não queriam apenas demandar, mas que desejavam fazer parte da construção, da elaboração e da formulação das políticas públicas, contribuindo com suas vivências, com o conhecimento das realidades, dos anseios e dos desafios enfrentados no cotidiano. Esse alerta e demanda por maior participação social e inclusão das mulheres fazem parte da luta e resultaram, em um contexto democrático, na ampliação da contribuição da sociedade civil organizada na construção das políticas públicas com um viés de desenvolvimento rural mais sustentável, solidário e inclusivo.

(...) porque além dela [Marcha] demandar as políticas, ela também participa... as suas atrizes, os seus sujeitos sociais, elas participaram ativamente do processo de elaboração da política pública então ela não tem só mais um caráter demandador. Ela tem um caráter de demandar, mas também de construir junto a política pública (mulher representante do governo)

Então elas traziam a experiência da demanda, elas traziam as experiências das suas ações concretas, elas traziam a experiência com a dificuldade da realização e efetivação da política lá e a gente, desse lado de cá, trazia a experiência do que é esse Estado normativo, esse Estado que não foi preparado para atender os trabalhadores, de um conjunto de políticas que tem uma estrutura legal e normativa amarrada (mulher representante do governo)

A Marcha contribuiu, ainda, a partir do seu processo de luta e organização, e fortalecendo-se na luta do movimento feminista, para pautar a necessidade da criação de uma instância governamental específica ou mecanismo institucional de mulheres (MATOS e PARADIS, 2014) que dialogasse com mulheres rurais, que compreendesse suas realidades, que, em alguma medida, sentisse e compreendesse um pouco de toda opressão, discriminação e violência que elas vivenciam cotidianamente. Seguindo Marlise Matos e Clarisse Paradis (2014), a constituição de espaços institucionais que pautassem a desconstrução do patriarcado seria uma ação estratégica para a “despatriarcalização do Estado”, a exemplo da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM). Como já dito, a criação do Programa de Promoção da Inclusão de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE/MDA) se deu como uma resposta à pauta da Marcha das Margaridas de 2000. Pensando na visibilidade e na valorização das mulheres como parte fundamental da agroecologia, esse também foi um passo dado para o fortalecimento desse projeto de sociedade.

(...) a assessoria de gênero dentro do MDA que antes de ser diretoria era assessoria de gênero, foi pauta da Marcha das Margaridas (...) Os caras não respeitavam a gente (...) Aí a gente disse: Não dá para ter um Ministério do Desenvolvimento Agrário e a gente chegar aqui e não ter com quem a gente conversar, ministro. Só os homens? (representante da coordenação da Marcha das Margaridas)

Ao mesmo tempo em que a Marcha das Margaridas pautou a necessidade de instâncias específicas para pensar e construir políticas públicas para as mulheres rurais, ao longo de sua criação e atuação, estava dando legitimidade para que a DPMRQ dialogasse sobre a pauta das mulheres rurais com os diferentes ministérios, na medida em que essa era a instância que tinha propriedade das pautas e da realidade das mulheres rurais. Essa instância acabou se tornando o *locus* que defendia as propostas internamente no Governo, explicando sobre o significado e a importância das demandas. Havia uma relação de confiança e de compromisso das mulheres feministas do Governo com a pauta das mulheres do campo, das águas e das florestas, cada uma compreendendo o lugar, os limites e desafios próprios de cada uma.

(...) essa aliança das mulheres ela sempre foi muito boa, muito respeitosa, as mulheres sendo feministas dentro do governo sempre se respeitaram. As que estavam dentro e as que estavam fora. Isso foi muito importante. Eu acho que por isso nós vemos os passos que demos até aqui (mulher representante da coordenação da Marcha das Margaridas)

(...) embora muitas de nós estivéssemos no Governo viemos também das organizações sociais, embora a gente tivesse muito integração, muita afinidade, muita articulação, acho importante dizer também que tinha muito respeito pelo lugar de cada uma. Então eu vim do movimento social, mas eu tô no governo e a minha fala tem que estar muito clara que eu estou falando nesse âmbito e elas me respeitavam muito em função disso.

E eu também, porque eu sei também que elas têm a autonomia delas e os movimentos têm as suas demandas (...) a gente tava junto, mas com respeito e com caminhos paralelos e não divergentes (mulher representante do governo)

Paralelo à importância dos espaços específicos que pudessem dar visibilidade às questões específicas das mulheres, em especial das mulheres do campo, das águas e das florestas, no processo de alterar as estruturas patriarcais do Estado, também foi se consolidando a importância de que as diferentes realidades, necessidades, desafios e anseios das mulheres fossem tratados de forma transversal, dialogando com todos os âmbitos, temas e políticas. Na prática, isso significa que não apenas a SPM ou a DPMRQ deveriam construir ações e políticas públicas considerando a vida das mulheres, mas todos os ministérios e secretarias deveriam analisar de que forma sua atuação poderia incluir ou atender essas especificidades. Essa perspectiva deveria se dar não apenas nas instâncias governamentais e nos espaços de participação social, mas, também, dentro das organizações e movimentos sociais. Um exemplo dessa perspectiva se deu na Cnapo, que tanto constituiu uma Subcomissão Temática (ST) de Mulheres, onde as mulheres se reuniam antes das outras ST, da plenária geral, para compreenderem, de forma coletiva, o que seria discutido e os mecanismos de construção de suas estratégias de ação, quanto contava com a participação organizada das mulheres em todos os outros temas (Produção, Sementes, Insumos etc.), possibilitando que o exercício da transversalidade se desse efetivamente.

Foi fundamental a Marcha por causa disso, porque essa ideia de transversalidade, as ideias de construção dialógica, essa ideia de elaboração, em um primeiro momento ela afirma como autorreconhecimento das especificidades das mulheres, mas também a necessidade de um reconhecimento dessa alteridade que tem que estar em todos os outros campos. Em todos os outros campos têm que estar. Então tem GT específico, porque a gente precisa superar um estado de opressão que ele já vem de muito tempo, mas tem que estar no coletivo, um coletivo com igualdade (mulher representante do governo)

Identificamos então que a Marcha das Margaridas contribuiu, junto com as ações dos movimentos sociais feministas, de mulheres, agroecológico e do campo, para que paradigmas patriarcais, neocolonialistas, liberais fossem colocados em questão, apresentando perspectivas de ampliação da percepção sobre a composição da sociedade que deveria ser beneficiada com as ações do Estado. Esse movimento ampliou a participação social, com vistas à inclusão social, em especial das mulheres do campo, das águas e das florestas no processo de construção, formulação e elaboração das políticas públicas e, também, contribuiu na criação de mecanismos institucionais para a participação de mulheres dentro da estrutura estatal com foco nas mulheres, de forma transversal, em todas as políticas e instâncias.

5.2. Contribuições para as políticas públicas de agroecologia

Analisando-se os resultados das entrevistas, foi possível perceber que existiu um consenso de que a Marcha das Margaridas teve um papel fundamental para a institucionalização de políticas públicas relacionadas à agroecologia no Brasil. Essa institucionalização se deu mediante a pressão política gerada pela mobilização das mulheres do campo, das águas e das florestas, a partir do momento em que elas passaram a assumir este tema como pauta prioritária. Nesse aspecto, considera-se um marco o anúncio na Marcha das Margaridas de 2011, pela Presidenta da República Dilma Rousseff, da criação de um Grupo de Trabalho que visava a implementação da Política e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: “Criaremos um grupo de trabalho especial, para elaborar o Programa Nacional de Agroecologia, com a participação dos movimentos sociais e das organizações de mulheres”¹⁴.

Uma das questões mais significativas foi justamente essa mobilização que levou à construção da PNAPO. Foram as mulheres que pautaram isso com ênfase na Marcha das Margaridas (...) isso é um Marco. A Marcha das Margaridas, de 2011, cobrou do Governo (Federal) a instituição de uma política de agroecologia (no princípio) não se sabia exatamente se seria uma política ou seria um programa, mas (foi) uma cobrança muito enfática. Então, eu acho que essa é a questão que mais me chama atenção, como é que a Marcha pautou isso com o governo e pressionou para que isso se efetivasse (homem representante da ANA)

Se não fosse a Marcha das Margaridas não existiria uma política nacional de agroecologia e produção orgânica (...) eu acho que a Marcha trouxe a importância da política da agroecologia para uma agenda, para o centro de uma mobilização muito grande, como uma participação muito expressiva e que pressionou no nível da Presidência da República e dos Ministérios. A presença da (presidenta) Dilma, na Marcha das Margaridas 2011, assumindo publicamente esse compromisso e as mulheres defendendo a agroecologia como uma questão estratégica para as políticas públicas, foi determinante no processo de construção da PNAPO (homem representante da ANA)

Em (...) termos de pressão política mais forte, de longe a pressão mais forte era a da Marcha das Margaridas para colocar na pauta (o tema da agroecologia) (homem representante do governo)

(...) de resposta mesmo o governo dava para Marcha das Margaridas, para o MST, pra Contag, das pautas. Mesmo que a gente fosse dizer que a ANA foi importante, mas a pressão (mais forte veio) mesmo dos movimentos sobre o tema. Então eu penso que teve uma importância muito significativa (homem representante da ANA)

De fato, foi importante o processo que vinha se dando em torno dos debates, ações e incidências políticas da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que reúne diversos

¹⁴ Trecho do discurso da presidenta Dilma Rousseff na solenidade de encerramento da Marcha das Margaridas 2011, em 17/09/2011. A pauta demandava a criação de um Programa, o que posteriormente foi redefinido pela compreensão de que este deveria se constituir como uma Política.

movimentos sociais do campo e das cidades, organizações não-governamentais executoras de Ater, movimentos feministas e de mulheres, bem como de associações/entidades acadêmicas, do qual a Contag e sua Secretaria de Mulheres também, participavam, assim como outras organizações que integram a Coordenação ampliada da Marcha das Margaridas. No entanto, como podemos inferir a partir das entrevistas, a agroecologia ganhou força política frente ao Governo, a ponto de fazê-lo lançar uma Política Nacional a partir do momento em que a Marcha das Margaridas incorporou o tema como prioridade. Nesse sentido, é relevante considerar o reconhecimento político que a Contag, que coordena a Marcha das Margaridas, tinha junto ao Governo Federal, como uma organização histórica, sólida e com grande capilaridade em todo o Brasil. Esse peso, expresso também na dimensão que a Marcha das Margaridas toma no país, inclusive ampliando suas articulações para outros países do mundo, é o que pressionava por um posicionamento mais explícito e concreto às 70 mil mulheres que vieram a Brasília. Nesse sentido, podemos afirmar que o anúncio foi uma resposta ao peso político da Marcha das Margaridas e de sua coordenação, a Contag.

Já era uma coisa que a gente estava construindo politicamente na ANA e que a gente propõe aqui (na Marcha das Margaridas). A pauta das Margaridas banca e incorpora (esse tema), a gente apresenta à presidenta Dilma (e ela) faz o anúncio. Sorte a nossa, ponto para nós, que a Dilma resolveu fazer esse anúncio na Marcha das Margaridas (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

Nós conquistamos o Plano Nacional de Agroecologia, o primeiro Plano, no lançamento da Marcha, mas não é uma conquista nossa sozinha: é resultado desse esforço coletivo das diversas organizações que através da Marcha das Margaridas conseguem ter essa voz forte (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

Ter na mesa de negociação as mulheres da Contag (era importante), mas ter um conjunto de movimentos sociais convictos de uma ideia de transformação de um modelo agrícola de produção, isso que acho que foi o que nos possibilitou anunciarem a ideia de construir uma política nacional (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

É claro que as lutas das mulheres da Via Campesina e das mulheres da Fetraf (...) o fato de elas também se vincularem à agenda da agroecologia (associada) com a disputa por modelo na agricultura (foi importante). A relação, por exemplo, na Via da agroecologia com o projeto de Reforma Agrária Popular, tudo isso lógico que está presente e só legítima e reforça. Mas não há dúvida de que no cenário político mais geral sem ter tido a Marcha das Margaridas respaldando isso, embora que limitado do ponto de vista do que se alcançou como política pública (...) esse processo não teria rolado. Mas é fato muito concreto de que a Marcha acabou assumindo um protagonismo decisivo para que essas coisas todas se consolidassem (mulher representante do governo)

Nesse percurso de fortalecimento do movimento agroecológico, que ocorreu no mesmo período de organização e crescimento da Marcha das Margaridas, é explícito um crescimento

conjunto, resultado de diálogos coletivos e intercâmbios de saberes. Ao mesmo tempo em que a agroecologia passava a ser reconhecida e assumida, pouco a pouco, como um modelo de sociedade pelo coletivo dos movimentos do campo e pelo movimento feminista e de organizações de mulheres, houve também o contraponto e a incorporação da necessidade de que a agroecologia trouxesse o feminismo como parte inseparável dessa construção de “um outro mundo possível”¹⁵. É necessário perceber como os diferentes movimentos se interfecundam, gerando um conhecimento e um acúmulo social e político, assim como é preciso registrar como uma conjuntura democrática, aberta ao diálogo e à participação social, com gestoras/es sensíveis às propostas, também foi fundamental para que essas conquistas fossem possíveis.

(...) uma característica interessante do nosso movimento (agroecológico), porque tem muitas pessoas que transitam entre os espaços e fazem com que os espaços... continuam com a sua identidade, continuam com a sua estratégia própria, mas eles se interfecundam. Então tem muitas ideias que elas vão transitando e vai formando uma grande rede de ideias e métodos de ação.

A Marcha ela teve essa capacidade de construir por dentro do movimento, dos movimentos e criar a interface com o Estado (...) Criar um outro ciclo de políticas públicas, que coloca os movimentos sociais no jogo, a partir do que vem da base. Eu acho que esse foi o grande papel da Marcha e, eu de certa forma, vejo com uma certa analogia o que a ANA faz. A ANA ela não tem a força política que os movimentos sociais têm, mas a ANA como um grande ambiente de articulação consegue fazer com que as ideias transitem e os próprios movimentos são os que conseguem pautar (homem representante da ANA)

Vale destacar a importância de gestoras/es sensíveis à pauta, e da contribuição de uma parte do MDA e do MMA, assim como da Secretaria Geral, que abriram espaços importantes para o diálogo e as negociações no processo de construção, elaboração e implementação da Pnapo e da Cnapo. Houve um processo de amadurecimento, de acúmulo de conhecimentos e vontade política para que a pauta da agroecologia fosse priorizada. Esse processo contou com a sensibilização e a pressão dos movimentos feministas e agroecológicos, mas, também, com o apoio e o trabalho de gestoras/es e representantes do governo que já estavam convencidas/os de sua relevância. Com o aumento da quantidade de dados sobre o crescimento da produção orgânica e agroecológica no Brasil, assim como a apresentação de experiências produtivas trazida por movimentos como a Contag, o MST e o MPA, “não dava mais para negar a pauta”, afirma um dos entrevistados do governo.

¹⁵ Lema dos Fóruns Sociais Mundiais, organizados pelos movimentos sociais em Porto Alegre, nas duas primeiras décadas dos anos 2000.

Tem uma coisa no Governo que depende muito das pessoas que estão envolvidas. Às vezes não é só a máquina, são os personagens que são importantes, a ênfase que eles dão para aquilo (homem representante do governo)

O pessoal do MDA atuou muito por dentro do governo para isso acontecer. Claro que nesse momento é o momento do argumento: tem a Marcha aí, vem tantas mil, precisamos ter uma resposta (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

O tema da agroecologia, o tema do orgânico, era visto anteriormente como um tema de minorias, como nichos, como coisa para a classe média e não como elemento de saúde, não como elemento de nova forma de produção possível, de nova forma de relação com a natureza, a preservação do planeta, essa coisa, água... isso foi um processo de convencimento. Então começa no governo Lula, vai amadurecendo, e acaba dando frutos já no governo da Dilma (homem representante do governo)

Todavia, há uma compreensão geral de que a ação das mulheres reunidas em torno da Marcha das Margaridas possibilitou um diferencial, uma vez que o acúmulo de forças, que vinha sendo construído desde 2000, favoreceu o reconhecimento e a propriedade para pautar o tema da agroecologia para a sociedade, para dentro dos próprios movimentos sociais e junto ao Governo Federal. Mesmo havendo um acúmulo de debates e diálogos em torno da Agroecologia com diversos setores organizados da sociedade, aquele lançamento só foi possível, naquele momento, por causa da pressão de 70 mil mulheres reunidas em Brasília (figura 15)

Figura 15 – Marcha das Margaridas de 2011 nas ruas de Brasília



Foto: Marcha das Margaridas de 2011 nas ruas de Brasília/Acervo da Contag

Também houve um destaque para a forma como a plataforma política relacionava as questões das mulheres com o debate ambiental e da produção de alimentos saudáveis, como um projeto de sociedade, mas, também, com propostas concretas que pautavam as negociações.

Ela [a Marcha das Margaridas] contribui muito quando coloca isso no centro da pauta das trabalhadoras rurais, na reivindicação dos trabalhadores rurais e de alguma maneira influencia a Dilma, que já estava sendo pressionada pela ANA há um tempo... mas influencia ela a tomar atitude de fazer o lançamento da política. Eu atribuo assim... eu coloco muito na conta da Marcha das Margaridas o anúncio que a Dilma fez do lançamento da política. Eu acho que se você não tivesse esse nível de pressão não teria saído, entendeu? Se tivesse ficado só naquele âmbito dos ENAs, da ANA... comparado com os ENA, a Marcha das Margaridas é um monstro. Ela é muito maior. Ela sabia que precisava dar uma resposta à altura do que era a reivindicação (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

Eu só quero ressaltar o quanto foi importante que a Marcha abordasse essa questão que trouxesse para si, porque ela deu uma pressão política diferenciada em relação a pressão que havia antes da Marcha se incorporar mais abertamente nesses temas (homem representante do governo)

Tenho a sensação de que sem a Marcha é provável que nós não teríamos conseguido, pelo menos na velocidade que nós conseguimos, essas políticas que foram, que abriram, digamos o horizonte da agricultura familiar, para essa outra dimensão que antes não eram contempladas, de incluir inclusive em toda área de financiamento esses elementos. Além do protagonismo da mulher, o estímulo específico para produção agroecológica” (homem representante do governo).

É importante ressaltar o papel que as organizações que compunham o GT de Mulheres da ANA tiveram nesse percurso e como auxiliaram na reflexão sobre a agroecologia para dentro da pauta da Marcha das Margaridas. Mesmo que o GT tenha entrado na coordenação ampliada da Marcha apenas em 2015, sua contribuição foi fundamental para a construção da plataforma de 2011, aquela que conseguiu trazer com mais consistência as propostas e concepções da agroecologia e do feminismo. No entanto, deve-se ressaltar a cooperação de organizações dos campos agroecológico e/ou feministas desde a sua primeira edição, como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), a Sempre Viva Organização Feminista (SOF) e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste (MMTR-NE), que também fazem parte do GT desde a sua formação e que foram, ao longo das edições, trazendo a perspectiva agroecológica para os debates e proposições.

Com relação a agroecologia, a Marcha das Margaridas teve um patamar superior de legitimação pública das agendas das mulheres em relação a outros movimentos (...) quando você olha assim no geral não só no governo, mas também nos outros movimentos quem as pessoas identificam como portadoras dessas pautas é a Marcha das Margaridas (mulher representantes de organização parceira da Marcha das Margaridas)

Destacamos que, mesmo que a pressão política da Marcha das Margaridas tenha sido definidora, pode-se perceber nas entrevistas que o reconhecimento também se deu pelo fato de que as mulheres da Marcha participaram de todo o processo de construção das políticas públicas

de agroecologia, especialmente em torno da Pnapo e da Planapo. As mulheres e os movimentos envolvidos na Marcha das Margaridas, assim como a Secretaria de Mulheres da Contag, acompanharam todos os seminários regionais e nacionais organizados pela ANA que visaram a construção da proposta que seria apresentada ao Governo Federal. Esse grupo participou da realização de seminário específico para a elaboração da pauta das mulheres com vistas à conformação da Pnapo. Nesses encontros foi possível aproximar as propostas construídas para a Marcha das Margaridas, de 2011, com aquela apresentada ao Governo Federal para a Política de Agroecologia. Compuseram o Grupo de Trabalho Interministerial e, posteriormente, a Cnapo.

Além do mais, quando a gente vai construir o Planapo a parte das mulheres e a gente usou como base a pauta da Marcha das Margaridas (...) influenciou bastante a história das políticas públicas, porque boa parte da proposição das Marcha das Margaridas, uma parte disso, vai para o Planapo (...) aquilo que a gente construiu aqui para Marcha que ajudou a subsidiar a pauta, a proposição da ANA pro Planapo. Então muita coisa do Planapo surgiu aqui na construção da Marcha (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

(...) as mulheres desbravaram para construir a Política Nacional de agroecologia. E elas estavam convencidas lá fora, e iam pra dentro, convenciam as que estavam lá dentro, aí se juntavam para convencer os homens de dentro e os homens de fora. Porque a luta das mulheres sempre foi assim: A gente tem dúvida, se junta, debate aqui, e a partir daqui se tira as dúvidas e se vai conjuntamente pra lá (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

A Marcha das Margaridas tem um papel fundamental para construção da política de agroecologia. Eu acho que isso é inegável (...) E não é inegável só porque a presidenta foi lá, porque nós nos engajamos no processo de construção (mulher assessora da Secretaria de Mulheres)

De todas as mobilizações camponesas era a que colocava de maneira mais clara essa questão e depois, mais do que isso, o pessoal da Contag teve uma participação importante em toda a elaboração no nosso programa alternativo de orgânicos e apoio à agricultura agroecológica (homem representante do governo)

Algumas falas demonstram uma certa confusão quanto aos momentos em que a representação era da Contag, da Secretaria de Mulheres ou da Marcha das Margaridas, já que foi a Contag sua principal organizadora. Ao mesmo tempo, documentos como o próprio Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo 2013-2015, ao falar dos movimentos sociais que contribuíram para a construção do Plano, citam a Marcha das Margaridas (inclusive como movimento), reconhecendo-a como algo distinto da Confederação. O mesmo documento reconhece ainda a Marcha das Margaridas como um destaque para a visibilidade do debate sobre a produção de alimentos saudáveis e a redução do uso de agrotóxicos:

Papel fundamental também desempenharam os movimentos sociais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, a Federação

Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - Fetraf, a Via Campesina e a Marcha das Margaridas, que levaram à Presidenta Dilma Rousseff a reivindicação de fortalecer a agroecologia como paradigma do desenvolvimento rural sustentável. (PLANAPO, 2013)

Essas ações têm contribuído para impactar favoravelmente as condições de vida das trabalhadoras rurais, e baseiam-se no diálogo mútuo entre Governo e sociedade, com ampla participação dos movimentos de mulheres, no fortalecimento da auto-organização e no reconhecimento das lutas das mulheres rurais no campo. Destacam-se as ações da Marcha das Margaridas e do MMC, que têm contribuído para visibilizar o debate sobre produção de alimentos saudáveis e a necessidade de redução do uso de agrotóxicos (PLANAPO, 2013)

Não podemos deixar de citar que a Marcha teve uma contribuição central para pautar junto ao Governo e aos movimentos sociais uma concepção de agroecologia mais ampla, mais sistêmica, para além da visão produtivista, que muitas vezes era o foco principal das propostas. Fortalecendo o debate que os movimentos feministas - como a Marcha Mundial das Mulheres e o MMTR-NE - vinham realizando, assim como os debates e embates do GT Mulheres da ANA na defesa do lema “Sem feminismo não há agroecologia”, a Marcha das Margaridas se soma a essa perspectiva e nessa luta. A visibilidade dessa concepção de agroecologia acaba sendo reconhecida como um diferencial a ser considerado na formulação das políticas públicas.

Quando a gente fala em agroecologia a gente não está falando em produção de uma forma diferenciada só, também, mas a gente tá falando de novas relações sociais, novas relações de trabalho. Então quando a Marcha das Margaridas traz a pauta da agroecologia, mas ela também está trazendo a pauta da documentação, tá trazendo a pauta da violência contra as mulheres, os direitos historicamente negados às mulheres... Então não é uma questão de produção agrícola. Isso ajuda a entender que qualquer perspectiva de política de agroecologia tem que ampliar para discutir questões muito mais amplas do que os tradicionais instrumentos de política agrícola. Isso para a PNAPO foi muito importante, porque na hora da gente elaborar nossa proposição para a PNAPO a gente não estava lá em cima do MDA e do MAPA, a gente tinha proposta para Educação, tinha proposta para o Ministério do Meio Ambiente, tinha proposta para o MDS, Reforma Agrária... E falaram: ‘Não, isso não tem nada a ver com agroecologia’. Mas o entendimento construído na sociedade civil e sobretudo muito legitimado pelo que trouxe a Marcha das Margaridas naquela pauta (...) que desencadeou na Política de Agroecologia (...) Era uma pauta por direitos, onde a agroecologia estava ali dentro. Então eu acho que isso colocou agroecologia em outro patamar, que muitas vezes não é compreendido (homem representante da ANA).

Entender a agroecologia como uma coisa sistêmica não só da produção, não só da ciência, mas cujo trabalho de produção e reprodução, preservação ambiental, manejo, elas fazem parte, elas construíram (mulher representante do governo).

Assim, afirma-se que a Marcha das Margaridas tem uma participação incontestável no movimento agroecológico, pois sem sua força política, sem a priorização da pauta pela mobilização, sem uma consolidação da relação entre a agroecologia e o feminismo, fortalecida

e visibilizada pela Marcha, com uma visão sistêmica e ampliada, o lançamento da Planapo não teria acontecido naquele momento.

5.3. Contribuições em termos de políticas públicas para mulheres e agroecologia

Ao longo de suas edições, a Marcha conseguiu apresentar plataformas políticas que foram se consolidando, crescentemente, com análises mais complexas e considerando a cada edição uma maior diversidade de identidades das mulheres do rural brasileiro. Suas pautas foram amadurecendo, tornaram-se cada vez mais propositivas e concretas, o que, a cada ano, possibilitou mais conquistas, sempre garantidas a partir do diálogo e das negociações com os governos democráticos. Ao mesmo tempo, o Governo vai entendendo melhor as demandas, dialogando para compreender os limites das ações e buscando formas de apresentar propostas mais efetivas. O Governo também amadureceu com o processo.

(...) a Marcha, traz um conjunto de pautas em 2011 que a gente consegue perceber um amadurecimento político dela também. É diferente lá da Marcha de 2000... ah, queremos crédito e acesso à terra... a ideia genérica, linda, maravilhosa, mais genérica. Agora não, a de 2011 a gente sabe onde tá travando, tá travando desde lá: queremos reformar agrária, mas tem que mudar o formulário; queremos a titulação conjunta, mas tem que fazer a capacitação dos gestores; queremos isso, mas tem que mudar aquela norma tal. Então tem um amadurecimento importante (mulher representante do governo).

(...) o esforço era de não ser protocolar, o esforço é de fato que aquela demanda fosse internalizada e que a gente de fato mudasse o operativo para efetivar a política pública. Então a gente conseguiu fazer isso no âmbito do Governo (mulher representante do governo).

Nesse caminho, a capacidade do movimento de mulheres de propor políticas públicas, sobretudo políticas específicas para as mulheres do campo, foi sendo aprofundada. Alguns temas dialogavam diretamente com a pauta da agroecologia com foco nas mulheres rurais. Dentre esses, destacam-se a conquista da titularidade conjunta da terra (que possibilitava que as mulheres tivessem os mesmos direitos de posse sobre a terra, aos meios de produção) e que vinha sendo uma luta histórica das mulheres trabalhadoras rurais; o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (que possibilitava cidadania às mulheres e o acesso às demais políticas públicas) e o Pronaf Mulher (que buscava facilitar o crédito), entre outros.

As primeiras medidas do governo em relação às mulheres dialogaram muito com o que era a pauta da Marcha das Margaridas, que era titulação conjunta, que outros movimentos não reivindicavam, que era a questão da ampliação do PRONAF, para ter realmente um Pronaf mulher... E a coisa da documentação vem mais do MMTR-NE, mas tinha tido uma experiência lá no Rio Grande do Sul (...) então já era também uma coisa mais ampla (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

A história da (política pública de enfrentamento à) violência contra as mulheres do campo foi a Marcha das Margaridas, é de autoria da Marcha das Margaridas. (...) o Ater mulheres, o Programa de Organização Produtiva, a pauta da Marcha das Margaridas influencia nesses programas do ponto de vista da agroecologia, do ponto de vista do trabalho que as mulheres faziam (...) tudo isso tem a ver com a pauta da Marcha das Margaridas. Então eu acho que todos os temas, esses programas que estavam em evidência, que estavam em execução, eu acho que a Marcha das Margaridas o que ela não foi autora ela conseguiu fortalecer para o debate das mulheres e também da agroecologia (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

Como já mencionado anteriormente, foi a partir de 2007 que a pauta da agroecologia apareceu de forma mais explícita, com a indicação mais clara de sua priorização, a partir da inclusão do eixo “Terra, Água e Agroecologia”. Nesse período, foi apresentada uma proposta de “criação de um programa de valorização e beneficiamento da produção das mulheres” que dialogava de forma mais próxima com a agroecologia, mesmo tendo sido apresentada do eixo Trabalho, Renda e Economia Solidária ¹⁶ (Figura 16).

Figura 16 – Ala “Terra, Água e Agroecologia” na Marcha das Margaridas de 2011



Foto: Marcha das Margaridas de 2011/Acervo Contag

A partir do diálogo em torno dessa proposta foi instituído, em 2008, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMR), no âmbito do MDA. Esse Programa foi

¹⁶ Criar um Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento de Experiências Produtivas agrícolas e não-agrícolas, geradoras de renda, para mulheres trabalhadoras rurais das diversas regiões do país, que viabilize estudos das cadeias produtivas e de mercados; garanta assessoria técnica para elaboração e implementação dos projetos produtivos; organize e oriente as demandas para o acesso ao Pronaf; articule com ações da Coordenação de Agregação de Valor da SAF/MDA, da Secretaria da Economia Solidária e do Programa de Aquisição de Alimentos; promova o acompanhamento e monitoramento das ações no âmbito local e territorial. (Item 59 do Eixo Trabalho Renda e Economia Solidária/Pauta da Marcha das Margaridas de 2007).

uma resposta do Governo, que se deu no encerramento da edição de 2007. O objetivo do mesmo, segundo a portaria interministerial nº 2, de 24 de setembro de 2008, seria:

(...) fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da econômica solidária e feminista, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover a autonomia econômica das mulheres e a garantia do seu protagonismo na economia rural.

A relação com a agroecologia fica estabelecida quando se definem as finalidades do POPMR. O item VII afirma que ele deve “apoiar ações de organizações produtivas baseadas na agroecologia e na preservação da biodiversidade” e na diretriz que consiste na

(...)valorização do papel das mulheres na produção de base agroecológica, buscando manter a diversificação da produção com base em alimentos tradicionais e a conservação da biodiversidade (...) garantindo o reconhecimento do papel que as mulheres exercem na segurança alimentar (Inciso III do Art. 4º).

A mesma portaria institui a criação do Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, que contaria com uma instância consultiva com órgãos do Governo e da sociedade civil, sob a coordenação do então Programa da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia/ MDA, do MDS e da SPM.

No entanto, a relação do POPMR com a agroecologia não pareceu ter sido compreendida da mesma forma, ou com o mesmo peso, pelo Governo e por organizações da sociedade civil que compunham o Comitê, conforme foi possível perceber em nossas entrevistas. Enquanto para as mulheres gestoras do então Programa de Promoção da Inclusão de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE/MDA) essa seria a perspectiva orientadora das ações do Programa, para mulheres, essa relação com o movimento agroecológico precisava ser mais explícita. Esse impasse gerou momentos de conflito. Porém, ao mesmo tempo em que podemos perceber que a resposta do Governo dialogava com o que foi demandado na pauta da Marcha das Margaridas, a relação com a agroecologia ainda foi pontual na Portaria. No espaço do Comitê, as mulheres do movimento agroecológico pressionaram para que o título do Programa trouxesse o nome “agroecologia”.

No entanto, na perspectiva do Governo, o foco deveria ser na organização produtiva com o fortalecimento da gestão dessas organizações, apoio a iniciativas de organização econômica ou beneficiamento da produção e à formalização, relacionando ações e Ater, crédito e comercialização. Nesse jogo de entendimentos e perspectivas, de início a proposta apresentada pelo Governo se manteve, mas ao longo dos anos, com o fortalecimento do

movimento e dos debates agroecológicos, tal perspectiva foi de fato se tornando uma referência para as ações articuladas entre a organização produtiva das mulheres rurais e a agroecologia.

Um outro destaque dado ao POPMR foi o seu caráter diferenciado e desafiador, por este não ser apenas um programa finalístico da DPMRQ, mas um programa central ou guarda-chuva que buscava construir relações ou abarcar uma série de outras políticas, como Ater, comercialização, sociobiodiversidade etc. As principais ações realizadas pelo POPMR foram o mapeamento de grupos produtivos de mulheres; atividades de formação em políticas públicas; articulação institucional com programas e projetos de apoio à comercialização, como o PAA e PNAE; e oferta de financiamento para gestão, agregação de valor e comercialização (BUTTO, Andrea; HORA, Karla, 2008).

O Programa de Organização Produtiva desde sua origem e concepção já trazia elementos da construção da agroecologia, que tipo de edital você tem que ter, a incidência no conteúdo, a incidência nos mecanismos, nas formas, na oferta da Ciranda infantil ou da recreação infantil, que depois virou monitoria infantil. Porque não é só a terminologia que vai mudando, é uma terminologia que tem que se adequar ao conteúdo também. Nós precisamos garantir como é que esse Estado vai incorporar e garantir. Então você tem um acúmulo que como é tá ali na Diretoria, no Programa de Organização Produtiva, que não é só o Estado ali, é o Estado, que tem um comitê gestor que essas entidades que estão na Marcha já participavam. E elas participavam elaborando, elas participavam depois concorrendo aos editais, elas tinham experiência de execução, e esse caldo aqui também vai resultar no que a gente tem depois de proporção do que vai ser para o Planapo (mulher representante do governo)

Ainda que a agroecologia tenha entrado na pauta da Marcha das Margaridas pela questão ambiental, relacionada à sustentabilidade e à busca por um novo modelo energético, que pautava temas como impactos ambientais de grandes obras, contaminações das terras e águas, agrotóxicos e transgênicos, praticamente não houve respostas e avanços nessas questões. Foi então, pelo debate da Assessoria/Assistência Técnica e Extensão Rural, Crédito e Comercialização¹⁷, que o diálogo entre a pauta das mulheres rurais e a agroecologia foi se dando de forma mais intensa e apresentando mais conquistas.

Com relação a ATER, a pauta de 2003 da Marcha das Margaridas já traz demandas para o Governo de que as assessorias técnicas deveriam trabalhar com base nos princípios agroecológicos para o desenvolvimento rural sustentável e que deveriam fomentar as iniciativas das mulheres trabalhadoras rurais, integrando todas as pessoas da família nas tomadas de

¹⁷ Até 2003 os documentos da Marcha das Margaridas usam o termo “assessoria técnica e extensão rural”. A partir de 2007, passa-se a usar o conceito de “assistência técnica e extensão rural”, acompanhando os debates dos movimentos sociais do campo e as organizações não-governamentais.

decisões e atividades produtivas. Não havia nenhuma proposta mais concreta, e a demanda se dava como uma orientação geral. Porém, tal concepção foi considerada quando se instituiu, em 2004, a Política Nacional de Ater (Pnater) que passou a contar com uma política setorial de Ater para Mulheres, tendo como principais objetivos o fortalecimento da organização produtiva das mulheres rurais e a promoção da agroecologia e da produção de base ecológica. Nessa perspectiva, as mulheres representantes do Governo afirmam que foi a partir do Programa de Organização Produtiva que a ação de assistência técnica específica para as mulheres se concretizou.

A ATER foi escolhida como programa preferencial para incidir no campo da agroecologia, que tem a ver com (...) a atuação das ONGs... Essa reflexão se expandiu muito a ponto da gente chegar no momento em que a gente tinha uma proposição em torno da ATER para agroecologia que vinha do Governo (mulher representante do governo)

A ideia da assistência técnica específica para as mulheres é parte da ação do programa de organização produtiva, por que a gente dizia: Oh, não é assistência técnica para a família, é assistência técnica para organizações econômicas de mulheres e ela tem que ser pensada de uma outra forma, ela tem que ser pensada a partir da especificidade do que é prestar assessoria técnica para organizações de mulheres, que tem as particularidades: A informalidade, do tema do trabalho reprodutivo, com uma dimensão distinta do que é nos outros moldes, enfim. Então eu acho que sim que assistência técnica para as mulheres, de uma forma geral por causa da discussão da paridade, mas também a ATER para mulheres nesse Campo mesmo que foi o programa de organização produtiva (mulher representante do governo)

(...) a chamada pública de ATER para mulheres (...) foi instituída a fim de fortalecer a autonomia econômica das mulheres e reconhecer seu papel como agricultoras. Um de seus grandes diferenciais como ATER específica é a oferta de recreação infantil, que possibilita que a mulher participe com qualidade das atividades. Desde 2004, aproximadamente 60 mil mulheres foram atendidas pela ATER mulheres (BRASIL, 2015, p.7)

Destacamos que, com relação à recreação infantil nas atividades de Ater, a pauta da Marcha das Margaridas de 2011, em seu item 81, demanda a universalização da ATER, de base agroecológica, permanente e de qualidade para a agricultura familiar, extrativista e de comunidades tradicionais. É citada no item “E” a necessidade de “assegurar espaços de recreação para as crianças durante as atividades de ATER para as mulheres”. Tais ações foram iniciadas em 2011 nas chamadas específicas das mulheres e, em 2012, nas chamadas da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA) e do INCRA, o que nos faz crer que tais ações também foram resultado dos debates e pressões oriundas da Marcha das Margaridas.

Quanto às questões de cotas de mulheres como público da Ater, na pauta de 2007 da Marcha das Margaridas foi apresentada, na proposta de número 49, a solicitação de que o

Estado deveria: “Estabelecer a participação mínima de 30% de mulheres como público das atividades de formação previstas nas ações programáticas do Pronater¹⁸ 2007/2008 e no Programa de ATER¹⁹”. Os debates sobre o estabelecimento de um percentual de mulheres no público total atendido pelas chamadas públicas de Ater foram permeados por muitas tensões, conflitos e divergências, especialmente dentro dos próprios movimentos sociais e organizações executoras de Ater, que viam a proposta como limitadora da sua ação. Todavia, as reflexões foram se acumulando em diferentes espaços de discussão, incluindo aqueles institucionais, como o Comitê de Ater, a Rede Temática de Ater para Mulheres, o Comitê de Políticas Públicas para Mulheres do Condraf e o Comitê do Programa de Organização Produtiva. Mas foi na 1ª Conferência Nacional de Ater (Cnater) e na 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS) que a demanda de “50% de mulheres na Ater” fez coro (SPECHT, Analine, 2017), quando foi aprovada a deliberação de que pelo menos 50% do público assistido pela Ater deveria ser de mulheres.

O papel que a Marcha teve no debate sobre a criação do Programa de Organização Produtiva das mulheres Rurais e na participação nos espaços de interlocução com governo em relação a esse programa específico é muito importante. Então eu acho que essa ideia de primeiro você ter programas específicos, além da institucionalização da agroecologia, programas específicos e nas políticas garantir a participação das mulheres... uma outra conquista também do movimento de mulheres foi a questão da ATER, a exigência de um mínimo de 50% de mulheres nas ações da ATER nas chamadas de agroecologia, no mínimo 30% de recursos destinados a ações para as mulheres. Isso é uma conquista também do movimento de mulheres. Então eu acho que a Marcha das Margaridas tem um papel fundamental na institucionalização da agroecologia, mais do que, na minha visão, mais do que outros espaços de movimentos sociais (homem representante da ANA).

(...) de modo geral havia um consenso de que as chamadas de Ater para mulheres possibilitaram dar visibilidade à contribuição econômica das mulheres rurais e, além disso, mobilizar as expertises acumuladas pelas organizações feministas e autônomas de mulheres na execução da assessoria técnica com enfoque agroecológico, influenciando outras organizações mistas na execução dos serviços de Ater. Ao mesmo tempo, geraram reflexões no âmbito nacional – no Comitê Gestor do POPMR, na ANA, no Comitê de Ater do CONDRAF, na Coordenação da Marcha das Margaridas etc. – que influenciaram o delineamento das políticas públicas no âmbito do Governo Federal, a exemplo das mudanças propostas pela sociedade civil e incorporadas nas chamadas públicas de Ater Agroecologia Nº 12 e 13/2013. Neste processo de negociação das políticas públicas, a reivindicação pela ampliação da Ater setorial para mulheres foi incorporada como uma das ações previstas no I Pano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), lançado em 2013 (TELLES, 2017, p. 8)

¹⁸ Pronater – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, instituída pelo Decreto nº 7215/2010, em 15 de junho

¹⁹ Ates – Assessoria Técnica Social e Ambiental na Reforma Agrária, sob responsabilidade do INCRA.

Vale destacar que foi no processo de construção da Chamada de Ater Agroecologia, a partir da atuação dos movimentos de mulheres, feministas e agroecológicos no Grupo de Trabalho Operacional (GTO) do Comitê de Ater do Condráf, que outras sugestões foram incluídas no sentido de ampliar as ações para a autonomia socioeconômica das mulheres: 30% dos recursos das chamadas públicas deveriam ser para atividades específicas; 30% das equipes técnicas deveriam ser compostas por mulheres (TELLES, Liliam, 2017, p. 9).

Nesse percurso, foi um marco a sanção da Lei nº. 12.188 - Lei de Ater - que instituiu a PNATER, que estabelece entre os princípios da política a necessidade de se trabalhar a “equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia” (Art. 3º, inciso V), reconhecendo as desigualdades que permeiam o universo do campo (BRASIL, 2010).

Portanto, pode-se garantir que a Marcha das Margaridas contribuiu para sensibilizar o Estado sobre a importância de a assistência técnica considerar o trabalho produtivo realizado pelas mulheres sob uma perspectiva agroecológica, desenvolvendo ações que não reforcem a divisão sexual do trabalho, mas que potencializem e gerem autonomia social, econômica e política para as trabalhadoras rurais, para as mulheres do campo, das águas e das florestas. Para isso, instâncias, políticas e programas específicos são necessários, assim como a implementação de cotas afirmativas (ou positivas) para incluí-las em espaços e trabalhos historicamente considerados como masculinos.

Quanto à comercialização, uma série de ações foram sendo realizadas em diálogo com a Marcha das Margaridas, no sentido de visibilizar e valorizar a produção das mulheres rurais. Essas ações se deram, inicialmente, partir da realização das Feiras Nacionais de Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Fenafras), onde existiam cotas de participação de mulheres e catálogos para visibilizar sua produção. Posteriormente, a DPMRQ decidiu criar dinâmicas próximas e realizar feiras estaduais de economia feminista e solidária. Essas feiras tinham espaços de debates, exposição e venda de produção e um momento específico da feira agroecológica.

Um outro exemplo relevante, relacionado à cota de participação das mulheres na venda para as compras governamentais, diz respeito às demandas da pauta de 2011 da Marcha das Margaridas, quanto ao fortalecimento da participação das mulheres no PAA e no PNAE, conforme pode-se ver na sequência:

69. Fortalecer a participação das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta no PNAE, com a inclusão dos grupos de mulheres, formais e informais, entre os critérios de prioridade de compra da agricultura familiar no programa.

70. Garantir, no âmbito do PAA, um percentual mínimo de 30% dos recursos, para destinação à participação das mulheres do campo e da floresta.

71. Regulamentar, no âmbito do PAA e do PNAE, que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados em nome da mulher.

Explicitamente como resposta à pauta da Marcha das Margaridas, que esteve em Brasília nos dias 16 e 17 de agosto, ocorreu a Resolução nº 44 do Grupo Gestor do PAA, de 16 de agosto de 2011, que tem por objetivo fomentar o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos e que institui que a participação de mulheres passa a ser um critério de seleção de propostas, sendo direcionados 5% dos recursos para organizações específicas de mulheres ou com mais de 70% de mulheres em sua composição. Passa a ser obrigatória a participação de pelo menos 40% de mulheres do total de agricultoras/es de uma associação ou cooperativa para que ela possa participar das operações feitas nas modalidades de Compra da Agricultura Familiar e Compra Direta com Doação Simultânea, e de 30% para as modalidades Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA Leite) e Formação de Estoques, conforme artigos publicados em Diário Oficial nº 158, de 17 de agosto de 2011, p. 92.

Art. 1º Fomentar o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, em todas as suas modalidades.

Art. 2º A participação de mulheres deverá ser considerada como critério de priorização na seleção e execução de propostas, em todas as modalidades e por todos os operadores do Programa, desde que cumpram as demais exigências da referida modalidade do Programa.

Art. 3º Serão destinados, no mínimo, cinco por cento da dotação orçamentária anual do PAA, no MDA e no MDS, para as organizações compostas por cem por cento de mulheres ou organizações mistas com participação mínima de setenta por cento de mulheres na composição societária.

Art. 4º Nas operações realizadas nas modalidades de Comprada Agricultura Familiar com Doação Simultânea e de Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, será exigida a participação de, pelo menos, quarenta e trinta por cento de mulheres, respectivamente, do total de produtores fornecedores, respeitados os demais critérios para a participação no Programa.

Art. 5º Para as modalidades de Compra Direta Local com Doação Simultânea e de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, será exigida a participação de, pelo menos, quarenta e trinta por cento de mulheres, respectivamente do total de produtores fornecedores, respeitados os demais critérios para a participação no Programa.

Com relação ao crédito, pode-se supor que dois foram os resultados diretos da pauta da Marcha das Margaridas sobre este tema: o Pronaf Mulher, em 2003, e o Crédito Apoio Mulher/Fomento Mulher, em 2008. Frente à solicitação para “desburocratizar e garantir o acesso das mulheres e jovens ao PRONAF e aos Fundos Constitucionais, para atender atividades agrícolas e não agrícolas, assegurando carência e prazos de pagamento diferenciados para as mulheres trabalhadoras”, presente na pauta de 2003, a resposta dada pelo Governo foi a criação do Pronaf Mulher (destinado às beneficiárias que se enquadravam nos grupos C ou D) e a instituição do Grupo de Trabalho (GT) Gênero e Crédito, no âmbito do MDA, o qual foi

composto por representantes do Governo Federal e da sociedade civil, incluindo a CONTAG. Foi, ainda, implementado um sobre-teto de 50% sobre o valor total para o grupo familiar, possibilitando uma ampliação do acesso de forma específica para as mulheres. No entanto, ao longo dos anos, o Pronaf Mulher foi se mostrando burocrático, não operacionalizado pelos bancos (que enquadravam as solicitações das mulheres em outras modalidades), portanto, sem trazer retorno real às suas necessidades.

O crédito Pronaf tinha muito mais amarras institucionais, por não se tratar de um Programa exclusivo do MDA, tinha Fazenda, tinha outros, os agentes financeiros, enfim... um processo amplo de negociação... como também eu acho que a gente foi jamais na reta final do governo estabelecendo e amadurecendo estratégias para dirigir mais o financiamento para experiências de agricultura... da agroecologia. Mas isso de fato foi por onde a gente se encontrava mais limite para fazer (mulher representante do governo)

Nessa época (...) era muito forte a discussão em torno do crédito, porque eu acho que de certa forma era assim: as mulheres nunca disputaram o crédito, as mulheres já tinham a história do PRONAF Mulher, mas muito a partir do modelo do que já era estabelecido como crédito, na lógica própria do PRONAF. E a gente dizia: nós, mulheres no Nordeste, a gente nunca se encontrou nesse crédito... toda Agricultura Familiar, na verdade... e para as mulheres pior ainda, porque tem uma tal de escala de produção que a gente nunca se encontrou nisso e continua não se encontrando nessa lógica, de uma coisa da garantia do crédito que a gente não tinha (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

E aí nessa coisa da garantia do crédito despertou muito aprendizado para gente: como é que a gente vai pagar o crédito se a maioria do que a gente produz a gente come? Ou seja, o que as mulheres produzem na verdade, a sua grande maioria, vai para a subsistência das famílias. Ah, então é uma outra lógica de financiamento dessa produção. E se a gente vai pagar tudo e a gente sustenta todo mundo e ainda paga o seu crédito como é que viabilizou isso? Então são vários questionamentos que a gente começa a fazer sobre o que é este lugar das mulheres e como é que a política pode enxergar essa produção das mulheres (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

Conforme relatado nas entrevistas, a partir de muito embates e reflexões, as mulheres passaram a questionar a lógica bancária, que exigia escala de produção e garantia de pagamento, que elas não tinham como comprovar. O próprio Código Civil centraliza no núcleo familiar a capacidade de pagamento, desconsiderando a lógica patriarcal que inviabiliza a produção de cada membro, em especial das mulheres e jovens, e não enxerga os limites destas/es em processos de negociações intrafamiliares: “(...) o crédito do jeito que está instituído, ele mais exclui do que oferece possibilidade de inclusão”, afirmou uma das lideranças entrevistadas. Além do mais, elas identificaram que a maior parte de sua produção era para o autoconsumo da família, o que também contribui como uma renda indireta, mas não é considerada pelos bancos. Essa percepção e demanda fizeram com que as reivindicações passassem a entender que esse

tipo de crédito deveria ser de fomentos não-reembolsáveis, conforme podemos ver nas últimas pautas da Marcha das Margaridas. Nesse sentido, merece destaque a conquista do Fomento Mulher, antes chamado Crédito Apoio Mulher, destinado a fomentar atividades produtivas articuladas por grupos de assentadas de reforma agrária. Esse tipo de mecanismo foi criado em 2008, como resposta à Marcha de 2007, contando com uma ampliação do valor do crédito (de R\$ 2.400,00 para R\$ 3.000,00) na Marcha de 2011.

A agroecologia no Brasil entra muito no viés da produção, pouco do consumo. E essa dimensão não apenas do consumo, mas, também, da relação com o trabalho reprodutivo é algo que as mulheres estão trazendo, mas que ainda é muito incipiente como é que isso ganha uma integralidade, como isso se traduz numa demanda de política pública. Eu acho que essa é uma questão de futuro, como a relação muito diferente, porque agora não temos mais Governo (mulher representante do governo) E a questão do fomento, tal como proposto pelas mulheres, discute a valorização do trabalho das mulheres, a produção para autoconsumo e a produção para o mercado de grande diversidade de produtos e não de pequenas cadeias como por exemplo de galinhas em confinamento, fruticulturas não sei o que tal. Mas são lógicas de vincular os mais pobres aos mercados e se subordinar aos mercados, no final das contas. É outra concepção. Então isso eu acho que é uma coisa muito importante no diálogo com agroecologia (homem representante da ANA).

É estratégico pensar um fomento para apoiar as iniciativas das mulheres, os seus sistemas de produção, atender às suas expectativas, eu acho que seria super importante se fosse instituído uma política dessa natureza. O problema é que agora o ambiente para se discutir isso é muito ruim. Mas foi uma proposta que veio daí (homem representante da ANA)

Como podemos ver nos depoimentos acima, a Marcha das Margaridas de 2015 trouxe, em sua pauta, a demanda por Fomento para os Quintais Produtivos²⁰ das mulheres, e recebeu o anúncio positivo da Presidenta Dilma Rousseff:

Vamos implantar, até 2018, pelo menos, mais 100 mil cisternas produtivas, garantindo água para a produção e a implantação de quintais produtivos agroecológicos. Vamos apoiar a implantação de quintais produtivos por meio dos programas existentes, como é o caso, por exemplo, do programa Fomento para a mulher assentada da reforma agrária. Nós queremos ver as Margaridas com seus quintais cheios de alimentos para a família, horta, animais e plantas medicinais (Dilma Rousseff, no discurso de encerramento da Marcha das Margaridas de 2015).

Para além de tais conquistas da Marcha das Margaridas, é necessário resgatar a importância das discussões referentes ao enfrentamento da violência contra as mulheres, já que se criou um entendimento entre as mulheres da Marcha que não há agroecologia se existe

²⁰ Consideramos aqui quintal produtivo como “(...) lugares de produção de saberes, de garantia de segurança alimentar e nutricional, de práticas sustentáveis (ecológica e socialmente), de manutenção da agrobiodiversidade, de cuidados e de reprodução da vida” (TELLES e tal, 2018, p. 145), seja para a experimentação e a geração de renda monetária e não monetária (Arzu et al. 2010). São chamados ainda “roçados, terreiros, ao redor de casa” pelas mulheres e são espaços de domínio das agricultoras nos agroecossistemas (TELLES et al., 2018).

sangue das mulheres: esse tema permeou todas as edições da Marcha das Margaridas, visto que é parte do cotidiano de todas elas. Para além da violência física, as mulheres entenderam que, em alguma medida, todos os temas trazem diferentes expressões de violência.

Figura 17 – Mulheres da Marcha das Margaridas de 2015 na luta contra a violência



Foto: Marcha das Margaridas de 2015/Acervo Contag

Como já citamos, nas duas primeiras edições da Marcha, a violência e a pobreza eram os principais lemas da luta, mas mesmo nas seguintes, quando foram incorporadas novas demandas, o tema da violência sempre foi um eixo central dos debates e das proposições. Nesse aspecto, é interessante perceber que muitos passos positivos foram dados. Em 2003, as mulheres ainda cobravam que o Estado deveria:

Promover modificações no Código Penal para que os crimes contra a mulher deixem de ser “crimes contra os costumes” e passem a ser crimes contra a pessoa; e que todas as formas de violência sejam tratadas como agressão, inclusive quando fica caracterizada a “obrigação” da mulher de manter relações sexuais contra a vontade, mesmo no casamento, independentemente de haver ou não ameaça de morte.

Frente a essa demanda, a SPM afirmou seu compromisso, assumido frente ao Comitê da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher – CEDAW, em julho de 2003, de atuar junto ao Congresso Nacional para a retirada dos crimes de violência doméstica do âmbito da Lei n. 9.099/95, afirmando que trabalharia na elaboração

de uma lei específica contra a Violência Doméstica. Nessa trilha de lutas, a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), promulgada em 2006, converteu-se em um marco no Brasil no que se refere ao enfrentamento da violência contra as mulheres no âmbito doméstico e familiar. Essa Lei possibilitou uma compreensão mais ampla sobre os diferentes tipos de violência ao apresentar punições mais rigorosas e medidas de proteção mais sólidas.

Todavia, as mulheres do campo e das florestas (à época) chamavam atenção, através da Marcha das Margaridas, para as dificuldades que elas corriqueiramente passavam, inclusive para ter acesso a equipamentos sociais e delegacias, geralmente distantes e pouco acessíveis a elas. Nesse sentido, a pauta de 2007 solicitou que fosse instituído um Fórum Nacional de Combate à Violência Social e Doméstica contra as Mulheres do Campo e da Floresta, o que foi respondido positivamente com a assinatura de uma portaria que cria o Fórum Permanente para o Enfrentamento da violência contra as mulheres no campo, publicada no DOU de 23/8/07. Os debates no Fórum se seguem, com a participação das mulheres engajadas na Marcha de 2011. Conforme lembra uma das entrevistadas, a demanda apresentada fazia parte de uma construção que estava sendo dialogada para se

(...) implantar, até 2013, no âmbito do Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, 54 unidades móveis, incluindo barcos para a região amazônica, para atendimento às mulheres trabalhadoras do campo e da floresta em situação de violência, e cumprir em 2011 a meta de 15 unidades móveis (pauta da Marcha das Margaridas de 2011)

Mais uma vez o Governo Federal, tendo a SPM como a responsável pela sua execução, comprometeu-se com a pauta e a implementação dessas ações. Essa demanda foi provavelmente, para as mulheres, uma de suas conquistas mais relevantes. Em 2015, a demanda por políticas públicas que viabilizassem o enfrentamento da violência contra as mulheres no meio rural, a presidenta Dilma anunciou a implantação das patrulhas rurais Maria da Penha, além de capacitar através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

21

(Pronatec) 10 mil Promotoras Legais .

²¹ “Usada em diferentes países, a nomenclatura “Promotoras Legais Populares” corresponde ao projeto de formação de mulheres que trabalham para o fortalecimento dos direitos da população e para o combate à discriminação e à opressão, por meio do conhecimento dos direitos e dos caminhos de acesso à justiça. As promotoras legais populares podem prestar orientação, aconselhar e promover a função instrumental do direito no dia a dia das mulheres, com intervenções individuais ou coletivas. O Projeto Promotoras Legais Populares (PLPs) foi criado a partir da iniciativa da União de Mulheres do Município de São Paulo , com o apoio da organização THEMIS - Gênero e Justiça (RS) , do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP), e do Movimento do Ministério Público Democrático (MPD)”. In: <http://promotoraslegaispopulares.org.br/quem-somos/>. Acessado em 26/04/19.

Todavia estas, como todas as respostas anunciadas em 2015, não foram implementadas em função do golpe sofrido pela Presidenta em agosto de 2016. Face às preocupações com os possíveis retrocessos em torno de todas essas conquistas de políticas públicas inclusivas, agroecológicas e feministas, uma entrevistada afirma:

A gente pode retroceder na execução desse projeto nas políticas, mas não no nosso entendimento. A gente ainda vai continuar (...) mas quem pega a partir disso já tem muita coisa construída (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas).

5.4. Contribuições para os movimentos sociais: mulheres/feminista, agroecológico e sindical

Mesmo que o foco dessa pesquisa seja a contribuição da Marcha das Margaridas para as políticas públicas de agroecologia no Brasil, entendemos que as influências da Marcha nos movimentos sociais, de mulheres e feministas, agroecológico e sindical, foram estratégicos para que a agroecologia se consolidasse como projeto coletivo de sociedade, que fortalecesse as ações e proposições no diálogo com o Governo Federal, assim como a legitimidade nas negociações da pauta para a construção de políticas públicas de agroecologia.

Pode-se perceber ao longo da pesquisa que, à medida que a Marcha das Margaridas assume a pauta da agroecologia como prioritária, tratando-a como modelo de sociedade, de produção, de relação entre as pessoas e destas com o ambiente, isso se deu, segundo o entendimento da maioria das pessoas entrevistadas, como sua maior força. Foi, portanto, uma capacidade de construção de unidade, de articulação da diversidade de sujeitos e dos movimentos, de se tornar um lugar de encontro, que une a tudo e a todas, de sua percepção de que, isoladas, elas não teriam a mesma capacidade de incidência política, que a fortaleceu. Como mencionado por uma entrevistada: “na Marcha cabe tudo, cabe todas essas coisas (...) a gente se encontra todas na Marcha”:

A partir dessa grande força da Marcha que junta tudo isso numa construção política de um projeto político e tudo isso numa força de mobilização de ir para rua e ter a pauta. Então é uma força política de uma pressão popular de reunir as mulheres (que) acaba sendo esse boom que é a Marcha (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas) é um espaço de unidade. Eu acho que nenhuma outra articulação tem capacidade tamanho de unidade, de trazer todo mundo entorno do desafio que tem pela frente, guardar talvez a defesa de algumas pautas mais específicas (...) ela é a maior expressão de unidade, de capacidade inclusive de articulação dos vários movimentos de mulheres, de respeito entre as organizações (mulher da Secretaria de Mulheres da Contag)

O Grito da Terra começou como uma coisa mais ampla, depois foi virando uma coisa só de Contag; a Marcha das Margaridas ao contrário já não começa como ação da Contag e elas ampliam, em vez delas estreitarem elas ampliaram as alianças (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

Esse processo de fortalecimento das mulheres trabalhadoras rurais se mostra ainda como resultado tanto do reconhecimento das diferentes identidades, acolhendo a todas “do campo, das águas e das florestas”, quanto do reconhecimento de que a solidariedade entre as mulheres (e seus movimentos) era estratégica e fundamental, o que aos poucos vai sendo relacionado com a luta feminista. Dessa forma, podemos dizer que a Marcha das Margaridas contribuiu para revigorar, intensificar e potencializar os movimentos de mulheres e feministas no Brasil e, porque não dizer, no mundo.

Depois esse crescimento da identidade feminista da Marcha das Margaridas também foi importante, porque isso teve um impacto também em muitas políticas, não foi só na agroecologia. Teve um impacto na percepção de outros temas também (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

A Marcha (das Margaridas) nos traz para essa construção da unidade das mulheres do campo e a Marcha Mundial nessa coisa mais ampla para construção de um projeto político do mundo onde as mulheres possam ver visibilizadas também (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas).

O movimento agroecológico também reconhece a contribuição que a Marcha das Margaridas deu para a visibilização da pauta para a sociedade, para os movimentos sociais e para os governos, possibilitando que o assunto passasse a ser considerado uma agenda política, um tema relevante e de interesse coletivo, tornando-se um objeto para a construção de políticas públicas de incentivo a uma forma de produção de alimentos, de vidas e sociabilidades mais saudáveis, para o campo e a cidade.

A maior contribuição da Marcha foi trazer (a agroecologia) pra cena pública e pra pautar o Estado Brasileiro (...) Ela trouxe para a cena pública uma ideia de mudança de modelo de produção agrícola (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

Quando a Marcha senta, quando a Marcha discute, quando a Marcha sistematiza isso, ela tá contribuindo para o restante do campo agroecológico. Então eu acho que essa é a grande contribuição, da gente conseguir unir todas em torno de uma unidade do que que a gente acredita com agroecologia. Eu acho que essa é a maior contribuição da Marcha e depois ela consegue transformar isso numa força política (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

(...) depois dessa política eu acho que a Marcha e as mulheres ganham um outro papel dentro da articulação da agroecologia E aí também é pela própria capacidade das mulheres de transformar tudo que a gente tem discutido em proposta concreta de política dentro do plano de agroecologia (...) a partir da política a ANA ganha uma nova cara, ganha uma nova força e as mulheres também dentro da ANA. E a Marcha começa a ser vista também com outros olhos porque a Marcha assume a pauta da

agroecologia e conquista a política (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

Ao priorizar a agroecologia e passar a se debruçar sobre ela, reunindo diferentes realidades e percepções de mundo, analisando criticamente a partir da perspectiva das mulheres, a Marcha das Margaridas fortalece os debates que a Marcha Mundial das Mulheres, o MMTR-NE, o MIQCB, o GT Mulheres da ANA vinham travando, na defesa de uma agroecologia na qual a construção do feminismo fosse uma parte fundante. Ao mesmo tempo, buscavam dar visibilidade a uma nova concepção econômica, a uma nova forma de relações sociais de produção, uma economia feminista, que questionava o foco apenas na relação capital / trabalho, mostrando que outras relações de poder eram invisibilizadas (gênero e raça, por exemplo) e gerando uma nova forma de conceber a agricultura e o desenvolvimento.

(...) vínculo com a agroecologia quase que natural, porque nós estamos falando de outro tipo de economia, uma economia que reconheça outras formas de intercâmbio e tudo que não passa só pelos mercados, ou que sejam outros tipos de mercados, o que é exatamente a perspectiva que a economia feminista está chamando atenção o tempo todo para a gente. Então quando o movimento de mulheres fala sobre o trabalho das mulheres, sobre a invisibilidade, sobre a coisa dos cuidados, o papel do autoconsumo, está chamando a atenção para coisas que tem inteira sinergia com a proposta da agroecologia. E que muitas vezes dentro do movimento agroecológico, uma coisa muito mais da perspectiva dos homens, trata-se a economia de forma muito tradicional, continua deixando na invisibilidade aquelas economias que são essenciais não só para as mulheres, mas para o conjunto da sociedade e da agricultura familiar. Então eu vejo que a Marcha ela tem tido esse potencial de canalizar essas forças dispersas e transformar em uma questão pública (homem representante da ANA)

Para além desse entendimento, a força da Marcha das Margaridas possibilitou que o tema da agroecologia fosse pautado dentro do movimento sindical, envolvendo não apenas a Secretaria de Mulheres, mas, também, representantes de outras secretarias, tais como as de política agrária e de política agrícola. O processo de construção que as mulheres da Secretaria de Mulheres da Contag foram desenvolvendo em defesa da agroecologia por dentro do movimento agroecológico e de mulheres, se deu à medida que a cada edição as pautas vinham trazendo novos elementos e reflexões para o diálogo sobre o desenvolvimento sustentável e solidário que o movimento sindical apresentava em seu PADRSS. Esses debates se davam não apenas em anos de Marcha das Margaridas, mas em todos os espaços de discussão, inclusive nos Congressos da Contag, como podemos identificar nos últimos anais. Ao mesmo tempo, as mulheres da Contag priorizaram sua articulação com o movimento agroecológico, em muitos espaços sendo a única representação da entidade. Esse processo culminou em um reconhecimento nos/dos movimentos sociais de que eram as mulheres a referência do debate

agroecológico na Contag, fazendo com que internamente isso passasse a ser percebido. As falas nos indicam que, inclusive, há um questionamento: os homens teriam “deixado” a pauta da agroecologia para as mulheres por ser essa uma questão considerada menor, da mesma forma que a questão das mulheres era vista frente a debates sindicais considerados mais estruturantes?

A gente sempre percebeu que o principal ator que leva o debate da agroecologia para dentro da Contag são as mulheres. A secretaria de mulheres, essa militância que constrói a Marcha das Margaridas (homem representante da ANA)

(...) nós disputamos esse tema internamente na CONTAG, nós ganhamos internamente, por mais que alguns não estejam convencidos (...) Nós tivemos (...) um caminho interno, um caminho de construção interna. Quem tem experiência de Agroecologia, de debate, de construção do tema na CONTAG são as mulheres da CONTAG (...) virou pauta política da própria Confederação, isso atravessado num debate interno com a mulherada (...) esse debate nunca foi tranquilo aqui, bem assim como o debate dos transgênicos. Foi preciso disputar internamente (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

Para (um tema) se tornar agenda política você tem que ter atores, coletivos que tornem ele político. Então entender como ele foi assumido pela Contag é um primeiro passo, por que não é evidente. Até hoje de certa forma. E quem fez isso acontecer foram as mulheres, nitidamente. Então essa passagem é uma passagem superimportante para entender o que veio depois, porque que a Marcha assume a agroecologia. Eu imagino que tenha sido muito debate interno com os homens inclusive, e com a direção, como não é o espaço de auto-organização das mulheres (homem representante da ANA)

(...) tem um papel fundamental de levar algumas pautas para dentro do movimento sindical, inclusive a pauta da agroecologia. Não só a questão da participação das mulheres, das lutas das mulheres, da violência contra as mulheres, enfim, toda a pauta da agenda das mulheres, mas também a pauta da agroecologia. A gente sempre percebeu que o principal ator que leva o debate da agroecologia para dentro da Contag são as mulheres. A secretaria de mulheres, essa militância que constrói a Marcha das Margaridas (homem representante da ANA)

A partir das experiências das mulheres é que começa o processo de transição agroecológica na propriedade (...) as mulheres têm filhos, geralmente depois que tem filho se preocupam muito com a alimentação da família, não quer dar mais aquela comida com veneno, começa a fazer hortinha agroecológica, daqui a pouco ele começa a ganhar destaque, aí já tá vendendo numa rede de agroecologia, já está participando das feiras. Daqui a pouco quando aquele negócio de fato mostra todo potencial econômico aí que os homens se convencem (...) não me espanta perceber também que a agroecologia ela entra para Contag a partir das mulheres, nas federações (mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

5.5. Tensões entre as visões de paradigmas dos governos e movimentos (e internamente)

Obviamente, toda essa caminhada não se deu sem tensões, disputas entre diferentes concepções de mundo, de Estado, de políticas públicas, da ação dos movimentos sociais, da participação social, do lugar das mulheres, da percepção sobre o desenvolvimento rural, da agroecologia, do feminismo. Ao mesmo tempo em que há uma compreensão comum de que os governos e a sociedade civil organizada estão em lugares diferentes, com papéis e atuação distintos, é importante lembrar que durante o período da conjuntura estudada (especialmente

entre os anos 2003 e 2015), o Governo representava uma coalização, que contava também internamente com visões e posicionamentos contraditórios. Além de tudo, afirmamos ao longo da pesquisa que tanto a sociedade quanto o Governo estavam permeados por uma cultura patriarcal, racista, colonialista que vem sendo colocada em xeque pelos movimentos feministas. Todo esse contexto contribui para que essa caminhada tenha se dado permeada de tensões, de conflitos, de disputas entre paradigmas discordantes, como se verá mais detalhadamente a seguir e que em parte foram vivenciadas e citadas pelas entrevistadas.

5.5.1. Machismo Institucional

Um elemento central, identificado nas entrevistas no que se refere às situações de tensão ou conflitos, pode ser considerado estruturante e diz respeito à lógica patriarcal e machista que se expressa nas instituições tanto governamentais quanto da sociedade civil. Elas relacionam-se a concepções sobre lugares socialmente determinados para mulheres e homens, com papéis determinados pelo gênero, que se expressam nas práticas cotidianas, nos espaços de trabalho e militância, na construção das políticas públicas, nas relações pessoais e profissionais, ou seja, são encontradas na estrutura do Estado, mas também da sociedade. Nesse sentido, ainda é muito presente a ideia de que o espaço e a fala pública, além da participação política, não são lugares de mulheres, que elas não têm experiência suficiente nem entendem de todos os temas e a elas estariam reservados os assuntos referentes ao doméstico, à família, às/aos filhas/os e aos cuidados. Os depoimentos de várias mulheres mostram como isso faz parte dos seus cotidianos e o quanto as tensões durante o processo de organização da Marcha das Margaridas e a luta pelas políticas públicas de agroecologia foram permeadas de diferentes formas de violência, onde estiveram presentes a desvalorização, a desqualificação, o isolamento, o assédio moral e sexual, entre outras.

As tensões estavam muito vinculadas em como se enxerga o papel das mulheres na sociedade e isso tá lá muito claro. Em alguns temas a gente é chamada, porque acho que somos nós, por exemplo educação infantil você não via a SAF... eram as mulheres, mas era assim, já tava na representação: para cuidar das crianças chama as mulheres, mas na hora que vai discutir as chamadas pautas mais duras que é o crédito, infraestrutura aí eles não achavam que precisavam chamar a gente. Aí a gente foi marcando posição, mas também de forma muito solidária (mulher representante do governo)

O Estado que nós temos ainda é um Estado que emprega políticas públicas de caráter androcêntrico, emprega políticas públicas enraizadas no machismo e no patriarcalismo, no patriarcado e nós precisamos entender um pouco melhor esse Estado, inclusive os movimentos de mulheres, as organizações de mulheres precisam entender um pouco esse Estado (mulher representante do governo)

5.5.2. Luta pelo reconhecimento das mulheres como sujeito

Relacionada com o sistema patriarcal e seu machismo consequente, vimos que existe uma forte dificuldade de se perceber as mulheres como sujeitos, não apenas de direitos, mas de construção das lutas sociais, das políticas públicas e da agroecologia, foi motivo de muitos conflitos.

Eu acho que os conflitos estão muito envolvidos no campo da agroecologia no reconhecimento dos sujeitos. Nós estamos falando de agroecologia vindo de uma demanda de um movimento de mulheres de cunho feminista e que em muitos momentos, tinha a diretoria também de política para as mulheres de cunho feminista tentando conseguir esse espaço. Então isso tem resistência de quem não é feminista. E a gente ainda tem uma cultura tanto nas organizações sociais quanto no Estado de um Estado machista, que não é considerado lugar da mulher (mulher representante do governo)

Acho que as mulheres na construção da agroecologia sempre foram uma construção de trazer as tensões, os conflitos, os questionamentos para dentro do campo da agroecologia do que é a invisibilidade das mulheres do machismo dentro da agroecologia então nunca foi uma tarefa fácil, nunca foi uma coisa tão harmoniosa. Então desde que os movimentos começam a se articular em torno da agroecologia que já tem tensão das mulheres dentro desses espaços.

A luta das mulheres por reconhecimento social, político, econômico têm se utilizado de algumas estratégias, a partir da perspectiva feminista, na busca da ampliação de seu fortalecimento em espaços específicos, através da auto-organização. Ao mesmo tempo, têm-se defendido a necessidade de instâncias ou mecanismos institucionais que possam construir políticas públicas direcionadas às suas realidades, assim como têm se instituído cotas (discriminação positiva) para possibilitar que as mulheres sejam incluídas onde historicamente não puderam estar. As tensões se deram na falta de compreensão ou discordâncias com relação às estratégias das mulheres para serem incluídas e atingirem condições mais igualitárias de acesso a direitos, a reconhecimento dos seus trabalhos e de sua contribuição econômica.

(...) pegar o GT de mulheres que vai contar essa história de como as mulheres foram se auto-organizando dentro desse espaço. Isso é uma coisa que a gente bebe do feminismo de acreditar na auto-organização como uma estratégia, uma ferramenta de organização das mulheres, então as mulheres começam a também ter um espaço auto-organizativo no sentido de trazer os questionamentos dentro da agroecologia (mulher de organização parceira da Marcha das Margaridas).

Nesse sentido, tanto os espaços como a Secretaria de Mulheres, da Contag e o GT de Mulheres, da ANA quanto a SPM, a DPMRQ, o Comitê de Gênero do Condraf, o Comitê do POPMR e a ST de Mulheres da Cnapo foram espaços muitas vezes colocados em xeque. São eles que sempre serão os primeiros a estar ameaçados de cortes, em momentos de redução de pessoal ou de recursos. São eles que têm seus *status* rebaixados em primeiro lugar. Nesse período de 15 anos, o movimento de mulheres participou, por diversas vezes, de notas, cartas e

atos para que a SPM continuasse com *status* de ministério, para que a DPMRQ não passasse a ser uma coordenadoria ou visse sua pauta anexada à da Juventude e dos Povos e Comunidades Tradicionais, para que a ST de Mulheres da Cnapo não fosse fundida com a da Juventude. No entanto, mesmo instituídos os espaços, a ação das mulheres deve continuar a ser cotidiana para poder ter acesso aos mesmos dados, às mesmas informações que os homens, para serem consideradas e convidadas para as reuniões, para que suas opiniões não fossem ouvidas apenas quando faladas por um homem.

Oficializados os espaços, outros embates tinham relação com a disputa por recursos, a exemplo do questionamento sobre a ST de Mulheres da Cnapo demandar orçamento para ações específicas, através da DPMRQ, mas também por cobrarem para que todos os outros eixos garantissem atividades com mulheres. O Pronaf Mulher foi diversas vezes questionado, com o argumento de que as elas estariam sendo duplamente beneficiadas (pois também receberiam quando o homem tem acesso) ou que isso ameaçava o Pronaf “geral”, da agricultura familiar. Os percentuais de recursos direcionados para o público feminino no PAA, no PNAE, para as atividades específicas da Ater ou fomentos produtivos também foram duramente questionados. A existência de chamadas públicas de Ater específicas para as mulheres, por exemplo, foi alvo de muitas críticas.

(...) as questões dos editais específicos, para apoio aos grupos produtivos de mulheres, agroecologia... O edital específico que também conseguiram acessar. Isso foi uma guerra: ah, vão acabar com o Pronaf, vão acabar com as coisas. Então... e para nós estrategicamente estava aí dentro, ter um número de participação das mulheres, conseguiu olhar para os grupos de participação das mulheres e principalmente também vivenciar a pauta da agroecologia.

As chamadas públicas de Ater para Mulheres também foram alvo de críticas pelas organizações da sociedade civil, direcionadas num primeiro momento ao reduzido número de mulheres atendidas em todo país e sua limitação aos Territórios da Cidadania. Críticas também foram feitas ao fato da chamada não prever recursos para as atividades de emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), já que boa parte das mulheres ainda não tinha acesso a esse documento. Associado a isso, o curto prazo de execução da chamada, de apenas um ano, dificultava o atendimento às agricultoras de modo geral e, em particular, àquelas sem DAP, devido às dificuldades para a sua emissão (TELLES, Liliam, 2017, p. 7)

Nesse percurso, um dos momentos mais tensos se deu em torno da bandeira de “50% de mulheres na Ater”. Um destaque dado nas entrevistas diz respeito ao fato de que esse conflito ocorreu entre mulheres e homens do movimento agroecológico, e não entre governo e sociedade civil, como se podia supor. Esse foi um exemplo ainda do quanto a aliança entre as mulheres, entre as feministas do governo e dos movimentos, pode ser estratégica e trazer resultados positivos para o coletivo, que culminou no reconhecimento da força das mulheres na

agroecologia com o lançamento, pela presidenta Dilma Rousseff, da Planapo I na 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável junto a uma representante do MMTR-NE e da Marcha das Margaridas, tendo sido ainda a primeira conferência realizada com paridade de gênero. O processo trouxe grande desgaste, mas a avaliação geral é de que o resultado foi de fortalecimento, especialmente porque a aplicação da cota na Ater Agroecologia se mostrou viável e de fato inclusiva - um importante exercício para as entidades executoras de Ater.

Eu vejo que em relação ao Plano de Agroecologia de fato esse foi realmente o principal conflito, mais significativo, porque existiam posições divergentes dentro da ANA em relação a essa questão da cota de 50% de mulheres nas Chamadas de Ater Agroecologia e os 30% de recursos para atividade com mulheres. Não foi consenso. Então foi feito um grande debate, com bastante tensionamento, existiam umas posições divergentes dentro da própria ANA. Eu acho que o governo acabou tomando a decisão a favor da perspectiva que as mulheres estavam defendendo (homem representante da ANA)

Houve momentos inclusive de negação da existência de mulheres... ouvimos dizer que no Sul não haviam mulheres. Um até disse que era mesmo verdade, porque ele tinha um irmão morava no Sul e estava solteiro. Ouvimos dizer que as mulheres queriam inviabilizar a política. E esse posicionamento não era do governo ou da sociedade civil, eram posicionamentos dos homens (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

(...) os conflitos não se afluaram só para dentro do governo, se afluaram para dentro do movimento agroecológico. Essa que eu acho que é a singularidade, porque a gente não teve em nenhum outro programa essa tensão. Sempre as propostas que as mulheres faziam eram propostas que recebiam apoio dos movimentos mistos, no caso da agroecologia isso não ocorreu. O que demonstra que não apenas era um desafio para o governo ... Era algo novo, que implicavam (...) reorientar política pública (...) Mas também o diálogo com uma sociedade civil que se encontrava tensionada em torno das agenda das mulheres (mulher representante do governo)

E o que é a particularidade da coisa é que as feministas por dentro do governo se aliaram com as feministas do movimento e foram vitoriosos na consolidação do plano e eu acho que esse é o sentido político muito bacana que é o fato de depois de ter tido essa tensão a gente ter tido a Presidenta da República lançando Plano na conferência com a Verônica, um integrante movimento da Marcha, mas o movimento autônomo de mulheres, e não um movimento misto lançando o Plano. Então assim eu acho que tem um sentido político de reconhecimento que vai muito além para a sociedade, mas que é uma resposta também para a tensão interna dentro do movimento que foi muito chocante de bacana. Isso são resultados das alianças que a gente foi sendo capaz de construir (mulher representante do governo)

As mulheres ganharam a queda de braço, como afirmam as/os entrevistadas/os: a chamada foi lançada como elas estavam propondo, mas depois de muita mobilização - elaboraram uma carta e conseguiram um grande número de assinaturas. Esses embates geraram muita inquietação, desconforto, crises internas, mas aos poucos a maioria das pessoas foi compreendendo e apoiando o argumento das mulheres, ficando apenas alguns isolados no posicionamento contrário. Após o processo, a avaliação geral, a partir da fala das/os

entrevistadas/os, é de que isso faz parte dos caminhos da evolução na política, na história e que foi importante para ressaltar o papel que o Estado tem de acelerar processos, fortalecer a sociedade civil, democratizar acessos, romper bloqueios históricos, culturais e institucionais que dificultam a democratização. Inclusive, os limites dos próximos movimentos, em especial do agroecológico. “Não adianta, a gente não vai conseguir mudar o Estado se a gente não mudar as próprias concepções das políticas nos movimentos” (homem representante da ANA)

5.5.3. Divergentes concepções de agricultura familiar

Outra das questões conflituosas diz respeito à concepção tradicional de agricultura familiar e o questionamento trazido pelas mulheres e pelo feminismo. De forma geral, há uma visão de que as famílias são espaços harmônicos, onde o chefe da família fala em nome de todos, representa o desejo coletivo. As mulheres chamaram atenção para os conflitos e mostraram como o patriarcado oprime mulheres e crianças e como é preciso que o Estado e as políticas públicas ouçam seus anseios e necessidades, possibilitando liberdade, igualdade e autonomia. Elas afirmaram que essa postura precisa ser expressa na reorientação das políticas, por exemplo, de assistência técnica, de crédito, no registro das pessoas que integram as famílias no meio rural.

A Marcha das Margaridas contribuiu para apresentar, através de sua plataforma política e de suas pautas, mostrando o que a assistência técnica precisaria considerar para de fato incluir as mulheres. Era preciso ver a Ater não apenas como uma porta de entrada para outras políticas, mas também como espaço de formação e diálogo com todas as pessoas que compõem as famílias. Que a ação da Ater ocorresse sob a perspectiva da educação popular e que contribuísse para a libertação dos sujeitos, desencadeando transformações, possibilitando a visibilidade do trabalho e da produção das mulheres, o questionamento e o apoio ao enfrentamento da violência, gerando autonomia social e econômica de mulheres, homens, jovens e idosas/os.

(...) garantir ações específicas para as mulheres tanto na Ater específica quanto na Ater mista. Aí tem que incidir no conteúdo, não pode ser um conteúdo que reforce o papel das mulheres no espaço privado, no espaço dos cuidados, mas que potencializa processos de autonomia. Então elas estão lá discutindo essa Ater: conteúdo, estratégia, implementação (...) desde uma assistência técnica diferenciada que dialogasse com os sujeitos, que dialogasse com os saberes, que dialogassem com as práticas, que reivindicassem processos de igualdade (mulher representante do governo)

Ater tem que garantir a ciranda infantil! (...) pra fazer a Ater tinha que fazer Ater quem tinha experiência com feminismo, eu não posso pegar uma entidade que não tem nada a ver ou que pensa que lugar de mulher é na cozinha, dentro de casa pra fazer a Ater (mulher representante do governo)

No debate do crédito, essa divergência de concepção sobre a agricultura familiar se expressa no questionamento sobre o lugar das mulheres na produção e na geração de renda no meio rural. Na concepção dos bancos, e de boa parte das organizações de Ater, não havia sentido em dar crédito às mulheres, porque elas não tinham condições de pagamento. E as mulheres da Marcha seguiam insistindo que elas trabalham, que trazem aportes econômicos para as famílias, que são as melhores pagadoras, mas também que não concordavam em seguir à sombra dos maridos, com seu limite de crédito condicionado a eles. Os debates foram intensos e tensos, tanto nos diálogos com o governo quanto com os bancos e os movimentos sociais, que muitas vezes viam as indagações das mulheres como uma ameaça ao crédito “deles”. Os questionamentos ao crédito reembolsável avançaram para o que passou a ser o fomento no Programa Brasil Sem Miséria, e seguia agora para o fomento para os quintais produtivos.

Tem que ter um crédito: A política de agroecologia precisa ser subsidiada e precisa ser valorizada. Elas também estão lá discutindo o desenho do crédito: não pode ser o crédito centrado na figura masculina ou na figura da família que obscurece os quintais produtivos ou a experiência delas. Então os quintais produtivos, o trabalho dos cuidados, o trabalho doméstico, a assistência técnica diferenciada, processo de formação diferenciado, o processo de educação diferenciado.

Nós queremos disputar o crédito, disputar no bom sentido, o crédito tem que atender a família, mas não uma família toda homogênea que pega o crédito para produção orgânica, monocultura de determinado produto... não. É a agroecologia mesmo com os quintais produtivos, a agrofloresta, com o trabalho das mulheres ali reconhecido. Elas têm que receber isso também

O terceiro elemento de conflitos dizia respeito à Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP), que seguia a lógica de que apenas o “representante” da família necessitava do documento. No entanto, como esse se tornou uma identidade para acesso a uma série de políticas públicas, as mulheres estavam deixando de ser atendidas. O trabalho de Ater específica contribuiu para que muitas mulheres tivessem seu nome incluído na DAP da família ou que conseguissem fazer o seu registro. A partir de muitos conflitos e embates, as mulheres conseguiram incluir a titularidade conjunta; todavia, ainda se vê o primeiro titular como o “dono” da DAP. Esse fato segue sendo um empecilho para as mulheres, e elas propuseram um cadastro ou um sistema que gerasse um registro individualizado.

5.5.4. Concepção de agroecologia

Várias das tensões e conflitos citados tinham relação com divergentes compreensões sobre a agroecologia: desde visões que a limitavam à não utilização de agrotóxicos, passando por outras que a vinham como um “esverdeamento” das políticas públicas, até outras que a

consideravam como sinônimo de produção orgânica, portanto conciliável com o grande capital e as empresas do agronegócio. Um dos momentos mais tensos foi a publicação do decreto da Pnapo que não havia incluído questões estratégicas para a agroecologia, tais como a função social da propriedade e a reforma agrária, e a água como um bem comum. A publicação foi realizada durante o I Encontro Unitário (2012) que gerou uma Moção de Repúdio ao Governo, reconhecendo a importância do Decreto, mas com crítica à não inclusão de elementos centrais para a construção da agroecologia como a questão da terra e da água. No mesmo sentido, o fato de o Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara) nunca ter sido aprovado diz muito da luta do agronegócio para não permitir mudanças no modelo de agricultura que dá lucro ao agronegócio no Brasil.

Quadro 6 - A contribuição da Marcha das Margaridas para as Políticas Públicas em Agroecologia no Brasil (síntese)

	CONTRIBUIÇÕES	DETALHAMENTO
Contribuição para mudança de paradigmas	Estado passou a ver mulheres do campo, das águas e das florestas como sujeitos políticos	A força de sua mobilização e pressão política da Marcha das Margaridas fez o Estado reconhecer as mulheres do campo, das águas e das florestas como sujeitos políticos tanto na negociação quanto na construção das políticas públicas
	Estado reconheceu multidimensionalidade das mulheres rurais	Plataformas políticas e pautas mostraram diversidade de identidades e realidades das mulheres do campo, das águas e das florestas que deveriam ser consideradas na elaboração de políticas públicas direcionadas
	Estado criou em sua estrutura mecanismos institucionais específicos para mulheres (e para mulheres rurais)	A partir da cobrança da Marcha das Margaridas por instâncias governamentais específicas para as mulheres, foi criada a SPM e a DPMRQ, além de comitês e grupos temáticos em diferentes conselhos de participação social
	Estado passou a ver políticas públicas para as mulheres como transversais	A pressão e negociação com a Marcha das Margaridas mostrava a necessidade de que todos as instâncias e temas passassem a considerar a realidade das mulheres do campo, das águas e das florestas
	Estado teve que destravar políticas estacionadas pelas contradições internas	A apresentação de propostas concretas para negociação possibilitava uma agenda positiva, gerando avanços em políticas públicas para a agricultura familiar e a agroecologia bloqueadas pelo campo do agronegócio do governo
	Estado precisou realização a integração das políticas públicas	Força como plataforma política e pauta era apresentada pressionava para que houvesse diálogo entre os diferentes Ministérios para a construção de políticas articuladas
Contribuições para políticas públicas de agroecologia	Marcha das Margaridas passou a ter a agroecologia como pauta prioritária	O fato de a Marcha das Margaridas ter estabelecido a pauta da agroecologia como prioritária, estratégica, fez com que várias de suas propostas fossem no sentido de garantir essa perspectiva de modelo de agricultura e sociedade - deu mais força e visibilidade para a pauta

	Institucionalização das políticas públicas de agroecologia no Brasil	Pressão e força política da Marcha das Margaridas teve um protagonismo decisivo para o lançamento da Pnapo/Planapo, através da criação do Grupo de Trabalho, no encerramento da Marcha de 2011
	Mulheres da Marcha das Margaridas acompanharam todo o processo de elaboração das políticas públicas de agroecologia	Mulheres e organizações que compunham a Marcha das Margaridas deram aportes aos debates de construção da proposta da ANA para a Pnapo/Planapo, assim como compuseram o GTI e a Cnapo
	Marcha fortaleceu a concepção de agroecologia mais sistêmica que tem o feminismo como indissociável	Em seu processo de reflexão, elaboração e proposição coletiva, a Marcha fortaleceu e deu visibilidade à concepção de agroecologia para além do olhar produtivista, como um projeto de sociedade incompatível com a lógica patriarcal e machista
Contribuições para políticas públicas de mulheres e agroecologia	Conquista de Políticas de Acesso à Terra para as Mulheres Rurais	- Titularidade Conjunta da Terra (2003)
	Conquista de Políticas de Acesso à Cidadania para as Mulheres Rurais	- Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (2004) - Dupla titularidade da DAP (2004)
	Conquista de Políticas para Organização Produtiva das Mulheres/Autonomia Econômica na perspectiva agroecológica	- Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais – com princípios e orientação agroecológica + Chamadas Específicas para Mulheres (2008) - Comercialização: cota de participação das mulheres nas Fenafras; Feira Estaduais de Economia Feminista e Solidária - Cota de mulheres no PAA – 5% de recursos para grupos específicos ou majoritariamente de mulheres; 40% de mulheres no Compra Direta com Doação Simultânea e 30% PPA Leite e Formação de Estoques (2011)
	Conquista de Políticas de Acesso ao Crédito para Mulheres	- Pronaf Mulher (2003) - Crédito Apoio Mulher/Fomento Mulher (2008); - Fomento para Quintais Produtivos (2015)
	Conquista de Políticas de Ater para Mulheres (específicas e mistas)	- Ater para Mulheres (2011) - Recreação infantil para mulheres atendidas pela Ater (2011) - 50% de mulheres do público de Ater (2013) - 30% de recursos para atividades com mulheres (2013) - 30% de técnicas nas equipes de Ater (2013)
	Conquista de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	- Plano de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e das Florestas - Unidades móveis para Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e das Florestas
Contribuições para movimentos sociais: mulheres/feminista, agroecológico e sindical	Fortalecimento do Movimento de Mulheres/Feminista	Marcha das Margaridas – sua força está na forte capacidade de articulação; espaço de construção de alianças, de unidade
		Unidade na diversidade: respeito à diversidade das identidades das mulheres do campo, das águas e das florestas
		Fortalecimento da luta feminista a partir do crescimento das mulheres com essa identidade – força da solidariedade entre as mulheres

	Fortalecimento do Movimento Agroecológico	<p>Marcha das Margaridas deu visibilidade à pauta da agroecologia para a sociedade, movimentos sociais e governos, transformando-a em agenda política</p> <p>A partir de reflexões coletivas, sistematizações e proposições, contribuiu conceitual e teoricamente para o campo agroecológico</p> <p>Fortaleceu o reconhecimento e a luta das mulheres e feminista dentro do campo agroecológico – Reafirmou lema “Sem Feminismo não há Agroecologia”</p>
	Fortalecimento do Movimento Sindical	<p>Com acúmulo de forças no movimento de mulheres, feminista e no agroecológico da Marcha das Margaridas, mulheres da Contag pautaram a agroecologia para o coletivo do movimento sindical</p> <p>Mulheres se tornaram a referência da pauta da agroecologia dentro do movimento sindical</p>
	TENSÕES	DETALHAMENTO
Tensões entre as visões de paradigmas dos governos e movimentos	Machismo Institucional	<p>Concepção da lógica patriarcal que considera que lugar de mulher é em casa; que os temas que elas têm propriedade são os relacionados ao doméstico ou aos cuidados; que política não é lugar de mulher</p> <p>Se expressa em todos os espaços, tanto nos movimentos sociais quanto no âmbito do governo, através da desvalorização, desqualificação, isolamento, assédio moral</p>
	Dificuldade no reconhecimento das mulheres como sujeito	<p>Na luta das mulheres pelo seu reconhecimento como sujeito, como sujeitos políticos, as estratégias escolhidas são cotidianamente questionadas, menosprezadas e sob ameaça, como os espaços específicos ou de auto-organização (nos movimentos, espaços de participação e instâncias de governo); as cotas ou ações de discriminação positiva, a exemplo da tensão em torno dos 50% de mulheres na Ater</p>
	Divergências quanto à concepção de agricultura familiar	<p>- Concepção tradicional familista da agricultura familiar X Concepção feminista da agricultura familiar – tensões constantes nos debates/em geral os defensores da primeira concepção desconsideram ou menosprezam as questões trazidas pelas mulheres</p> <p>- Feministas questionam centralização das decisões no chamado “chefe de família”</p> <p>- No caso da Ater, as mulheres/feministas demandam que se considere os anseios e necessidades de todas as pessoas que integram a família (mulheres, jovens, idosas/os, etc) e que as atividades produtivas das mulheres sejam valorizadas e visibilizadas, não reforçando a divisão sexual do trabalho</p> <p>- Destacam a importância da recreação infantil, do pagamento à pessoa responsável pela alimentação (que geralmente são mulheres)</p> <p>- A concepção tradicional geralmente considera isso menos importante, onde podem ser cortados os “gastos”</p>

		<ul style="list-style-type: none"> - A luta das mulheres por crédito específico foi por vários momentos considerado um equívoco, que iria dividir, diminuir o volume “total” dos recursos - Mulheres questionam a ideia de que o crédito é para a família, pois a decisão sobre onde, o que e como produzir é majoritariamente masculina - Demanda para que crédito seja prioritariamente agroecológica, considerando a importância dos quintais e para o autoconsumo (demanda pelo fomento, não reembolsável)
		<ul style="list-style-type: none"> - A demanda inicial das mulheres foi para que elas também fossem consideradas titulares das DAPs, ou seja, pela dupla titularidade - Posteriormente, a solicitação foi para ter algum cadastro ou declaração individualizada, como o RG, dando mais autonomia às mulheres - Tanto nesse caso quanto nos exemplos acima, as mulheres são acusadas de quererem destruir as famílias
	Discordantes concepções de agroecologia	<ul style="list-style-type: none"> - Ideia inicial da agroecologia como um “esverdeamento” das políticas para a agricultura familiar - Concepção da agroecologia como sinônimo da produção agroecológica, conciliável com o agronegócio X Defesa da importância da terra e da água como estruturantes para a realização da agroecologia - Disputa do agronegócio, e setores do governo, contra o Pronara – pressão para que esse não fosse lançado, como era o compromisso com o Planapo

Fonte: A autora

6. Síntese

Com essa pesquisa buscamos compreender qual havia sido a influência da Marcha das Margaridas para as políticas públicas para a agroecologia no Brasil. Concluímos a partir das análises teóricas, dos documentos governamentais e daqueles produzidos pela Contag, mas principalmente pelos relatos das pessoas que entrevistamos, que a Marcha foi um marco, que ela foi fundamental para que fosse possível o anúncio, pela presidenta Dilma Roussef, em 2011, da criação de um grupo de trabalho que construiria a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. As análises nos mostraram que a decisão política governamental foi resultado da força política da Marcha das Margaridas, expressa na sua capacidade de mobilização, pressão, proposição e negociação, resultante do amplo arco de alianças construídas com diversos movimentos feministas, agroecológicos, sindicais, do campo, das águas e das florestas, desde 2010. Todavia, percebemos que o reconhecimento da história, da atuação e da capilaridade da Contag também ajudaram para uma maior abertura do Governo para o diálogo.

Essa contribuição, todavia, foi apenas uma parte. Muitos outros aportes já haviam sido dados, tanto para dentro do movimento sindical quanto para as políticas públicas de agroecologia e para as mulheres rurais. A partir do processo de articulação com o movimento agroecológico e feminista, as mulheres da Contag foram se apropriando da pauta, acumulando debates, levando reflexões para os espaços mistos e sensibilizando, não sem muitas tensões e conflitos, o conjunto do movimento sindical a assumir a agroecologia como perspectiva para o projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável e solidário que os orienta. Foram as mulheres que levaram a agroecologia para dentro do movimento sindical. Organizadas na Marcha das Margaridas, também a partir de uma longa história de organização das mulheres dentro do movimento sindical rural, elas contribuíram ainda para fortalecer o movimento feminista, levando elementos da realidade do campo e construindo reflexões, a partir de suas experiências, sobre a divisão sexual do trabalho, o patriarcado e a economia feminista. De outro lado, o movimento feminista também cresceu com essa troca. Possibilitou também um espaço de construção de unidade, de formação de alianças entre as mulheres de diferentes realidades, de diversas identidades, em torno de uma pauta de todas, para todas.

Com relação ao movimento agroecológico, a ponte com a Marcha das Margaridas tem sido realizada pelo GT Mulheres da ANA que, apesar de compor a coordenação ampliada apenas na edição de 2015, tem mulheres, movimentos e organizações que a integram e que

constroem a Marcha desde 2000. A relação também tem sido de muita simbiose, de colaborações nos debates de aprofundamento conceitual e prático da agroecologia, mas também do feminismo, da soberania e segurança alimentar e das políticas públicas. Ao assumir o lema “Sem feminismo não há agroecologia” reafirma a luta que as mulheres vinham travando por dentro do movimento agroecológico, fortalecendo-o. A Marcha das Margaridas, por sua dimensão e quantidade de pessoas que consegue envolver, ampliou a visibilidade da agroecologia, fazendo com que ela chegasse em locais que o movimento agroecológico ainda não havia alcançado, possibilitando um maior reconhecimento, transformando-a em agenda política governamental. Assim, a Marcha, que juntou as mulheres da Contag com as militantes dos movimentos feministas e as mulheres do GT mulheres da ANA, ganhou muito peso, muita legitimidade. Vale dizer que as mulheres da Contag também integravam outros espaços, para além do GT, se somando à construção da luta coletiva, na articulação com outros movimentos sociais e no diálogo com os governos.

Outro importante legado da Marcha foi a sua contribuição para a aproximação de movimentos que antes pouco dialogavam e que, por vezes, tinham até tensões e divergências conceituais fundantes. Trata-se da associação do debate de classe com os debates feministas e ambientais/ecológicos, colocando todas as lutas como importantes para a construção de uma sociedade justa e igualitária, economicamente viável e ambientalmente harmônica.

Ao longo do processo de elaboração e análise dos dados, nos certificamos de que vivemos em um Estado marcado pela lógica capitalista, patriarcal e racista que, todavia, por se constituir como resultado de relações sociais entre classes dominadas e dominantes, sem um caráter monolítico, tem espaços para o embate de concepções de mundo diversas, que possibilitam caminhos de resistência e de disputa de ideias. Em um estado democrático, existem espaços de diálogo entre a sociedade civil e a sociedade política, o que permite que sejam feitos tanto questionamentos à estrutura do Estado quanto à sua forma de atuação na gestão governamental, e na construção, execução e implementação das políticas públicas. Assim, o feminismo e a luta das mulheres têm se colocado em espaços de participação social e de diálogo com os governos na tentativa de pressionar para que os interesses da maioria e as diferenças sejam consideradas na construção de uma sociedade com maior justiça social.

As mulheres foram, após o processo de democratização, aprendendo as formas de estar e atuar nos espaços de decisão, de organização e participação política, historicamente definidos como um lugar dos homens. Elas foram crescendo junto com os processos coletivos e de auto-organização, criando conjuntamente estratégias de atuação na luta e na geração de políticas

públicas. Algumas optaram por construir movimentos específicos, outras escolheram militar em movimentos mistos, mas a perspectiva feminista tem se fortalecido e intensificado suas ações de massa, suas mobilizações de rua, mas também dos processos de transformação da vida das mulheres por dentro das estruturas do Estado. Nesse caminho, vemos uma busca por “despatriarcalizar o Estado” desde a construção de políticas públicas que transformem paradigmas políticos excludentes em práticas participativas e políticas que passem a considerar a realidade e as necessidades das mulheres desde seu lugar de vida e trabalho. Para isso, a ação das mulheres feministas que atuavam dentro dos Governos e que tomaram como uma missão institucional a construção do feminismo e da agroecologia foi fundamental em todo o período dos mandatos democráticos. E é a partir da vida no campo, nas águas e nas florestas que as “Margaridas” constroem sua ação.

Ao analisar o processo de aproximação da Marcha das Margaridas da Agroecologia, vimos que essa pauta passou a compor a análise e as demandas a partir da identificação, por parte das mulheres, de que elas já trabalhavam na perspectiva da sustentabilidade da vida, da preservação das sementes, da conservação das terras e águas e do respeito ao meio ambiente, antes mesmo de conhecer o termo. Elas já eram agroecológicas antes de sabê-lo e já eram feministas antes de exercer esse direito.

Nesse percurso sobre o conceito da agroecologia dentro das pautas da Marcha, vimos que ele inicialmente estava muito relacionado ao tema ambiental, passando por uma perspectiva mais relacionada ao modo de produção. Mas as mulheres foram problematizando e trazendo novos elementos referentes às relações sociais e às desigualdades de gênero, questionando a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade do seu trabalho produtivo, além do doméstico e de cuidados (tão fundamentais para a vida), passando a ter a economia feminista como uma perspectiva de análise. Passaram então a afirmar o lema “Sem feminismo não há agroecologia”. Ao longo dessa trajetória, as parceiras da Marcha foram fundamentais para tais mudanças conceituais e o aprofundamento do debate sobre a agroecologia que as mulheres constroem e defendem, a exemplo da Marcha Mundial das Mulheres, do MMTR-NE e do GT Mulheres da ANA. Percebeu-se, ainda, que o processo de organização e crescimento da pauta da agroecologia na Marcha teve grande relação com o ambiente de ampliação e fortalecimento desse debate no processo de organização e fortalecimento da ANA.

No processo de construção de políticas públicas para a agroecologia vimos que o feminismo e a luta das mulheres rurais, expresso na Marcha das Margaridas, trouxeram novos elementos para as políticas públicas e a agroecologia, entre os quais pode-se citar: (i) a

necessidade de liberdade e autonomia social, política e econômica das mulheres em um mundo sem violência; (ii) a possibilidade de produção de alimentos saudáveis para todas e todos, para garantia de saúde e preservando o meio ambiente; (iii) a urgência no acesso igualitário e justo à terra, à água, a créditos e à assistência técnica, com um olhar específico sobre a situação desigual, de opressão e violência vivida pelas mulheres; (iv) a invisibilidade tanto do trabalho doméstico e de cuidados quanto do trabalho produtivo realizado por elas no campo, na floresta e nas águas; (v) a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga de trabalho sobre os ombros das mulheres. A partir do diálogo com a agroecologia e o feminismo, as mulheres do campo, das águas e das florestas afirmaram que essas questões precisavam ser consideradas e que o Governo precisava dar respostas a partir de políticas públicas que visassem a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre.

A pressão para que as questões das mulheres do campo, das águas e das florestas fossem consideradas foi fortalecida através de diversas estratégias políticas feministas utilizadas pelas mulheres, como a luta pela criação de instâncias específicas de mulheres dentro da estrutura do Estado (a exemplo da SPM e da DPMRQ, mas, também, dos Comitês e Comissões temáticas de mulheres do Condrap e na Cnapo, e a Comitê de Organização Produtiva das Mulheres Rurais); a cobrança para que todos os ministérios e seus temas conseguissem enxergar a realidade das mulheres rurais em suas ações (a pauta da Marcha das Margaridas dialogava com os diversos temas dos ministérios); as cotas de participação em diversos espaços de participação, de representação e nas políticas (como a política de Ater); a participação articulada entre as mulheres e seus movimentos para que temas referentes à agroecologia e ao feminismo circulassem nos diferentes espaços de participação e concertação social, e na aliança com as mulheres feministas do governo. Consideramos que todas essas estratégias foram centrais para que a pauta da agroecologia, na perspectiva feminista consubstancial, ganhasse força.

O fortalecimento da luta das mulheres rurais e o reconhecimento público que a Marcha das Margaridas conquistou, contribuíram para pressionar pelo lançamento da I Planapo, somando-se à luta dos movimentos ambientais e agroecológicos para que a Agroecologia fosse considerada prioridade e se firmasse na agenda governamental. De forma organizada, elas também conseguiram colocar na agenda fundamentos de sua concepção de agroecologia, tais como a importância do reconhecimento da contribuição das mulheres para a ampliação do tema no Brasil e a necessidade do fortalecimento da organização produtiva para a autonomia política, social e econômica das mulheres rurais, que acabaram por ser expressos em objetivos, metas e iniciativas do I Planapo.

De forma especial, as mulheres também acumularam força no processo de criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e seu Plano (Planapo I), atuando em todos os processos de construção: desde a proposição, passando pela pressão política, pela elaboração, pela execução, pelo monitoramento e pela avaliação das políticas, principalmente a partir da atuação na Cnapo. Ao analisar a proposta de pauta, em especial a da Marcha das Margaridas de 2011, vimos que além da demanda pela criação de um Programa de Agroecologia (que veio a constituir a Pnapo), muitas das questões foram transformadas em iniciativas, tanto referentes à visibilização e valorização do trabalho realizado pelas mulheres na perspectiva agroecológica, a assistência técnica específica, a organização produtiva e a autonomia econômica, quanto relacionadas a temas diversos como a criação de bancos, políticas públicas de captação de água de chuva para a convivência com o semiárido, educação ambiental, inclusão das juventudes do campo, entre outros. Em 11 das 13 metas da Planapo havia propostas que dialogavam com as pautas da Marcha das Margaridas de 2011, contando com cerca de 40 propostas (de um total de 125) como respostas diretas ou indiretas às demandas das mulheres do campo, das águas e das florestas.

Na relação com o Estado, a Marcha das Margaridas contribuiu ainda na pressão por mudanças de paradigmas políticos, além de colaborar duplamente com a construção de políticas públicas: tanto as de agroecologia quanto as políticas para as mulheres rurais, sob a perspectiva agroecológica. Com relação às mudanças de paradigmas, a Marcha problematizou os sujeitos considerados até então legítimos no diálogo com o Estado e colocou as mulheres do campo, das águas e das florestas como sujeitos políticos, como sujeitos de direitos, dando visibilidade e valorizando a multidimensionalidade das identidades das mulheres. Suas pautas também trouxeram para o Estado a necessidade da criação de mecanismos institucionais específicos para as mulheres (SPM e DPMRQ), assim como a necessidade de que a pauta das mulheres se tornasse transversal para todas as políticas públicas, além de cobrar uma execução de políticas públicas mais integradas. Elas pressionaram ainda os governos a se posicionarem e darem mais atenção e recursos para as/os mais necessitadas/os, a agricultura familiar, a agroecologia, as mulheres, tensionando para destravar políticas engessadas pelas contradições internas dos governos de coalizção.

Quanto às políticas públicas de agroecologia, perceber que quando a Marcha passa a colocar a agroecologia como pauta prioritária fez com que o Governo passasse a incluí-la na agenda política, partindo - é importante dizer - de uma perspectiva mais sistêmica da agroecologia, da qual o feminismo é parte intrínseca. Esse processo fez com que houvesse a

institucionalização de políticas públicas de agroecologia no país, com um processo participativo de proposição e elaboração das propostas. No que se refere à contribuição para políticas públicas para mulheres rurais, identificamos conquistas concretas representadas por políticas de acesso à terra, acesso à cidadania/documentação, políticas para organização produtiva e autonomia econômica, acesso ao crédito, Ater para mulheres e políticas de enfrentamento da violência, como resultados da luta das Margaridas entre os anos de 2000 e 2015.

Não podemos, todavia, deixar de citar que todo esse processo de construção, contribuições e conquistas foi permeado por tensões e conflitos, não apenas entre sociedade civil e Governo, mas especialmente entre homens e mulheres: nos certificamos que grande parte dos embates tinha relação com o não reconhecimento das mulheres como sujeito político e como sujeito de direitos, fazendo com que os homens constantemente questionassem decisões, posicionamentos e propostas das mulheres (mesmo dentro dos próprios movimentos). O machismo institucional, que ainda acredita que cabem às mulheres apenas os assuntos relativos às famílias, às/aos filhas/os, aos cuidados, foi vivenciado pelas mulheres durante todo esse percurso, tanto dentro dos movimentos quanto dos governos, expondo as mulheres a situações de desvalorização, desqualificação, isolamento, assédio moral e sexual. Outras tensões tinham relação com diferentes concepções de agricultura familiar, geralmente pautadas na lógica patriarcal, e da agroecologia, em um processo tenso de disputa com o agronegócio.

Figura 18 – Marcha das Margaridas de 2015 em frente ao Congresso Nacional



Foto: Marcha das Margaridas 2015/Acervo Contag

As reflexões realizadas a partir dessa pesquisa nos mostraram a necessidade do reconhecimento da contribuição das mulheres para um desenvolvimento rural sustentável e

solidário, assim como para as políticas públicas para a agroecologia no Brasil. Todavia, em decorrência do processo de ruptura democrática vivida no país, toda a construção de políticas públicas para mulheres rurais e para agroecologia, em diálogo com o feminismo, está ameaçada. Segue agora o desafio para que a próxima Marcha das Margaridas tenha força para mostrar ao país a necessidade urgente de mudar e retomar a democracia e a liberdade de expressão, mobilização e ação popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Então, que força é essa da Marcha das Margaridas?

Após esse percurso por caminhos nada lineares, mas cheios de pedras, fendas e montanhas, podemos nos perguntar: de onde vem essa força das mulheres do campo, das águas e das florestas, e da Marcha das Margaridas? Como essa força política contribuiu para dar visibilidade à agroecologia e institucionalizá-la em políticas públicas para a população brasileira?

Analisamos que foi a força de várias mulheres juntas, reunidas em torno da perspectiva de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com desenvolvimento rural sustentável e solidário, que tornou possível o surgimento de várias mudanças, bem como permitiu que diversas estruturas fossem abaladas e que novos caminhos fossem construídos. Foram mulheres que escolheram atuar dentro do movimento sindical, de um movimento misto, mas que, a partir das opressões e violência vividas em seu cotidiano (dentro e fora do movimento) conseguiram compreender que não apenas sua condição de classe, mas também de gênero, alteraram suas vidas e que precisavam, então, ser transformadas. Aos poucos, essa ação-reflexão e essa militância no diálogo com o movimento feminista, foi se percebendo e se identificando como feminista. Isso também as fortaleceu, pois elas passaram a se sentir mais, a se ver umas nas outras e as outras e passaram a sentir que essa luta também lhes pertencia. E assim, fez-se a Marcha das Margaridas!

Nesse processo, essas mulheres foram se unindo, formando alianças com tantas outras mulheres, outros movimentos, entidades e articulações, e entraram em contato com a perspectiva agroecológica, onde também havia mulheres que brigaram para serem ouvidas, para que suas realidades fossem consideradas, para que sua contribuição na produção de alimentos saudáveis, para a preservação e conservação da sociobiodiversidade e para a construção de uma sociedade e um meio rural sem violência contra as mulheres fosse parte da luta de todas/os. Essas percepções e trocas permitiram um importante encontro! Um encontro que deu frutos, que fortaleceu ainda mais essas mulheres trabalhadoras rurais, que já não estavam mais sós, mas que eram também das florestas, das águas, do campo, a partir da bandeira do feminismo e da agroecologia.

Assim, a Marcha das Margaridas entendeu que precisava atuar para dentro e para fora, que as transformações tinham de acontecer na sociedade, no Estado, nas políticas públicas, mas

também, dentro de seu movimento. Apresentaram, assim, pautas internas e externas, ao mesmo tempo dialogando com a sociedade, cobrando do Estado e debatendo com seus companheiros de luta no movimento sindical. Vimos, também, a força das mulheres trabalhadoras rurais dentro do seu movimento defendendo o feminismo e a agroecologia, afirmando que, para elas, essas eram lutas estruturantes que deveriam ser orientadoras da ação coletiva. Ao mesmo tempo, percebemos que elas seguiam se fortalecendo junto com o movimento feminista e nos debates e construção do movimento agroecológico. Já não eram poucas, mas muitas que lá estavam. Eram as mulheres da Contag e todas as outras milhares de mulheres que construíam a Marcha das Margaridas. Juntas!

Cada vez mais a capacidade de articulação com as/os diferentes, e de construção de alianças, foi se ampliando e a Marcha das Margaridas passou a ganhar cada vez mais reconhecimento na defesa agroecológica e feminista, dentro e fora da Contag. Essa força também pressionava para que o movimento sindical, com seu peso e capilaridade, se posicionasse e pautasse a agroecologia como modo de vida, de produção, de reprodução social, de construção de novas relações. E a força só aumentava!

Então, as mulheres da Marcha das Margaridas na sua atuação frente ao Estado, na sua cobrança de que o Governo Federal implementasse políticas públicas que fortalecessem as experiências agroecológicas que vinham sendo desenvolvidas pelos movimentos sociais e por diversas organizações da sociedade civil, definiram que essa era, sim, uma pauta prioritária para elas, que brigariam em sua defesa, que mobilizariam sua força política pela agroecologia.

E elas, em silêncio ou em alvoroço, se organizaram em todos os espaços possíveis: dentro do movimento sindical (especialmente na Comissão de Mulheres da Contag); dentro do movimento agroecológico (no GT Mulheres da ANA); junto com os movimentos feministas (MMM e AMB) e inseridas nas diversas instâncias que o governo democrático possibilitava (comitês, conselhos, conferências, comissões), específicas de mulheres ou mistas. Encontraram aliadas feministas dentro do Estado e com elas se somaram tanto na defesa, quanto na construção, na elaboração, nos ajustes de cada detalhe das políticas públicas para que lá elas se vissem e conseguissem mudar a realidade historicamente tão desigual do meio rural brasileiro.

Mesmo com muitas tensões, conflitos e embates com os homens, tanto do Governo quanto dos movimentos, os quais sempre foram permeados pelo machismo institucional e pelo não reconhecimento das mulheres como sujeito, a força, cada dia maior, das mulheres que compunham a Marcha das Margaridas foi construindo incontáveis conquistas, passo a passo, às vezes pequenas, outras maiores. Conseguiram a titularidade conjunta da terra, a documentação,

a assistência técnica para mulheres, o crédito e o fomento para sua produção e, também o direito às unidades móveis para enfrentamento da violência. Junto a esse caldeirão de conquistas, conseguiram o impensável: que a agroecologia se tornasse uma orientação geral para muitas dessas políticas. E, aos poucos, a agroecologia passou a ser uma perspectiva de olhar para a vida e nas ações do Estado no Brasil.

Essa ideia vitoriosa permitiu que as ações dispersas em vários ministérios, a partir de diferentes temas, se tornassem um Programa de agroecologia, ou melhor, uma Política Nacional de Agroecologia. A proposta que foi sendo construída e defendida nessa caminhada de diálogos entre as mulheres, os movimentos agroecológico, feminista, sindical e do campo, germinou, cresceu e se tornou forte.

Ainda que não tenha sido fácil, porque a proposta agroecológica não era consenso mesmo dentro do Governo, e porque existia uma forma já cristalizada para a criação e a execução das políticas para a agricultura familiar no país (voltadas majoritariamente para a reprodução do modelo convencional), a conquista foi possível. A convergência de diversos fatores contribuiu para essa conquista, mas foi o acúmulo de forças e o peso político da Marcha das Margaridas que conseguiu pressionar, com o impacto de 70 mil mulheres nas ruas de Brasília, para que o Governo Federal assumisse o compromisso de construir uma política de agroecologia no país, que viria a ser a primeira política de Estado do mundo específica para a agroecologia e a produção orgânica.

Foi um marco!

Provavelmente sem a força política da Marcha das Margaridas, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica não existiria, ou demoraria muito tempo para ser alcançada. É preciso reconhecer esse peso. É necessário visibilizar e valorizar a contribuição das mulheres e de sua luta feminista na construção da agroecologia, dentro e fora do âmbito do Estado. É fundamental que se reconheça esta conquista como uma vitória das Mulheres!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca e VON BULLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Rev. Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no. 28, set/dez, 2011, p. 52-84.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. *Somos todas Margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeitos políticos*. 2015. 521 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2015.

_____. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, vol. 15 (edição especial), p. 261-298, 2016.

ALTIERI, Miguel Alteri. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989.

ALVAREZ, Sonia. A “globalização” dos feminismos latino-americanos. In: ALVAREZ, Sonia; Evelina, DAGNINO ESCOBAR, Arturo. *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. Coleção Primeiros Passos, Vol. 44. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ANJOS, Anna Beatriz. Mulheres da agroecologia: a luta por igualdade de direitos. *Revista Fórum*, meio digital, n. 149, 30 de maio de 2014. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/digital/149/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia/>. Acesso em 13/07/2019.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. Trad. Édina de Marco. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

AMORÓS, Célia. *Tiempo de Feminismo*. Sobre feminismo, proyecto ilustrado y postmodernidad. Madrid: Ediciones Cátedra, 1997.

_____. *Feminismo, igualdad y diferencia*. México: PUEG/UNAM, 1994.

_____; AMORÓS, Celia (org.), *Feminismo y filosofía*. Madrid: Síntesis, 2000.

ARRIGNON, Jacques. *Agro-écologie des zones arides et sub-humides*. Paris: G-PMasonneuve & Larose/ACCT, 1987.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Carta Política do IV Encontro Nacional de Agroecologia, 2018. Disponível em:

<http://www.agroecologia.org.br/files/2018/06/Carta-Pol%C3%ADtica-do-IV-ENA-Versao-Final-da-S%C3%ADntese.pdf> . Acessado em 05/05/19.

AZEVÊDO, F. A. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. *Estudos Feministas*, ano 3, 1995.

_____. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn (Orgs.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, 2006.

BRASIL. Decreto no 7.794, de 20 de agosto de 2012. *Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica* (Pnapo). Brasília: Presidência da República, 2012a. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_.../2012/decreto/d7794.htm Acesso em: 31 jan. 2018.

_____. *Brasil Agroecológico*. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo 3013-2015. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2013. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico_Baixar.pdf. Acesso em: 19/04/2019

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. *Documento de Referência: 2ª CNATER*. Brasília, DF, 2015, 44p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B6snQGKFGmjHSVF4N0MwRHc4Mjg/view>. Acesso em: 19/04/2019.

_____. Portaria Interministerial no 54, de 12 de novembro de 2013. *Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica* (Planapo). Brasília: MDA, 2013b. Disponível em: Acesso em: 24 out. 2016.

_____. Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989. Diário Oficial, Brasília, p. 11.459, 12 jul. 1989.

_____. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, p. 8, 24 dez. 2003

BENDIX, Reinhart. *Construção nacional e cidadania*. Coleção Clássicos, n.5. São Paulo: Editora EDUSP, 1996.

BENSIN, B.M. *Agroecological: Characteristic, Description and Classification of the Local Corn Varieties Chorotypes*, 1928.

_____. Possibilities for international cooperation in agroecological investigations, *Int. Rev. Agr. Mo. Bull. Agr. Sci. Pract.*, Rome, vol. 21, 277–284, 1930.

- BENSON, J. Kenneth. Interorganizational networks and policy sectors. In: ROGERS, David; WHETTER, David (eds.). *Interorganizational coordination*. Iowa: Iowa University Press, 1983.
- BRUSCHINI, Cristina. O uso das abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina. (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosados Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTTO, Andrea.; HORA, Karla. E. Ater para Mulheres: a experiência recente do governo federal. In: *Cadernos Feministas de Economia & Política*, n. 04, Recife: CNM, 2008.
- BUTTO, Andrea. *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito político*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação de Sociologia, Recife/PE, 2017.
- BUTTO, Andrea.; LEITE, Renata. Políticas para Mulheres no Brasil: avanços recentes e desafios. In: *VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural*. Porto de Galinhas, 2010.
- CABNAL, Lorena. *Feminismos diversos: el feminismo comunitário*. ACSUR, Las Segovias: 2010.
- CALAÇA, Michela K A dos Santos. *Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a Agroecologia e as questões de gênero*. Dissertação (Mestrado em Serviço social), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- CANAVESI, Flaviane. C.; MOURA, Iracema F.; SOUZA, Cláudia. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 23, p. 1019-1030, dez. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/vBB46T>>.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, vol. 1, n. 1, p. 16-37, 2000
- CARNEIRO, Sueli. *A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003.
- _____. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In: FARIA, Nalu.; NOBRE, Miriam. (orgs.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania n. 7. São Paulo: SOF, 2003.

- _____. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, Maria Jesús (Coord.). *Estudios sobre género y economía*. Madrid: Akal, 2006.
- CARSON, Rachel. *Primavera silenciosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- CASADO, Guzmán.; MOLINA, Gonzalez De; GUZMÁN, Sevilla. (coord.). Introducción a la agroecología como desarrollo sostenible. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, vol. 95, n.1, p. 213-217, 2001.
- COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. E. Transição agroecológica e ação social coletiva. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, vol. 1, n. 4, p. 50-60, 2000.
- CHRISLER, Joan. C. & Smith, Christine. A. Feminism and psychology. In: PALUDI, M. A. (org.). *Praeger guide to the psychology of gender*. Westport: Praeger, 2004.
- CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia para as mulheres. *Ser social*, Brasília, vol. 10, n.22 p.69-96, 2008.
- CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. *Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- COHEN, Jean. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n.3, p. 419-459, 2003.
- COLLIN, Françoise. Diferença dos sexos (teoria da). In. HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo, Editoria Unesp, 2009.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Chapman and Hall, 1990.
- _____. What's in a name? Womanism, Black Feminism, and Beyond. *The Black Scholar*, vol. 26, n. 1, The Challenge of Blackness, Taylor & Francis, Ltd. Stable, 1996.
- _____. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009.
- _____. Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015.
- CONTAG. Texto base para debates – Marcha das Margaridas 2000. Brasília: Contag/Fetags/STTRs/CUT/ /MMTR/ CNS/UBM/MNQC/MLT/MMM, SOF, Tijupá/Fase/OXFAM, 2000.
- _____. Pauta de reivindicações – Marcha das Margaridas 2000. Brasília: Contag/Fetags/STTRs/CUT/ /MMTR/ CNS/UBM/MNQC/MLT/MMM, SOF, Tijupá/Fase/OXFAM, 2000.

CONTAG. *Texto base para debates – Marcha das Margaridas 2003*. Brasília: Contag/Fetags/STTRs/CUT/Secretaria de Mulheres do CNS/MMTE/NE/ MIQCB/MLT – REDE LAC, MMM, SOF, Esplar, Fase, CPT, Casa Lilás, Fórum Carajás, Loucas de Pedra Lilás, 2003.

_____. *Caderno de textos para estudo e debates – Marcha das Margaridas 2007*. Brasília: Contag/Fetags/STTRs/CUT – MMTE/NE, MIQCB, CNS, MAMA, REDE LAC, MMM, 2007.

_____. *Caderno de textos para estudo e debates – Marcha das Margaridas 2011*. Brasília: Contag/Fetags/STTRs/CUT - CUT/CTB/CNS/MMTRNE/MIQCB/MAMA/MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Brasília, 2011.

_____. *Pauta de reivindicações – Marcha das Margaridas 2011*. Brasília: Contag/Fetags/STTRs/CUT - CUT/CTB/CNS/MMTRNE/MIQCB/MAMA/MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Brasília, 2011.

_____. *Caderno de textos para estudos e debates – Marcha das Margaridas 2015*. Brasília: Contag/Fetags/STTRs/CUT. Brasília, 2015.

_____. *Pauta de reivindicações – Marcha das Margaridas 2015*. Brasília: Contag/Fetags/STTRs/CUT. Brasília, 2015.

CONWAY, Gordon. R. The properties of agroecosystems. *Agricultural systems*. n. 24, p. 55-117, 1987.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 50-60, out./dez. 2000.

CRESWELL, John. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRENSHAW, Kimberlè. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*, v. 7, n. 12, p. 171-88, 2002.

CURIEL, Ochy. La Crítica Poscolonial desde las Prácticas Políticas del Feminismo Antirracista”, en: Colonialidad y Biopolítica en América Latina. *Revista NOMADAS – Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos*, Bogotá, n. 26, 2007.

DAIGNEAULT, Pierre-Marc. Puzzling about policy paradigms: precision and progress. *Journal of European Public Policy*, vol. 21, n.3, 481-484, 10 de março de 2014.

DAVIS, Angela. *Angela Davis: An Autobiography*, New York: Randon House, 1988.

_____. I am a revolutionary black woman. In: MULLINGS, Marable Mullings (ed.). *Let Nobody Turn us around: Voices of Resistance, Reform, and Renewal*. An African American Anthology. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 1999.

_____. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos, Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 12, n.1), janeiro-abril/2004.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena (orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo*. Tradução de Francisco Ribeiro Silva Júnior. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DE MIGUEL, Ana. Feminismos. In: AMORÓS, Celia (org.). *10 palabras claves sobre mujer*. Navarra: Ed. Verbo Divino, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e métodos dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

EICHLER, Margrit. *Nonsexist research methods: A Practical guide*. Winchester: Allen & Unwin, Inc, 1988.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

FARIA, Andrea Alice. *A Educação que constrói a Agroecologia no Brasil: trajetórias de um vínculo histórico*. 204f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2017.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *Políticas agroambientales en América Latina y el Caribe: análisis de casos de Brasil, Chile, Colombia, México y Nicaragua*. Santiago: FAO, 2014.

_____. *Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas Brasileiras*. Brasília, 2016.

FEIDEN, Alberto. Agroecologia: introdução e conceitos. In: AQUINO, Adriana Maria de. ASSIS, Renato Linhares. (orgs) *Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura*. Brasília, DF: EMBRAPA, 2005.

FERREIRA, Ana Paula Lopes. *Acercamiento entre las perspectivas feminista y agroecológica potencializando procesos de empoderamiento de las mujeres rurales brasileñas, desde el territorio del Pajeú, Sertão del Pernambuco*. Tese (Doutorado em Recursos naturales y sostenibilidad). Universidad de Córdoba, Córdoba, 2015.

FILIPAK, Alexandra. *Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista/UNESP, Marília, SP, 2017.

FLICK, Uwe. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Tradução. Roberto Cataldo Costa; consultoria, supervisão e revisão técnica Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCIS, C. [et al.]. Agroecology: the ecology of food systems. *Journal of Sustainable Agriculture*, v. 22, n. 3, p. 99-118, 2003.

FRASER, Nancy. De la redistribution a la reconnaissance? Les dilemmes de la justice dans une ère ‘Postsocialiste’. In: COLLIN, Françoise; DEUTSCHER, Pénélope (Orgs.). *Repenser le politique: l’apport du féminisme*. Paris: Campagne Première, 2004.

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 15, n. 2, maio/ago., p. 291-308, 2007.

_____. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Dossiê Contribuições do Pensamento Feminista para as Ciências Sociais, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, julho/dez. 2009.

GADEA, Carlos A.; SCHERER-WARREN, Ilse. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 25, p. 39-45, Nov. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200005&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 05.05.2019.

GALINDO, María. *No se puede descolonizar sin despatriarcalizar*. Teoría y propuesta de la despatriarcalización. Bolivia, Mujeres Creando, 2013.

GALVÃO, Clarisse. *Contribuições da epistemologia feminista para uma crítica da ciência moderna*. Teoria e Metodologia das Ciências Sociais. 2002. Disponível em: <http://quecazzo.blogspot.com.br/2012/04/contribuicoes-da-epistemologia.html>. Acesso em: 05.05.2019.

GARGALLO, Francesca. *Feminismos desde Abya Yala: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Ciudad de México: Editorial Corte y Confección, 2014. Disponível em: <http://francescagargallo.wordpress.com> . Acesso em: 05.05.2019.

GERRING, John. *Social Science Methodology: a unified framework*, Cambridge University Press. Cambridge, 2012.

- GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- _____. *Agroecology: The ecology of sustainable food systems*. 2.ed. Boca Raton, FL: CRC Press/Taylor & Francis, 2007.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo*. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- _____. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, vol.2, Brasília, Anpocs, pp.223-244, 1983.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Civilização Brasileira, 7.ed. Rio de Janeiro/RJ, 1987.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In. GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p.19-50, 2015.
- GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. *Desenvolvimento em Debate*, vol.1, 83-109, 2010.
- GUIMARÃES, A. P. O complexo agroindustrial. *Revista Reforma agrária*, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, vol.5, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, pp.7-41, 1995.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das Categorias Analíticas na Teoria Feminista. *Revista de Estudos Feministas*, vol.1, n.1, Rio de Janeiro CIEC/ECO/UFRJ. 1993.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista NERA* – ano 9, n. 8 – janeiro/junho de 2006.
- HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Coleção Os Pensadores. Vol. 1. 4.ed. Nova Cultural, 1988.
- HOOKS, Bell. *Feminist theory: from margin to center*. Boston: South End Press, 1984.

- _____. *Teaching to transgress*. Education as the practice of freedom. Nova York/Londres: Routledge, 1994.
- _____. *Feminism is for everybody*: Passionate politics. Cambridge: South End Press, 2000.
- JALIL, Laetícia. As flores e os Frutos da luta: o significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura), Rio de Janeiro, UFRJ, 2013.
- JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 131-144, jun. 2009.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMILIO, M.; TEIXEIRA, Marilene.; GODINHO, Tatau; NOBRE, Miriam. (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Prefeitura Municipal São Paulo – Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.
- KINGDON, John. W. *Agendas, alternatives, and public policies*. Longman Pub Group, 2003.
- _____. Juntando as coisas. In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas públicas*: coletânea. Brasília: ENAP, v. 1. p. 225-247, 2006.
- LACEY, Hugh. *Valores e atividade científica 1*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- LASSWELL, Harold. *Propaganda techniques in world war*. Massachusetts: MIT Press, 1971.
- LINTON, Rhonda. Rumo a um método feminista de pesquisa. In: A. M. Jaggar & S. R. Bordo (Orgs.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. Traduções de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LORDE Audre, Zami. *A New Spelling of My Name*. EUA: The Crossing Press, 1982.
- LUGONES, María. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, 75-101, jul./dez., 2008.
- _____. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 22, n.3, set./dez./2014.
- LUZZI, Nilze. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferenças atores sociais. 2007. 182f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.
- McHUGH, Marian. C. & COSGROVE, Lisa. Feminist research methods: Studying women and gender. In: PALUDI, M. A. (Ed.). *Praeger guide to the psychology of gender*. Westport: Praeger, 2004.

- MEDINA MARTÍN, Rocío. *Feminismo periféricos, feminismos-otros: Una genealogia feminista decolonial por reivindicar*. Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, 2013.
- MARRA, Carolina Alves. *As contribuições dos movimentos de mulheres rurais para o avanço da pauta agroecológica no Brasil: participação social na construção e consolidação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica*. Monografia de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça. – Universidade de Brasília, Brasília, DF: 2016.
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução. In: MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Trad. Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.
- _____. *Capital*. Vol. I. London: Lawrence & Wishart, 1967.
- MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulard. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. Dossiê O Gênero da política: feminismos, Estado e eleições. *Cadernos Pagu*, vol.43, julho-dezembro de 2014.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. *Revista Mundos do Trabalho*, vol.4, n.7, jan-jun 2012.
- MELUCCI, Alberto. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. El Colégio de México, 1999.
- _____. Um objetivo para os movimentos sociais? *Revista Lua Nova*, n.17. CEDEC, 1989.
- DE MIGUEL, Ana. Feminismos. In: AMORÓS, Celia (org.). *10 palabras claves sobre mujer*. Navarra: Editora Verbo Divino, 1995.
- CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia para as mulheres. *Ser social*, Brasília, v 10 n 22 p.69-96, 2008.
- MONTEIRO, Denis; LONDRES, Flávia. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In. SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. Org. [et al.] *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília, IPEA, 2017.
- MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- MOREIRA, Sarah Luiza de Souza; FERREIRA, Ana Paula; SILIPRANDI, Emma. Memória das mulheres na agroecologia do Brasil. In: SANCHEZ, Gloria Patricia Zuluaga; CATAGORA-VARGAS, Georgina; SILIPRANDI, Emma (Coord). *Agroecología em femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias*. SOCLA, 2018

MORENO, Renata Faleiros Camargo. *Além do que se vê – Uma leitura da contribuição do feminismo para a economia*. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade federal do ABC (UFABC), Santo André, 2013.

_____. A Economia na agenda política do feminismo. In: *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres* / Renata Moreno (Org.). São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014.

MOURA, Iracema. *Agroecologia na agenda governamental brasileira: trajetórias no período 2003-2014*. Tese (Doutorado) – Programa de Inovação em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

_____. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. Org. [et al.] *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília, IPEA, 2017.

MULLER, Pierre, SUREL, Yves. *A análise das políticas públicas*. Pelotas: Educat, 2002.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). *A produção do viver: ensaio de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2002.

NEVES, Sofia & NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade a serviço da investigação nas Ciências Sociais. *Psicologia Reflexão e Crítica*, vol.18, n.3, 408-412, 2005.

NOBRE, Miriam. Economia solidaria, agroecologia y feminismo: prácticas para la autonomía en la organización del trabajo y de la vida. In: VERSCHUUR, C.; GUÉRIN, I., HILLENKAMP, I. *Une économie solidaire peut-elle être féministe?* Homo oeconomicus, mulher solidaria. Paris: L'Harmattan, p. 273-294, 2015.

_____. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, M. et al (org.). *Gênero e agricultura familiar*. SP: SOF, 1998.

ODUM, E.P. The strategy of ecosystem development. *Science*, vol. 164, 262-270, 1969.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

_____. Que feminismo é esse que nasce na horta? *Revista Política & Sociedade*. Florianópolis, vol. 15, edição especial, 2016.

_____; BONI, Valdete. Movimentos de mulheres agricultoras e Ecologia. In. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo. *Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs*. Recife: Gênero e Cidadania, 2002.

_____. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. In. *Agriculturas: Experiências em Agroecologia. Mulheres construindo a agroecologia*. Rio de Janeiro, v.6, n.4, dez. 2009

PAREDES, Julieta. Hilando Fino. *Desde el feminismo comunitario*. La Paz: CEDEC, 2008.

_____. GUZMÁN, Adriana A. *El tejido de la rebeldia*. Qué es el feminismo comunitario? La Paz: Ed. Comunidad Mujeres Creando Comunidad. Moreno Artes Gráficas, 2014.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Tradução de Marta Avancini. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

_____. *The sexual contract*. Stanford, California: Stanford University Press, 1988.

_____. *The disorder of Women: democracy, Feminism and Political Theory*. Stanford: Stanford University Press, 1989.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. In: SILVA, Eduardo Moreira da; SOARES, Leonardo Barros (orgs.). *Políticas Públicas e formas societárias de participação*. Belo Horizonte: FACHIF/UFMG, p. 155-180, 2013.

PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. *Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP*, São Paulo, n.14, p. 25-39, fev. 1997.

POULANTZAS, N. *State, Power, Socialism*. London: New Left, 1978.

PULEO, Alicia. Del ecofeminismo clásico al deconstructivo: principales corrientes de un pensamiento poco conocido. In: AMORÓS, Celia; MIGUEL, Ana de. *Teoría feminista: de la ilustración a la globalización*. Madrid: Minerva Ediciones, 2007.

_____. Ecofeminismo: la perspectiva de género en la conciencia ecologista. In: *Ecologistas en acción* (ed.), *Claves del ecologismo social*. Madrid: 2010.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad y Modernidad/Racionalidad*. Lima: Ed. Indígena, 1991.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

- RICH, Adrienne. La contrainte à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne. In : *Nouvelles Questions Féministes*, Paris, Tierce, n.1, p.15-43, mar. 1981.
- RODRIGUES, Marta. A. *Políticas Públicas*. São Paulo: PubliFolha, 2010.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *O contrato social*. Trad. Lourdes Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- SABOURIN, E... [et al.] (org.) *Políticas públicas em favor de la agroecología em América Latina y el Caribe*. Porto Alegre: Evangraf/Criação Humana, Red PP-AL: FAO, 2017.
- SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____. *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- _____. Quem tem medo de esquemas patriarcais de pensamento? *Crítica Marxista*. São Paulo, n.11, p. 71-75, out. 2000.
- _____. Rearticulando Gênero e Classe. In COSTA. Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de Gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas. 1992.
- SALES, Celecina da Maria Veras. Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 7, n. 1-2, 1999.
- SAMBUICHI, R. H. R. et al. A Sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafios. *Texto para Discussão n. 1782*. Brasília: Ipea, 2012.
- _____. Análise da construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil. *Texto para discussão n. 2305*. Brasília: Ipea, 2017.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. In. *A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência*, 2000.
- _____. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. Sociologia das ausências e das emergências. Disponível em: www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf. Acesso em: nov. 2008.
- SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas públicas*. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006.
- SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, categorias de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo e MOLINA, Manuel G. Ecología, Campesinado y Historia: para una reinterpretación del desarrollo del capitalismo en la agricultura. In: GUZMÁN Y MOLINA (orgs.). *Ecología, Campesinado y Historia*. Córdoba: Endimión, 1993.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Uma estratégia da sustentabilidade a partir da agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, vol. 1, nº 1, p.35-45, jan/mar, 2001.

_____. Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latinoamérica. In: *Agroecología: El camino hacia una agricultura sustentable* (Sarandón S, ed.). Buenos Aires-La-Plata: Ediciones Científicas Americanas, pp. 57-81, 2002.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1995.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

SHIVA, Vandana. *Manifiesto para una democracia de la tierra*. Justicia, sostenibilidad y paz. Barcelona: Paidós, 2006.

SOSA, B. M. [et al]. *Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês da Anap em Cuba*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

SPECHT, Analine. *Estratégias de incorporação da perspectiva de gênero na política nacional de assistência técnica e extensão rural*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

SPINK, Mary Jane; LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: a explicação dos passos de interpretação. In: SPINK, Mary Jane. (org). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Edição virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2017.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

_____. *Redes Emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Editora Appris, 2012.

_____. *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo*. História: debates e tendências. [S.l.], Ed. da UPF, 2008.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Trad. Luciane de Oliveira da Rocha. 2.ed. Porto Alegre: Artmed e Bookman, 2008.

TÁBOAS, Ísis Menezes. *É luta! Feminismo Camponês Popular e enfrentamento à violência*. Rio de Janeiro: Lumun Juris, 2018.

TARROW, Sidney. *The new transnational activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TELLES, Liliam; ARANTES, Anajá de Oliveira; FREITAS, Alair Ferreira de. Mulheres, Agroecologia e a Trajetória da Ater no Brasil. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

_____; JALIL, Laeticia; CARDOSO, Elizabeth; ALVARENGA, Camila Rafaela. Cadernetas Agroecológicas e a contribuição econômica das agricultoras agroecológicas no Brasil. In: SANCHEZ, Gloria Patricia Zuluaga; CATAGORA-VARGAS, Georgina; SILIPRANDI, Emma (coord). *Agroecología em femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias*. SOCLA, 2018

THEODORO, Suzi. Huff, DUARTE, Laura Goulart; ROCHA, Eduardo Lira. Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável. In: THEODORO, S.H, DUARTE & VIANNA, J.N. *Agroecologia: um caminho para a extensão rural sustentável*. Editora Garamond, Rio de Janeiro p. 19 - 36, 2009.

THOENIG, J.C. L'analyse des politiques publiques. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. *Les politiques publiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

TISCHLER, W. Ergebnisse und Probleme der Agrarökologie. *Schriftenreihe der Landwirtschaftlichen Fakultät*, Kiel, 71–82, 1950.

_____. *Neue Ergebnisse agrarökologischer Forschung und ihre Bedeutung für den Pflanzenschutz* Mitteilungen der Biologischen Zentralanstalt, vol. 75, 1953.

_____. *Agrarökologie*. Jena, Germany: Gustav Fischer Verlag, 1965.

TROVATTO, Cássio; BIANCHINI, Valter; Souza, Cláudia de; MEDAETS, Jean Pierre; Ruano, Onaur. A construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: um

olhar sob a gestão do Primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. In. In. SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. Org. [et al.] *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília, IPEA, 2017.

WALBY, Sylvia. *Theorizing patriarchy*. Oxford: Brasil Blackwel, 1990.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas vocações*. Trad. Marco Antônio Casanova. São Paulo: Martin Claret, 2015.

WEZEL, Alexander. S. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. In: *Agronomy for Sustainable Development*, Paris, n. 29, p. 503-515, 2009.

WITTIG Monique. On ne naît pas femme. *Questions féministes*, vol. 8, 1980, pp. 75-84 [Republicado em francês: in WITTIG Monique, *La Pensée straight*, Paris, Balland, 2001.

ANEXOS

Anexo I - Roteiros para Entrevistas

Nome da entrevistada:

Data da entrevista:

Local da entrevista:

Movimento/entidade:

PARA AS REPRESENTANTES DOS MOVIMENTOS/ORGANIZAÇÕES

- 1) Qual a sua relação com a Marcha das Margaridas?*
- 2) Como você acha que a agroecologia passou a fazer parte da pauta da Marcha das Margaridas?*
- 3) Qual você acha que é a concepção de agroecologia da Marcha das Margaridas? Por quais mudanças essa passou para chegar ao que temos hoje?*
- 5) Como você acha que a Marcha das Margaridas contribuiu para a construção de políticas públicas de Agroecologia no Brasil?*
- 6) Quais você considera as principais proposições e as ações da Marcha das Margaridas para que as políticas públicas incorporassem os princípios da agroecologia?*
- 7) Quais políticas públicas de Agroecologia no Brasil você acha que foram resultado na pauta e pressão política da Marcha das Margaridas? Por que?*
- 8) Quais foram as principais questões de conflito no processo de negociação e construção da proposta da PNAPO/Planapo?*
- 9) Como foram se construindo os acordos em relação à pauta da Marcha das Margaridas e as políticas públicas para a agroecologia?*

PARA AS/OS REPRESENTANTES DOS GOVERNOS

- 1) Como você acha que a Marcha das Margaridas contribuiu para a construção de políticas públicas de Agroecologia no Brasil?*

- 3) *Quais você considera as principais proposições e as ações da Marcha das Margaridas para que as políticas públicas incorporassem os princípios da agroecologia?*
- 4) *Quais políticas públicas de Agroecologia no Brasil você acha que foram resultado na pauta e pressão política da Marcha das Margaridas? Por quê?*
- 5) *Como se deu o processo de negociação da pauta da Marcha das Margaridas com o governo?*
- 6) *Quais foram as principais questões de conflito no processo de negociação e construção da proposta da PNAPO/Planapo?*
- 7) *Como foram se construindo os acordos em relação à pauta da Marcha das Margaridas e as políticas públicas para a agroecologia?*

Anexo II – Entrevistadas/os**CONTAG**

- 1) Raimunda Celestina Mascena/Raimundinha – Ex. Secretária de Mulheres da Contag/Coordenadora das Marchas das Margaridas de 2000 e 2003
- 2) Carmen Helena Ferreira Foro – Ex. Secretária de Mulheres da Contag/Coordenadora das Marchas das Margaridas de 2007 e 2011
- 3) Alessandra da Costa Lunas – Ex. Secretária de Mulheres da Contag/Coordenadora das Marchas das Margaridas de 2013 a 2017
- 4) Sara Deolinda Cardoso Pimenta/Ex-Assessora da Secretaria de Mulheres da Contag – entre os anos de 2003 e 2015

ORGANIZAÇÕES/MOVIMENTOS PARCEIROS:

- 5) Maria Emília Lisboa Pacheco/FASE
- 6) Maria Verônica de Santana/MMTR-NE
- 7) Nalu Faria e Maria da Conceição Dantas/Marcha Mundial das Mulheres
- 8) Maria do Socorro - MIQCB
- 9) Beth Ferreira/GT Mulheres da ANA
- 10) Paulo Petersen e Denis Monteiro/Núcleo Executivo da ANA

POLÍTICAS PÚBLICAS/GOVERNOS (Idem)

11) Andrea Butto - / Ex. Diretora de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas/DPMRQ
– MDA

12) Karla Hora/ Ex. Diretora de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas/DPMRQ -
MDA

13) Cláudia Calório/Ex-Ministério do Meio Ambiente

14) Gilberto de Carvalho/ Ex. SG-PR

Anexo III - Quadro: Relação Geral entre a Pauta da Marcha das Margaridas 2011 e as Ações Previstas na Planapo 1

PAUTA DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2011	AÇÃO PREVISTA NA PLANAPO I
86. Facilitar e ampliar o acesso ao crédito para projetos de base agroecológica, principalmente para mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.	<p>META 1 – Iniciativa 6 - Desenvolver normas e instrumentos de crédito específico para sistemas produção orgânico e de base agroecológica, facilitando o acesso das mulheres e jovens.</p> <p>META 1 – Iniciativa 7 - Incluir módulos específicos sobre igualdade de gênero e de juventude e as linhas de financiamento para estes públicos, com foco na produção orgânica e de base agroecológica, nas capacitações dos técnicos ou funcionários dos agentes financeiros.</p> <p>META 1 – Iniciativa 8 - Capacitar 150 operadores de crédito nas linhas de financiamento específicas para as mulheres e jovens, com foco na produção orgânica e de base agroecológica.</p> <p>META 1 – Iniciativa 9 - Capacitar 150 técnicos/as, lideranças e agricultoras sobre linhas de financiamento específicas para as mulheres, com foco na produção orgânica e de base agroecológica.</p>
<p>96. Criar a Política de Garantia de Preço Mínimo para a Agricultura Familiar, com foco na garantia de renda às agricultoras e agricultores familiares.</p> <p>95. Reajustar os preços dos produtos da Agricultura Familiar praticados pela CONAB (...).</p>	META 1 – Iniciativa 13 - Implementar tabelas de referências de preços diferenciados e adequados aos produtos orgânicos e de base agroecológica para incorporação na PGPM.
56. Fortalecer os instrumentos de comercialização dos produtos agroecológicos, por meio de isenção fiscal e estímulo à participação das mulheres nestes processos, priorizando a qualificação do PAA e PNAE e a criação de novos canais de acesso ao mercado e as feiras agroecológicas.	<p>META 2 – Iniciativa 2 - Financiar 10 projetos para fomento à agroindustrialização, à comercialização e atividades pluriativas solidárias para organizações de agricultores/as familiares, assentados/as da RA, PCTs, jovens e mulheres, pelo Programa TERRA FORTE.</p> <p>META 2 – Iniciativa 4 - Financiar 350 projetos para fomento à agroindustrialização, à comercialização e atividades pluriativas solidárias para organizações que acessaram PNAE, PAA e PGPMbio, pelo Programa ECOFORTE.</p>

<p>77. Ampliar, qualificar e instituir como política pública o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, de modo a atender à diversidade organizativa (grupos formais, informais, redes) e produtiva (agrícola, não-agrícola e extrativista) por meio de: b) Investimentos necessários à gestão, agregação de valor e inserção nos circuitos de comercialização</p>	<p>META 2 – Iniciativa 6 - Garantir que pelo menos 30% dos projetos para fomento à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas solidárias sejam para mulheres.</p>
<p>48. Fortalecimento dos programas de acesso a água para produção e consumo da família, a exemplo do Programa 1 Milhão de Cisternas - P1MC e “Uma Terra e Duas Águas” - P1+2, com a participação das mulheres em todo o processo de implementação, desde a capacitação para a aquisição de novas tecnologias à elaboração e avaliação das ações.</p>	<p>META 2 – Iniciativa 7 - Implantar 60.000 unidades de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos (Segunda Água) em unidades de produção orgânica e de base agroecológica.</p>
<p>57. Criar e garantir o funcionamento de instância interministerial permanente de controle sobre o uso de agrotóxicos</p>	<p>META 5 – Iniciativa 1 - Criar Grupo de Trabalho na CNAPO para o desenvolvimento de Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos.</p>
<p>57. d) Fim da pulverização aérea de agrotóxicos e a proibição imediata dos ingredientes ativos glifosato, cihexatina, endosulfan, abamectin, fosmete, parathion, metamidofós, forate, triclorfom, thiram, carbofuram, paraquate e latofem</p>	<p>META 5 – Iniciativa 3 - Revisar a legislação da aviação agrícola e de agrotóxicos ampliando os mecanismos de controle considerando o grau de risco dos produtos utilizados e da situação da ocupação territorial e ambiental da área de uso.</p>
<p>59. Apoiar as iniciativas das organizações da sociedade civil que visam denunciar o uso de agrotóxicos e divulgar os danos ao meio ambiente, à saúde daqueles que os manejam e dos consumidores.</p>	<p>META 5 – Iniciativa 5 - Realizar estudo para subsidiar a revisão dos níveis toleráveis de agrotóxicos descritos no padrão de potabilidade da água de consumo humano.</p>
<p>57. f) Relatórios periódicos sobre as ações de restrição ao uso dos agrotóxicos divulgados junto às organizações da sociedade civil.</p>	<p>META 5 – Iniciativa 6 - Publicar anualmente dados de monitoramento de agrotóxicos na água para consumo humano pelo Controle e Vigilância da qualidade da água.</p>
<p>57. Criar e garantir o funcionamento de instância interministerial permanente de controle sobre o uso de agrotóxicos que assegure: c) Fiscalização efetiva da comercialização e uso de produtos já proibidos como 2.4-D, DDT e outros, cujo uso permanece, apesar da proibição e dos danos comprovados à saúde e ao meio ambiente</p>	<p>META 5 – Iniciativa 7 - Criar lista de agrotóxicos prioritários para reavaliação de suas autorizações para uso no Brasil, que passará a ser referência para definição de priorização de pesquisas e agilização de registros de produtos alternativos.</p>
<p>83. Priorizar nas chamadas públicas de ATER ações específicas para as mulheres trabalhadoras do campo e da floresta</p>	<p>META 7 – Iniciativa 1 - Promover Ater específica para 4 mil mulheres com foco na sociobiodiversidade, agroecologia e produção orgânica.</p>

51. b) Mecanismos de incentivo e apoio à produção agroecológica, com a garantia de ATER pública e de qualidade, executada com as condições necessárias, inclusive por associações e cooperativas	META 7 – Iniciativa 2 - Apoiar 100 grupos produtivos de mulheres com enfoque na produção orgânica e de base agroecológica.
42. Garantir capacitação aos técnicos e técnicas, integrantes da rede de apoio e assessoria técnica, com enfoque nas relações de gênero e nas políticas para as mulheres.	META 7 – Iniciativa 3 - Realizar 40 atividades formativas para agricultoras e gestores sobre gênero e as políticas públicas estratégicas que integram o PLANAPO.
	META 7 – Iniciativa 4 - Promover 4 formações internas para servidores da EMBRAPA sobre gênero e as políticas públicas estratégicas que integram o PLANAPO.
13. Criar no Ministério do Meio Ambiente um programa para apoiar projetos de enfrentamento à desertificação e de convivência com o semi-árido, contemplando, dentre outras, as seguintes ações: casas de sementes crioulas, quintais produtivos, mandalas, barragem subterrânea, cisterna calçadão, hortas orgânicas, viveiros de mudas, atividades agrossilvopastoril, farmácias vivas.	META 8 – Iniciativa 7 - Apoiar organizações produtivas para a implementação e qualificação das casas, bancos e dos guardiões de sementes e mudas.
	META 8 – Iniciativa 8 - Estruturação produtiva de bancos comunitários de sementes no semiárido.
77. Ampliar, qualificar e instituir como política pública o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, de modo a atender à diversidade organizativa (grupos formais, informais, redes) e produtiva (agrícola, não-agrícola e extrativista)	META 8 – Iniciativa 10 - Apoiar ações de fortalecimento da produção, seleção, uso, conservação e troca de recursos genéticos de interesse para produção orgânica/agroecológica entre grupos de mulheres nos editais do Programa de Organização Produtiva e ATER para Mulheres.
27. Instituir programa interministerial (MDA, MMA, MEC) de educação ambiental que: a) Promova uma reflexão ampliada do modelo de exploração agrícola e de ocupação agrária reafirmando as dimensões do desenvolvimento rural sustentável e da biodiversidade	META 8 – Iniciativa 14 - Apoiar a implementação de projetos de formação e intervenção em educação ambiental na agricultura familiar para o uso, gestão, manejo e conservação dos recursos naturais com enfoque agroecológico por meio de chamada pública.
48. Fortalecimento dos programas de acesso a água para produção e consumo da família, a exemplo do Programa 1 Milhão de Cisternas - P1MC e “Uma Terra e Duas Águas” - P1+2, com a participação das mulheres em todo o processo de implementação, desde a capacitação para a aquisição de novas tecnologias à elaboração e avaliação das ações.	META 9 – Iniciativa 1 - Identificar e incentivar a participação das mulheres na construção e gestão de tecnologias de acesso à água, no âmbito dos programas de Acesso a Água do MDS (água para consumo e água para produção), por meio de ajustes ao SIG Cisterna.
22. Debater com as organizações da sociedade civil a implementação do Bolsa Verde,	META 10 – Iniciativa 3 - Promover Assistência Técnica e Extensão Rural para

previsto no Programa Brasil sem Miséria, na perspectiva de rever seus critérios e ampliar o acesso.	26.000 famílias beneficiárias do Bolsa Verde em Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais e Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária.
83. Priorizar nas chamadas públicas de ATER ações específicas para as mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.	<p>META 10 – Iniciativa 6 -Garantir que 30% dos recursos nas Chamadas Públicas de ATER com enfoque Agroecológico do MDA e INCRA sejam aplicados em atividades específicas para mulheres em atividades extrativistas e na produção orgânica e agroecológica.</p> <p>META 10 – Iniciativa 7 - Garantir que as Chamadas Públicas da SAF e INCRA busquem em seus editais o atendimento prioritário de no mínimo 50% de mulheres, para o conjunto das ações a serem realizadas.</p>
84. Implementar ações de formação e capacitação para técnicas e técnicos da ATER voltadas para a realidade das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta e com enfoque nas relações de gênero.	META 10 – Iniciativa 8 - Garantir a participação de no mínimo 30% de mulheres entre os técnicos/as participantes das ações de formação, capacitação e qualificação nas Chamadas de ATER com enfoque agroecológico.
22. Debater com as organizações da sociedade civil a implementação do Bolsa Verde, previsto no Programa Brasil sem Miséria, na perspectiva de rever seus critérios e ampliar o acesso.	META 11 – Iniciativa 5 - Promover a formação de 300 educadores e 10.000 extrativistas beneficiários do Programa Bolsa Verde, em agricultura de base agroecológica, manejo sustentável de recursos naturais e gestão de suas organizações.
27. Instituir programa interministerial (MDA, MMA, MEC) de educação ambiental que: a) Promova uma reflexão ampliada do modelo de exploração agrícola e de ocupação agrária reafirmando as dimensões do desenvolvimento rural sustentável e da biodiversidade.	META 11 – Iniciativa 12 - Promover a formação presencial e à distância de 1000 educadores ambientais e agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar com enfoque agroecológico.
51. f) Valorização de práticas em agroecologia protagonizadas pela juventude do campo e da floresta, articulando as dimensões da formação e assessoria técnica, contemplando a sistematização, intercâmbio de experiências e construção de redes de referência em práticas agroecológicas	META 12 – Iniciativa 4 - Apoiar a sistematização e disponibilização de conhecimentos de ensino e inovações agroecológicas via plataforma "Agroecologia em Rede", com destaque para experiências protagonizadas por jovens e mulheres.
75. Criar uma Campanha Interministerial – SPM, MDA, MDS, MPA e SEPIR – com o objetivo de dar visibilidade e reconhecer o trabalho realizado pelas mulheres	META 12 – Iniciativa 8 - Incluir como linha de pesquisa o tema da Agroecologia para Mulheres no edital do Premio Margarida Alves.

trabalhadoras do campo e da floresta, de povos e comunidades tradicionais	
51. f) Valorização de práticas em agroecologia protagonizadas pela juventude do campo e da floresta, articulando as dimensões da formação e assessoria técnica, contemplando a sistematização, intercâmbio de experiências e construção de redes de referência em práticas agroecológicas	META 13 – Iniciativa 1 - Promover Assistência Técnica e Extensão Rural agroecológica com base na inclusão e fortalecimento produtivo para 4.800 jovens rurais.
	META 13 – Iniciativa 3 - Promover Assistência Técnica e Extensão Rural na perspectiva agroecológica para 5.460 jovens rurais, com foco na pedagogia da alternância, com enfoque territorial.
	META 13 – Iniciativa 5 - Promover formação inicial e continuada em agroecologia ou com enfoque agroecológico para 10.000 jovens agricultores/as familiares de acordo com as demandas e realidades regionais e articulada, quando possível, com as Chamadas de ATER (160h).
51. d) Visibilidade e valorização da produção agroecológica com destaque para essa produção nas feiras da agricultura familiar	META 14 – Iniciativa 4 - Disponibilizar recursos para promover a participação de agricultores/as familiares, assentados/as e comunidades e povos tradicionais em feiras para promoção de produtos da sociobiodiversidade, orgânicos e de base agroecológica.
56. Fortalecer os instrumentos de comercialização dos produtos agroecológicos, por meio de isenção fiscal e estímulo à participação das mulheres nestes processos, priorizando a qualificação do PAA e PNAE e a criação de novos canais de acesso ao mercado e as feiras agroecológicas	7 META 14 – Iniciativa 7 - Garantir que as chamadas de ATER-mulheres e de Organização Produtiva contemplem atividades de capacitação, elaboração de projetos e assessoria aos grupos de mulheres ao acessarem o PAA, PNAE e PGPM.
51. d) Visibilidade e valorização da produção agroecológica com destaque para essa produção nas feiras da agricultura familiar	META 14 – Iniciativa 8 - Incluir nas chamadas públicas para Organizações Produtivas de Mulheres Rurais, o apoio à realização de feiras de produtos/ sementes agroecológicos e orgânicos.
67. Disponibilizar recursos e pessoal para divulgação e capacitação sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, viabilizando o acesso e o controle social pelos grupos produtivos de mulheres	META 14 – Iniciativa 9 - Promover capacitação de 60 técnicos contratados (ATER, ATER- mulheres, organização produtiva de mulheres), sobre o acesso dos grupos de mulheres ao PAA e comercialização de produtos da sociobiodiversidade, produção orgânica e de base agroecológica.